

Os artigos publicados na Revista das Faculdades Santa Cruz são de inteira responsabilidade de seus autores. Os pontos de vista deles não espelham, a rigor, a percepção de mundo da Instituição.



FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA

Instituição de Ensino Superior, de caráter educacional e científico, fundada em 1º. de agosto de 1993, mantida pela União Paranaense de Ensino e Cultura – UNIPEC - pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com a missão de desenvolver competências e valores com seriedade formando cidadãos e profissionais para o mundo.

Diretor Geral

Hugo Eduardo Meza Pinto

Editor Chefe

José da Silveira Filho

Parecerista

Jorge Amaro Bastos Alves

Conselho Editorial

Mario Sergio Cunha Alencastro

José Guilherme Silva Vieira

Hugo Eduardo Meza Pinto

Evelise Fernandes Pietrovski

Edna Silva Polese

Projeto Gráfico

José da Silveira Filho

Tradução

Solange Viaro Padilha

Impressão

Gráfica UFPR

Revisão Metodológica

Guisela Kraetz

Diagramação

Bruna Voltolini

Capa

Camila Florêncio Martins

Fotolito

Gráfica Ajiir

Revista das Faculdades Santa Cruz – v.10,n.1(jan./jun.2016)
Curitiba: Gráfica UFPR, 2016

ISSN 1676–0328

1. Administração – Periódicos. 2. Economia – Periódicos.
3. Contabilidade – Periódicos. 4. Tecnologia em Processamento de Dados. – Periódicos.
5. Direito – Periódicos. 6. Linguagem e Línguas – Periódicos. 7. Enfermagem – Periódicos.

CDD658
330
657
004.9
340
400
610.73

Endereço para correspondência: Núcleo de Iniciação Científica (NIC)
Rua Affife Mansur, 565
CEP 81050-290 - Novo Mundo - Curitiba/PR
C-eletrônico: revistacientifica@santaacruz.br

Sumário

Nesta Edição	<i>iv</i>
Nota do Editor	1
CONTO – A MARIONETE DO SR. D. <i>Walcir Soares da Silva Júnior</i>	3
PONTO DE VISTA – A REFORMA TRABALHISTA <i>Soeli Martins</i>	7
ARTIGO - A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO NA CIÊNCIA FORENSE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA / <i>The importance of the nurse in forensic science: an integrative literature review</i> <i>Francisco José Koller; Antonio Carlos Schwiderski, Thomas Antonio da Silva Reis, Nadia Vercka Novak, Paulo Henrique Peixoto</i>	13
ARTIGO – GETÚLIO VARGAS E O CAPITAL ESTRANGEIRO: A CONTROVÉRSIA ENTRE A NECESSIDADE E A SOBERANIA NACIONAL / <i>Getúlio Vargas and foreign capital: the controversy between need and national sovereignty</i> <i>Orientador: Jaime Graciano Trintin; Natália Greche do Nascimento</i>	25
ARTIGO – COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS E SUA IMPORTÂNCIA NO DESEMPENHO ESCOLAR, MERCADO DE TRABALHO, VIOLÊNCIA E SAÚDE / <i>Social-emotional skills and its importance in school performance, labor market, violence and health.</i> <i>Walcir Soares da Silva Júnior</i>	42
ARTIGO – ANÁFORAS ENCAPSULADORAS COMO MARCAS DE ESTILO / <i>Encapsulating anaphoras as style sign</i> <i>Mauro Martins Cardoso</i>	63
ARTIGO – INFLAÇÃO E DEFLAÇÃO: UM ESTUDO PARA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA / <i>Inflation and deflation: um study for scientific dissemination</i> <i>José da Silveira Filho</i>	80
ARTIGO – A PSICOLOGIA EDUCACIONAL ROGERIANA NO ENSINO DAS CIÊNCIAS HUMANAS / <i>Rogierian educational psychology in teaching human sciences</i> <i>Isabela Simões Bueno</i>	99

<p>ARTIGO – A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA EMPATIA DO PROFISSIONAL PARA O FORTALECIMENTO E ATENDIMENTO HUMANIZADO NA REDE DE PROTEÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA / <i>The importance of public policies and the empathy of the professionals for strengthening and humanized attention in the network of protection for victims of violence.</i></p> <p><i>Martiane Ferreira de Melo; Orientadora: Márcia Bacelo Patella.....</i></p>	104
<p>ARTIGO - EMPRESAS RECUPERADAS POR TRABALHADORES: ABORDAGEM A PARTIR DO PRINCÍPIO DA CAUSAÇÃO CIRCULAR CUMULATIVA / <i>Worker-recovered companies: an approach from the principle of cumulative circular causation</i></p> <p><i>José Victor Franklin Gonçalves Medeiros; Gustavo Bodaneze; Orientador: Gilson Batista de Oliveira.....</i></p>	116
<p>ARTIGO – A RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS EM CRIMES AMBIENTAIS E A MACROLÓGICA DO DIREITO ECONÔMICO / <i>The importance of cash flow statement in agribusiness cooperatives.</i></p> <p><i>Camila Witchmichen Penteadó.....</i></p>	129
<p>ARTIGO - PRESERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ARQUITETURA ANTIGA: UMA BREVE ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL / <i>Preservation e maintenance of antique architecture: a brief analisys of municipality of Campina Grande do Sul</i></p> <p><i>Eliani Rosa Zanetti; Orientador: Jorge Amaro Bastos Alves.....</i></p>	141



Nesta Edição

Nesta Edição

Conto

A MARIONETE DO SR. D.

Um pequeno e lindo conto para narrar a brevidade do que somos, o estalo de dedos que é a vida e ao mesmo tempo a beleza infinita que ela contém nesse instante de fugacidade.

1

Ponto de Vista

A REFORMA TRABALHISTA

Os trabalhadores possuíam uma legislação que os protegia. Era a CLT. Constituíam um conjunto de normas que se alinhava pelo princípio da defesa do lado mais fraco. Agora isto está sendo alterado com rapidez. O conflito entre capital e trabalho poderá acontecer a descoberto, sem qualquer forma de mediação pelo Estado, em condição de desigualdade. Este escrito inicia a discussão desse tema dos mais importantes para todos.

3

7

Saúde

O ENFERMEIRO NA CIÊNCIA FORENSE

O presente trabalho tem por objetivo conhecer as atuações do enfermeiro forense no Brasil. Reforçar a autonomia do enfermeiro na prática forense pois a atividade do enfermeiro forense auxilia na identificação de uma vítima de violência, criando assim um vínculo que ajuda a possibilitar o relato da vitimização e do exame físico.

13

Economia

VARGAS E O CAPITAL ESTRANGEIRO

A discussão acerca do posicionamento de ex-presidente Getúlio Vargas quanto a entrada de capital estrangeiro remete à participação de tal recurso para o desenvolvimento nacional. Ressalte-se, no entanto, que Vargas tinha ressalvas quanto a participação de tal capital, de modo que desejava que os interesses da nação não ficassem subordinadas aos interesses dos investidores estrangeiros, assim os empréstimos governamentais eram preferíveis ao investimento direto.

25

Educação

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

O objetivo deste artigo é apresentar as principais abordagens a respeito do desenvolvimento e classificação das competências sócio emocionais, e fazer uma revisão dos principais trabalhos relacionando essas competências ao desempenho escolar, mercado de trabalho, violência e saúde. Pesquisas recentes em economia, aliadas à psicologia e à neurociência têm evidenciado que as capacidades sócio emocionais são pelo menos tão importantes quanto, ou mesmo mais importantes do que as habilidades cognitivas no desenvolvimento dos alunos.

42

Linguagem

AS MARCAS DO ESTILO

O objetivo desta pesquisa foi analisar expressões nominais de referência anafórica como marcas de estilo. A hipótese de que a opção que um autor faz por determinado fenômeno linguístico – em detrimento de outro, de acordo com sua estratégia sócio-cognitivo-interacional –, revela seu estilo.

63

Economia

INFLAÇÃO E DEFLAÇÃO

Este artigo trata sobre inflação e deflação. Um é o inverso do outro. Ele procura apresentar os aspectos essenciais do tema. O objetivo é divulgar a ciência econômica principalmente para o público leigo de tal modo que este conhecimento se torne agradável e atraente, concitando o interesse por seu estudo posterior. A ciência econômica traz muitas vezes uma linguagem hermética e não sensibiliza as pessoas tal como deveria não obstante a imensa importância de que se revestem os fenômenos econômicos capazes de interferir na existência dos seres humanos ao longo de toda uma vida.

80

Psicologia

PSICOLOGIA ROGERIANA E ENSINO

O presente artigo tem como objetivo abordar, de maneira breve e simplificada, os principais conceitos da psicologia educacional de Carl Rogers, como o de aprendizagem significativa, empatia, educação centrada no aluno e facilitação. Isso porque a aplicação de conceitos da psicologia rogeriana no ensino é capaz de contribuir de forma positiva tanto ao aluno quanto ao professor, e também à relação entre ambas as partes.

99

Políticas Públicas

A MULHER E A VIOLÊNCIA

A Lei Maria da Penha adentrou no ordenamento jurídico brasileiro, com o caráter de prevenir, coibir, punir e erradicar toda e qualquer violência em virtude de gênero. Desta maneira, a Rede de Proteção tem papel essencial nas diretrizes dadas pela Lei, para que o atendimento oferecido à mulher vítima de violência seja humanizado, contando com profissionais qualificados e sensíveis.

104

Gestão de Empresas

OS TRABALHADORES NO COMANDO

O objetivo central do artigo é explicar o caso da Makerli Calçados, uma das maiores empresas brasileiras do ramo, que foi recuperada e gerenciada pelos trabalhadores em 1991. Chega-se à conclusão de que tal arranjo pode impedir o início de um processo cumulativo negativo em um recorte geográfico limitado.

116

Direito Penal
CRIME E MEIO AMBIENTE

Vivemos em uma época de acelerado incremento tecnológico, sendo constatado o rápido surgimento de alguns fenômenos decorrentes de tais mudanças, dentre eles novas formas de delinquência. As ciências tradicionais nem sempre contam com um aparato analítico que ofereça resposta condizente com os problemas destes novos fatores. Por isso, a necessidade de se revisar os conceitos teóricos tornando o Direito Penal mais realista e factível, relacionado às modernas demandas sociais, sem ignorar os preceitos da dogmática tradicional, que obteve conquistas valiosas e sólidas de caráter atemporal.

129

Turismo
PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA

Este artigo pesquisa o patrimônio arquitetônico histórico de Campina Grande do Sul/PR no sentido de se averiguar a percepção e a importância da preservação das construções antigas do município. Pretende-se que esse estudo possa servir como subsídio para a criação de uma lei que venha legalizar a preservação e manutenção do patrimônio ainda existente fomentando o turismo cultural no município, visto que partes significativas das construções de interesse cultural já não existem mais.

141

C
 T O C
 O N T O
 T (....)
 C O N T O . ! ?
 . N T .

A marionete do Sr. D.

Ele foi esculpido com todo amor do mundo. O sr. D. escolheu com muito carinho a cor e a forma dos seus cabelos, lapidou delicadamente cada um dos dez dedos de suas mãos, que poderiam se articular de maneira tão meticulosa que, quem sabe, se ganhassem vida algum dia, poderiam ultrapassar sua função de agarrar meros objetos para criar coisas, sons e palavras. O sr. D. era dedicado e perfeccionista. Esculpiu o rosto da sua criação como uma espécie de falso autorretrato, corrigindo e melhorando aqueles detalhes que fariam dela uma obra superior a ele próprio. Assim são as aspirações de qualquer ser que crie por necessidade, compensar sua imperfeição naquilo que se cria.

Numa tarde chuvosa e quieta de primavera o sr. D. finalmente deu as últimas pinceladas e terminou seu projeto inanimado. A marionete seria um presente surpresa para seu primeiro neto, filho do seu único filho, que a receberia apenas na noite de Natal, meses mais tarde. Assim, a marionete descansaria algum tempo sentada próxima à lareira, para que seu corpo de madeira secasse e se tornasse forte o suficiente para aguentar as peripécias de um menino de 7 anos. Sua gravatinha vermelha e seus sapatinhos azuis com as pontas vermelhas eram o toque final necessário para dar o ar circense que o sr. D, que

fora palhaço durante sua juventude, gostava de projetar nas suas criações. Da paixão do circo veio a paixão pela senhora D., que o assistira muitas vezes maravilhada da plateia. Se apaixonaram antes mesmo que ela pudesse ver o verdadeiro rosto do palhaço. Felicidade era o nome do que veio depois.

Numa noite após o espetáculo mais especial para eles a sra. D. aceitou o pedido de casamento do sr. D. e partiram para sua nova vida em um povoado próximo às montanhas. Ele se tornou o inventor escultor mais popular do povoado enquanto ela cozinhava os quitutes mais cobiçados. Ambos eram tão populares em seus ofícios que criaram seu filho apenas com aquela renda de modo muito livre e sempre com a mesa muito farta. Mas naquele dia, após concluir a marionete que levava sete semanas para ficar pronta, o Sr. D. não poderia ter previsto o seu azar quando saiu para buscar a lenha para sua lareira. Ele já havia acabado de encher a pequena carrocinha que transportava a madeira para a lareira e suas esculturas e invenções, quando uma terrível fatalidade trouxe uma tempestade que, num dos primeiros relâmpagos que antecederam a chuva brava, um raio magnetizou o machado do Sr. D. Ele caiu duro na floresta, sendo encontrado apenas horas mais tarde por uma sra. D. desesperada e aos prantos.

O funeral do Sr. D. foi um dos acontecimentos mais tristes na história recente do povoado. Diversos familiares e amigos das mais diversas partes vieram para prestar sua última homenagem ao Sr. D. O funeral foi realizado numa tenda armada ao lado da sua cabana, que era também sua famosa oficina onde havia construído os objetos mais curiosos com os quais presenteava as pessoas queridas e vendia para muitas pessoas notáveis que vinham de longe para apreciar suas engenhocas. Todo mundo admirava os objetos do Sr. D. como esculturas, mesmo quando muitas vezes os objetos tinha uma função meramente prática, como um pilão dado ao vizinho do lado, que devia servir para moer sementes, ou o porta pano de pratos dado para a senhora Azaleia que morava do outro lado da rua. Ambos exibiam seus objetos na sala de estar e a maioria das visitas reconheceria: era uma das famosas criações do Sr. D.

Sr. D. foi enterrado com honrarias. O prefeito da cidade decretou luto oficial de três dias pela morte de um dos seus mais ilustres habitantes. As duas famílias mais ricas da cidade enviaram várias coroas de flores, intercaladamente. Cada coroa era maior e mais colorida do que a anterior dada pela outra família, como se – como todo presente dado pelas famílias ricas – aquilo fosse uma competição de quem despenderia a homenagem mais cara ao popular Sr. D. Por todos os lugares naquela semana só se falava do talento e da falta de sorte do sr. D., tendo morrido com tanta saúde e trabalhando naquilo que tinha sido sua vida nas últimas décadas. Realmente uma triste fatalidade. Uma das famílias, não satisfeita por não ter enviado a maior coroa de flores, sugeriu, com total aprovação do prefeito, que uma estátua do sr. D. esculpindo a porta de entrada da cidade seria colocada ao primeiro passo da fronteira. Fazia questão, inclusive, de arcar com os custos da obra. O prefeito insistira

que a cidade retirasse o custo da receita dos impostos, sendo essa a última homenagem da população, que condescendente com a dignidade dessa homenagem, aceitaria de pronto. Por fim, uniram esforços e fizeram duas estátuas, uma de cada lado da entrada da cidade.

A família do sr. D. estava arrasada pelo sinistro acontecimento tão repentino com o vovô. Então, após uma longa reunião, a família resolveu, pelo menos por enquanto, deixar a cabana do Sr. D. intocada para preservar suas últimas memórias, e quem sabe servir para unir o avô ao seu único neto no futuro. Assim, ele teria pelo menos uma chance de conhecer a aura das criações do seu famoso avô. Mas naquela noite algo mais sinistro que a morte do sr. D. aconteceu: enquanto o silêncio da noite orava seu ritual através do canto dos grilos e o cair da água no riacho ao longe, uma fagulha da lareira se transformou em fogo e a acendeu. Assim que o primeiro estalo na madeira aconteceu, a marionete deixada sentada ao lado da lareira pelo sr. D. piscou seus olhos e extraordinariamente ganhou vida. Ainda sentada, olhou de um lado a outro da cabana. O fogo da lareira iluminava parte da cabana, e a marionete enxergou diversas formas estranhas. Eram ferramentas, uma mesa abarrotada de pedaços de madeira, pregos, tecidos e latas e mais latas, todos ao mesmo tempo estranhos e reconhecíveis pela marionete. Num impulso instintivo a marionete se colocou sobre seus dois pezinhos e curiosa, a passinhos curtos, saiu a olhar as coisas dentro daquele lugar.

A marionete não sabia que aquilo era uma cabana. Para ela aquele mundo era todo um único mundo que ela acabara de conhecer. Se aproximou da mesa e comparou os pedaços de madeira e tecido sobre ela com as partes do seu corpo e de sua roupa. Viu um retrato do sr. D. e algo dentro de si a fez pensar: ele me criou. A marionete passou a madrugada observando

atenta e lentamente cada objeto dentro da oficina. Encontrava uma lata de tinta e se aproximava dela com muito receio, como se a lata pudesse ganhar vida a qualquer momento. Vendo que isso não acontecia, ela começava, curiosa, a investigar cada parte do objeto até, horas depois, identificar que havia uma tampa, retirá-la num susto achando que havia a destruído, e manipulando com curiosidade e um pouco de asco o líquido que havia dentro dela. E assim recomeçava com outros objetos.

Amanheceu. A luz tomou a cabana inteira e a marionete continuou no seu ímpeto investigativo sobre cada objeto que encontrava. Assim se passaram vários dias. Quando a cabana se tornava escura ela sentava ao lado da lareira já sem fogo, fechava seus olhos, e mentalmente tornava a pensar no retrato do Sr. D. e todos aqueles objetos estranhos dos quais ela também era feita. Quando a luz voltava a inundar a cabana, ela voltava a examinar cada objeto, cada invenção e pedaço de invenção que encontrava. Acabada a exploração dos objetos, quis entender o que era aquela luz que por uma parte do tempo preenchia a cabana. Observou os vidros da janela, e chegou à conclusão de que era o vidro que fazia a luz acontecer. Teve medo da água que pingava em alguns lugares quando chovia muito. A chuva, aliás, parecia um castigo sonoro por algo que tinha feito dentro da cabana, ela devia se observar mais.

Cansada dos objetos que não a entendiam e que ela não entendia, começou a pensar sobre o homem do retrato. Em um dia pensava, aquele homem era mau, havia a colocado ali e depois havia ido embora, sem se importar em dizer onde estava e quando voltaria. Noutro dia aquele homem era bom, havia a criado e dado a ela a chance de conhecer tantas coisas novas e bonitas, e criado partes do seu corpo que a permitia se locomover e tocar nas mais curiosas criações daquele

homem. Aquele homem era mau, havia deixado um retrato apenas para deixá-la curiosa acerca da sua provável vinda, mas nunca viria buscá-la. Aquele homem era bom, havia deixado um retrato para que ela nunca se esquecesse que seu criador um dia apareceria repentinamente e a explicaria detalhadamente o que ela estava fazendo ali. Por fim, ela começava a pensar que aquele homem não existia de verdade. O retrato devia ser uma ilusão, um desenho de alguma outra marionete que vivera ali antes dela.

Até que a marionete começou a sentir que suas articulações já não funcionavam mais como antes. Ela estava enferrujando e não entendia o que era o fim. Como aquele homem no retrato, se existia, podia fazer isso com ela? A jogar naquele mundo, e sair para nunca mais voltar, deixando-a com sua solidão eterna por ser diferente de tudo que havia ali. Ela nunca seria alguém e ninguém nunca a seria. Ela e o mundo viveriam naquela distância, mesmo um estando dentro no outro, como seres separados por um véu invisível. Podiam ver e tocar um ao outro, mas nunca poderiam tocar as almas um do outro, nem se compreender. Estaria o mundo, incompreendido e sozinho, também triste como ela, do outro lado daquele véu invisível? Qual era o propósito de um ser criar um outro ser e não dar a ele qualquer instrução, qualquer sinal? Não, o retrato não era um sinal. Naquele mundo em que as coisas eram reais e poderiam ser vistas e sentidas, ela queria um sinal da bondade do homem do retrato. Mas tudo que tinha era sentir na pele o que significava envelhecer sem nunca saber da existência dessa palavra. Era ver o pó se acumulando pelos cantos, a luz cada vez mais escassa, suas articulações rangendo, suas roupas sujas e rasgadas. Sua gravata e seu sapatinho agora eram pintados do mesmo cinza que o chão daquele lugar. O tempo era uma injustiça. Viver também. E onde estava o homem do

do retrato? Por que ele estava tão longe de salvá-la? Aquele sorriso no retrato era uma promessa? Ou era uma gozação? Não era nada. O próprio retrato foi se perdendo atrás do pó, e ela teve certeza. O homem do retrato nunca existira.

Foi quando uma nova fagulha, da mesma maneira do seu nascimento, acendeu a lareira. Ela viu o fogo crescer, as chamas refletirem em seus olhinhos de madeira empoeirados, e então ela teve certeza do que devia fazer. Colocou, um a um, seus pés sobre o fogo e ardeu em chamas, tão velha e seca que estava. Nada sentiu, saiu do nada e voltou para o nada. Se entregou para o fim com a mesma não vontade com que lhe entregaram para a

vida. O fogo estalou seu corpo de maneira tão rápida que um pedacinho da sua perna saltou para o tapete da sala e colocou a cabana toda em chamas. No outro dia, as pessoas mal acreditaram no que havia acontecido quando viram a fumaça negra e cinza que saía do que restou da velha cabana do sr. D. Agora, esfriada pela leve garoa que cobria a cidade. Um casal de velhinhos abraçados, sob seu guarda-chuva, olhava com tristeza para a ruína da cabana do Sr. D. quando o velhinho disse para sua senhora: “Deus gostava tanto do Sr. D., que levou-o junto dele. Agora, todo esse tempo depois, mandou um raio para levar sua amada oficina da mesma maneira que o levou. Que Deus o tenha.



Ilustração: Lucilia de Sá Alencastro

WALCIR SOARES DA SILVA JUNIOR

POLEMICA... ! ?

A REFORMA TRABALHISTA

Soeli Souza¹

A reforma trabalhista traça um claro divisor de águas nas relações trabalhistas. Antes, elas gravitavam em torno de um conceito que é a hipossuficiência do empregado frente ao empregador. Isso quer dizer que a lei reconhecia que o empregado tem uma dependência econômica do empregador, logo, não tem condições de manifestar sua vontade livremente enquanto o contrato esta em curso. Em decorrência disso, vedava qualquer negociação do empregado com o seu empregador que viesse em seu prejuízo, ainda que indireto, ou seja, impedia o empregado de "abrir mão" dos seus direitos.

Embora a Constituição Federal conceda às entidades sindicais o poder de mediar as negociações entre patrões e empregados, a jurisprudência trabalhista firmou entendimento de que elas não podem renunciar aos direitos dos trabalhadores. A justificativa é que, embora os sindicatos não tenham dependência econômica do empregador, eles não podem dispor do mínimo que a lei estabelece, sob pena de comprometer a saúde e a própria sobrevivência digna do trabalhador.

Pois bem. Agora, o trabalhador (não importa o seu grau de instrução), perde a condição de hipossuficiente, e pode negociar,

em algumas hipóteses, diretamente com o empregador, sem a participação do sindicato, podendo renunciar a direitos e dar quitação. Os sindicatos, por sua vez, poderão negociar até os direitos previstos em lei.

Frente a essas novas condições, pergunta-se: o empregado realmente tem condições de negociar em igualdade de condições com seu empregador? Os sindicatos estão preparados para resistir às investidas da categoria econômica/empregador, justo agora que perderam a independência econômica pela supressão da obrigatoriedade da contribuição sindical?

A experiência que tenho, depois de mais de vinte anos em contato com ações trabalhistas na Justiça do Trabalho, indica que não. Com relação ao empregador, pelo simples fato do empregado não ter proteção contra a dispensa arbitrária ou sem justa causa, assim, não terá como dizer não ao empregador, sem correr risco de ser dispensado, ainda mais numa época de grande desemprego. Por outro lado, com relação aos sindicatos, sem a contribuição do trabalhador, não terão como sobreviver economicamente e negociar de forma independente com a categoria econômica ou empresa empregadora.

¹Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Especialista em Assessoramento na Jurisdição Trabalhista pela Unibrasil. C-eletrônico: soelilemes@bol.com.br.

Fora isso, ainda a lei exclui grande número de trabalhadores da proteção da lei trabalhista, ao estimular a existência de outras formas de prestação de serviços, que não envolvem vínculo de emprego, como é o caso do trabalhador autônomo, criando, assim, uma legião de trabalhadores à margem de direitos trabalhistas, como licença maternidade, paternidade, 13o salário, férias, etc.

Essas reflexões obviamente se referem ao texto de lei já aprovado. Ressalto que a lei pode vir a sofrer alterações em alguns temas polêmicos por meio de leis, ou, mesmo, por meio de ações judiciais questionando a constitucionalidade de diversos de seus dispositivos que afrontam a ordem constitucional vigente.

QUADRO COMPARATIVO

TEMA	ANTES DA REFORMA	DEPOIS DA REFORMA
1-Terceirização	Permitida para atividade-meio, vigilância, limpeza e segurança e Trabalho temporário (Súmula 331/TST)	Pode ser transferida a terceiros quaisquer atividades, inclusive a principal, a teor da nova redação dada ao Art. 2o da Lei 6.019/74: “Art. 4o-A. Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.
2- Banco de horas	Com participação do sindicato, para o período máximo de um ano (art. 59, § 2o)	Com ou sem participação do sindicato, para o período de seis meses, e com participação do sindicato, quando anual.
3- Gestante ou lactante	Art. 394-A. A empregada gestante ou lactante é afastada de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo exercer suas atividades em local salubre.	É afastada para local insalubre em grau máximo; em grau médio ou mínimo, deverá apresentar atestado de saúde por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento. (art. 394-A)
4-Regime 12X36	Súmula 444/TST. É válida, em caráter excepcional, ajustada exclusivamente por acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados.	Acordo individual escrito, CCT ou ACT - observados ou indenizado o intervalo - já remunera os feriados e prorrogação de hora noturna. (art. 59-A)

5-Horas in itinere	É considerado na jornada de trabalho e pago como horas extras.	Não será considerado na jornada como tempo de serviço, e não será pago. (art. 58, § 2o)
6-Intervalo para descanso e alimentação	De uma hora para jornada superior a seis horas. Nos termos da Súmula 437/TST não pode ser reduzido por norma coletiva.	Pode ser reduzido para até trinta minutos por norma coletiva.
7-Trabalho intermitente	Não havia	O trabalho intermitente é aquele em seus alternam períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, excluindo apenas os aeronautas (art. 396, § 3o).
8-Formas de rescisão / FGTS / seguro-desemprego	Dispensa pelo empregador, sem justa causa: devida a multa de 40% do FGTS e o levantamento dos valores depositados integralmente; direito ao seguro-desemprego;	- Mantida a dispensa pelo empregador, sem justa causa. - Cria a rescisão por acordo, hipótese em que é devida a metade da multa do FGTS e do aviso prévio, e 80% do FGTS pode ser levantado. Indevido o seguro-desemprego no caso de acordo (art. 484-A, § 2o)
9-Quitação anual	Não há previsão legal.	Facultada a quitação anual perante o sindicato, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas (art. 507-B)
10-Contribuição sindical	obrigatória	Depende da prévia e expressa autorização (art.578)
11-Justiça gratuita	Devida ao empregado que receber salário inferior ao dobro do mínimo legal, ou, quando declarar insuficiência econômica. Não paga honorários de perito, se perder objeto da perícia, e nem honorários advocatícios.	Devida para o empregado que receba salário igual ou inferior a 40% do limite máx. dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Não isenta honorários periciais, que serão pagos com os créditos recebidos. (art. 790-B)
12-Honorários sucumbenciais	Não há previsão na Justiça do Trabalho.	Devido por sucumbência recíproca, inclusive pelo beneficiário da justiça gratuita (art. 791-A)

13-Adicional de insalubridade	A classificação da insalubridade (níveis mínimo, médio e máximo) efetuados segundo as normas do Ministério do Trabalho, após perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho.	O grau de insalubridade pode ser negociado com sindicato. (art. 611-A, XII)
14-Intervalo para amamentação	2 descansos especiais, de meia hora cada um. Quando o exigir a saúde do filho, o período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado.	Negocia com o empregador por meio de acordo individual (art.396, § 2o)

1. Terceirização: A Justiça do Trabalho, por meio da Súmula 331/TST durante muitos anos, freou o fenômeno da terceirização, limitando-o a certas atividades, como limpeza, conservação, serviço temporário, vigilância e atividades-meio das empresas. Agora não existe mais este limite. Por exemplo, o banco pode terceirizar o serviço de caixa, sem precisar pagar para esse trabalhador os direitos previstos nas convenções coletivas dos bancários, porque ele não pertence a esta categoria. Ao mesmo tempo, enfraquece a categoria dos bancários, que perderá seus filiados. Além disso, o terceirizado não é treinado devidamente para as funções, o que gera serviços de menor qualidade e maior risco de acidente de trabalho, em prejuízo ao sistema de saúde pública. A redução da remuneração do terceirizado é inegável, pois é dela que a empresa prestadora extrai o seu lucro.

Uma das consequências imediatas é a dispensa de trabalhadores para contratar terceirizados.

2. Banco de Horas: O banco de horas é um sistema que permite ao empregador não pagar as horas extras acumuladas durante um determinado período (atualmente, de um ano - art. 59, § 2o, da CLT), compensando-as com saídas antecipadas quando a quantidade de serviço diminui, por exemplo. Terminado o período de um ano e havendo saldo positivo, o empregador é obrigado a pagar o saldo como horas extras. Hoje, esse sistema só pode ser

adotado com a presença do sindicato, como garantia de que prevaleça a vontade da categoria. Agora, para banco de horas de até seis meses, não é exigida a presença do sindicato, o que importa em dizer que o empregado terá que se sujeitar à vontade do empregador. Sabe-se que numa relação de emprego, o empregado dificilmente tem condições de barganhar com seu empregador as condições de trabalho.

3. Gestante ou lactante: A proibição do trabalho em local insalubre de gestante ou lactante era uma forma de proteger a saúde da mãe e do bebê. Agora a lei passa o ônus para a mulher apresentar o atestado de que não poder laborar em local insalubre, deixando-a em condição, no mínimo, desconfortável com relação ao seu empregador.

4. Jornada 12x36: Apenas excepcionalmente o TST permitia esta forma de trabalho, para determinadas categorias, como na vigilância, enfermeiros, por exemplo. Ainda assim, exigia presença do sindicato, para garantir que esse era o interesse da categoria. Agora, pode ser individual, ou seja, pode ser imposto pelo empregador. Além da jornada ser elástica, ainda a nova lei autoriza a realização de horas extras. Há perda salarial com esse sistema, quando o labor coincidir com domingos e feriados, não serão pagos em dobro, como prevê a lei. Também poderá ser feita sem intervalo, haja vista que a nova lei permite o pagamento do intervalo de forma indenizada. Além disso, a hora noturna de 52m30se para o

período das 22 às 5 (trabalhador urbano), será considerada de sessenta minutos. Ou seja, para cada hora noturna trabalhada o empregado perde 7min30s, sem pagamento.

5. Horas in itinere: É o período gasto pelo empregado em condução fornecida pelo emprego até o local de trabalho, quando este é de difícil acesso ou não serviço por transporte público regular. A nova lei excluiu esse direito. É um prejuízo especialmente para os rurais, que muitas vezes passam mais de três horas para se deslocar até as fazendas mais distantes. Agora ele passará a receber apenas pelo labor efetivo, e, não, pelo tempo de deslocamento.

6. Intervalo intrajornada: A respeito do intervalo intrajornada, é certo que para algumas categorias, a redução não irá interferir na saúde do empregado, e até pode ser benéfica, pois poderá encerrar sua jornada mais cedo. Todavia, para outras, é imprescindível um intervalo superior a trinta minutos, não apenas para se alimentar, como, também, para recuperação muscular. Nestes casos, a não observância do intervalo implica em maior risco de acidente e desenvolvimento de doenças relacionadas ao trabalho. Essa diferença não foi considerada pelo legislador, que autorizou a redução, independente do trabalho realizado.

7. Trabalho intermitente: É um contrato por demanda, com o objetivo de reduzir os custos do empregador, pois exclui a possibilidade de mão de obra ociosa. Por outro lado, diminui sobremaneira a remuneração do empregado, tornando imprevisível o valor que receberá num mês, pois, não há obrigação de contratação mínima nem a jornada a ser cumprida.

Além disso, transfere para o empregado o risco da atividade econômica que deve sempre ficar ao encargo do empregador, pois é quem auferir os lucros. Isso ocorre, por exemplo, quando há desconvoação do empregado, cabendo ao empregador pagar apenas a metade da diária, e em trinta dias. Também a lei não especifica quais as circunstâncias que justificaria a desconvoação do empregado. O Ministro do TST, Maurício Godinho Delgado, afirmou que “trabalho intermitente é servidão voluntária”. Saliente-se que já existe uma

modalidade de contratação que atende às necessidades sazonais, como é o caso do trabalho em tempo parcial previsto no art. 58-A, da CLT. Haveria necessidade, no mínimo, de restringir esta forma de contratação, para evitar a sua disseminação indiscriminada nos meios produtivos.

8. Formas de rescisão/FGTS/seguro-desemprego: O grande risco é que os trabalhadores sejam obrigados a assinar acordo para rescisão contratual, quando o empregador tem interesse em dispensar sem justa causa. Não se duvide que isso possa acontecer, pois, neste caso o empregador pagará apenas metade do aviso prévio e da multa do FGTS. Além disso, enquanto ao encerrado o contrato de trabalho, o empregado ainda se sujeita às ordens do empregador.

9. Quitação anual: O empregado, quando ingressa com ação trabalhista, tem direito de postular direitos não respeitados nos últimos cinco anos do contrato de trabalho, a contar da data da rescisão. Todavia, agora, a nova lei traz o chamado termo de quitação anual, por meio do qual o empregado, perante a entidade sindical, assina um termo dando quitação do período contratual, que significa quitação total, sem poder mais reclamar por meio de ação trabalhista. Se exigido esse termo anualmente, nada sobrarão ao empregado para postular em eventual ação trabalhista. Além disso, essa quitação é dada quando o contrato ainda está vigente, situação que vicia a vontade do empregado. Ele poderá negar-se a dar a quitação, sem risco de ser dispensado?

10. Contribuição sindical: Antes, os sindicatos podiam negociar os direitos trabalhistas, desde que não fossem contrários à lei e não representassem simples renúncia, sendo exigido, para tanto, uma contrapartida ao trabalhador. Agora esse poder de negociação dos sindicatos aumentou sobremaneira, pois, agora, podem dispor até de direitos previstos em lei (é o acordado sobre o legislado). Justo neste momento que o poder de negociação dos sindicatos é mais abrangente, o legislador excluiu a fonte de subsistência econômica dos sindicatos, que é o chamado imposto sindical, que passa a ser opcional e não obrigatório.

As consequências são muito negativas para os empregados, e, não, apenas para o sistema sindical. É que a independência econômica dos sindicatos é uma forma de garantir que negociar com os empregadores em pé de igualdade, ainda mais agora que tem força para excluir direitos previstos na lei e sofrerão maior assédio por parte dos empregadores.

A par disso, o sistema sindical sofre duro golpe com as terceirizações, haja vista que esta forma de contratação faz com que o trabalhador perca a vinculação com a categoria, e, portanto, não possui interesse em contribuir com o sindicato. O mesmo ocorre com o trabalho intermitente.

Com isso, vislumbra-se um enfraquecimento da representação sindical, justamente no momento em que passaram a ter poder de negociar os direitos trabalhistas, situação que poderá trazer prejuízos de grande monta aos trabalhadores.

11. Justiça gratuita: Hoje basta o trabalhador alegar que não tem condições de arcar com as despesas processuais, e recebe o benefício da justiça gratuita, ou seja, não paga custas processuais, nem honorários de perito. Agora, mesmo o beneficiário da justiça gratuita, está sujeito tanto ao pagamento de honorários periciais.

12. Honorários sucumbenciais: Dada a condição de insuficiência econômica do empregado, na Justiça do Trabalho não se aplicava os honorários sucumbenciais, ou seja, ainda que o empregado perdesse parte dos pedidos feitos na ação, não era obrigado a pagar honorários para a parte contrária. Agora, se o empregado for sucumbente em parte dos

pedidos, terá que pagar parte dos honorários da parte contrária, ainda que beneficiário da justiça gratuita.

13. Adicional de insalubridade: A negociação do grau de insalubridade é um incentivo para o empregador deixar de investir na redução dos riscos de acidente no ambiente de trabalho. Saliente-se que os órgãos de fiscalização (podendo ser inserido aqui a Justiça do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego) travam luta de décadas objetivando a redução dos riscos no ambiente de trabalho, trabalho esse que será extremamente prejudicado com as novas regras.

14. Intervalo para amamentação: Como o acordo para a fruição desse intervalo é por acordo individual, ou seja, entre empregada e empregador, fica a dúvida se ele será respeitado, ou o empregador, usando do seu poder de mando, obrigará a empregada a abrir mão desse direito que interfere diretamente na saúde do bebê.

Portanto, trata-se de uma reforma que não atende aos interesses dos trabalhadores, os quais, diga-se, sequer tem conhecimento da sua extensão e como irá afetar seus direitos trabalhistas. Tanto que muitos trabalhadores comemoram o fato de não serem mais obrigados a contribuir com o sindicato, não se atentando para o fato de que são justamente os sindicatos que irão negociar seus direitos, inclusive aqueles previstos em lei. É hora, portanto, de, ao invés dos trabalhadores se afastarem dos sindicatos, unir-se a eles, e, principalmente, fiscalizar a sua atuação, como forma de proteger seus direitos.

A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO NA CIÊNCIA FORENSE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

KOLLER, F. J¹ ; SCHWIDERSKI, A. C². ; REIS, T. A. da S³. ;
NOVAK, N. V.⁴; PEIXOTO, P. H.⁵

RESUMO - O presente trabalho tem por objetivo conhecer as atuações do enfermeiro forense no Brasil. Para isso foi realizada uma revisão integrativa de literatura nos seguintes bancos de dados: Scientific Electronic Library Online, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde e Biblioteca Regional de Medicina, entre os anos de 2009 a 2016. Com utilização dos descritores foram selecionadas quinze publicações, que reforçaram a autonomia do enfermeiro na prática forense nas áreas de violência doméstica, violência sexual, violência infantil, determinação e priorização de cenas de crimes e também na normatização da prática forense no Brasil. Pode-se concluir que a atividade do enfermeiro forense auxilia na identificação de uma vítima de violência, criando assim um vínculo que ajuda a possibilitar o relato da vitimização e do exame físico.

Palavras-chave: Enfermagem Forense. Violência. Revisão.

The importance of the nurse in forensic science: an integrative literature review

ABSTRACT - The present work aims to know the actions of the forensic nurse in Brazil. For this, an integrative literature review was carried out in the following databases: Scientific Electronic Library Online, Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences an Regional Medicine Library, between the years of 2009 to 2016. Using the descriptors were Selected fifteen publications that reinforced the nurse's autonomy in forensic practice in the areas of domestic violence, sexual violence, child violence, determination and prioritization of crime scenes and also in the standardization of forensic practice in Brazil. It can be concluded that the activity of the forensic nurse assists in the identification of a victim of violence, thus creating a bond that helps to enable the reporting of victimization and physical examination.

Key words: Forensic Nursing. Violence. Review.

1 Enfermeiro. Docente do Curso de Enfermagem das Faculdades Integradas Santa Cruz. C-eletrônico: enfkoller@yahoo.com.br.

2 Enfermeiro. Graduado pelas Faculdades Integradas Santa Cruz. C- eletrônico: antonio_schwiderski@hotmail.com.

3 Enfermeira. Especialista em Enfermagem em Centro Cirúrgico e CME. Enfermeira Assistencial da Liga Paranaense de Combate ao Câncer. C-eletrônico: thom_reis@hotmail.com.

4 Enfermeira. Especialista em Enfermagem em Centro Cirúrgico e CME. Enfermeira Assistencial da Liga Paranaense de Combate ao Câncer. C-eletrônico: nadia@lpcc.org.br

5 Enfermeiro. Especialista em Nefrologia. Enfermeiro da Prefeitura Municipal de Curitiba. C- eletrônico: phpeixoto@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Desde as primeiras gerações de agrupamentos tribais da humanidade, quando existia um ato de violência entre indivíduos do mesmo grupo social, evidências de desconfiança na tribo, ou a segurança do grupo estaria afligida, seria necessária a identificação e a separação dos indivíduos suspeitos do grupo, após ocorrer um julgamento e questionamento da causa do ato infringido⁽¹⁾.

Com a evolução dos anos, as modificações entre as civilizações, os padrões de conduta para a solução de um crime estão evoluindo a cada dia, e para uma melhor visualização de um crime foi criada a ciência forense, que é um conjunto da criminalística com a medicina legal, desenvolvendo técnicas para a coleta e observação de evidências cruciais para a apresentação do suspeito de um crime⁽¹⁻²⁾.

A ciência forense reúne muitos conhecimentos, como: a química, a mecânica, a anatomia, a fisiologia, a patologia, a medicina, a psicologia entre outras. Para que possa entender o que aconteceu no local do crime e tentar projetar como o agressor pensou, como foram os seus atos, se foi premeditado, que objeto foi usado para realizar o crime, quais os vestígios e evidências foram deixados no local do crime e se necessário reunir todo o tipo de informação para a criação de um laudo íntegro, objetivo que mostrará quem é o executor do crime⁽²⁾.

O enfermeiro embasado nos conhecimentos adquiridos pela academia para o cuidado integral de um paciente, juntamente com a ciência forense que tem a sapiência necessária para prestar os primeiros cuidados ao paciente violentado. Sendo assim as evidências são mantidas íntegras e podem ser utilizadas para comprovar quem foi o agressor⁽³⁾.

A ciência forense alienada à ciência da enfermagem irá sensibilizar o olhar clínico dos profissionais de saúde, desde o cuidado necessário para a coleta e a preservação das evidências, que é fundamental para o processo contra o criminoso e o agressor⁽³⁾.

Ao reunir o conhecimento forense com a ciência do cuidado, o paciente tem um acompanhamento de saúde físico e mental, pois a coleta de provas e o parecer do enfermeiro perante um tribunal servem para expor os acontecimentos do crime e colabora para um melhor entendimento do ocorrido⁽³⁻⁴⁾.

Sendo assim, surge como objeto deste estudo de conhecer as atuações no enfermeiro forense no Brasil.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, que inclui a análise de pesquisas consideráveis que dão suporte para a tomada de decisão, possibilitando uma síntese do estado do conhecimento de um determinado assunto, além de apontar falhas do conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos. Este método de pesquisa permite a sinopse de vários estudos publicados e proporciona o resultado geral a respeito de uma particular área de estudo⁽⁵⁾.

A construção da revisão integrativa possibilita ao pesquisador a construção da metodologia em cinco fases expostas a seguir:

a) QUESTÃO NORTEADORA DA RI: Nesta pesquisa foi escolhido a questão norteadora: Qual a prática do enfermeiro forense no Brasil?

b) FONTE DE DADOS: A procura para realização da pesquisa foi feita nos banco de dados Scientific Electronic Library Online, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde e Biblioteca Regional de Medicina, com os critérios de inclusão: artigos completos e na íntegra, no período de 2009-2016, disponíveis na língua inglesa e portuguesa, utilizando as palavras chave: “ciência forense”, “enfermagem forense”, “violência forense”, com utilização dos integradores booleanos “and” e “or” para construção das conjunções, na busca de uma literatura refinada.

c) CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO: De posse dos artigos, passou-se à etapa seguinte, ou seja, leitura minuciosa, na íntegra, de cada artigo, visando ordenar e sistematizar as informações sobre a temática, devendo a publicação estar na íntegra, no período delimitado, na língua portuguesa versão brasileira, espanhola e inglesa.

d) DETERMINAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES: Dos 253 artigos disponíveis nos bancos de dados serão utilizados 15 artigos nesta pesquisa que permitiam o uso de mais de dois termos dos descritores preconizados na primeira etapa. Os artigos contemplados para o estudo, estão citados na Tabela 1.

e) SÍNTESE DOS RESULTADOS: Nesta etapa ocorre a interpretação e síntese dos resultados, compararam-se os dados evidenciados na análise dos artigos ao referencial teórico. Além de identificar possíveis lacunas do conhecimento, é possível delimitar prioridades para estudos futuros⁽⁶⁾. Diante deste exposto classifica-se a importância da atuação do enfermeiro na ciência forense nas seguintes categorias:

**TABELA 1 –
LISTA DE PUBLICAÇÕES DA ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA CIÊNCIA FORENSE**

ARTIGO	AUTORES	REVISTA	ANO	OBJETIVO DO ARTIGO
Enfermagem Forense: Uma especialidade a conhecer.	SILVA K.B.; SILVA R.C.	Cogitare Enfermagem	2009	Relatar como ocorre a atuação da enfermagem forense nos Estados Unidos da América.
Atendimento aos usuários em situação de violência: concepções dos profissionais de unidades básicas de saúde.	LIMA M.A.D.S; RÜCKERT T.R; SANTOS J.L.G; COLOMÉ I.C.S; ACOSTA A. M;	Revista Gaúcha de Enfermagem	2009	O objetivo deste estudo foi analisar concepções de profissionais de unidades básicas de saúde sobre o atendimento aos usuários em situação de violência, em suas diferentes manifestações.
Atendimento de enfermagem às mulheres que sofrem violência sexual.	REIS M.J; LOPES M.H.B. M; HIGA R; BEDONE A. J.	Revista Latino Americana. Enfermagem	2010	Foi caracterizar a assistência de enfermagem prestada pelo enfermeiro às mulheres que sofreram violência sexual, atendidas no Hospital da Mulher - CAISM/Unicamp.

ARTIGO	AUTORES	REVISTA	ANO	OBJETIVO DO ARTIGO
Cuidado de enfermagem à criança vítima de violência sexual atendida em unidade de emergência hospitalar.	WOISKI R.O.S; ROCHA D. L. B.	Esc. Anna Nery Rev. Enferm.	2010	Conhecer como a equipe de enfermagem percebe o cuidado efetivado à criança que sofreu violência sexual ao ser atendida em unidade de emergência hospitalar e especificar, a partir das expressões da equipe de enfermagem, as características que compõem o cuidado de enfermagem nesse caso.
O cuidar em enfermagem à mulher vítima de violência sexual.	MORAIS S.C. R. V; MONTEIRO C.F.S; S.S ROCHA.	Texto Contexto Enferm,	2010	O propósito deste ensaio é refletir acerca do cuidar em enfermagem à mulher vítima de violência sexual, nas dimensões: técnica, de acolhimento e da existência humana, pautada em conceitos filosóficos e de estudiosas da área de enfermagem.
Qualificação do enfermeiro no cuidado a vítimas de violência doméstica infantil.	SARAIVA R.J; ROSAS A M T.F; VALENTE G.S.C; VIANA L O.	CIENCIA Y ENFERMERIA XVIII	2012	Identificar na literatura existente, a importância da atuação do enfermeiro no atendimento às vítimas de violência infantil.
Abordagem dos casos de violência à criança pela enfermagem na atenção básica.	ARAGÃO A.S; FERRIANI M.G.C; VENDRUSCO LLO T.S; SOUZA S.L; GOMES R.	Revista Latino Americana. Enfermagem	2013	Analisar como os casos de violência contra criança e adolescente são abordados pela enfermagem, na atenção básica identificando limites e possibilidades para se lidar com esses casos.

ARTIGO	AUTORES	REVISTA	ANO	OBJETIVO DO ARTIGO
Care and social suffering: nursing within contexts of political violence.	LÓPEZ B. E. A.	InvestEduc Enferm.	2013	Este artigo procura gerar uma reflexão a respeito do potencial contribua dos profissionais de enfermagem, no cuidado dos indivíduos, famílias e comunidades, que experimentaram eventos tão devastadores como os derivados do conflito armado e a violência política.
Possibilidades de uma enfermagem forense em hospital de urgência.	NERY T.P.A.B; LAGESR.C.N; TENÓRIO B.M.P; MONTEN.L.	Revista Interdisciplinar	2014	Identificar atividades relacionadas a enfermagem forense em casos de violência em um hospital de urgência de Teresina.
Como os profissionais da Atenção Básica enfrentam a violência na gravidez?	BARRIENTOS D. M. S; MIURA P.O; MACEDO V. D; EGRY E.Y.	Revista Latino Americana. Enfermagem	2014	Conhecer como os profissionais da Estratégia de Saúde da Família reconhecem e enfrentam o fenômeno da violência doméstica contra as mulheres grávidas.
Práticas de saúde aos usuários em situação de violência: da invisibilidade ao (des)cuidado integral.	GUZZO P. C; COSTA M. C; SILVA E. B; JAHND A.C.	Revista Gaúcha de Enfermagem	2014	O estudo teve como objetivo conhecer as práticas de cuidado dos profissionais da saúde a usuários em situação de violência, sob o eixo da integralidade.
Percepção de estudantes de enfermagem sobre violência do parceiro: conhecimentos, crenças e função profissional.	CUADRA A.R; ESTRAGUÉ P.G; PUMAROLA C.F; MARTÍ M.D.B; MARTÍN D.R; FERRANDO D.B.	Revista Latino Americana. Enfermagem	2015	Examinar os conhecimentos, crenças e a percepção da função profissional que têm os estudantes de enfermagem, sobre a violência contra as mulheres, nos relacionamentos íntimos.

ARTIGO	AUTORES	REVISTA	ANO	OBJETIVO DO ARTIGO
Violence against women: perceptions of nursing students' about the focus on the formation.	ROCHA B.D; LANDERDAH L M.C; CORTES L.F; VIEIRA L.B; PADOIN S.M.M.	InvestEduc Enferm.	2015	Conhecer a percepção dos estudantes de enfermagem de uma universidade pública no sul do Brasil, sobre a inclusão no currículo do tema da violência contra a mulher e do com respeito à abordagem da temática durante a formação.
Violência doméstica contra a mulher: representações de profissionais de saúde.	GOMES V.L.O; SILVA C.D; OLIVEIRA D.C; ACOSTA D.F; AMARIJO C.L.	Revista Latino Americana. Enfermagem	2015	Analisar as representações acerca da violência doméstica contra mulher, entre profissionais de saúde das Unidades de Saúde da Família.
Women's primary care nursing in situations of gender violence	VISENTIN F; VIEIRA L.B; TREVISAN I; LORENZINIE; SILVA E.F.	InvestEduc Enferm.	2015	Identificar as ações realizadas pelo/a enfermeiro/a da atenção primária a saúde para mulheres em situação de violência doméstica.

Fonte: os Autores(2016)

3 ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ENFERMAGEM FORENSE

A ciência forense tem ganhado muita visibilidade nos últimos anos, possivelmente por causa dos seriados de televisão, que mostram uma trama toda 15 voltada para desvendar um crime com a utilização das tecnologias e raciocínios forense⁽⁷⁾.

A enfermagem forense teve seu início no ano de 1992 nos Estados Unidos da América quando dezenas de enfermeiros que realizavam exames de perícia, de abuso sexual e de estupro, se organizaram e criaram a *International Association Forensic Nurse* (IAFN), que se dedica a aplicação da ciência de enfermagem ao público e à justiça, incentivando a combater a violência e faz com que os direitos da vítima sejam almejados⁽⁸⁾.

Para se graduar no curso de enfermagem forense no EUA é necessário que o profissional tenha dois anos na área assistencial e ainda se submeter a 40 horas com treinamento e técnicas de coleta de evidências e fotos forenses, revisão de leis locais, revisão de literatura, prática supervisionada em mulheres voluntárias, assim poderá executar perícias nos casos de violência doméstica, abusos sexual e estupro. Nos casos de perícias em adulto é necessário no mínimo 10 exames ginecológicos supervisionados por um instrutor qualificado, o método de perícia também pode ser realizado ao exame pós morte ou in vivo, em crianças com até 13 anos incompletos, pois os exames são específicos por idade⁽³⁻⁷⁾.

A perícia pode se expandir até a coleta do ácido desoxirribonucléico do agressor ou do suspeito. Podendo ser realizado em hospitais, ou em lugares que a vítima escolha, sendo por vontade própria ou conduzida pela polícia e por decisão da vítima maior de 13 anos pode decidir a atuação da Sexual Assault Response Team (SART) uma equipe formada por enfermeiras forenses, policiais, detetives e psicólogos especializados em exames e perícia de abuso sexual e em suporte emocional, tem ainda a responsabilidade de testemunhar no tribunal sobre a vítima atendida⁽³⁾.

Quando ocorre algum tipo de catástrofe com múltiplas vítimas em óbito, que necessitam de identificação, famílias sejam contatadas, também e com o acompanhamento dos sobreviventes que procuram seus familiares, na coleta e preservação de evidências para investigação do evento e no reconhecimento do âmbito médico-legal⁽⁷⁾.

A especialidade também tem sua atuação no âmbito de prevenir a violência, com ações de educação, em clínicas forenses (que abordam vítimas e agressores de violência, usuários de álcool e drogas), em investigação criminal, na investigação da morte, na colaboração com médico perito, na psicologia forense, na gerontologia forense, na consultoria de cuidados, na prestação de cuidados em estabelecimentos prisionais⁽⁷⁻⁹⁾.

A enfermagem forense é considerada uma especialidade que tem o objetivo de auxiliar na obtenção da verdade em situações de crime ou eventos traumáticos, referente sempre à ciência do cuidar com a ciência forense para que a justiça se sobressaia⁽⁷⁾.

O enfermeiro em grande parte das vezes é o primeiro a socorrer uma vítima de violência ao mesmo tempo em que presta cuidado dos agravos do paciente, na identificação das lesões ocasionadas pelo agressor, no sentido de tratá-las e também de preservá-las, para que uma investigação comece no sentido de alcançar os direitos da vítima, mas sempre em primeiro lugar está o suporte à vida do paciente⁽⁴⁻²⁾.

O profissional de enfermagem tem o conhecimento necessário para os cuidados ao paciente, é o profissional de saúde que mais tempo passa com o paciente, facilitando assim um vínculo maior, fazendo com que o paciente relate mais sobre a violência ocorrida e possibilitando mais detalhes à investigação⁽⁴⁾.

4 ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FORENSE NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A identificação da violência doméstica requer uma qualificação, na qual o enfermeiro desde o começo da graduação é preparado para observação do paciente como um todo, este profissional coopera com a rapidez no diagnóstico e no tratamento do paciente ao discernir o real motivo em que o cliente veio até o estabelecimento de saúde, pois muitas vezes pode ser uma vítima de violência e ter vergonha do que ocorreu, mas se essa situação acontece com uma criança, demanda uma notificação compulsória de violência, porém se for uma mulher vítima de violência doméstica é necessário encorajá-la a realizar uma denúncia contra o agressor⁽¹⁰⁾.

Cabe ao enfermeiro saber acolher e acompanhar de modo a visualizar todo o cuidado necessário de cada caso de agressão e violência doméstica, aprimorar assim o relacionamento que existe entre o paciente e o enfermeiro. Tomar as medidas cabíveis perante a lei e a ética faz se necessário quando ocorre uma agressão ou suspeita de violência, para que haja uma fiscalização e diminua os índices de violência⁽¹¹⁾.

Ao fazer a entrevista o enfermeiro deve colocar a vítima em um local seguro e ouvi-la atentamente, garantir a privacidade e o conforto. A mesma deve ser entrevistada desacompanhada, se em algum momento tentarem invadir a privacidade, é função do enfermeiro intervir e garantir os interesses da vítima⁽⁴⁾.

O que demanda para um enfermeiro forense a identificação da violência doméstica é a vinculação desse paciente, sendo esta estratégia uma das melhores pois, faz com que o paciente confie e relate detalhadamente como aconteceu a agressão, ainda podendo fazer exame físico para comprovar a violência e ainda fazer recolha de vestígios e evidências no local onde ocorreu⁽¹¹⁻²⁻³⁾.

Por muitas vezes os profissionais se sentem despreparados, até intimidados por parte da família, acontece também uma desarticulação por parte da rede de assistência à violência, assim dificultando o processo de combate à violência, e o profissional sente-se impedido de combater a violência, ficando incapaz de resolver determinados casos⁽¹¹⁾.

Um estudo evidência que os 90,1% dos profissionais de saúde não tem formação ou conhecimento para cuidar de vítimas de violência doméstica e que 76,9% sentem a necessidade de uma preparação para lidar com esses casos⁽¹²⁾.

Não apenas os profissionais de medicina legal e policiais devem ser envolvidos nos casos forenses, mas também os enfermeiros têm que ser inseridos nesse processo, é indispensável um protocolo para atuação correta do enfermeiro⁽¹³⁾.

Em casos de violência sexual durante o exame é imprescindível a realização das perguntas, hora e data e as circunstâncias em que ocorreu a violação, orifícios corporais penetrados, se foi utilizado algum objeto ou corpo estranho por parte do agressor, história de relação consentida há 72 horas, lesões sofridas durante o crime, que atos a vítima realizou após a violência (respectivamente tomou banho, escovou os dentes, se bebeu, comeu, fumou na ultima hora), se já realizou transfusão sanguínea nos últimos seis meses, realizou alguma cirurgia nos órgãos genitais. Posteriormente ao exame, o paciente poderá realizar cuidados de higiene conforto⁽¹³⁾.

Uma pesquisa demonstrou um déficit de conhecimento e capacitação na formação de profissionais de saúde, sobre questões referidas à violência doméstica, tal como as próprias questões particulares de cada um em atuar com esse assunto intensificado com a vulnerabilidade desses profissionais para a identificação e intervenção nos casos de violência doméstica. Além de que os profissionais utilizam métodos de trabalho que não observam o paciente de maneira holística, observando-o como um todo, mas apenas indivíduo com uma doença com sinais e sintomas, não identificando fatores que mostram que o paciente é vítima de violência doméstica⁽¹⁴⁾.

Uma investigação realizada com alunos de enfermagem do último ano nas universidades espanholas de Barcelona (Universidade de Barcelona e Universidade Autônoma de Barcelona), Tarragona (Universidade Rovira i Virgili) e Girona (Universidade de Girona), com o intuito de rever os conhecimento que eles tinham para identificarem violência doméstica e violência contra o parceiro em relação a mulher no atendimento aos pacientes. Foi apresentada na pesquisa uma dificuldade dos alunos em conseguir identificar a violência nesses pacientes e a necessidade de introduzir uma matéria relacionada à identificação de vítimas de violência na graduação, pois a observação e formação do profissional de saúde e a maneira mais antecipada de prevenir a violência⁽¹⁵⁾.

A integralidade é um dos princípios do Sistema Único de Saúde haja vista que os profissionais de Estratégia Saúde da Família conduzem uma prática de curar os sintomas e não com um âmbito de visualizar as condições de moradia, relações sociais, eficazes para determinar as condições de saúde do usuário. Quando a questão e a violência à conjuntura se passam despercebidas e a solução é passada para outro setor, não podendo a saúde resolver situações de ordem social⁽¹⁶⁾. A falta de uma conduta, protocolos direcionados para casos de violência doméstica a usuários, leva os profissionais de saúde a realizarem atuações diferentes e fortalecer a reincidência de violência.

5 ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FORENSE NA VIOLÊNCIA INFANTIL

A criança e o adolescente são o grupo de pessoal mais prejudicado entre os segmentos populacionais a sofrer violação de seus direitos afetando direta e indiretamente sua saúde física, emocional e mental⁽¹⁷⁾. Estima-se que, de acordo com as estatísticas de 2006 da Organização Mundial de Saúde (OMS), 150 milhões de moças e 73 milhões de rapazes, com idade inferior a 18 anos, foram vítimas físicas ou sexuais⁽¹⁸⁾.

A violência infantil é um problema que muitas vezes não é algo explícito e sim difícil de observar, o que leva o enfermeiro a ter um olhar mais crítico e ter noção da complexibilidade de atender uma criança que é agredida tanto física quanto psicologicamente, pois o resultado de uma interrupção pode afetar

a família e os que estão próximos, mas não esquecendo que é um dever do profissional quando suspeitar de violência a uma criança ou adolescente acionar a rede de proteção por meio de notificação⁽¹⁰⁾.

Uma prática que pode ser utilizada estrategicamente para a minimização da violência e preferida pela Organização Mundial da Saúde é dividida em três partes: Prevenção primária: estratégia voltada para a prevalência e incidência de casos de violência. Prevenção secundária: discernir risco potencial de violência intra familiar em momentos de atendimento específico de pré-natal e consultas puerperais e pediátricas. Prevenção terciária: auxiliar no apoio de resolução de problemas detectado⁽¹⁷⁾.

6 ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FORENSE NA VIOLÊNCIA SEXUAL

Para que haja o cuidado integral de uma paciente vítima de violência sexual é necessário haver um acolhimento juntamente com um atendimento humanizado e não somente tecnicista, para que esse paciente sinta confiança na prestação de cuidados e na garantia do sigilo e dos encaminhamentos adequados⁽¹⁹⁾.

O enfermeiro inicia as suas notas, com o processo clínico, sendo alvo de um processo médico-legal, capaz de observar, avaliar e implementar cuidados e intervenções no que concerne a ferimentos e lesões, alterações físicas, traumas, bem como proceder ao registro de sinais observados e sintomas manifestados, estado emocional e motivo de recurso aos serviços de saúde⁽²⁰⁾.

O conhecimento específico de cuidado ao paciente que recebeu agressão sexual é muito necessário, ainda mais o preparo psicológico e emocional tem que ser diferenciado para lidar com essa situação, e ainda tem que haver uma educação continuada para a enfermagem e sua equipe⁽²¹⁾.

A Universidade Estadual de Campinas, no Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher, hospital especializado na assistência à saúde da Mulher e do recém-nascido, foi responsável por um protocolo de atendimento assistencial às mulheres vítimas de violência sexual, que possui um atendimento multiprofissional, com uma equipe treinada, planejando a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e favorecer o reestabelecimento psicológico, físico, mental, emocional e social da mulher agredida. O acolhimento individualizado e a capacitação da equipe é o principal motivo pelo qual os pacientes realizam a continuidade do tratamento de seis meses após a violência sexual, entretanto a postura desajustada do profissional de saúde, decorrente de valores, princípios e crenças, pode intervir na qualidade de assistência na continuidade do atendimento⁽²²⁾.

7 ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FORENSE NAS CENAS DE CRIMES

Um local de crime pode ser altamente complexo e se faz necessário que esteja intacto para uma melhor visualização dos itens, objetos e vítimas que estão dispostos no local de tragédia, o entendimento desse complexo também faz parte de uma das atribuições dos enfermeiros forenses⁽³⁻⁷⁾.

Nota-se que a avaliação do local do crime e a coleta de material para análise auxilia o patologista e o criminalista para a liberação do corpo, pois o cuidado detalhado do enfermeiro forense pode auxiliar a equipe, na descoberta do que levou o indivíduo à morte e a possível hora do óbito. O conhecimento da anatomia e fisiologia do corpo humano, adicionado ao estudo forense, facilita a visão mais acurada do contexto geral da situação de morte do indivíduo. É importante destacar que o foco principal da enfermeira está voltado à causa e mecanismo da morte, deixando as investigações criminais, descoberta das causas e circunstâncias aos profissionais competentes no assunto⁽³⁾.

Considera-se que o enfermeiro tenha conhecimento e habilidade sobre o exame físico completo que pode levar até 4 horas, o enfermeiro perito dedica-se a fazer um exame amplo e completo na vítima, estando preparada para ser questionada sob o ponto de vista jurídico, estreitando assim a margem de questionamentos da sua prática em tribuna, se for necessário. Em caso de óbito, a enfermeira forense atua

na investigação da possível causa da morte, preservando evidências físicas, investigando o corpo, o local onde foi encontrado, atenta aos detalhes importantes para o laudo⁽³⁾.

A informação contida nos vestígios é valiosíssima no sentido em que, a partir dos mesmos, poder-se-á constituir a prova que poderá levar à descoberta ou confirmação do indivíduo criminoso, sendo observada a qualidade, ao chegarem aos laboratórios de investigação forense⁽¹³⁾.

8 CONCLUSÃO

A enfermagem forense é um campo de atuação promissor, pois existem poucos profissionais atuantes no Brasil, pois desde os enfermeiros experientes quanto os mais novos tem dificuldades em observar os pacientes vitimados de violências: doméstica, sexual ou até mesmo infantil, em muitas vezes tem o costume de observá-lo apenas como uma doença tentando cuidar dos sinais e sintomas de maneira técnica,

não procurando saber por qual motivo além da doença esse cliente veio para a instituição de saúde.

Os enfermeiros têm que estar preparados para receber pacientes vítimas de diversas violências, tratando-as de forma a identificar o agravante, realizando um histórico de enfermagem e um exame físico minucioso, sempre acolhendo e cuidando do paciente, para que haja um vínculo e fazendo com que esse cliente realmente conte a totalidade da agressão ocorrida, também é necessário que ocorra uma notificação da violência, e posteriormente seja feito os tramites legais conforme a jurisdição (delegacia e/ ou conselho tutelar) para cada tipo de violência ocorrida.

A formação de profissionais forenses irá contribuir na qualificação da assistência de enfermagem, priorizando os atendimentos aos vitimados e fortalecerá um conhecimento insipiente no Brasil, que está surgindo com as práticas nos campos da medicina legal e contribuirá para a promoção e prevenção da violência e também no foco do enfermeiro forense.

REFERÊNCIAS

GARRIDO, R. G.; GIOVANELLE, A. Criminalística: origens, evolução e descaminhos. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas. 2009; 5(6):43-60. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/850/856>>. Acesso em: 27/09/2016.

RIBEIRO, G. P. O. Eficácia de uma intervenção estruturada de enfermagem forense realizada a estudantes de enfermagem. 2016. Mestrado em Enfermagem. Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Saúde de Leiria, Portugal. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/>>. Acesso em: 29/09/2016.

SILVA, K. B.; SILVA, R. C. Enfermagem Forense: uma especialidade a conhecer. CogitareEnfermagem. 2009; 4(3):564-8. Disponível em: <revistas.ufpr.br/cogitare/article/viewFile/16191/10709>. Acesso em: 27/09/2016.

COELHO, M. A. A. Impacto da formação em ciências forenses. Dissertação de Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica. 2013. Instituição Politécnico de Viseu, Escola Superior de Saúde de Viseu; Portugal. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 27/09/2016.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto Contexto Enferm. 2008. Florianópolis, Santa Catarina, 17(4): 758-64. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>>. Acesso em:

SOUZA, M. T.; SILAVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer; Einstein; Três Lagoas Mato Grosso do Sul, Brasil; 8(1 Pt 1):102-6; 5; 08/06/2009; Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf>. Acesso em: 28/09/2016.

SANTOS, C. Contributos para a Implementação da Enfermagem Forense em Portugal; 2013; 141; dissertação de Mestrado em medicina legal e Ciências forenses; Universidade de Coimbra, Faculdade de Medicina; Coimbra, Portugal, 2013. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/>>. Acesso em: 29/09/2016.

LIBÓRIO, R. P. G. Práticas de Enfermagem Forense: conhecimentos em estudantes de enfermagem. Dissertação de Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica. 2012 Instituição Politécnico de Viseu, Escola Superior de Saúde de Viseu. Portugal. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 27/09/2016.

International Association Nurse Forensic. Disponível em: <http://www.forensicnurses.org/>. Acesso em: 27/09/2016.

SARAIVA, R. J.; ROSAS, A. M. T. F.; VALENTE, G. S. C.; VIANA, L. O. Qualificação do enfermeiro no cuidado a vítimas de violência doméstica infantil; Ciencia y Enfermeria XVIII; 2012; (1)11. Disponível em: <www.scielo.cl/pdf/cienf/v18n1/art_03.pdf>. Acesso em: 27/09/2016.

LIMA, M. A. D. S.; RÜCKERT, T. R.; Santos, J. L. G.; COLOMÉ, I. C. S. A. Acosta, A. M. Atendimento aos usuários em situação de violência: concepções dos profissionais de unidades básicas de saúde. Revista Gaúcha de Enfermagem. 2013 21(7); Disponível em: ojs.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/viewFile/4997/3239>. Acesso em: 27/09/2016.

CANELAS, M. P. P. Violência doméstica contra as mulheres relação entre os valores dos profissionais de saúde e a motivação para fazer uma abordagem diferenciada às vítimas. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia. 2008.

Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências sociais e Humanas. Disponível em: <http://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/637/1/doc._PDF%5b1%5d.pdf>. Acesso em: 27/09/2016.

SILVA, C. J. D. C. Os enfermeiros e a preservação de vestígios perante vítimas de agressão sexual, no serviço de urgência. Dissertação de Mestrado em Medicina Legal. 2010. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto. Portugal; 2010; Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/>>. Acesso em: 29/09/2016.

BARRIENTOS, D. M. S.; MIURA, P. O.; MACEDO, V. D.; EGRY, E. Y. Como os profissionais da atenção básica enfrentam a violência na gravidez; Revista Latino Americana. Enfermagem. 2014. São Paulo. 22(3). Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rlae/v22n3/pt_0104-1169-rlae-22-03-00448.pdf>. Acesso: 27/09/2016.

CUADRA, A. R.; ESTRAGUÉ, P. G.; PUMAROLA, C. F.; MARTÍ, M. D. B.; MARTÍN, D. R.; FERRANDO, D. B. Percepção de estudantes de enfermagem sobre violência do parceiro: conhecimentos, crenças e função profissional; Revista Latino Americana. Enfermagem. 2015; Barcelona, España; 23(3):527-34. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rlae/v23n3/pt_0104-1169-rlae-23-03-00527.pdf>. Acesso em: 27/09/2016.

GUZZO, P. C.; COSTA, M. C.; SILVA, E. B.; JAHND, A. C. Práticas de saúde aos usuários em situação de violência: da invisibilidade ao (des)cuidado integral; Revista Gaúcha de Enfermagem. 2014. Palmeira das Missões. 35(2):100-5; Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-14472014000200100&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 27/09/2016.

ARAGÃO, A. S.; FERRIANI, M. G. C.; VENDRUSCOLLO, T. S.; SOUZA, S. L.; Gomes, R. Abordagem dos casos de violência à criança pela enfermagem na atenção básica. Revista Latino Americana. Enfermagem. 2013 Minas Gerais. 21; 7; 02/2013; Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692013000700022&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 27/09/2016.

MAGALHÃES, T. Abuso de crianças e jovens: da suspeita ao diagnóstico. MAGALHÃES, T (Ed), Lidel. Lisboa; 2010: 25, 137-143, 147-148. MORAIS, S. C. R.; MONTEIRO, C. F. S.; ROCHA, S. S. O cuidar em enfermagem à mulher vítima de violência sexual. Texto Contexto Enferm. 2010. Florianópolis; 19(1). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072010000100018>. Acesso em: 27/09/2016.

GOMES, V. L. O.; SILVA, C. D.; OLIVEIRA, D. C.; ACOSTA, D. F.; AMARIJO, C. L. Violência doméstica contra a mulher: representações de profissionais de saúde. Revista Latino Americana de Enfermagem. 2015. Rio Grande do Sul; 23(4):718-24; Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281442224020>>. Acesso em: 27/09/2016.

WOISKI, R. O. S.; ROCHA, D. L. B. Cuidado de enfermagem à criança vítima de violência sexual atendida em unidade de emergência hospitalar. Esc Anna Nery RevEnferm. 2010. Rio de Janeiro 14(1); 8; Disponível em:<www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452010000100021>. Acesso em: 27/09/2016.

REIS, M. J.; LOPES, M. H. B. M.; HIGA, R.; BEDONE, A. J. Atendimento de enfermagem às mulheres que sofrem violência sexual; Revista Latino Americana de Enfermagem. 2010; Campinas, SP, Brasil; 18(4); 8; Disponível em: www.scielo.br/pdf/rlae/v18n4/pt_12.pdf>. Acesso em: 27/09/2016.

GETÚLIO VARGAS E O CAPITAL ESTRANGEIRO: A CONTROVÉRSIA ENTRE A NECESSIDADE E A SOBERANIA NACIONAL

NASCIMENTO, N. G. do.¹
TRINTIN, J. G.¹

RESUMO - A discussão acerca do posicionamento de ex-presidente Getúlio Vargas quanto a entrada de capital estrangeiro remete à participação de tal recurso para o desenvolvimento nacional. A dificuldade de financiamento da industrialização brasileira se devia à deterioração das contas públicas e à baixa capacidade ou desinteresse dos investidores nacionais em determinadas áreas. O capital estrangeiro surgiu então como opção de financiamento na forma de investimento direto e de empréstimos internacionais. Ressalte-se, no entanto, que Vargas tinha ressalvas quanto a participação de tal capital, de modo que desejava que os interesses da nação não ficassem subordinadas aos interesses dos investidores estrangeiros, assim os empréstimos governamentais eram preferíveis ao investimento direto. No entanto, a conjuntura internacional conflituosa aliada à mudança da política estadunidense impediu que tais acordos fossem cumpridos. O financiamento das medidas de superação dos pontos de estrangulamento não foi concedido por completo como havia sido prometido, comprometendo assim o projeto de desenvolvimento nacional brasileiro. **Palavras-chave:** Capital Estrangeiro. Getúlio Vargas. Desenvolvimento.

Getúlio Vargas and foreign capital: the controversy between need and national sovereignty

ABSTRACT - The arguments surrounding Getúlio Vargas' foreign investment policies allude to the participation of this resource on the national development. The financial difficulties for industrialization aimed to the poverty of the national government and to the Brazilian' private capital insufficiency or even it lack of interest. In front of that, the foreign investment became a financial option both as a direct investment and as international loan. Although the Brazilian ex-president's concernment was based on not allow the national interest to be submitted to the international investors interest. Therefore, the international loan between USA's and Brazilian's government was preferable. However, the international conflicts and the changing at USA's international policies prevented them to fulfill those agreements. At the end, the found aimed to increase Brazilian's industry were not entirely granted, which compromised the Brazilian's national development project.

Key-words: Foreign investment; Getúlio Vargas; Development.

1 Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).
C-eletrônico: nataliagreche@gmail.com.

2 Professor Doutor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM). C-eletrônico: jgtrintin@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da economia brasileira e tem como tema a investigação da relação do ex-presidente Getúlio Vargas com a entrada de capital estrangeiro no Brasil. O objetivo do estudo é expor a controvérsia acerca da participação capital estrangeiro no processo de desenvolvimento da indústria nacional. A partir desta compreensão analisar-se-á as medidas adotadas durante seu período no governo para alcançar tal ideal de desenvolvimento, bem como a participação do capital estrangeiro no mesmo.

O trabalho abrange os períodos de Vargas na presidência da República, de 1930 até 1945, denominado Era Vargas, e de 1951 até sua morte, em 1954. Sendo assim, o trabalho adota a hipótese de que Vargas seria favorável à entrada de capital estrangeiro no país, contrariando algumas teses de que seria contrário à participação desse capital no âmbito nacional. Tem-se como premissa de que Vargas se mostrava contrário, principalmente, à dependência externa decorrente dos estrangulamentos externos apresentados pelo modelo de industrialização e ao sentimento de submissão e atraso tecnológico que apresentava o país em relação aos líderes mundiais à época. Sendo assim, a análise quanto às restrições à entrada de capital estrangeiro no país vem no sentido de elucidar ou reforçar os estudos existentes quanto ao tipo de restrições existentes à época de seus governos.

Para atingir esses objetivos o trabalho se divide em seções, nas quais a primeira delas aborda a formação da concepção de desenvolvimento para o ex-presidente Getúlio Vargas, que foi influenciado desde cedo pela doutrina positivista e levou para seu governo a preocupação com as finanças do estado e o caráter intervencionista e promotor do desenvolvimento dos investimentos estatais.

A segunda seção discute a dificuldade de financiar as obras necessárias ao desenvolvimento da nação, portanto, se evidenciando a compreensão por parte do governo quanto a insuficiência do capital privado nacional, do comprometimento das contas do estado e da necessidade de se recorrer à tecnologia e capitais estrangeiros naquele contexto. Discute-se ainda os empecilhos políticos que cercavam as negociações de recursos externos e as medidas do ex-presidente que diziam respeito à entrada de investimentos estrangeiros.

A terceira seção, por sua vez, procura evidenciar a contribuição do capital estrangeiro para o processo de industrialização brasileiro, a partir de dados da atuação de empresas estrangeiras em território nacional durante o período estudado. Argumenta-se ainda, a favor da importância das medidas iniciadas por Vargas e sua importância para o desenvolvimento brasileiro no período posterior à sua queda. Por fim, são apresentadas as conclusões do artigo.

2 DESENVOLVIMENTO NA CONCEPÇÃO DE GETÚLIO VARGAS³

Buscando compreender as principais decisões tomadas por Vargas durante o período em que permaneceu na presidência do Brasil, a presente seção aborda sua concepção de desenvolvimento da nação, e como esta concepção foi formada por meio das influências que o ex-presidente teve em seus anos de formação e também, após chegar ao governo.

Getúlio Vargas iniciou seus estudos na Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1903 e viveu na infância a Revolução Federalista de 18934 (LIRA NETO, 2012). Desde cedo, Getúlio mostrava inclinação à política. Fonseca (2012a) destaca aspectos singulares da turma de direito de 1907, da qual o ex-presidente fez parte, e na qual se graduaram alunos que viriam a ocupar relevantes cargos públicos nacionais como João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Oswaldo Aranha e Flores da Cunha.

3 Vultosa parte da discussão apresentada neste capítulo baseia-se nos trabalhos de Pedro Cezar Dutra Fonseca, haja vista sua relevância para o tema e para o período estudados.

O fato de Vargas ter sido o protagonista de fatos notáveis desde os anos em que frequentou a academia na década de 1920 possibilitou farta documentação de sua trajetória. Por exemplo, documentos oficiais, jornais, o diário deixado pelo próprio ex-presidente e o acervo de avaliações feitas por antigos alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (FONSECA, 2012a).

Para Getúlio, o indivíduo e o estado deveriam ser aliados, sendo dever do estado zelar pelos direitos individuais e auxiliar os cidadãos quando necessário fosse, pensamento este, característico da vertente positivista (FONSECA, 2012a). A corrente positivista foi de importância ímpar para o início do desenvolvimentismo brasileiro. Foi no governo Vargas que a ideia desenvolvimentista esteve clara pela primeira vez: quando o Estado se colocou à frente da sociedade e da economia para garantir que ambas alcançassem o desenvolvimento. A palavra desenvolvimento, como Fonseca (2012b) destacou, “(...) herdou [do positivismo] a noção de marcha progressiva, de evolução, de destino na história; o governo deveria estar à frente de uma construção” (FONSECA, 2012b, p. 45).

O projeto desenvolvimentista teve início a partir de quatro correntes de pensamento diferentes, sendo elas a nacionalista, os defensores da indústria, o papelismo e o positivismo, que serão discutidas a frente. Pautadas em hipóteses semelhantes, que defendiam a industrialização e o intervencionismo que visava o crescimento do nacionalismo. A partir de então, o desenvolvimento passou a ser buscado como um estágio superior de bem estar para a sociedade e, caso não fosse alcançado, esta continuaria atrasada e inferior às demais nações (FONSECA, 2012b).

A primeira corrente, a nacionalista é a mais antiga delas e surgiu da crítica ao exclusivismo metropolitano durante o período do Brasil Colônia, sendo tal descontentamento a primeira forma de nacionalismo que o país conheceu. Houve ainda os defensores do nacionalismo agrário. Durante a década de 1920 foram presentes no país manifestações de apoio ao dito “destino” do Brasil, que seria permanecer um país essencialmente agrário, devido à abundância de recursos naturais disponíveis, ao contrário do capital, que era escasso. Movimentos como a Antropofagia, o Pau-Brasil e o Anta datam dessa época (FONSECA, 2012b).

Os adeptos da segunda corrente de pensamento, os defensores da indústria, pregavam a necessidade de o Brasil romper com seu passado agrário e colonial, sem deixar no entanto a agricultura totalmente esquecida. Pensavam ser necessário uma complementariedade entre o setor agrícola e a indústria nascente. Para isso, a ideia do capital estrangeiro entrar no Brasil não era combatida. O governo recebia cobranças por maiores intervenções, ainda que fosse taxando produtos importados, desde que não exorbitantemente. Acreditavam que era possível, e benéfico, aprender com as experiências de desenvolvimento de outros países e espelhar medidas que poderiam lograr êxito no Brasil (FONSECA, 2012b).

A terceira corrente que influenciou o desenvolvimentismo brasileiro foi o papelismo. Segundo Fonseca (2012b), os defensores desta linha de pensamento questionavam o orçamento equilibrado e por conta disso o ponto de maior relevância nas suas contribuições foi o fato de defenderem o crédito, o déficit nas contas públicas e os empréstimos, como maneiras de fazer a economia crescer. Esta seria a base para o desenvolvimento e também para superar problemas com o balanço de pagamentos do país, que se resolveriam com o aumento da produção. O papel do Estado seria não atrapalhar a atividade econômica, mas ajudar que ela evoluísse.

A quarta e última corrente de pensamento é o positivismo. Dentre suas principais doutrinas estavam a aceitação do intervencionismo estatal na economia e a concepção de que seria dever do Estado encaminhar o país rumo ao progresso. Defendendo o caráter laico do Estado, distanciava-se de dogmas teológicos e portanto, não acreditavam na existência de um destino traçado que o país devesse seguir. O

4 A Revolução Federalista foi um violento conflito armado ocorrido no sul do país entre os anos de 1893 e 1895 entre as frentes Federalista e Republicana. Os federalistas, ou “maragatos” lutavam pelo fim do governo de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, além de defenderem o regime parlamentarista no país, sendo contrários ao regime federal adotado após a proclamação da república em 1889. Por outro lado, os Republicanos, ou “pica-paus” defendiam o governo castilhista, assim como o presidencialismo no Brasil, a doutrina positivista e o governo federal (CARONE, 1983).

limite da intervenção do Estado era a saúde de suas finanças, ou seja, o governo não deveria comprometer o equilíbrio do orçamento nem mesmo em prol do desenvolvimento. Para Fonseca (2012b), a contribuição do positivismo foi maior quando comparado às outras três correntes de pensamento já mencionadas pois trouxe uma mudança na postura dos governantes. A partir dessa mudança surgiu uma visão mais ampla do processo histórico e sem a qual, talvez não houvesse desenvolvimentismo.

Essa adaptação de diferentes linhas de pensamento acabou por formar o desenvolvimentismo. As considerações utilizadas para regular a economia no passado não eram mais suficientes, era preciso novas ideias e propostas para a nova época na qual o país se encontrava. A partir de então, o desenvolvimentismo trouxe a imagem de modernidade e avanço (FONSECA, 2012b).

Fonseca (2012c) conclui que, é possível duvidar de que o governo tinha plena consciência dos resultados aos quais chegaria, no entanto, não se pode duvidar de que não soubesse, desde o início o rumo tomado e onde este levaria quanto à industrialização. **É de fácil percepção a criação e manipulação de instituições para tornar favorável o surgimento da indústria nacional. É possível identificar as intenções de industrialização nos discursos de Vargas desde muito cedo.**

3 A CONTRADIÇÃO QUANTO AO CAPITAL ESTRANGEIRO

Os governos Vargas foram marcados por sua contraditória opinião acerca dos investimentos estrangeiros no desenvolvimento do país. Embora o ex-presidente estivesse ciente de que a situação econômica do Brasil não nos permitia desenvolver um processo de industrialização exclusivamente com capital nacional e estatal, este também entendia a necessidade de que, uma vez que investimentos externos fossem permitidos, não ocorresse o atendimento dos interesses estrangeiros em detrimento dos nacionais. Em outras palavras, Vargas temia a submissão do Brasil frente às demais nações devido aos compromissos de investimento. Por esse motivo durante o tempo em que permaneceu no poder tentou negociar empréstimos internacionais de modo que estes priorizassem os interesses brasileiros, tentou ainda regular o capital privado internacional de acordo com as áreas nas quais deveria investir ou não. Mas por outro lado, não impôs barreiras concretas para impedir a vinda do capital estrangeiros, nem vetou as negociações de empréstimos.

Haja vista que nos países da América Latina não havia capital nacional disponível para financiar a industrialização e não era viável incentivar o aumento da poupança interna, o capital estrangeiro faria esse papel até que o país fosse capaz de se autofinanciar. Porém, setores como transporte, energia e segurança nacional deveriam ser de competência exclusiva de entidades nacionais. O capital externo entraria em setores como de bens de capital, de consumo e insumos básicos (MANTEGA, 1995).

Desde seu primeiro governo, o ex-presidente Vargas percebeu o atraso no desenvolvimento econômico brasileiro quando comparado às principais nações da época. Vargas tinha o intuito de formar um estado-nação que não se sujeitasse às imposições das nações dominantes, e via como saída desse atraso a industrialização. Era preciso ainda plantar o sentimento nacionalista nos próprios brasileiros que, em grande parte, consideravam a revolução nacionalista trivial (FONSECA, 2012c).

Em 1948 havia sido formada pela Organização das Nações Unidas, (ONU), a Comissão Econômica para América Latina e Caribe, (Cepal). O intuito dessa comissão era estudar e propor soluções para os problemas econômicos dos países aos quais dizia respeito. Seus idealizadores esperavam contar também com recursos do Plano Marshall, plano de financiamento americano para a reconstrução dos países da Europa após a Segunda Guerra Mundial. A ideologia cepalina se baseava na maior intervenção do estado na economia, na diminuição do gasto supérfluo e no incentivo ao Investimento Externo Direto (IED) (SOUZA, 1995). Uma das principais críticas da Cepal era a chamada divisão internacional do trabalho (DIT). Essa divisão imputava aos países periféricos o dever de produzir bens primários e vendê-los aos países industrializados, que controlavam o mercado internacional. Com o resultado dessas exportações, era necessário aos países periféricos comprar dos mesmos os bens manufaturados. Esse ciclo perpetuava

suas posições, pois a demanda de bens primários não aumentava na mesma proporção que a demanda por bens industrializados. Consequentemente a mesma regra valia para o preço dos dois tipos de bens e para o salário dos trabalhadores de ambos os locais (MANTEGA, 1995). Como aponta o autor:

Para transformar os países periféricos, em grande medida ainda agroexportadores, em nações desenvolvidas e com maior autonomia, dizia essa doutrina [Cepal], era preciso incrementar a participação do Estado na economia por meio do planejamento global, de modo a facilitar o advento da industrialização nacional. Nesse sentido, o desenvolvimentismo não se limitou às fronteiras da produção teórica acadêmica, mas enveredou para o campo da política econômica e do planejamento governamental, inspirando a formulação de “planos de desenvolvimento” (MANTEGA, 1995, p. 23).

Segundo essa visão, era necessário criar uma base para a acumulação e atração de capital privado tanto estrangeiro quanto nacional. Diante da urgência da mudança na conjuntura do país, o meio mais rápido de crescer era por meio do estado. Foi então o estado quem primeiro investiu nos setores básicos, por meio inclusive de empresas estatais, para dar início à superação das barreiras na economia nacional.

O início do processo de industrialização no governo Vargas se deu pelo processo chamado “industrialização por substituição de importações, que consistia em um processo que, movido por estrangulamentos externos forçava a indústria nacional a produzir os bens mais simples, como bens de consumo não-duráveis, haja vista que não havia capacidade para importá-los. Dessa forma, desenvolveu-se internamente uma indústria de bens de consumo capaz de atender o mercado interno, mas as máquinas e bens de capital necessários à ela permaneciam sendo importados (TAVARES, 1975). Houve portanto, a necessidade de implantar a indústria pesada no país, no entanto não havia capital suficiente disponível internamente para realizar o montante de investimentos necessários.

As firmas subsidiárias estrangeiras aumentaram sua participação em território nacional após a Segunda Guerra Mundial, nos ramos industrial químico, de produtos metálicos, papel, máquinas e equipamentos elétricos. A partir de 1930 não houve políticas bem definidas quer contra ou a favor da atuação do capital estrangeiro na indústria nacional, o que houve foram discursos nacionalistas e tentativas de negociação com os governos e investidores (POSSAS, 1998).

Ainda durante o Estado Novo, Vargas tentou realizar o processo de industrialização com a maior autonomia nacional possível. Sendo assim, tentou aliar o capital privado nacional com o capital estatal, porém encontrou dificuldades para fazê-lo. Não havia meios de financiar os gastos públicos necessários e não havia também divisas para a aquisição das máquinas e equipamentos de capital necessários à produção, e que não estavam disponíveis dentro do país. A opção encontrada foi de financiar tais importações por meio da carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI) (CORSI, 2010).

Em finais da década de trinta e em decorrência da política de boa vizinhança praticada pelo então presidente americano, Franklin Roosevelt, com o objetivo de alinhar o Brasil e os demais países da América Latina aos interesses americanos com a iminência da Segunda Grande Guerra, houve promessas de transferência de tecnologias e empréstimos de capitais com o objetivo de auxiliar na industrialização do país (CORSI, 2010).

A formação do aparelho do Estado, a constituição do capitalismo industrial e do Estado capitalista aconteceram quase simultaneamente no período entre 1930 e 1945. A crise de 1930 deu as condições econômicas e políticas para a instituição de um aparato regulatório característico de sustentação dos setores da economia. Instituições foram criadas para garantir o progresso da acumulação capitalista industrial. Para tanto, o Estado interveio na economia de forma bem definida. O movimento de formação de estruturas centralizadas e de construção do capital industrial baseou-se nas forças que transformavam também aspectos das relações da sociedade (DRAIBE, 1985)⁵.

A concepção de tal aparato foi baseado na centralização de comandos e na descentralização administrativa. Para o último caso, foram criados por exemplo, o Conselho Federal do Serviço Público Civil em 1936, que em 1938 foi substituído pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Tal departamento era encarregado de gerenciar a carreira do funcionalismo público e elaborar o arcabouço administrativo. Foi responsável por instituir concursos públicos para o ingresso de funcionários e ainda pela elaboração e controle do orçamento do governo. Além disso, no plano econômico, elaborou políticas bastante abrangentes, “para toda a nação”. Foram criados ainda os chamados “daspinhos”, que eram nada mais do que ramificações do DASP na esfera estadual (DRAIBE, 1985) ⁵.

Nos ramos de comércio e produção agroindustrial, são exemplos de instituições o Departamento Nacional do Café, e o Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool, ambos criados em 1933. Quanto aos recursos naturais, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), foi o pioneiro na área, em 1934, seguido por conselhos mais específicos, como por exemplo o Conselho Nacional do Petróleo (1938). Os conselhos eram responsáveis pelas políticas de fomento à seus respectivos setores. Na área industrial desenvolveram-se comissões que buscavam estudar e sugerir políticas de superação das dificuldades do setor. As mais significativas comissões surgiram após o Estado Novo, como a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, de 1940 e a Comissão Vale do Rio Doce, de 1942 (DRAIBE, 1985).

As relações trabalhistas não ficaram alheias ao intervencionismo estatal. Em 1938 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que estabeleceu regulamentações para as interações entre trabalhadores e empregadores. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que abrangeu leis trabalhistas, previdenciárias, sindicais e da Justiça do Trabalho marcou o caráter tutelar do estado para com o trabalhador (DRAIBE, 1985).

O Banco do Brasil se destacou à época pela importância na concessão de crédito à indústria de transformação e por seu papel de “caixa” do Tesouro Nacional. Além de servir como intermediador das transações monetárias governamentais e como regulador monetário, creditício e cambial. A concessão de crédito estatal foi fomentada em 1937 com a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (DRAIBE, 1985).

Em 1945 foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) que assumiu parte das funções das Carteiras de Câmbio e Redesconto do Banco do Brasil e da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, embora as operações condizentes ainda fossem realizadas por meio do Banco do Brasil. A SUMOC, no entanto, levou as decisões de caráter monetário e creditício para uma instância superior de poder. Era sua responsabilidade ainda, fixar o orçamento cambial administrado pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM), que havia sido criada em 1941 e que gerenciou as transações do país durante a Segunda Guerra Mundial (DRAIBE, 1985).

A ideia visava à construção de órgãos e instituições mais abrangentes, que pudessem elaborar políticas de alcance em vários setores simultaneamente. Bem como comissões de estudos nas diversas áreas que indicassem os pontos problemáticos e os caminhos para corrigi-los. Para tal foi criado a partir de órgãos já existentes, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que estabeleceu o monopólio executivo federal das informações, em 1938. Além Disso, a Constituição de 1937 e o Estado Novo tornaram propriedade da União recursos estratégicos como energia, por exemplo (DRAIBE, 1985).

As empresas estatais eram demonstrações da autonomia do poder do estado. Em setores como aço, ferro, energia elétrica e química pesada o investimento inicial para seu desenvolvimento foi realizado por capital público ou de economias mistas. Temos como exemplo a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), criada em 1941, a Companhia Vale do Rio Doce, de 1942, a Fábrica Nacional de Motores, de 1943 e a companhia Hidrelétrica do São Francisco, em 1945, todas de iniciativa pública (DRAIBE, 1985).

A grande indústria siderúrgica que precisava ser desenvolvida no Brasil contava com três alternativas de financiamento, segundo Draibe (1985), embora apenas a primeira delas fosse realmente aplicável.

5 A discussão abordada está baseada nos trabalhos de SILVA (1976) e DRAIBE (1985) haja vista a relevância de suas contribuições para a literatura acerca do tema.

Esta era ser financiada deliberadamente pelo Estado, contando com financiamento estrangeiro e recursos obtidos com a exportação de minério de ferro. A segunda alternativa seria a junção do financiamento público e do capital privadonacional. Por fim, a terceira alternativa seria a combinação do capital privado nacional com o capital estrangeiro. No entanto, o terceiro caminho contava com a condição de que os investimentos estrangeiros ficariam sob o controle do Estado.

Diante da conjuntura internacional do período não foi possível obter a ajuda externa pretendida por Vargas. O desinteresse do capital estrangeiro em desenvolver os países periféricos aliava-se aos dispêndios com a guerra que se anunciava no início da década de 1940. Todavia, o então presidente realizou manobras políticas entre os grupos do Eixo e os Aliados que lhe permitiram obter recursos no Eximbank para Volta Redonda. O Brasil acabou se alinhando aos Estados Unidos na guerra, pois se partia da premissa de que o empréstimo era a alternativa que conferia ao país ao menos alguma soberania nacional (DRAIBE, 1985).

O então ministro da fazenda Oswaldo Aranha organizou uma missão conhecida na literatura econômica como “Missão Aranha”, a convite do então presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt. Foi uma tentativa de negociação com vistas a liberação de financiamentos para o Brasil. Além disso, foi discutido um acordo para o pagamentos de empréstimos atrasados do Brasil para com os EUA (VIANNA, 1987).

Embora os acordos não tenham sido plenamente cumpridos, os negociantes chegaram a acordos de empréstimos em parcelas concedidos pelo Eximbank e de pagamento dos atrasados. Em contrapartida houve a promessa do país quanto a adoção de políticas econômicas ortodoxas e se praticaria medidas austeras, buscando equilibrar a economia brasileira (VIANNA, 1987).

Com a instauração da Segunda Guerra Mundial se esvaiu a opção de financiamento alemão, e o fim do comércio com o país prejudicou as exportações. Tais dificuldades de financiamento reforçaram a aceitação de Vargas de desenvolvimento industrial apoiado no capital estrangeiro. A Missão Aranha marcou essa ideia à medida que deixou claro os entraves nacionais ao desenvolvimento, porém, para Vargas o apoio estrangeiro não era motivo para subordinação aos interesses de tais nações. A Missão Aranha marcou portanto, uma mudança na política econômica brasileira, que sinalizava uma abertura em relação aos EUA, pondo de lado o projeto de desenvolvimento sem ajuda estrangeira (CORSI, 2010).

Ao ser reeleito em 1951, Getúlio retomou seu projeto de desenvolvimento e modernização da indústria e da agricultura. Porém, os problemas no balanço de pagamentos e a inflação se agravaram no período e ao mesmo tempo em que tentava corrigi-los, o governo implementava um programa de desenvolvimento que objetivava corrigir os chamados pontos de estrangulamento da economia brasileira. Estes eram as áreas de transporte e de energia, além da indústria pesada. Esses setores, chamados “Departamento 1”, que eram os produtos de meios de produção, demandavam grande investimento estatal (CORSI, 2010).

Em 1950 teve início as discussões entre os governos americano e brasileiro para a formação de uma comissão de desenvolvimento. Em abril de 1951 a Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU) foi instituída formalmente. O objetivo de tal comissão foi elaborar projetos para a instalação de indústrias novas e para a superação dos pontos de estrangulamento da economia. Assim como projetos de treinamento e de assistência técnica (DRAIBE, 1985).

Os pontos de estrangulamento consistiam nos setores de infraestrutura, energia, transporte e comunicação. Os investimentos foram embasados nos estudos que haviam sido realizados durante o Estado Novo e naqueles atualizados pelas comissões técnicas. Os resultados de tais estudos foram as proposições de diversos planos nacionais nos setores averiguados, embora Getúlio Vargas não tenha logrado concluí-los em seu governo (DRAIBE, 1985).

Dentre os planos, destacam-se o Plano Nacional de Eletrificação, proposto em 1954, que tinha como objetivo ampliar a capacidade produtiva e de transmissão das redes. Quanto ao setor de energia, em 1951 foram instituídos ambos os Programa do Petróleo Nacional e o Plano do Carvão Nacional. Já o Programa do Petróleo Nacional tinha o objetivo de desenvolver a pesquisa, a industrialização e a armazenagem do

produto refinado, assim como implementar a capacidade nacional de refino para diminuir a necessidade de sua importação (DRAIBE, 1985).

O setor de transportes contou com investimentos que propunham ampliar e solidificar as redes aéreas, modernizar portos, promover a eletrificação das ferrovias além de ampliar a malha ferroviária, melhorar estradas de rodagem e as redes fluviais. Por fim, para o setor de comunicações as metas eram de aperfeiçoar o sistema de correios, de telégrafos e de telefonia. Em 1954 foram elaborados também estudos para a indústria naval (DRAIBE, 1985).

No setor agrícola, a necessidade de modernização e correção das técnicas era latente. Foram propostas a adoção de técnicas mais modernas e a mecanização do setor para que a produtividade fosse implementada. No entanto, tal acontecimento era dependente da existência de uma indústria que oferecesse as máquinas e implementos necessários (DRAIBE, 1985).

A correção dos pontos de estrangulamento da economia foram pensados de modo a associarem-se com a criação da indústria de base. Em maio de 1952 a Comissão de Desenvolvimento Industrial apresentou o Plano Geral de Industrialização do País, que propunha as condições básicas de expansão das indústrias já instaladas. A realização das obras propostas por tais estudos e comissões era de responsabilidade da CMBEU, sendo que o financiamento dos setores de energia e transporte foram garantidos por lei, via o Programa de Reparcelamento Econômico (DRAIBE, 1985).

No cenário mundial, apesar de o desenvolvimento dos países periféricos ser visto à época como uma barreira ao socialismo, e por este motivo deveria ser incentivado, o capital disponível internacionalmente era escasso. Os investimentos dos EUA na época se direcionavam à reconstrução da Europa, devastada pela guerra. Contrariando as expectativas do ex-presidente, o cenário mundial ainda era de conflito após a Segunda Guerra Mundial. Exemplos dessa condição eram a Guerra Fria e a Guerra da Coreia, que se desenrolavam. Essa condição não permitiu que o ex-presidente mantivesse uma postura nacionalista durante as negociações com os EUA, como fizera durante o Estado Novo, devido ao claro poder da influência americana na América Latina (CORSI, 2010).

Os cerca de 41 projetos prioritários elaborados pelas comissões de técnicos americanos e brasileiros seriam financiados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), pelo Eximbank, e ainda por impostos sobre renda e sobre lucros empresariais não distribuídos, depósitos compulsórios de companhias de seguro e de companhias previdenciárias brasileiras, além de receberem investimentos privados (DRAIBE, 1985).

Em 1952 foram iniciadas as atividades do Grupo Misto de Estudos BNDE-CEPAL (ONU, 2016). O grupo levou em consideração a falta de capacidade das empresas brasileiras de arcarem com as despesas do desenvolvimento e o BNDE passou a oferecer crédito e a atuar como avalista de empréstimos exteriores (FONSECA, 2011).

Com o desenrolar da Guerra Fria entre Estados Unidos e a antiga URSS, a Grande Depressão mundial recém enfrentada e o fim da Segunda Guerra Mundial, os investimentos estatais americanos se concentraram em países estratégicos do ponto de vista comercial e geopolítico. Em 1953, com a mudança na presidência americana, o então presidente Dwight Eisenhower, do Partido Republicano, vetou o investimento americano na América Latina, inviabilizando os planos elaborados pela CMBEU e alegando que era necessário que o Brasil criasse condições de atrair capital e investimentos estrangeiros privados (CORSI, 2010).

A partir daí, o governo brasileiro radicalizou sua posição nacionalista na tentativa de mobilizar capital nacional suficiente para concluir os planos. As oscilações nacionalistas de Vargas envolvendo o capital estrangeiro acabaram por desagradar tanto os americanos quanto os aliados políticos de seu governo. Essa situação levou o ex-presidente ao isolamento político no final de seu segundo governo, e à impossibilidade de governar (CORSI, 2010).

Enquanto isso, no cenário interno, em junho de 1953 foi colocada em prática a Instrução 70 da SUMOC, que objetivava desafogar a balança comercial e a escassez de divisas. A Instrução 70 reestabeleceu o monopólio cambial ao Banco do Brasil, além de instituir um regime de taxas múltiplas de câmbio.

O controle quantitativo de importações foi extinto e o regime de leilões de câmbio foi adotado. Tal regime consistia na divisão dos bens a serem importados em diferentes categoria classificados de acordo com sua essencialidade e instituía o sistema de ágios e bonificações, que eram pagos antes da importação e se tornaram uma importante fonte de arrecadação de recursos para a União (VIANNA, 1987).

Sem o financiamento americano, no primeiro momento, a tentativa adotada por Vargas e sua equipe econômica foi de atrair investimentos privados tanto nacionais quanto estrangeiros para a criação da Petrobras. No entanto, diante da inviabilidade de levantar todo o capital necessário, houve uma radicalização da postura do então presidente, que resultou na empresa estatal. As relações com o governo americano ficaram ainda mais complicadas a partir de então e Vargas não logrou o que desejava, que era negociar com as mesmas manobras das quais se utilizou antes da Segunda Guerra Mundial (FONSECA, 2011).

Internamente, a balança de pagamentos brasileira se mostrava com sérios problemas assim como a economia do país, que sofria com a inflação e a crise política, além da cambial. O regime de taxas múltiplas de câmbio foi adotado tentando controlar a situação através da já discutida Instrução 70 da SUMOC, Instrução esta que também desagradou os americanos e o FMI. Buscava-se manter a política desenvolvimentista contando com os ágios recebidos pelo governo sobre as importações e, gradualmente, a fórmula Campos Salles-Rodrigues Alves de estabilização e crescimento foi abandonada. O governo brasileiro tentou manter a tentativa de desenvolvimento radicalmente nacionalista, porém contraditoriamente continuou tentando acordos com o governo estadunidense (FONSECA, 2011).

O capital privado nacional representava um papel fundamental como promotor do investimento necessário e o capital estatal o complementava nas áreas em que este não tinha interesse, ou nas quais investimentos privados eram inviáveis. Em relação ao capital estrangeiro, não há consenso entre os autores que estudam essa questão, se o ex-presidente era a favor ou contra tal investimento. Vargas é descrito como, desde xenófobo até “porta-voz do imperialismo” em alusão a ter se valido de apoios estrangeiros para tomar o poder em 1930 (FONSECA, 2014).

Fonseca (2014) se propôs a retomar tal debate explorando os discursos do ex-presidente durante seu segundo mandato e, de início, rejeitou ambos os rótulos extremistas. Para o autor, o nacionalismo continuou presente tal qual no Estado Novo, e Vargas incentivava a população a lutar pela independência econômica do país. Tal luta representava a não aceitação da submissão econômica do Brasil, e demandaria um esforço contínuo das gerações. Os inimigos estavam tanto no âmbito externo, representados pelo imperialismo, quanto internamente explorando os trabalhadores. O desenvolvimento era portanto o caminho para combater à ambos. Porém, na prática o governo Vargas trabalhou para fortalecer o capitalismo internamente. Dessa forma, o nacionalismo de Vargas não pode ser analisado sem considerar-se o contexto da época em que esteve no poder (FONSECA, 2014).

Dessa forma, pode-se dizer que principalmente após 1953, com a mudança de política externa dos EUA, o nacional desenvolvimentismo não era avesso ao capital estrangeiro por completo. Estes uma vez investidos, deveriam ficar subordinados aos interesses nacionais de desenvolvimento da agricultura e da indústria (FONSECA, 2011).

4 A PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO⁶

O início do século XX foi marcado por uma significativa entrada de capital estrangeiro na forma de investimento direto no Brasil. Antes da Primeira Guerra Mundial, empresas provenientes de países

6 Este trabalho pretendia apresentar o levantamento dos dados referentes às empresas estrangeiras atuantes no país em cada setor, bem como apresentar os números da entrada de capital estrangeiro no país. No entanto, embora tenha-se recorrido aos anuários estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aos censos industriais disponíveis e à levantamentos realizados por revistas da época, tais dados não se encontram disponíveis. Este fato porém, não compromete a discussão realizada pelo trabalho.

como Canadá, Estados Unidos, Alemanha e França já atuavam nos setores de energia e mineração. Após a Revolução de 1930 e durante aquela década, a dinamização do mercado interno proporcionou a acumulação de capital na economia nacional (POSSAS, 1998).

A participação estatal na proteção da indústria nascente à época e a manutenção da renda da economia tornou possível o início da industrialização via substituição de importações. Os setores onde esse fenômeno foi mais forte foram os setores de bens de consumo, notadamente têxtil e alimentar. Segundo Possas (1998), a participação de filiais estrangeiras no referido processo se deu de forma tímida. Durante os primeiros anos da década de 1930 poucas firmas estrangeiras foram instaladas no país, no entanto, em 1937 os investimentos estrangeiros nas indústrias química e farmacêutica brasileiras foram notáveis.

Após a segunda Guerra Mundial, a mudança na ordem política internacional e a recusa dos EUA em financiar o desenvolvimento brasileiro, como havia sido acordado outrora, resultou na tentativa do governo brasileiro de atrair capital estrangeiro privado para o país. A cooperação entre os dois países com a CMBEU originou o Plano de Metas que, posteriormente ao segundo governo Vargas cumpriria com alguns dos objetivos traçados por ele (POSSAS, 1998).

Durante a década de 1950, companhias estrangeiras adentraram o mercado nacional atraídas pelas facilidades de remessas de lucros ao exterior oferecidas pelo país. Na segunda metade da década, companhias automobilísticas como a Volkswagen, mecânicas e elétricas como Fiat e Caterpillar, além de produtoras de aparelhos domésticos e de atuantes no setor de metais básicos como a Krupp, por exemplo, e fornecedores de materiais de construção se instalaram no mercado brasileiro (POSSAS, 1998).

O interesse das empresas se expandirem além de seus países de origem no período do pós-guerra reside no fato de ser necessário encontrar novos mercados em decorrência da grande competição que se acirrou na Europa após sua reconstrução. O potencial de crescimento que essas empresas apresentavam era superior àquele que seu mercado original podia absorver. Dessa forma, internacionalizou-se nesse período, além dos produtos, os meios de produção (POSSAS, 1998).

Segundo o que o próprio Getúlio Vargas afirmava em seus discursos, o capital estrangeiro era necessário para o Brasil porque não havia capital nacional suficiente para suprir as demandas da nação (FONSECA, 2014). Com o objetivo de evidenciar a participação estrangeira no país elaborou-se a Tabela 1, onde se mostra a presença de empresas estrangeiras no ramo bancário desde o início da década de 1940.

Tabela 1: Estabelecimentos bancários nacionais e estrangeiros, por número de estabelecimentos e capital, de 1940 a 1955

Ano	Número de estabelecimentos			Capital dos estabelecimento (Cr\$ 1000)		
	Total	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros
1940	1.360	1.280	80	1.289.095	1.127.562	161.533
1941	1.646	1.566	80	1.391.072	1.230.739	160.333
1942	1.928	1.848	80	1.548.498	1.395.459	153.039
1943	2.181	2.137	44	2.099.372	1.921.933	177.439
1944	2.459	2.420	39	2.990.681	2.882.598	108.083
1945	2.074	2.035	39	3.462.578	3.354.495	108.083
1946	2.111	2.075	36	3.809.667	3.696.084	113.583
	2.224	2187	37	4.193.023	3.854.023	339.000
1947						
1948	2.281	2.239	42	4.742.965	4.370.965	372.000
1949	2.430	2.388	42	4.823.347	4.451.347	372.000
1950	2.596	2.554	42	5.236.908	4.856.908	380.000
1951	2.710	2.668	42	6.341.971	5.884.971	457.000
1952	3.027	2.984	43	8.252.559	7.779.559	473.000
1953	3.348	3.034	44	9.506.293	8.901.293	605.000
1954	3.461	3.424	37	10.669.302	10.124.302	545.000
1955	3.560	3.525	80	11.348.125	10.724.125	624.000

Fonte: Anuários Estatísticos do IBGE (2016a; 2016b; 2016d; 2016e; 2016f; 2016g; 2016h; 2016i; 2016j). Elaboração própria.

No setor bancário, embora o número de estabelecimentos estrangeiros tenha diminuído ao longo da década de 1940 como se pode observar nos dados apresentados, o capital de tais estabelecimentos não sofreu queda tão brusca, recuperando-se em 1947 e seguindo em crescimento ao longo da década de 1950 em decorrência, como ressalta Costa (2002), do processo de desenvolvimento do país.

Em relação aos bancos brasileiros estes começaram a aumentar sua atuação a partir do crescimento urbano do país em decorrência do desempenho do setor industrial que se verificou no país, principalmente a partir da montagem do modelo de industrialização por substituição de importações. O crescimento progressivo tanto do capital quanto do número de agências bancárias nos anos da década de 1950 deveu-se a política desenvolvimentista então adotada. No intuito de expandir as fronteiras e de facilitar o crédito, novas agências foram abertas. Destacam-se nessa época além do Banco Lavoura, bancos como Itaú e Banco Moreira Salles (COSTA, 2002). O capital de tais investimentos eram de controle majoritário dos estrangeiros (BAER, 1986).

Embora a expansão da atuação dos bancos internacionais no Brasil tenha acontecido em maior número depois de 1970, um dos principais bancos estrangeiros, o First National City Bank operava no país desde 1915. Grande parte dos bancos japoneses e franco-brasileiros também iniciaram seus negócios em solo brasileiro entre as décadas de 1940 e 1960 (BAER, 1986).

Em relação ao setor de aviação civil, os dados são apresentados na Tabela 2 e na Tabela 37. Primeiramente, o número de empresas existentes atuando em território nacional, especificadas segundo sua nacionalidade. Entre os anos de 1940 e 1949, fica nítido a baixa participação de empresas estrangeiras, revelando que a maioria das empresas atuantes eram nacionais.

Tabela 2: Número de empresas atuantes no setor de aviação civil brasileiro de 1940 a 1949

Ano	Número de Empresas Existentes		
	Total	Nacionais	Estrangeiras
1940	7	4	3
1941	6	5	1
1942	7	6	1
1943	7	6	1
1944	9	8	1
1945	13	12	1
1946	20	17	3
1947	26	22	4
1948	-	21	-
1949	-	23	-

Fonte: Anuários Estatísticos do IBGE (2016e).

A Tabela 3 apresenta o número de passageiros transportados pelas empresas tanto nacionais quanto estrangeiras entre os anos de 1940 e 1959. O Departamento de Aviação Civil foi criado em 1932, pelo então presidente Getúlio Vargas. Buscando durante a década de 1930 afirmar o poder aéreo brasileiro, foi criado também por Vargas em 1941 o Ministério da Aeronáutica que incorporou o Departamento de Aviação Civil (MALAGUTTI, 2001).

Durante as primeiras décadas de operação do serviço de aviação civil, o governo manteve a preocupação em garantir a soberania e o mercado de empresas brasileiras. Em 1927 foram autorizadas apenas duas empresas estrangeiras a atuarem nas linhas aéreas nacionais, sendo uma delas alemã e a outra francesa. Segundo Malagutti (2001), este foi o único caso no Brasil onde empresas estrangeiras foram autorizadas a explorar o tráfego de cabotagem. Ainda em 1927, a brasileira Varig entrou no mercado (MALAGUTTI, 2001).

Até o início da década de 1960 mais de vinte empresas aéreas haviam sido fundadas no Brasil, gerando um excesso de oferta de voos. Na Tabela 3 é apresentado o número de passageiros transportados

por empresas nacionais e por empresas estrangeiras que, embora tenha aumentado a cada ano, não foi suficiente para impedir que diversas empresas nacionais encerrassem seus voos por falta de demanda e por uma excessiva concorrência (MALAGUTTI, 2001).

Tabela 3: Número de passageiros transportados pelas empresas aéreas atuantes no mercado de aviação civil nacional entre 1940 e 1959

ANOS	Tráfego Efetivo – Número de Passageiros transportados	
	Empresas nacionais	Empresas estrangeiras
1940	77.533	8.438
1941	89.624	10.064
1942	106.367	15.756
1943	149.583	22.277
1944	218.851	25.665
1945	263.020	26.560
1946	511.818	27.573
1947	786.620	32.132
1948	1.000.984	-
1949	-	-
1950	-	-
1951	2.131.348	110.052
1952	2.110.085	104.622
1953	2.517.871	93.458
1954	2.733.414	99.893
1955	2.799.372	94.767
1956	3.364.993	94.571
1957	3.753.911	120.289
1958	3.947.131	119.259
1959	3.890.399	104.729

Fonte: Anuários Estatísticos do IBGE (2016a; 2016g; 2016j; 2016k; 2016l).

O intuito da regulamentação ao capital privado estrangeiro não objetivava bani-lo da economia brasileira, pelo contrário. Havia a necessidade de que este capital investisse nos ramos onde o capital nacional era deficiente. O governo tentava atraí-lo por exemplo para a indústria de base, a indústria química e para a siderurgia. Contudo haviam ramos onde o investimento privado estrangeiro não era bem vindo, como por exemplo na produção de bens de consumo, que era atendida por indústrias brasileiras (FONSECA, 2014).

No entanto, tais restrições impostas pelo governo brasileiro não eram vantajosas para os investidores americanos, haja vista que um lucro maior era obtido na indústria de bens de consumo. Por conta disso, como visto, Getúlio se concentrou em tentar atrair investimentos estatais americanos, mais do que investimentos privados. Porém, suas tentativas cessaram com a eleição de Eisenhower em 1952 (FONSECA, 2014).

A posição nacionalista que Getúlio defendia, segundo Fonseca (2014), não dizia respeito em implantar as indústrias necessárias e alcançar o desenvolvimento da nação utilizando-se apenas de capital nacional, mas fazê-lo. O intuito era desenvolver o país, e esta era a posição nacionalista independentemente da presença do investimento estrangeiro, desde que sem ferir os interesses brasileiros. Este seria o motivo, segundo o autor para não haverem sido adotadas medidas efetivas que barrassem o investimento internacional (FONSECA, 2014).

A Tabela 4 apresenta as taxas acumuladas de crescimento do produto total e do produto per capita da economia brasileira para o período que abrange desde 1900 até 1955. As taxas de crescimento registradas foram atribuídas ao processo de desenvolvimento pelo qual o país passou durante a década de 1930 e as duas décadas subsequentes (EXAME, 1981).

Tabela 4: Taxas acumuladas de crescimento do produto total e da produção per capita entre 1900 e 1970

Período	Produto Total (%)	Produção total per capita (%)
1900-02 – 1910-12	3,96	1,74
1910-12 – 1920-22	3,97	1,75
1920-22 – 1930-32	4,04	1,95
1930-32 – 1940-42	4,71	2,56
1940-42 – 1945-47	5,49	3,02
1950 - 1954	6,70	-

Fonte: HADDAD, C. L. da Silva – Crescimento do Produto Real Brasileiro – 1900-1947. Ensaio Econômicos da EPGE, no 14. Instituto Brasileiro de Economia da FGV, 1974. FGV e IBGE. In: EXAME 1981. Elaboração própria.

O processo de industrialização iniciado após a Segunda Guerra Mundial alterou a estrutura econômica a taxas positivas. O desenvolvimento acelerado das demais economias mundiais posteriormente ao conflito fez com que o Brasil enxergasse que não era mais possível continuar crescendo dependentemente da exportação de produtos agrícolas e commodities (EXAME, 1981). A Tabela 5 mostra as modificações na estrutura industrial do país durante esse período.

Tabela 5: Modificações na estrutura industrial do Brasil – 1939-1969 (Participação percentual)

Discriminação	1939	1949	1953	1958
Minerais não metálicos	5,2	7,4	7,4	6,7
Metalúrgica	7,6	9,4	9,6	11,5
Mecânica	3,8	2,2	2,4	3,0
Material Elétrico e de Comunicações	1,2	1,7	3,0	4,3
Material de Transportes	0,6	2,3	2,0	7,0
Madeira	5,3	6,1	6,6	5,4
Papel e papelão	1,5	2,1	2,7	2,4
Borracha	0,7	2,0	2,2	1,9
Couros e peles	1,7	1,3	1,3	1,2
Produtos químicos, farmacêuticos, plásticos	9,8	9,4	11,0	13,1
Têxteis	22,2	20,1	17,6	13,4
Vestuário e calçado	4,9	4,3	4,9	4,0
Produtos Alimentares	24,4	19,7	17,6	15,8
Bebidas	4,4	4,3	3,5	2,8
Fumo	2,3	1,6	2,3	1,6
Editorial e gráfica	3,6	4,2	3,5	3,3
Diversos	1,0	1,9	2,4	2,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1940. Fundação Getúlio Vargas e IBGE. In: EXAME (1981).

A Lei dos similares nacionais intencionava proteger a indústria brasileira ao passo que abria espaço para a entrada de empresas estrangeiras no país em alguns setores. A burguesia industrial brasileira não se opunha de modo geral à atuação do capital estrangeiro no país, mas era contrária a conceder privilégios ao mesmo. A demanda reprimida do país havia sido diagnosticada pelos estudos realizados pelo Grupo Misto BNDE-Cepal e, buscando atendê-la as classes dominantes de então optaram por realizar empréstimos externos que viabilizassem a produção nacional e financiassem importações. A consequência desses financiamentos foi o aumento da dívida externa do país no período de 1945 até 1964 (CORSI, 2010).

Posteriormente ao governo Vargas, o presidente Juscelino Kubitschek utilizou-se dos estudos da CMBEU e do grupo misto BNDE – Cepal para elaborar o Plano de Metas, a partir do qual empréstimos estrangeiros de curto prazo permitiram o investimento em infraestrutura e o crescimento acelerado do país (CORSI, 2010).

Por fim, os períodos que o Brasil foi governado por Getúlio Vargas representam o início do esforço para a industrialização brasileira, marcado também pela busca da não dependência das potências mundiais da época. Ainda que governando de modo autoritário durante alguns anos, sua administração acompanhou as mudanças do cenário no qual o país se encontrava inserido e as dificuldades que enfrentava. A discussão em torno da participação do capital estrangeiro é um exemplo dessas mudanças. Vargas manteve-se, na maior parte do tempo, favorável à sua participação, desde que este estivesse disposto a atender as necessidades nacionais de acordo com os limites e direcionamentos que o governo brasileiro lhe estipulasse.

Foi do ex-presidente também a tentativa de unir a sociedade e empenhá-la em torno do processo de industrialização, e embora este processo não tenha se completado no período e na forma idealizados por Vargas, suas medidas tornaram possível que Juscelino Kubitschek terminasse em seu governo aquilo que Vargas dera início.

5 CONCLUSÃO

Voltando à proposta inicial do trabalho, seu desenvolvimento nos traz o entendimento de que o papel do capital estrangeiro pode ser apontado no investimento em setores da indústria pesada e de bens de alta tecnologia. Considerando-se o incentivo do governo à produção nacional de bens de consumo e a dificuldade para desenvolver a indústria de bens de capital no país, foi neste ponto que o capital estrangeiro ganhou participação. As formas de investimento realizadas na época foram diretamente pelos investidores, e através de empréstimos de organismos e governos internacionais, concedidos também ao governo brasileiro ou ainda a empresários.

Embora o trabalho tenha se deparado com limitações acerca da indisponibilidade de dados relevantes para pesquisa, foi possível constatar que o desenvolvimento do país foi impulsionado pelos investimentos e empréstimos estrangeiros, no entanto, a contribuição do capital estrangeiro não aconteceu na dimensão esperada por Getúlio e seu governo. A partir da investigação realizada é possível vislumbrar a compreensão das decisões e posicionamentos tomados pelo então presidente Getúlio Vargas no período durante o qual esteve na presidência do Brasil em relação à entrada de capital estrangeiro no país. Apesar de ditas controversas, tais medidas visavam o desenvolvimento e a independência econômica da nação frente à economia mundial.

Em um contexto no qual o mercado mundial e os meios de produção eram de propriedade dos países ricos e já industrializados, Vargas tentou atrair tais capitais para que operassem em território nacional e suprissem o atraso da indústria brasileira. Ao mesmo tempo, era necessário assegurar o incentivo e o mercado à indústria nacional nascente.

O capital privado nacional não era suficiente para arcar com a gama de investimentos necessários para sanar as carências do país. O investimento do Estado que se concentrava em atender os pontos nos quais o setor privado não tinha interesse, tanto nacional quanto internacional, encontrava-se travado pela dificuldade de financiamento e pela deterioração das contas públicas. Por fim, o investimento externo e os empréstimos internacionais eram as alternativas disponíveis. No entanto, o descumprimento de negociações em decorrência das dificuldades externas acrescidas daquelas trazidas pela Segunda Guerra Mundial não permitiram que o projeto de industrialização fosse implantado completamente.

Quanto à discussão elaborada sobre a posição de Vargas como favorável ou contrário à entrada de capitais externos no Brasil é possível notar que na literatura econômica acerca do assunto os autores não chegam a uma conclusão definitiva. Cada autor individualmente muitas vezes não firma claramente sua

posição acerca do tema, mas realizam considerações sobre a problemática de ambas proposições. A luz dessas discussões, retomamos a hipótese apresentada inicialmente pelo trabalho de que Vargas não era contrário ao investimento estrangeiro desde que pudesse regulá-lo e fazê-lo atuar nos setores nos quais o Brasil necessitava, em detrimento dos interesses dos investidores. Tal hipótese foi defendida nas discussões apresentadas e pode ser entendida como verdadeira, considerando que o intuito do ex-presidente era, em primeiro lugar, de desenvolver a nação sem comprometer sua autonomia com nações estrangeiras.

Por fim, Vargas fez aquilo que todo o governante se propõe a fazer quando ascende ao poder: traçou um plano e trabalhou para que houvessem condições favoráveis à execução. Seu resultado foi também o risco que todos correm: de não cumprir o plano totalmente, porém são inegáveis os avanços da época para a economia e para a sociedade em geral. Principalmente, porque o ex-presidente recebeu o país com uma estrutura produtiva predominantemente agrícola e o entregou com uma estrutura fortemente baseada no desenvolvimento industrial.

REFERÊNCIAS

BAER, M. A internacionalização financeira no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRASIL EM EXAME. São Paulo: Abril, mar. 1981.

CARONE, E. A República Velha II: evolução política (1889 – 1930). São Paulo: Difel, 1983.

CORSI, F. L. As estratégias de desenvolvimento (1945 – 1960). In: PIRES, Marcos C. (Org.) et al. Economia brasileira da colônia ao governo Lula. 1 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010, p. 95 – 138

_____. O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. In: BASTOS, P. P. Z. FONSECA, P. C. D. (Org.). A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Unesp, 2012, p. 219-252.

COSTA, F. N. Origem do capital bancário no Brasil: o caso RUBI. 2002. 26 f. Texto para discussão n. 106. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, mar. 2002.

DRAIBE, S. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FONSECA, P. C. D. Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República. In: BASTOS, Pedro P. Z. FONSECA, Pedro C. D. (Org.). A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Unesp, 2012. p. 51-68. (a).

_____. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Org.). A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Unesp, 2012, p. 21-49. (b).

_____. Instituições e política econômica: Crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In: BASTOS, P. P. Z. FONSECA, P. C. D. (Org.). A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Unesp, 2012, p. 159-178. (c).

_____. O processo de substituição de importações. In: REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org.). Formação econômica do Brasil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 247-281.

_____. Vargas: o capitalismo em construção. 3. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil – 1939/1940. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1939_1940.pdf>. Acesso em: 27/11/2016(a).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil – 1941/1945. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1941_1945.pdf>. Acesso em: 27/11/2016(b).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil – 1946. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1946.pdf>. Acesso em: 27/11/2016(c).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil – 1950. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1950.pdf>. Acesso em: 27/11/2016(d).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil – 1951. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1951.pdf>. Acesso em: 27/11/2016(e).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil – 1952. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1952.pdf>. Acesso em: 27/11/2016(f).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário estatístico do Brasil – 1953. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1953.pdf>. Acesso em: 27/11/2016(g).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil – 1954. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1954.pdf>. Acesso em: 27/11/2016(h).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil – 1955. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1955.pdf>. Acesso em: 27/11/2016(i).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil – 1956. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1956.pdf>. Acesso em: 27/11/2016(j).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil – 1958. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1958.pdf>. Acesso em: 27/11/2016(k).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil – 1960. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1960.pdf>. Acesso em: 27/11/2016(l).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Valor da produção industrial, nas datas dos censos industriais – Indústria Geral. Disponível em:<<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=8&op=0&vcodigo=IND06002&t=valor-producao-industrial-datas-censos-industriais>>. Acesso em: 01/12/2016(m).

MALAGUTTI, A. O. Evolução da aviação civil no Brasil. Consultoria Legislativa, Brasília, ago. 2001. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/arquivos-pdf/pdf/109712.pdf>>. Acesso em: 02/12/2016.

MANTEGA, G. A economia política brasileira. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MELLO, J. M. C. de. O capitalismo tardio. 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

NETO, L. Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1889-1930). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PELÁEZ, C. M. História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil. Rio de Janeiro: Apec Editora S. A., 1972.

PEREIRA, L. C. B. Getúlio Vargas: O estadista, a nação e a democracia. In: BASTOS, Pedro P. Z.

FONSECA, Pedro C. D. (Org.). A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Unesp, 2012, p. 93-120.

POSSAS, M. L. Empresas multinacionais e industrialização no Brasil. In: BELLUZZO, L. G. de M.; COUTINHO, R. (Org.) Desenvolvimento capitalista no Brasil. 4. ed. v. 02. Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1998. p. 09-42.

SOUZA, N. de J. Desenvolvimento econômico. 2. ed. São Paulo: Atlas S. A., 1995. TAVARES, M. da C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VIANNA, S. B. A política econômica no segundo governo Vargas (1951 – 1954). 1987. 181 f. Dissertação (Mestrado)-Departamento de Economia da PUC/RJ, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Premio_BNDES/198706_1.html>. Acesso em: 12/11/ 2016.

VILELA, A. Dos “anos dourados” de JK à crise não resolvida. In: GIAMBIAGI, F. et al. Economia brasileira contemporânea [1945-2010]. São Paulo: Elsevier, 2011, 2. ed, p. 25-48.

COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS E SUA IMPORTÂNCIA NO DESEMPENHO ESCOLAR, MERCADO DE TRABALHO, VIOLÊNCIA E SAÚDE

SILVA JUNIOR, W. S. da.¹

RESUMO - O objetivo deste artigo é apresentar as principais abordagens a respeito do desenvolvimento e classificação das competências socioemocionais, e fazer uma revisão dos principais trabalhos relacionando essas competências ao desempenho escolar, mercado de trabalho, violência e saúde. Habilidades aqui são consideradas aquelas competências com algum nível de maleabilidade durante a vida, e podem ser divididas em dois grupos: habilidades cognitivas (ou hard skills), que têm como medida mais próxima o QI e estão relacionadas à inteligência, como capacidade de raciocínio e lógica, por exemplo; e as habilidades ou competências socioemocionais, também conhecidas como habilidades não-cognitivas ou soft skills, que são traços de personalidade que estão relacionados à motivação, perseverança, criatividade e autoestima, por exemplo. Pesquisas recentes em economia, aliadas à psicologia e à neurociência têm evidenciado que as capacidades socioemocionais são pelo menos tão importantes quanto, ou mesmo mais importantes do que as habilidades cognitivas no desenvolvimento dos alunos. Apesar dessas evidências, a inclusão da dimensão socioemocional no sistema educacional é bastante recente e primária, justificando os trabalhos que relacionam essas competências a um melhor desempenho educacional.

Palavras-chave: Competências Socioemocionais. Habilidades Cognitivas. Big Five. QI. Desempenho Educacional. Mercado de Trabalho. Violência. Saúde.

Social-emotional skills and its importance in school performance, labor market, violence and health

ABSTRACT - The goal of this paper is to present the main approaches regarding the development and classification of social-emotional competences, and to review the main works relating them to school performance, labor market, violence and health. Skills are considered to be those competencies with some level of malleability during life, and it can be divided into two groups: cognitive abilities (or hard skills), which have as their closest measure IQ and are related to intelligence, as reasoning ability and Logic, for example; And social-emotional skills, also known as non-cognitive skills or soft skills, which are personality traits that are related to motivation, perseverance, creativity and self-esteem, for example. Recent research in economics, allied to psychology and neuroscience, has shown that socio-emotional abilities are at least as important as cognitive skills, or even more important than them in student development. In spite of these evidences, the inclusion of the social-emotional dimension in the educational system is quite recent and primary, justifying the works that relate these competences to a better educational performance.

Keywords: Social-emotional Skills. Cognitive Skills. Big Five. IQ. Educational Performance. Labor Market. Violence. Health.

¹ Doutor pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico UFPR. Submetido em Abril de 2017.

1 INTRODUÇÃO

Uma ampla literatura dentro da área de economia da educação estabelece associações e relações causais entre habilidades e resultados educacionais e no mercado de trabalho. Habilidades aqui são consideradas aquelas competências que têm algum nível de maleabilidade durante a vida, e podem ser divididas em dois grupos: habilidades cognitivas (*hard skills*) e as habilidades ou competências sócio emocionais (*soft skills*), também conhecidas como não-cognitivas. Habilidades cognitivas estão relacionadas à inteligência, como capacidade de raciocínio e lógica, por exemplo, e têm como medida mais próxima o QI. Capacidades sócio emocionais ou habilidades não-cognitivas são traços de personalidade que estão relacionados à motivação, perseverança, criatividade e autoestima, por exemplo. Neste trabalho utiliza-se o termo habilidades ou competências sócioemocionais em detrimento do termo habilidades não-cognitivas, concordando com Borghans et al. (2008) no fato de que poucos aspectos do comportamento humano podem ser considerados como separados da cognição e, portanto, chamar capacidades sócio emocionais de não-cognitivas é no mínimo inadequado.

Trabalhos como Bowles e Gintis (2002), Farkas (2003), Heckman, *et al.* (2006), Jencks (1979) e Lleras (2008) mostram que existem muitas evidências de que as competências sócio emocionais estão associadas a resultados positivos, mas a evidência robusta de relação causal ainda é bastante limitada. De acordo com Gutman e Schoon (2013), existem numerosos casos que podem ser citados de pessoas com alto QI, que falharam em alcançar o sucesso em suas vidas porque tinham pouca disciplina, ou mesmo pessoas com baixos níveis de QI, que alcançaram sucesso por outras virtudes como persistência, confiabilidade e autodisciplina. A importância das competências sócio emocionais é crescente e, apoiada em extensa literatura, parece que essas habilidades são muito relevantes na predição de resultados de sucesso.

Entretanto, as habilidades cognitivas por muitos anos foram tidas como mais importantes na predição dos resultados educacionais e no mercado de trabalho. Os economistas utilizam há algum tempo medidas de QI, como notas em testes padronizados, como proxy para cognição quando estão interessados em comparar o desempenho escolar, por exemplo, entre indivíduos diferentes. No caso das competências sócio emocionais, a literatura que avalia o meio mais adequado de medi-las e avaliá-las está na fronteira da pesquisa educacional, tendo como um dos principais nomes neste campo o economista laureado com o Prêmio Nobel James Heckman². Portanto, as descobertas neste campo encontram-se ainda em um nível exploratório.

Desse modo, o objetivo deste artigo é apresentar as diferentes abordagens a respeito do desenvolvimento e classificação das competências sócio emocionais (habilidades não-cognitivas), e fazer uma revisão dos principais trabalhos relacionando as cinco competências do modelo dos *Big Five* mais *Locus de controle* a dados de desempenho escolar, mercado de trabalho, violência e saúde. Esse modelo, que tenta explicar a maior parte da variabilidade da personalidade humana em cinco fatores, tem sido muito usado por economistas na hora de classificar e mensurar competências sócio emocionais. Mas a discussão sobre as competências sócio emocionais ainda é bastante controversa, seja pela escolha do modelo mais adequado para classificar e explicar que atributos sócio emocionais são mais importantes, seja mesmo pela falta de consenso de se “competências sócio emocionais” ou, termo largamente utilizado pela literatura, “habilidades não-cognitivas” são o meio adequado de se descrever esse conjunto de questões sob discussão. Portanto esse artigo também descreve as três principais abordagens correntes, a saber, a corrente comportamentalista, a corrente sociocognitiva, além dos modelos de classificação como o modelo dos *Big Five*, e apresenta a abordagem de Roberts (2006), que em um modelo topográfico neosocioanalítico unifica essas correntes em um amplo panorama unificado.

² James Joseph Heckman (19 de Abril de 1944) é um economista e professor americano, laureado pelo Prêmio Nobel em 2000 pelo seu pioneirismo em Econometria e Microeconomia.

Segundo Cunha *et al.* (2006) é muito mais difícil compensar em idades tardias os efeitos negativos sobre habilidades cognitivas daquelas crianças vulneráveis oriundas de ambientes adversos. Esse padrão de estimativa ajuda a explicar a evidência da falta de efetividade das estratégias de remediação cognitiva para adolescentes vulneráveis. Ao mesmo tempo, essas evidências também ajudam a reforçar o importante papel das competências sócio emocionais que possuem evidência de muito maior maleabilidade tanto na infância quanto na adolescência.

Ou seja, apesar de ser custoso e difícil remediar problemas de subdesenvolvimento de habilidades cognitivas – o QI, por exemplo, estabiliza aos dez anos de idade –, as evidências mostram que as competências sócio emocionais são mais passíveis de serem alteradas na adolescência ou em idades mais avançadas, o que é uma evidência promissora especialmente para a política pública em educação.

Esse artigo está dividido em quatro seções a contar com essa introdução. A próxima seção apresenta a motivação das pesquisas em competências sócio emocionais e como essas evidências têm sido absorvidas no âmbito do sistema educacional brasileiro. Além disso, apresenta uma breve explanação das principais abordagens com respeito às competências sócio emocionais, com ênfase no modelo amplamente utilizado na classificação dessas competências, o modelo dos *Big Five*. A terceira seção apresenta uma revisão de literatura relacionando as evidências disponíveis da relação entre cada dimensão do modelo dos *Big Five* e os resultados educacionais, inclusive para o Brasil. A quarta seção apresenta as conclusões deste trabalho.

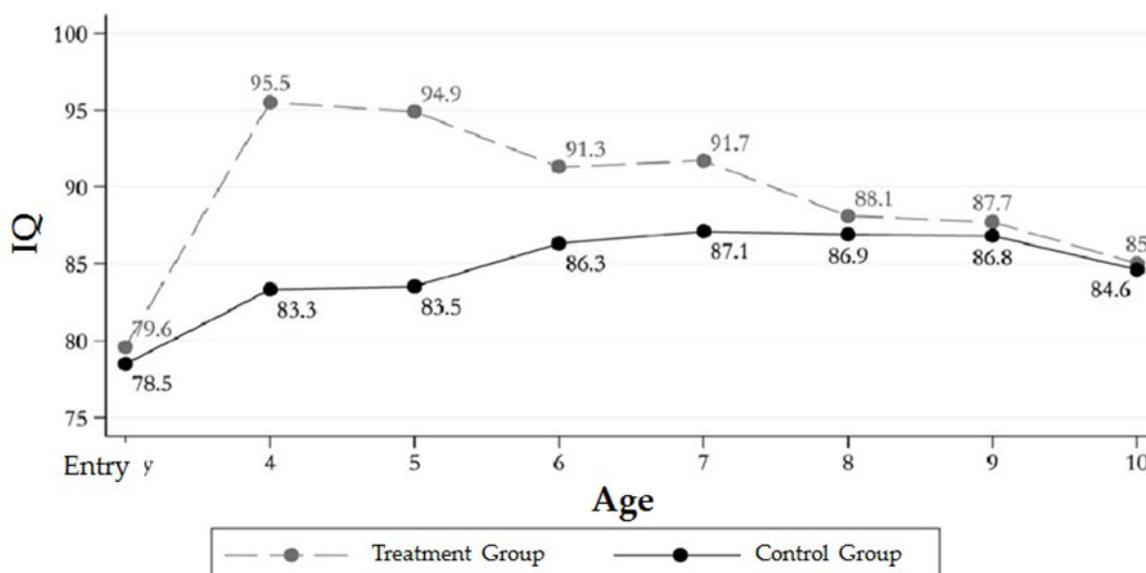
2 MOTIVAÇÃO E COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NO BRASIL

Importantes projetos de intervenção na primeira infância originaram através de currículos altamente ricos executados em escolas dos Estados Unidos, importantes trabalhos experimentais acompanhando alunos até a idade adulta e o seu desenvolvimento futuro. Dentre esses programas, serão destacados três principais: o *High Scope/ Perry Preschool Project*, o *Carolina Abecedarian Program* e o *Projeto Star*.

O *Perry Preschool* foi um programa de intervenção na primeira infância aplicado de 1962 a 1967 na cidade de Ypsilant, Michigan, para 58 crianças (com ascendência afro-americana, em desvantagem socioeconômica e QI abaixo de 85 aos 3 anos de idade), as quais foram seguidas por mais de 40 anos. O programa apresentava características como currículo inovador baseado na interatividade das crianças com os objetos estudados; rotinas de atividade pré estabelecidas e previsíveis; controle compartilhado de adultos e crianças sobre a escolha das atividades, privilegiando a manifestação do talento das crianças e estimulando sua capacidade de resolver problemas; e acompanhamento do progresso das crianças através de indicadores de desenvolvimento.

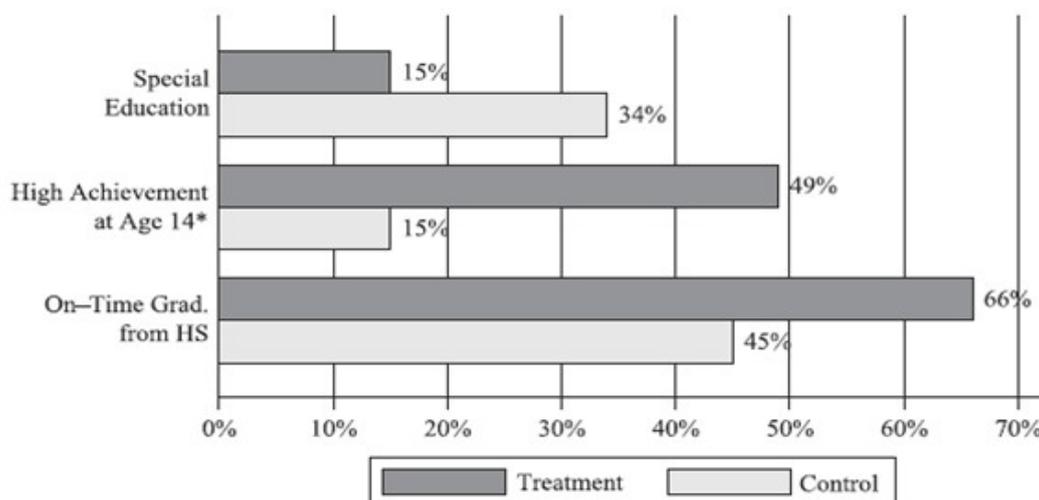
O gráfico 1 apresenta a evolução do QI dos grupos de controle e tratamento do *Perry Presschool Program*. É possível notar que o nível de QI das crianças no grupo de tratamento, inicialmente tão baixo como no grupo de controle, apresentou um grande salto por volta dos quatro anos de idade e seguiu mais alto e maior que o grupo de controle até meados dos sete anos de idade, quando os valores de ambos os grupos começaram a convergir.

No entanto, Heckman (2008) mostra que ao final dos dez anos de idade, os níveis de QI entre os grupos de tratamento e controle voltaram a ter a mesma magnitude. Aparentemente o efeito sobre o QI (habilidades cognitivas) do programa pré-escolar desapareceu com o tempo, e não havia uma diferença significativa de QI entre os grupos a partir dos dez anos de idade.

Gráfico 1. Perry Preschool Program – QI por idade.

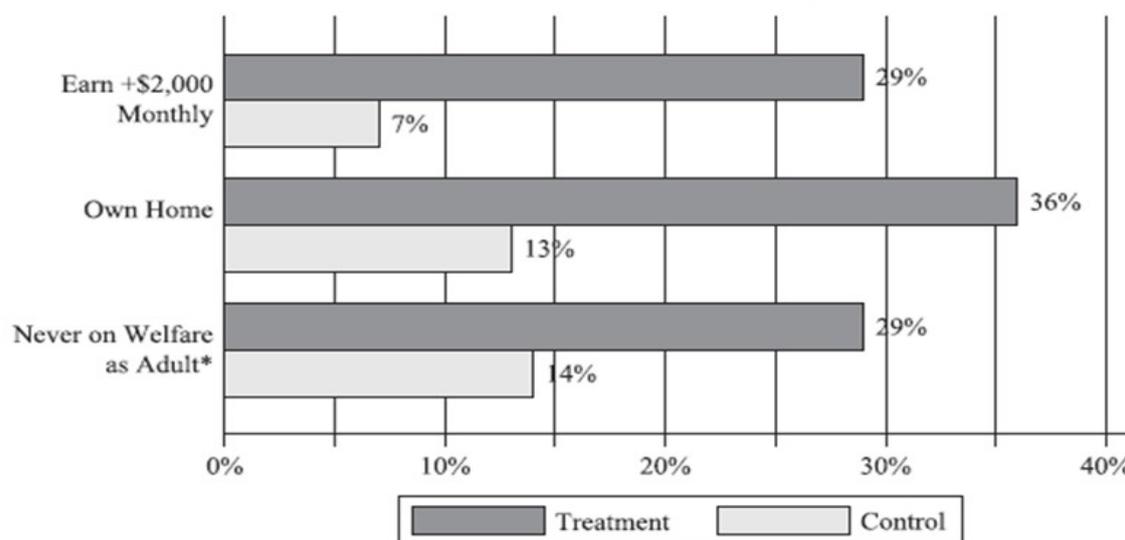
Fonte: Heckman (2008)

De acordo com o trabalho de Barnett (2004) essas crianças foram seguidas após o tratamento por mais de 30 anos e foi identificado um consistente padrão de altos resultados para o grupo de tratamento em comparação com o grupo de controle. Ou seja, efeitos positivos para um amplo intervalo de comportamentos sociais, mesmo quando o QI não fosse alto, como mostrado no gráfico 2. É possível observar que os indivíduos no grupo de tratamento apresentaram pontuações nos testes mais altas, apresentaram um maior nível de escolaridade, e requereram menos educação especial³ se comparados com os alunos do grupo de controle. Ou seja, mesmo que o programa não tenha tido um efeito permanente sobre as habilidades cognitivas do grupo de tratamento – já que após os dez anos de idade ambos os grupos, controle e tratamento, convergiram para um mesmo nível de QI – algum fator havia levado o grupo de tratamento a atingir melhores resultados em comparação com o grupo de controle.

Gráfico 1 Perry Preschool Program – Efeitos educacionais.

Fonte: Barnett (2004).

3 Espécie de aulas de reforço.

Gráfico 1. Perry Preschool Program – Efeitos econômicos aos 40.

Fonte: Barnett (2004).

O gráfico 3 ainda mostra que, quando atingiram a idade dos quarenta anos, os indivíduos do grupo de tratamento apresentaram também maiores níveis salariais e um maior índice de casa própria, em comparação com os indivíduos do grupo de controle. Além disso, a probabilidade de precisar de auxílios governamentais foi muito menor no grupo de tratamento em comparação com o grupo de controle.

Assim, para o *Perry Preschool*, economicamente, a avaliação do programa mostrou que, para cada dólar gasto, 16 dólares adicionais foram gerados para a sociedade, dos quais 7 oriundos de outros canais que não o salarial. Segundo Heckman, Maofeeva, Pinto e Savelyev (2008) o *Perry Preschool* agiu sobre os indivíduos operando primariamente através da melhora dos traços não cognitivos, ou seja, através da melhora das competências sócio emocionais.

O *Abecedarian Program* foi um programa similar ao *Perry Preschool* aplicado em 111 crianças vulneráveis de 1972 a 1977. As crianças entraram no programa com poucos meses de vida até os mesmos cinco anos de idade do *Perry Preschool*. Os impactos no âmbito das competências sócio emocionais foram semelhantes ao *Perry Preschool*, no entanto, diferente daquele programa, o aumento no QI dos participantes se mostrou permanente, com taxa de retorno anual de 3,4% para a sociedade, sendo apenas um terço oriundo de ganhos salariais. (Ramey, 1974).

O terceiro projeto, denominado *Projeto Star*, foi realizado no Tennessee (EUA) alocando crianças aleatoriamente em classes de diferentes tamanhos na pré-escola. Desta vez, a diferença positiva na cognição para os grupos de classes de tamanhos menores desapareceu na 8ª série, mas os ganhos salariais no futuro foram significativamente maiores para esse grupo de tratamento na idade adulta, além de melhor comportamento relatado pelos professores das séries 4ª e 8ª. Desse modo, o impacto que o tamanho da sala de aula pode ter no desempenho dos alunos pareceu se dar através de canais sócio emocionais.

Segundo Heckman e Rubinstein (2001) habilidades ou competências socioemocionais são os motivos que fazem com que indivíduos diferentes reajam de modo diferente a uma mesma situação, o que faz com que esses indivíduos tenham resultados diferentes em suas vidas. Segundo Heckman et al. (2001, 2011) competências sócio emocionais são pelo menos tão importantes quanto as habilidades cognitivas como determinantes dos resultados educacionais.

Segundo Santos (2014), as competências sócio emocionais complementam as habilidades cognitivas. Competências sócio emocionais são entendidas como atributos da personalidade relativamente estáveis e padrões duráveis de pensamentos, sentimentos e comportamentos, que refletem uma tendência a responder de um determinado modo a determinadas circunstâncias.

Apesar das abundantes evidências a respeito da importância das competências sócio emocionais nesses programas, relações causais de impacto de programas aplicados na pré-escola para crianças em desvantagens nos resultados de longo-prazo ainda são bastante limitadas. No caso do *Perry Preschool*, *Abecedarian Program* e *Projeto Star*, por exemplo, é difícil afirmar se os programas seriam reproduzíveis com resultados positivos em outro país ou contexto em que o sistema educacional esteja em outro estágio, como no caso do Brasil. Ou seja, o grande problema é a replicabilidade destes resultados em programas de larga escala, que é, em última instância, o objetivo de interesse efetivo da política pública.

Segundo Gutman e Schoon (2013), embora programas para adultos em desvantagem produzam baixo retorno econômico, **nos estudos em que a intervenção tardia mostrou algum benefício, a performance das crianças em desvantagem (sem intervenção) foi pior que a performance das crianças que experimentaram intervenções iniciais nos anos pré escolares. Em resumo, se a base é fraca, o retorno para investimentos tardios é baixo.**

Dois conceitos muito importantes apresentados por Cunha *et al.* (2006) são o de autoprodutividade e complementaridade. Segundo os autores, autoprodutividade é a característica de que quanto mais habilidades desenvolvidas no primeiro estágio, mais produtivo é o desenvolvimento de habilidades futuras. Já a complementaridade é uma característica que diz respeito à necessidade de determinadas habilidades para que outras sejam produtivas.

Algumas das maiores descobertas das análises dos modelos com duas habilidades (cognitivas e sócio emocionais) que controlaram para erros de medida e endogeneidade dos insumos são que a autoprodutividade e a complementaridade se tornam cada vez mais fortes à medida que a criança cresce. Para a autoprodutividade isso acontece para a formação de ambas, habilidades cognitivas e capacidades sócio emocionais. Para a complementaridade isso acontece ainda mais forte entre as habilidades cognitivas (CUNHA *et al.*, 2010).

Entrementes à evolução da pesquisa em educação evidenciando a importância das competências sócio emocionais, as transformações sociais e tecnológicas em todo o mundo têm moldado também o paradigma de capacidades necessárias ou pelo menos desejáveis para o sucesso educacional e no mercado de trabalho neste cenário globalizado e competitivo. Dentre essas habilidades, as competências sócio emocionais estão sendo amplamente reconhecidas entre as mais importantes, chamadas nos mais diversos contextos no mundo inteiro como “competências do século XXI”.

Já em 1996, **o Relatório Delors (UNESCO, 1996) marca o início dessa mudança no discurso educacional, recomendando um sistema de ensino que tenha como fundamento quatro principais pilares: (i) Aprender a Conhecer, (ii) Aprender a Fazer, (iii) Aprender a Ser e (iv) Aprender a Conviver.** A partir dessa publicação, no mundo todo surgiram diversas ideias e estudos de quais seriam as principais competências a serem desenvolvidas neste contexto, para alcançar esses quatro pilares. (Santos, 2014).

De acordo com Lee (2013) nos principais quadros teóricos utilizados internacionalmente, colocando as diretrizes comuns lado a lado, as competências e habilidades listadas pelas mais variadas iniciativas no mundo todo se relacionavam com as competências sócio emocionais ou as soft skills (maleáveis e sensíveis a experiências) de Heckman e Kaultz (2012), e o conceito de capital social utilizado por Putnan (1995). Desse modo, é possível afirmar que as competências sócio emocionais, apesar de ainda serem negligenciadas nos sistemas de ensino do mundo todo, e como apontando por Heckman, levado a um viés cognitivo nos testes padronizados relevantes como o PISA, já figuram como competências importantes no desenvolvimento dos alunos e dos indivíduos como um todo na sociedade.

As pesquisas evidenciam que o conjunto das competências sócio emocionais é responsável por contribuir pelo menos tanto quanto as habilidades cognitivas na determinação do êxito escolar através de maiores notas, menor probabilidade de abandono, e maior escolaridade final atingida, além de efeitos também na saúde e na violência. No mercado de trabalho, as evidências mostram que as competências sócio emocionais são recompensadas com maiores salários e menor período de desemprego, mais especificamente o atributo da conscienciosidade que envolve as facetas de disciplina, responsabilidade e perseverança, e tem se destacado como uma das habilidades com mais associações a resultados desejáveis.

No Brasil, do ponto de vista da pesquisa, a discussão sobre competências sócio emocionais é bastante avançada, estando o país um passo à frente no objetivo de medir competências sócio emocionais, no instrumento *Social and Emotional or Non-Cognitive Nationwide Assessment* (SENNA), que é uma base pioneira aplicada em 25 mil alunos da rede estadual do Rio de Janeiro em 2013, com o objetivo de criar um instrumento ao mesmo tempo simples e robusto, para mensurar atributos sócio emocionais. Silva Junior e Gonçalves (2017) e Santos (2014) apresentam evidências a partir da SENNA na seção de revisão deste trabalho.

Do ponto de vista do ensino, a estratégia brasileira mais recente no que concerne ao envolvimento das competências sócio emocionais no âmbito pedagógico, é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ministério da Educação (MEC). O BNCC é uma das frentes do Plano Nacional de Educação (PNE) que tem por objetivo definir uma base nacional comum para os currículos da educação básica.

A BNCC, ainda em discussão, traz uma nova diretriz de organização dos objetivos de aprendizagem, incluindo três macro competências: a) sócio emocionais (pessoais e sociais); b) cognitivas (os conteúdos das disciplinas); e c) comunicacionais. Dessa forma, as competências sócio emocionais aparecem – pela primeira vez – não apenas como uma macro competência, mas também, segundo as informações já publicadas pelo MEC, envolvidas em todo o processo pedagógico.

A próxima seção apresenta uma breve explanação sobre as críticas existentes à abordagem das competências sócio emocionais, a saber, a crítica comportamentalista e a crítica sociocognitiva. Além disso, esta seção apresenta um dos modelos mais utilizados de classificação de competências sócio emocionais, a saber, o modelo dos *Big Five*.

2.1 Diferentes abordagens das competências sócio emocionais

De acordo com Santos (2014) existem três principais abordagens dentro desta discussão das competências sócio emocionais: o modelo dos *Big Five*, a teoria comportamentalista e a teoria sociocognitiva. Segundo o modelo dos *Big Five*, a maior parte da variabilidade da personalidade humana pode ser resumida em cinco fatores. São eles: abertura a *novas experiências* (propensão a aceitar novas experiências estéticas, culturais ou intelectuais), *conscienciosidade* (propensão a ser organizado, responsável e esforçado), *extroversão*, (direcionamento de interesses e energia em direção ao mundo externo de pessoas e coisas, ao invés do mundo interno de experiências subjetivas), *amabilidade/cooperatividade* (propensão a agir de modo cooperativo e não egoísta) e *neuroticismo/estabilidade emocional* (propensão ao desequilíbrio psicológico e consistência de reações emocionais).

Já a teoria comportamentalista, que tem como principal líder B. F. Skinner (1961) (1963), questiona exatamente essa possibilidade de definição de atributos. **Para os comportamentalistas, o que determina o comportamento humano são as características do ambiente em que se observa tal comportamento.** Desse modo, atributos sócio emocionais ou não existem como características estáveis e permanentes no indivíduo, ou têm pouca importância na determinação do comportamento.

Mischel (1968) em seu trabalho empírico, percebeu que as correlações entre diferentes medidas de um mesmo construto para um mesmo indivíduo eram surpreendentemente baixas. Dessa forma, ou essas medidas estavam mensurando diferentes aspectos, ou os resultados estavam sendo afetados pelo ambiente, trabalho esse que fortaleceu os estudiosos comportamentalistas.

A teoria sociocognitiva veio em resposta a essa descoberta: para os adeptos da teoria os atributos sociocognitivos não são inatos, e se desenvolvem a partir de experiências pregressas, convívio social e processos cognitivos. Desse modo, a teoria sociocognitiva difere tanto dos comportamentalistas que acreditam que as reações são respostas causadas principalmente pelo próprio ambiente, quanto do modelo dos *Big-Five*, que tinha esses cinco atributos como inatos e permanentes no indivíduo. (Bandura, 1989).

Em 2006, Brents Roberts⁴ propôs um modelo que tem como principal característica unificar as abordagens comportamentalista, sociocognitiva e o modelo dos Big Five (ou outros modelos semelhantes relacionando atributos como o *Big Six* e o *Multi-Language Seven*) como casos especiais dentro de um amplo panorama. Roberts (2006) propõe uma estrutura hierárquica para os construtos de personalidade e construtos situacionais, que vão de amplos a estreitos.

Vistos dessa forma hierárquica, os atributos são agregações de pensamentos, sentimentos e comportamentos. Desse modo, o comportamento é um reflexo do atributo. Muitos fatores, incluindo atributos, motivações e as situações podem influenciar os pensamentos, sentimentos e comportamentos. Por exemplo, o atributo da extroversão, um dos atributos apresentados no modelo do Big Five, é um superatributo que pode ser decomposto em atributos estreitos correlacionados como sociabilidade, atividade, entusiasmo e que por sua vez são compostos por hábitos e padrões de estímulo resposta ou comportamentos em situações específicas.

Desse modo, os comportamentos são ambos, resultado e causa das competências sócio emocionais, e através desse modelo e as elaborações hierárquicas, Roberts (2006) consegue explicar mudanças de comportamento e até mesmo nos próprios atributos sócio emocionais, ficando a cargo da evidência empírica a importância relativa de cada aspecto afetando o comportamento⁵. A próxima seção apresenta em mais detalhes o modelo dos *Big Five*.

2.2 O modelo dos Big Five

Psicólogos da personalidade desenvolveram sistemas de atributos de personalidade que os economistas começaram a utilizar para medir competências sócio emocionais. Dos sistemas de medida de personalidade, o mais proeminente é o modelo dos *Big Five*. O modelo dos *Big Five* é um meio de examinar a variabilidade nas medidas de comportamento. Gordon Allport⁶ et al. (1936) buscaram em um dicionário por todos os adjetivos que podiam descrever atributos de personalidade, totalizando 18.000 palavras. Após eliminar sinônimos, restaram 4.500 itens que descreviam características humanas observáveis e permanentes.

Raymond Cattell⁷ (1933) (1943) fez uma nova pesquisa e reduziu essa lista para 171 adjetivos, agrupados mais tarde em 35 clusters ou esferas de personalidade. Em 1960, examinando amplas amostras para vários testes de personalidade, alguns autores, em diferentes partes do mundo, encontraram que cinco principais fatores explicavam a maior variação nos testes. Lewis Goldberg⁸ (1980a) (1980b) (1981) se referiu a estas características usando o acrônimo OCEAN (em inglês) para os cinco atributos: *Openness to experience*, *Conscientiousness*, *Extraversion*, *Agreeableness* and *Neuroticism*, traduzidos respectivamente como *Abertura a novas experiências*, *Conscienciosidade*, *Extroversão*, *Amabilidade* (também utilizado amplamente como *Cooperatividade*) e *Estabilidade emocional* (ou *Neuroticismo*).

Para a formulação do modelo dos *Big Five* foram utilizadas técnicas de análise fatorial propostas por Charles Spearman⁹ como um método estatístico que permitia identificar, em um conjunto de várias medições de resultados individuais, um vetor de menor dimensão de fatores que explicassem satisfatoriamente a variabilidade existente em tais resultados. Ou seja, cinco fatores, batizados como os *Big*

4 Brent Roberts é professor de psicologia no Departamento de Psicologia da Universidade de Illinois.

5 Ver Roberts (2006) para mais detalhes.

6 Gordon Willard Allport (1897-1967) foi um psicólogo americano, um dos primeiros estudiosos no campo da personalidade.

7 Raymond Bernard Cattell (1905-1998) foi um psicólogo britânico e americano conhecido por sua pesquisa empírica psicométrica.

8 Lewis R. Goldberg (1932) é um psicólogo da personalidade americano, conhecido pelo modelo de personalidade dos Big Five.

9 Charles Edward Spearman (1863-1945) foi um psicólogo inglês famoso pelo seu trabalho em estatística, pela elaboração da teoria do fator g de inteligência e pelo pioneirismo na Análise Fatorial.

Five, teoricamente, explicam a maior parte da variabilidade existente nas medições de competências sócio emocionais de um determinado indivíduo.

O quadro 1 apresenta os cinco atributos da personalidade e suas facetas, que são as características que fazem parte do conjunto denominado atributo. É interessante notar que algumas facetas estão relacionadas a mais de um atributo do *Big Five*, e que, diferente da abordagem cognitiva, nem todas as competências sócio emocionais seguem o princípio de monotonicidade, ou seja, de que quanto mais é melhor. Um exemplo é o atributo *Extroversão*, em que a característica de ter uma orientação de interesses e energia ao mundo externo pode ser positiva para algumas atividades como esportes, ou atividades mais sociáveis, enquanto ser menos extrovertido e mais voltado a experiências subjetivas pode ser positivo para outras atividades que exigem uma concentração ativa, como por exemplo a leitura.

Quadro 1. Atributos do Big Five e suas facetas.

Atributo (Big Five)	Descrição no dicionário da APA*	Facetas	Atributos relacionados	Atributos de temperamento (infância)
Abertura a novas experiências (incorpora intelecto)	Tendência a ser aberto a novas experiências estéticas, culturais e intelectuais	Fantasia (imaginativo), Estética (artístico), Sensibilidade (excitável), Ações (interesses amplos), Ideias (curioso), Valores (não convencional)	-	Prazer em atividades de baixa intensidade, Curiosidade, Sensibilidade sensitiva
Conscienciosidade	Tendência a ser organizado, esforçado e responsável	Competência (eficiente), Ordem(organizado), Autonomia (não espera ajuda), Batalha por objetivos, Disciplina (não preguiçoso), Deliberação (não impulsivo)	Firmeza de caráter, Perseverança, Postergar recompensa, Controle de impulsos, Planejar e batalhar por objetivos, Ambição, Ética no Trabalho	Atenção, Concentração, Empenho em controlar atitudes, Controle de impulsos/Postergação de recompensas, Persistência, Atividade**
Extroversão	Orientação de interesses e energia em direção ao mundo externo e pessoas e coisas (ao invés do mundo interno da experiência subjetiva)	Acolhimento (amigável), Agregador (sociável), Afirmção (autoconfiante), Atividades (energético), Procurar excitação(aventureiro), Emoções positivas (entusiasmado)	-	Dominância social, Vitalidade social, Timidez**, Atividade**, Emotividade positiva, Sociabilidade/afiliação, Busca de sensações

Atributo (Big Five)	Descrição no dicionário da APA*	Facetas	Atributos relacionados	Atributos de temperamento (infância)
Cooperatividade (Amabilidade)	Tendência a agir de modo cooperativo e não egoísta.	Confiança no próximo (tolerante), Objetividade (direto quando se dirige a alguém), Altruismo, Obedecer (não teimoso), Modéstia, Docilidade (simpático)	Empatia, Olhar diferentes ângulos dos problemas, Cooperação, Competitividade	Irritabilidade**, Agressividade, Boa vontade, Disponibilidade
Estabilidade Emocional (neuroticismo)	Previsibilidade e consistência de reações emocionais, sem mudanças bruscas de	Ansiedade (preocupado), Hostilidade (irritadiço), Depressão, Introspecção	Lócus de controle, Autoestima, Autoeficácia	Medo (amedrontamento) / Inibição comportamental, Timidez**, Irritabilidade**,
-	humor	(tímido), Impulsividade, Vulnerabilidade a estresse (não autoconfiante), Otimismo, Psicopatologias (desordens mentais) incluindo depressão e desordens de ansiedade	-	Frustração, Tristeza, Dificuldade de se acalmar

Cada um dos cinco fatores do *Big Five* representa uma dimensão da personalidade. Como esses atributos são características intrínsecas humanas, teóricos da personalidade tipicamente atribuem um alto grau de importância aos fatores genéticos e biológicos na determinação do nível de desenvolvimento destes atributos, que se tornam relativamente estáveis em certa idade.

De acordo com Santos (2014), recentemente no Brasil, a parceria entre as instituições Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Centro para Pesquisa e Inovação Educacional (CERI) e o Instituto Ayrton Senna (IAS) resultou na construção de um instrumento pioneiro para medir competências socioemocionais batizado de SENNA (*Social and Emotional or Non-cognitive Nationwide Assessment*). Essa pesquisa reuniu profissionais das mais diferentes expertises, incluindo economistas, psicólogos e avaliadores de políticas sociais e foi realizada com o objetivo de medir competências sócio emocionais no contexto escolar.

O instrumento SENNA foi construído a partir de um processo de mapeamento e análise de um amplo conjunto de instrumentos psicológicos consagrados na literatura internacional, feito por uma equipe de pesquisadores composta por profissionais com diferentes expertises técnicas, como psicólogos, psicometristas, especialistas em avaliação educacional e especialistas em avaliação de impacto.

Primeiramente foi feita uma seleção entre os principais instrumentos existentes na literatura. Para esta seleção, os principais critérios foram a existência de evidências empíricas de que os construtos neles medidos estivessem estatisticamente associados a medidas de sucesso e bem-estar dos indivíduos, e também exigências com relação ao custo e a aplicabilidade dos mesmos, propriedades robustas, etc.

Após esta minuciosa seleção, restaram 70 instrumentos para serem avaliados. Nesta avaliação, constatou-se que nenhum deles cobria individualmente o amplo espectro de características que se desejava medir. Desse modo, a opção dos pesquisadores foi a construção de um novo instrumento que originou o instrumento SENNA, agrupando os melhores itens dentre os instrumentos selecionados.

Depois de um árduo processo de tradução e análise dos instrumentos, análise qualitativa da compreensão dos itens pelos alunos, verificação do tempo de realização dos testes e análise psicométrica, os autores propuseram um entendimento das medidas abordadas nos instrumentos selecionados a partir das cinco variáveis latentes do *Big Five*.

Mas para completar o instrumento de acordo com o espectro desejado de medidas, mais uma variável adicional de autoestima chamada *Locus de Controle* de Rotter foi incluída. *Locus de Controle* é uma variável de auto estima em que indivíduos com alto *Locus de Controle* (ou *locus interno*) tendem a acreditar que a sua vida e realizações são resultados de suas próprias escolhas no passado, enquanto indivíduos com baixo *Locus de Controle* (*locus externo*) acreditam que o que acontece em suas vidas é resultado do acaso, sorte ou da ação de terceiros.

A próxima seção apresenta uma revisão de literatura dos principais resultados aliados a cada competência sócio emocional do modelo dos *Big Five* mais o *Locus de Controle*.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção apresenta uma breve revisão a respeito das seis competências sócio emocionais discutidas, a saber: i) Abertura a novas experiências; ii) Conscienciosidade; iii) Extroversão; iv) Estabilidade Emocional; v) Amabilidade e; vi) *Locus de Controle*.

i) Abertura a novas experiências

Trata-se da tendência a ser aberto a novas experiências estéticas, culturais intelectuais. O indivíduo aberto a novas experiências tem como características ser imaginativo, artístico, excitável, curioso, não convencional e com amplos interesses. Este atributo é bastante correlacionado à inteligência e outro fator importante é a possível causalidade reversa entre esse atributo e os melhores resultados educacionais. Por exemplo, um indivíduo tem altos resultados educacionais porque tem um nível alto de abertura a novas experiências, ou esse indivíduo é mais aberto a novas experiências justamente por ter um histórico de bom desempenho acadêmico?

Existem algumas evidências que relacionam o atributo *Abertura a novas experiências* com maior nível de escolaridade. Segundo Almlund *et al.* (2011) o aumento de um desvio-padrão no atributo *Abertura a novas experiências* está associado a um acréscimo de até 0,2 ano de estudo. Segundo Santos (2014), a correlação deste atributo com inteligência faz com que *Abertura* não só tenha um efeito direto sobre a escolaridade final atingida, como também um efeito indireto através do impacto sobre a inteligência e desta sobre a escolaridade.

Lounsbury *et al.* (2004) em um estudo rigoroso metodologicamente, mostrou que alunos do ensino médio mais abertos a novas experiências faltavam menos à aula e tinham preferência por cursos mais difíceis de matemática quando lhes era facultado escolher, mesmo que ao final as notas não fossem necessariamente maiores que a dos demais.

Geralmente autores enxergam *Criatividade* como uma faceta dentro do atributo principal *Abertura à Novas Experiências*. Matthews e Deary (1998) classificam *criatividade* como conceito bastante próximo de *Abertura* e Sternberg (1999) define *criatividade* como parte da inteligência. Já Kyllonen *et al.* (2011) definem *criatividade* como fator quase-cognitivo. É razoável considerar que indivíduos mais abertos a novas experiências sejam mais propensos a serem criativos, por definição.

Gutman e Schoon (2013) encontraram correlação moderada entre a faceta Criatividade e notas na escola, e elevada correlação desse construto com a qualidade de trabalhos de conclusão de curso na universidade ($r = 0,46$). Segundo Santos (2014), a correlação entre abertura e notas no início do ciclo educacional é mais alta que no final, evidência consistente com a hipótese de que as turmas se tornam homogêneas com o passar do tempo e a saída dos alunos mais fracos.

A correlação entre Abertura a novas experiências e a média final das notas é uma das maiores do modelo dos *Big Five*, sendo menor apenas que a correlação de *Conscienciosidade* com notas. No entanto, essa correlação ainda pode ser considerada de magnitude pequena, pois é um terço da correlação entre inteligência e notas calculada por meta-análise por Poropat (2009).

Utilizando a base de dados representativa para a rede estadual do Rio de Janeiro, SENNA (2013), Silva Junior e Gonçalves (2017) estimaram através de um modelo utilizando simultaneamente diversas metodologias (*Propensity Score Matching*, Mínimos Quadrados Ponderados pelos Escores de Propensão e Modelo de Misturas Finitas) que alunos que frequentaram a pré escola apresentaram maiores níveis de *Abertura a novas experiências* a 1% de significância no 5o ano do ensino fundamental. Ainda no mesmo trabalho, Silva Junior e Gonçalves (2017) estimaram através de um modelo hierárquico de três níveis que alunos que não possuem renda básica no 1o ano do ensino médio estão associados a menores níveis de *Abertura a Novas Experiências*.

ii) Conscienciosidade

O atributo *Conscienciosidade* é definido como a tendência a ser organizado, responsável e esforçado. O indivíduo com esse atributo tem como características ser eficiente, organizado, ter autonomia, disciplina, ser não impulsivo e ser orientado para seus objetivos. Este é o atributo mais associado às diversas medidas de sucesso, e por isso, tende a ser visto como um dos atributos mais importantes do modelo dos *Big Five*. Estudar e trabalhar são atividades que envolvem as características deste atributo como perseverança, disciplina, esforço e responsabilidade, o que faz dele um atributo valorizado no alcance de bons resultados tanto acadêmicos quanto no mercado de trabalho.

Junto com *Abertura a novas experiências*, esse atributo está associado à maior escolaridade final atingida por um indivíduo. O impacto da *Conscienciosidade* sobre os anos de estudos, segundo Santos (2014) é de 0,2 anos de estudo para cada aumento de 1 desvio-padrão (especialmente importante para indivíduos do sexo masculino), um impacto próximo ao da inteligência. Segundo Lleras (2008), comportamentos relacionados à *Conscienciosidade*, como pontualidade às aulas e entrega do dever de casa, são capazes de prever com antecedência de até dez anos a escolaridade final atingida.

O impacto da *Conscienciosidade* no desempenho escolar medido através das notas é o mais importante impacto dos atributos de personalidade, sendo comparável à magnitude do impacto da inteligência no desempenho. Ao contrário da Inteligência e da *Abertura a novas experiências*, a associação entre *Conscienciosidade* e notas não decai ao longo do ciclo educacional. Segundo Duckworth e Seligman (2005), a parcela da variância das notas obtidas por uma coorte de alunos de oitava série que é explicada pela autodisciplina medida no início do ano letivo é mais de duas vezes maior do que a explicada pela inteligência.

Almlund *et al.* (2011) fizeram um rigoroso estudo para uma amostra representativa da Alemanha relacionando os *Big Five* com a escolaridade final atingida pelo indivíduo, encontrando *Estabilidade Emocional* e *Conscienciosidade* como únicos atributos estatisticamente significantes. Ainda segundo o

mesmo estudo, para os homens, *Conscienciosidade* foi o atributo mais associado aos anos de estudo, a frente inclusive de medidas de Inteligência Fluida e Cristalizada¹⁰.

Segundo Jacobs *et al.* (2002), diferenças de autodisciplina entre moças e rapazes são mais importantes que inteligência para prever porque a distância entre o percentual de moças e rapazes que decidem fazer faculdade tem aumentado, em favor delas. Desse modo, *Conscienciosidade* pode ser até mesmo mais importante que inteligência de uma maneira geral. Estudos parecem apontar que *Conscienciosidade* está mais relacionada às notas obtidas na escola do que aos testes padronizados, sugerindo que haja mecanismos além da capacidade de aprendizado que relacionem *Conscienciosidade* ao êxito na escola.

Segundo Martin (1989) medidas de persistência e distratabilidade reportada pelos pais sobre as crianças na primeira infância já são bastante correlacionadas com notas na escola e em testes padronizados. Mischel *et al.* (1989), no famoso experimento Teste do *Marshmallow*, mostram que crianças com maior capacidade de postergar recompensa obtiveram notas mais elevadas em exames padronizados utilizados no ingresso à universidade nos Estados Unidos, com correlações elevadas de 0,42 e 0,57 para linguagem e matemática, respectivamente.

Roberts *et al.* (2007) apresenta efeitos do atributo *Conscienciosidade* com respeito não só no âmbito educacional e no mercado de trabalho, mas também nos indicadores de saúde, onde em uma meta-análise o autor mostra que *Conscienciosidade* aparece como o principal preditor de longevidade, à frente do Q.I. e de características socioeconômicas. Hampson *et al.* (2007) apresentam uma relação positiva entre Consciência e menor incidência de hábito de fumar e maior probabilidade de prática de exercícios físicos na idade adulta.

Com relação à criminalidade, violência e delinquência juvenil, Vazsonyi *et al.* (2001) mostram que o autocontrole se destaca como uma das facetas mais importantes da Consciência, estando ligado diretamente com a criminalidade. Segundo o autor, o autocontrole explica entre 10% e 16% da variância de indicadores de uso de drogas, vandalismo, roubo e abuso sexual. John *et al.* (1994) mostram que jovens delinquentes estavam 0,75 desvio-padrão abaixo da média em indicadores de Consciência apontados em entrevistas respondidas por suas mães.

Silva Junior e Gonçalves (2017) através de um modelo hierárquico de três níveis utilizando a base SENNA, representativa para a rede estadual do Rio de Janeiro, encontraram associações positivas a 1% de significância entre os níveis de *Conscienciosidade* e alunos do sexo feminino, e que recebem bolsa-família no 1o e 3o ano do ensino médio.

Desse modo, se existe alguma evidência de qual dos atributos é o mais importante na predição de melhores resultados, esse atributo parece ser a *Conscienciosidade*, que age sobre uma série de resultados relacionados à escola, mercado de trabalho, saúde e violência, sugerindo ser este atributo um provável foco recomendado para a atuação de políticas públicas.

iii) Extroversão

O atributo *Extroversão* é definido como a orientação de interesses e energia em direção ao mundo externo de pessoas e coisas (ao invés do mundo interno de experiências subjetivas). São características do indivíduo extrovertido ser amigável, sociável, autoconfiante, energético, aventureiro e entusiasmado. É um dos atributos que apresentam efeitos mais difíceis de se captar em exercícios estatísticos, pois a relação entre esse atributo e os resultados não parece monotônica, ou seja, neste caso não se aplica o “quanto mais

10 Inteligência Fluida é a capacidade de interpretar e resolver problemas em novas situações, não necessariamente utilizando conhecimento previamente adquirido. Este tipo de inteligência envolve rapidez de raciocínio e inventividade e tem como elementos os raciocínios indutivo e dedutivo. Já a Inteligência Cristalizada é a capacidade de utilizar o conhecimento e experiência adquiridos para resolver problemas. Esse tipo de inteligência tem como elementos a capacidade de acionar a memória de longo prazo e identificar a solução de problemas em situações semelhantes já vividas ou conhecidas. O QI, acredita-se, mede um pouco de ambos, mas existem instrumentos específicos para mensurar cada uma delas.

melhor”. Nem sempre ter mais ou menos dessa característica representa uma vantagem em sala de aula. As correlações na maioria dos estudos desse atributo com resultados educacionais ou mercado de trabalho são estatisticamente nulas ou bastante baixas.

Carneiro *et al.* (2007) verificam que, ainda que *Extroversão* não seja particularmente importante para determinar as notas obtidas ou resultados de linguagem e matemática medidos na idade adulta, pode ser relevante na decisão dos jovens de permanecer na escola por mais tempo.

Utilizando a base SENNA (2013), Silva Junior e Gonçalves (2017) através de um modelo hierárquico de três níveis, encontraram associações positivas a 1% de significância entre os níveis de *Extroversão* e alunos do sexo feminino para o 1o ano do ensino médio da rede estadual do Rio de Janeiro.

iv) Amabilidade (ou cooperatividade)

O atributo *Amabilidade* (ou cooperatividade) é definido como a tendência a agir de modo cooperativo e não egoísta. Os indivíduos que possuem esse atributo de ser amável ou cooperativo têm como características serem tolerantes, altruístas, modestos, simpáticos, não teimosos e objetivos. Características como agressividade e irritabilidade (também associadas ao atributo estabilidade emocional), disponibilidade, afabilidade, estão associadas a *Amabilidade*, o que faz supor sua importância em atividades em grupo.

Segundo Duncan e Magnusson (2010) agressividade na infância é importante preditor (negativo) da conclusão do ensino médio. Santos (2014) salienta para o fato dessa associação enfrentar o problema de causalidade reversa, já que não é clara a direção de causalidade entre *Amabilidade* e escolaridade final atingida. A correlação entre *Amabilidade* e notas escolares é similar à de *Conscienciosidade* ao longo do ensino fundamental. No entanto, diferindo de *Conscienciosidade*, o efeito de *Amabilidade* sobre as notas escolares parece desaparecer com o avançar do ciclo educacional.

Os principais efeitos desse atributo aparecem nos indicadores de saúde e violência. Segundo Roberts *et al.* (2007), indivíduos com maior *Amabilidade* ou *Cooperatividade* apresentam maiores índices de longevidade. Segundo Hampson *et al.* (2007), quanto maior o nível de *Amabilidade* menor é a tendência dos indivíduos a serem fumantes e é a maior propensão a praticarem exercícios físicos. Segundo John *et al.* (1994), no caso da violência, a *Amabilidade* é a principal habilidade determinante da probabilidade de se tornar delinquente juvenil.

Silva Junior e Gonçalves (2017) através de um modelo hierárquico de três níveis utilizando a base SENNA, encontraram associações positivas a 1% de significância entre os níveis de *Amabilidade* e alunos do sexo feminino no 1o e 3o anos do ensino médio da rede estadual do Rio de Janeiro. Alunos que não possuem renda básica estão associados negativamente com esta competência em ambos os anos.

v) Estabilidade Emocional (ou Neuroticismo)

O atributo *Estabilidade Emocional* (ou *Neuroticismo*) é definido como a previsibilidade e consistência de reações emocionais, sem mudanças bruscas de humor. O indivíduo emocionalmente instável é caracterizado como preocupado, irritadiço, introspectivo, impulsivo, não autoconfiante, podendo manifestar depressão e desordens de ansiedade. Diferente de *Amabilidade* e *Cooperatividade* que exibem uma magnitude na mesma direção, indivíduos com mais *Estabilidade Emocional* são aqueles que exibem um menor *Neuroticismo*, por isso é importante levar em consideração as nomenclaturas no momento de definir e analisar atributos de *Estabilidade Emocional*.

Segundo Santos (2014) a importância relativa desta habilidade com relação aos outros atributos do modelo dos *Big Five* é superdimensionada devido ao volume maior de estudos, já que as facetas deste atributo podem ser encontradas em diversas bases de dados americanas de psicologia. Desse modo, há um grande volume de trabalhos que investigam a relação dessa habilidade com os resultados individuais.

Muitos estudos utilizam medidas de problemas comportamentais e de atenção em conjunto com desempenho escolar. Escalas de problemas de comportamento consistem em uma mistura de facetas de *Estabilidade Emocional* (tais como ansiedade e depressão) com facetas de *Amabilidade* (tais como agressividade).

Segundo Duncan e Magnusson (2010) e Fergusson e Horwood (1998) o comportamento antisocial na infância está negativamente associado às chances de que o jovem complete o ensino médio. Almlund et al. (2011) estudando uma amostra representativa da Alemanha encontraram que *Estabilidade Emocional* e *Conscienciosidade* são os únicos atributos do *Big Five* estatisticamente significantes com relação à escolaridade final atingida. Para mulheres a característica mais associada aos anos de escolaridade é a *Estabilidade Emocional*, abaixo da Inteligência Cristalizada e pouco acima de *Conscienciosidade*.

Apesar da associação com anos de escolaridade e chances de conclusão do Ensino Médio, *Estabilidade Emocional* parece não estar associado a notas e resultados em testes padronizados. No entanto, segundo Cunha et al. (2010), utilizando uma medida sintética de Talentos Não Cognitivos majoritariamente composta por indicadores de problemas de comportamento (Escalas do *Behavior Problemns Index* (BPI)) pessoas com mais talentos sócio emocionais na infância têm mais facilidade de aumentar seus resultados educacionais que medem cognição.

Störmer e Fahr (2010) estimaram que um desvio-padrão a mais de *Estabilidade Emocional* está associado a uma redução de 12% no absenteísmo no trabalho. Duckworth (2011) mostram que características desta habilidade têm correlação com desempenho no emprego em um nível suavemente menor que inteligência.

Segundo Martin et al. (2007), Kern e Friedman (2008) e Boyle et al. (2005), com relação à saúde, *Estabilidade Emocional* é associada à maior longevidade. Hampson et al. (2010) mostram que crianças com maior hostilidade no ensino primário apresentam maior probabilidade de adquirirem hábitos como uso de cigarro, álcool ou maconha no segundo grau.

Utilizando a base de dados representativa para a rede estadual do Rio de Janeiro, SENNA (2013), Silva Junior e Gonçalves (2017) estimaram através de um modelo utilizando simultaneamente diversas metodologias (*Propensity Score Matching*, Mínimos Quadrados Ponderados pelos Escores de Propensão e Modelo de Misturas Finitas) que alunos que frequentaram a pré-escola apresentaram maiores níveis de *Estabilidade Emocional* a 5% de significância no 5o ano do ensino fundamental. Ainda no mesmo trabalho, Silva Junior e Gonçalves (2017) estimaram através de um modelo hierárquico de três níveis que alunos do sexo feminino estão associados a maiores níveis de *Estabilidade Emocional* no 1o e 3o anos do ensino médio. Alunos sem renda básica tendem a ser menos estáveis emocionalmente no 1o ano do ensino médio.

vi) O Locus de controle e outros atributos de autopercepção

Tanto as medidas de *Locus de Controle* de Rotter como a Escala de Autoestima de Rosenberg¹¹ embasam uma série de estudos de Heckman e coautores, que utilizam essas medidas ou índices padronizados a partir delas como estatísticas sumárias de atributos sócio emocionais. Alguns autores como Almlund et al. (2011), e os próprios autores do instrumento SENNA, acreditam que esses construtos de autoestima podem ser entendidos como facetas dos próprios atributos do *Big Five*.

Outros autores, como Kyllonen et al. (2011), acreditam que esses construtos pertencem a uma categoria separada de valores atitudinais, influenciados tanto por traços de personalidade, como prevê o modelo dos *Big Five*, quanto pelo contexto e experiências, de acordo com a crítica comportamentalista.

¹¹ É uma medida de autoestima que mede o grau de aprovação ou desaprovação em direção a si mesmo. (Rosenberg, 1965).

De fato, o *Locus de Controle* faz parte do conjunto de medidas de Motivação e crenças e segundo McGrew (2007), esse conjunto de medidas refere-se às habilidades conativas (relativas à vontade e associadas ao esforço consciente proativo para executar ações e comportamentos).

Construtos relacionados à autopercepção (autoeficácia, autoconceito, autoestima, *locus de controle*), ou seja, habilidades que dizem respeito a crenças e orientações da pessoa consigo mesma, possuem um papel importante na construção do sucesso e bem-estar dos indivíduos segundo teorias da psicologia. Esse papel pode se dar tanto pelo efeito direto sobre as atividades (o que fazer e como fazer), como também pelo efeito indireto da autoestima sobre a motivação e interesses dos indivíduos.

Heckman *et al.* (2008) mostram que um desvio-padrão a mais no *Locus de Controle* está associado a cerca de 1,5 pontos percentuais de aumento nas chances de completar o ensino médio, um aumento que se dá especialmente para homens ou indivíduos na cauda inferior da distribuição dessa medida. Segundo Cunha *et al.* (2010), pessoas com melhores níveis de autoestima têm mais facilidade de aumentar seus indicadores cognitivos.

Segundo Gallo *et al.* (2003), pessoas com alto *Locus de Controle* (locus interno) possuem maiores chances de reemprego no caso de perderem seus empregos atuais. O canal que faz com que isso ocorra, segundo Caliendo *et al.* (2010), é que o indivíduo numa posição maior na escala procura com mais afinco e maiores exigências por um novo posto de trabalho. Para dados alemães, mas utilizando dados parecidos, Piatek e Pinger (2010) estimaram que se um indivíduo passasse dos 10% inferiores para os 10% superiores na escala de Rotter, seu salário aumentaria em 36%.

Utilizando a base de dados representativa para a rede estadual do Rio de Janeiro, SENNA (2013), Silva Junior e Gonçalves (2017) estimaram através de um modelo utilizando simultaneamente diversas metodologias (*Propensity Score Matching*, Mínimos Quadrados Ponderados pelos Escores de Propensão e Modelo de Misturas Finitas) que alunos que frequentaram a pré-escola apresentaram maiores níveis de *Locus de controle* a 10% de significância no 5o ano do ensino fundamental. Ainda no mesmo trabalho, Silva Junior e Gonçalves (2017) estimaram através de um modelo hierárquico de três níveis que alunos do sexo masculino e com mães com ensino superior completo estão associados a maiores níveis de autoestima no 1o e 3o anos do ensino médio.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo apresentar as diferentes abordagens a respeito do desenvolvimento e classificação das competências sócio emocionais (habilidades não-cognitivas), além de fazer uma revisão dos principais trabalhos relacionando as cinco competências do modelo dos *Big Five* mais *Locus de controle* a dados de desempenho escolar, mercado de trabalho, violência e saúde. Ao contrário das diversas evidências e modelos amplamente aceitos para avaliar habilidades cognitivas, a literatura sobre competências sócio emocionais encontra-se atualmente na fronteira de pesquisa, onde a literatura de economia da educação tem interagido fortemente com abordagens da psicologia e da neurociência, buscando-se entender como classificá-las, medi-las e avaliá-las no âmbito escolar.

Diversos trabalhos como Jencks (1979), John *et al.* (1994), Bowles e Gintis (2002), Farkas (2003), Heckman, *et al.* (2006), Roberts *et al.* (2007), Heckman *et al.* (2008), Lleras (2008), Cunha *et al.* (2010), Santos (2014) e Silva Junior e Gonçalves (2017) apresentam evidências de que as competências sócio emocionais estão associadas a muitos resultados positivos, e são tão importantes quanto, ou até mesmo mais importantes que as habilidades cognitivas. Essas evidências têm influenciado no paradigma dos sistemas educacionais no mundo todo, em que as competências sócio emocionais têm figurado entre as capacidades mais importantes a serem desenvolvidas. No entanto, evidências robustas de relação causal ainda são bastante escassas na literatura, principalmente para dados de larga escala, especialmente dados brasileiros.

No que concerne ao estado das artes das competências sócio emocionais, foram apresentadas as três principais abordagens apresentadas na literatura como aparentemente opostas, e que têm como objetivo explicar ou classificar esses padrões de comportamentos chamados competências sócio emocionais. São eles: i) a teoria comportamentalista, que entende o comportamento como explicado pelo ambiente; ii) a teoria sociocognitiva, que aceita a existência de atributos, mas afirma que eles são explicados pelo contexto em que um comportamento acontece; e iii) teorias de classificação de atributos, como o modelo dos *Big Five* que classifica essas características humanas em um grupo de cinco fatores.

Roberts (2006) apresenta um modelo que concilia teoricamente todas essas abordagens em um só panorama unificado, em que ambos atributos e ambiente se influenciam mutuamente. No entanto, segundo o autor, são as evidências empíricas que estão a cargo de responder qual a importância relativa de cada aspecto, sejam os atributos, o contexto ou a cultura de determinado indivíduo, influenciando seu comportamento.

Os estudos empíricos sobre competências sócio emocionais mostram que os atributos *Conscienciosidade*, *Abertura a Novas Experiências*, *Estabilidade Emocional* e *Lócus de Controle* (autoestima) estão entre os atributos em que existem mais evidências de associação com resultados positivos. Dentre esses atributos, parece que a *Conscienciosidade* é um dos atributos que mais se destacam como valorizados tanto no âmbito escolar quanto no âmbito do mercado de trabalho.

No âmbito escolar, parece que *Abertura a Novas Experiências*, *Estabilidade Emocional* e *Lócus de Controle* são competências que a pré-escola ajuda a desenvolver (Silva Junior e Gonçalves, 2017). Competências como *Abertura a Novas Experiências*, *Conscienciosidade* e *Estabilidade Emocional* parecem estar relacionadas a uma maior escolaridade (Lleras, 2008 e Almlund et al., 2011). Já alunos com maior *Amabilidade*, *Estabilidade Emocional* e *Lócus de Controle* parecem estar mais propensos a completar o ensino médio (Duncan e Magnusson, 2010, Fergusson e Horwood, 1998 e Heckman et al., 2008). Com relação ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, tradicionalmente medidas através das notas dos alunos, as competências mais relacionadas são *Abertura a Novas Experiências*, *Conscienciosidade* e *Lócus de Controle* (Jacobs et al., 2002, Cunha, et al., 2010 e Gutman e Schoon, 2013).

No que concerne ao mercado de trabalho, *Estabilidade Emocional* está associada a um menor índice de absenteísmo (Störmer e Fahr, 2010) e *Lócus de Controle* a uma taxa maior de reemprego (Gallo et al., 2003) e salários maiores (Piatek e Pinger, 2010). Com relação a dados de violência, relacionadas a menores taxas de delinquência destacam-se as competências da *Conscienciosidade* e *Amabilidade* (John et al., 1994). E por fim, com relação a dados de saúde, como maior longevidade e menores hábitos negativos, parece que as competências mais importantes são *Conscienciosidade*, *Amabilidade* e *Estabilidade Emocional* (Boyle et al., 2005, Roberts et al., 2007, Martin et al., 2007, Kern e Friedman, 2008 e Hampson et al., 2010).

REFERÊNCIAS

ALMLUND, M., DUCKWORTH, A., HECKMAN, J. J. & KAUTZ, T. (2011). Personality psychology and economics. In: HANUSHEK, E. A., MACHIN, S., & WOESSMANN, L. (Eds.). Handbook of the Economics of Education, Volume 4. Amsterdam: Elsevier. Forthcoming, 2011.

ALLPORT, G. W. & ODBERT, H. Trait-names: A psycho-lexical study. Psychological Monographs, 47, Whole No. 211, 1-171, 1936

BANDURA, A. Regulation of cognitive processes through perceived self-efficacy. Developmental psychology 25 (5), p. 729, 1989.

BARNETT, W. S. Maximizing returns from prekindergarten education. In Federal Reserve Bank of Cleveland research conference: Education and economic development (pp. 5–18). Cleveland, OH: Federal Reserve Bank of Cleveland, 2004.

BORGHANS, L., DUCKWORTH, A. L., HECKMAN, J. J., & ter Weel, B. The economics and psychology of personality traits. IZA Discussion Papers, No. 3333, 2008.

BOWLES, S., GINTIS, H. Social capital and community governance. *Economic Journal*, 112: 419-436, 2002.

BOYLE, S., WILLIAMS, R., MARK, D., BRUMMET, B., SIEGLER, I., BAREFOOT, J. Hostility age and mortality in a sample of cardiac patients. *American Journal of Cardiology*. 96(1): 64-66, 2005.

CALIENDO, M., FOSSEN, F. e KRITIKOS, A. The impact of risk attitudes on entrepreneurial survival. *Journal of Economic Behavior and Organization* 76 (1), 45–63, 2010.

CATTELL, R. B. (1933). *Psychology and social progress*. London: C. W. Daniel, 1933.

_____. The description of personality: Basic traits resolved into clusters. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 38, 476-506, 1943.

CUNHA, F., HECKMAN, J., LOCHNER, L., MASTEROV, D. Interpreting the evidence on life cycle skill formation *Handbook of the Economics of Education*. (pp. 695 a 812). Elsevier, 2006.

CUNHA, F., HECKMAN, J. J., SCHENNACH, S. Estimating the technology of cognitive and noncognitive skill formation. National Bureau of Economic Research. 2010.

DUCKWORTH, A. L. The significance of self-control. *PNAS*, 108, 2639–2640, 2011.

DUCKWORTH, A. L., SELIGMAN, M. E. P. Self-discipline outdoes IQ in predicting academic performance of adolescents. *Psychological Science*, 16, 939-44, 2005.

DUNCAN, G. J., & MAGNUSON, K. The Nature and Impact of Early Achievement Skills, Attention Skills, and Behavior Problems. In G. Duncan & R. Murnane (eds). *Social Inequality and Educational Disadvantage*. NY: Russell Sage Foundation, 2010.

FARKAS, G. (2003). Cognitive Skills and Noncognitive Traits and Behaviors in Stratification Processes. *Annual Preview of Sociology*. Vol. 29:1-609.

FERGUSON, D. M., HORWOOD, L. J. Early Conduct Problems and Later Life Opportunities. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*; 39(8): 1097-1108, 1998.

GALLO, W., ENDRASS, J., BRADLEY, E., HELL, D., KASL, S. The influence of internal control on the employment status of German workers. *Schmollers Jahrbuch* 123(1): 71-81, 2003.

GOLDBERG, L. R. A catalogue of 1.947 nouns that can be used to describe personality and a taxonomy of 1.342 nouns that are typically so used. Unpublished report, Oregon Research Institute, 1980.

GOLDBERG, L. R. Some ruminations about the structure of individual differences: developing a common lexicon for the major characteristics of human personality. Symposium presentation at the meeting of the Western Psychological Association, Honolulu, 1980.

GOLDBERG, L. R. (1981). Language and individual differences: The search for universals in personality lexicons. In: L. Wheeler (Ed.), *Review of personality and social psychology*, Beverly Hills, California: Sage, 141-165, 1981.

GUTMAN, L., & SCHOON, I. *The impact of non-cognitive skills on outcomes for young people: literature review*. Education Endowment Foundation, 2013.

HAMPSON, S., GOLDBERG, L., VOGT, T., DUBANOSKI, J. Mechanisms by which childhood personality traits influence adult health status: educational attainment and healthy behaviors. *Health Psychology* 26(1): 121-125, 2007.

HAMPSON, S., TILDESLEY, E., ANDREWS, J., LUYCKX, K., MROCZEK, D. The relation of change in hostility and sociality during childhood to substance use in mid adolescence. *Journal of Research in Personality* 44(1): 103-114, 2010.

HECKMANN, J. J., and RUBINSTEIN, Y. The Importance of Noncognitive Skills: Lessons from the GED Testing Program. *American Economic Review* 91(2):145-9, 2001.

HECKMANN, J. J., STIXRUD, J., & URZUA, S. The Effects of Cognitive and Noncognitive Abilities on Labor Market Outcomes and Social Behavior. *Journal of Labor Economics*, 24(3), July 2006, 411-482, 2006.

HECKMAN, J. J. The case for investing in disadvantaged young children. In: *First Focus (Ed.) Big ideas for children: Investing in our nation's future*, p. 49-58. Washington, DC, 2008.

HECKMAN, J. J., MALOFEEVA, L., Pinto, R. R., SAVELYEV, P. & YAVITZ, A. The Impact of the Perry Preschool Program on Noncognitive Skills of Participants. Unpublished manuscript, University of Chicago, Department of Economics, 2008.

HECKMAN, J. J., HUMPHRIES, J. E., URZUA, S. & VERAMENDI, G. The Effects of Educational Choices on Labor Market, Health, and Social Outcomes. Unpublished manuscript, University of Chicago, Department of Economics, 2011.

HECKMAN, J. J., & Kautz, T. Hard evidence on soft skills. In: *Labour Economics* 19 (4), 451-464. Elsevier, 2012.

JACOBS, J. E., LANZA, S., OSGOOD, C. W., ECCLES, J. S., & WIGFIELD, A. Changes in children's self-competence and values: Gender and domain differences across grades one through twelve. *Child development* 73 (2), pp. 509-527, 2002.

JENCKS, C. *Who Gets Ahead? The Determinants of Economic Success in America*. New York: Basic Books, 1979.

JOHN, O., CASPI, A., ROBINS, R., MOFFIT, T. The little five: exploring the nomological network of the Five-Factor Model of Personality in adolescent boys. *Child Development* 65 (1): 160-178, 1994.

- KERN, M. L., FRIEDMAN, H. Do conscientious individuals live longer? *Health Psychology*. 27(5): 505-512, 2008.
- KYLLONEN, P. C., WALTERS, A. M., e KAUFMAN, J. C. The Role of Noncognitive Constructs and Other Background Variables in Graduate Education. Educational Testing Service (ETS). Princeton, New Jersey, 2011.
- LEE, W. O. Education and 21st Century Competencies. Keynote paper presented at the Education and 21st Century Competencies, hosted by the Ministry of Education, Oman, 22-24 September, 2013.
- LLERAS, C. Do skills and behaviors in high school matter? The contribution of noncognitive factors in explaining differences in educational attainment and earnings. *Social Science Research*, 37(3), 888-902, 2008.
- LOUNSBURY, J. W., STEEL, R., LOVELAND, J., GIBSON, L. An investigation of personality traits in relation to adolescent school absenteeism. *Journal of youth and adolescence*, 33(5): 457-466, 2004, 2004.
- MARTIN, L., FRIEDMAN, H., SCHWARTZ, J. Personality and mortality risk across the life span: the importance of conscientiousness as a biopsychosocial attribute. *Health Psychology* 26(4): 428-436, 2007.
- MARTIN, R. P. Activity Level, Distractibility, and Persistence: Critical Characteristics in Early Schooling. In: G. A. Kohnstamm, J. E. Bates, & M. K. Rothbart. Chichester: John Wiley and Sons, 1989.
- MATTHEWS, G., Deary, I. J. Personality traits. Cambridge University Press, 1998.
- MCGREW, K. S. Beyond IQ: A Model of Academic Competence and Motivation. Institute for Applied Psychometrics, 2007.
- MISCHEL, W. Personality and assessment. New York: Wiley, 1968.
- MISCHEL, W., SHODA, Y., & RODRIGUEZ, M. L. Delay of gratification in children. *Science* 244 (4907), 933-938, 1989.
- PIATEK, R., PINGER, P. Maintaining (Locus of) Control? Assessing the impact of Locus of Control on education decisions and wages. Institute for the Study of Labor (IZA), Discussion Paper No. 5289, 2010.
- POROPAT, A. E. A meta-analysis of the five-factor model of personality and academic performance. *Psychological bulletin* 135 (2), p. 322, 2009.
- PUTNAM, R. D. Bowling alone: America's declining social capital. *The Journal of Democracy* 6 (1), pp. 65-78, 1995.
- RAMEY, C. T. Carolina Abecedarian. The Carolina Abecedarian Project: A Longitudinal and Multidisciplinary Approach to the Prevention of Developmental Retardation. Chapel Hill, North Carolina, 1974.
- ROBERTS, B. W. Personality Development and Organizational Behavior. In: Staw, B., 27, (Ed.), *Research on Organizational Behavior*. Elsevier Science/JAI Press, Oxford, 1-41, 2006.

ROBERTS, B., KUNCEL, N., SHINER, R. CASPI, A. GOLDBERG, L. The power of personality: the comparative validity of personality traits, socioeconomic status, and cognitive ability for predicting important life outcomes. *Perspectives on Psychological Science* 2(4): 313-345, 2007.

ROSENBERG, M. *Society and the adolescent self-image*. Princeton: Princeton University Press, 1965.

SANTOS, D. D. *A Importância Socioeconômica das Características de Personalidade*. Instituto de Personalidade. Relatório de resultados, Instituto Ayrton Senna, São Paulo, 2014.

SILVA JUNIOR, W. S. GONÇALVES, F. *Evidências Sobre Habilidades Cognitivas e Competências Socioemocionais dos Alunos em Idade Escolar: Formação, Desenvolvimento e o Papel da Escola no Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, 2007.

SKINNER, B. F. The concept of the reflex in the description of behavior. Em B. F. Skinner (Org.), *Cumulative Record - Enlarged Edition* (pp 319-346). New York: Appleton-Century-Crofts. (Original publicado em 1931), 1961.

SKINNER, B. F. Operant behavior. *American Psychologist*, 18, 503-515, 1963.

STERNBERG, R. J. *Handbook of creativity*. Cambridge University Press, 1999.

STÖRMER, S., FAHR, R. Individual Determinants of Work Attendance: Evidence on the Role of Personality. IZA Discussion Paper No. 4927, 2010.

VAZSONYI, A., PICKERING, L., JUNGER, M., HESSING, E. D. An Empirical Test of a General Theory of Crime: A Four-Nation Comparative Study of Self- Control and the Prediction of Deviance. *Journal of Research in Crime and Delinquency* 38: 91-131, 2001.

ANÁFORAS ENCAPSULADORAS COMO MARCAS DE ESTILO

CARDOSO, M. M.¹

RESUMO - O objetivo desta pesquisa foi analisar expressões nominais de referência anafórica como marcas de estilo. Tradicionalmente esse fenômeno coesivo é tratado pela linguística textual como anáfora encapsuladora. Inscrita no processo de referência anafórica, em que objetos-de-discurso são lexicalizados, no cotexto, este artigo levantou a hipótese de que a opção que um autor faz por determinado fenômeno linguístico – em detrimento de outro, de acordo com sua estratégia sociocognitivo-interacional –, revela seu estilo. Para tal, comparou-se a escritura entre dois autores, que se correspondem por meio de cartas pessoais condicionadas ao campo discursivo religioso, cujo conteúdo se desenrola dentro de uma cenografia de aconselhamento.

Palavras-chave: Anáfora Encapsuladora. Referência. Objetos-de-Discurso. Estilo.

Encapsulating anaphoras as style sign

ABSTRACT – The aim of this research was to analyze nominal expressions of anaphoric referencing as style tags. Traditionally this cohesive phenomenon is treated by textual linguistics as encapsulating anaphora. Entered in referencing anaphoric process, where object-of-speech are lexicalized in the cotext, this study hypothesized that the option that an author is determined by linguistic phenomenon, over another, according to his strategy sociocognitive-interactionist not only reveals his style. To check style brands, it was compared the writing of two authors, that correspond themselves through personal letters conditioned to religious discursive field whose content takes place within an advice cenografy.

Keywords: Encapsulating Anaphora. Referencing. Object-of-Speech. Style.

¹ Mestre em Letras na área de Estudos Linguístico pela UFPR. Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela UTFPR. Professor da disciplina de Língua Portuguesa e Comunicação Globalizada das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba - FARESC. C-eletrônico: cardoso.mauro@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

No processo dinâmico da interação verbal, os interlocutores põem em atividade mecanismos complexos, cujo encadeamento organiza e orienta o leitor na direção da explicitude do sentido dos pontos de vista do produtor do texto. Sublinhamos, então, de modo categórico neste artigo, que a mão que tece o texto agencia os dados linguísticos com o objetivo precípuo de dar-lhe expressão e sentido. Oportunas são as considerações de Schmidt (1978) a esse respeito:

Mesmo uma observação superficial dos jogos de atuação comunicativa revela que a linguagem não é usada em função de si mesma, mas sempre com o fim de se obter algum resultado. É evidente que a linguagem interessa à sociedade não por si, mas como meio, como instrumento. Na medida que a linguística pretende exercer a função de ciência “da linguagem”, é a ela que cabe a análise da língua que ocorre numa sociedade efetiva. Nesta sociedade, entretanto, ocorre a **língua-em-funções**, e nunca o amontoado de signos abstratos da linguística tradicional. (SCHMIDT, 1978, p. 7 – grifo nosso).

Nesse sentido, em que a atuação comunicativa busca algum resultado, o texto passa a ser considerado aqui como um “bólide” discursivo, espaço simbólico, cuja materialidade não é uma superfície rasa, tampouco linear (ORLANDI, 1998). Retomando ainda o que dissemos no primeiro parágrafo, consideramos que o texto não é simplesmente um objeto empírico reconhecido apenas por sequências de frases, mas interessa-nos a relação de escolhas particulares que um autor realiza, com o acontecimento em que elas efetivamente ocorrem. Claro que cada abordagem de texto depende do campo teórico em que se coloca, por isso partimos da Linguística Textual para propor o texto verbalmente enunciado como ação social orientado a parceiros envolvidos na comunicação e determinado por regras sociais. Por essa razão, o texto é a um só tempo considerado atividade consciente e organizada, pois se constrói com processos e estratégias inerentes à mente humana, os quais são deflagrados e postos em prática na interação social.

De acordo com Koch (2014), delinea-se já no início da década de 1980 uma abordagem cognitiva do texto, que ao longo dessa década vai ganhando vigor e cada vez mais terreno. É ao longo da década de 1990 que o texto passa a configurar-se com forte tendência sociocognitiva. Questões relativas ao processamento do texto, sua produção e compreensão passam a ocupar o centro das atenções dos estudiosos da área. É com base nessas concepções de texto como interação social, que o usuário da língua – ao optar por mecanismos complexos de coesão –, o faz de acordo com uma estratégia sociocognitiva-interacional, que se realiza no fazer textual. É possível, então, verificar o modo particular como um determinado indivíduo põe em funcionamento determinado recurso coesivo.

De acordo com Maingueneau, as escolhas linguísticas que estruturam o discurso e que, por conseguinte, constroem o *ethos*² do enunciador, não são fruto do acaso. O que mostra que o *estilo* é um fato da escolha do enunciador detectada e aplicada em mais de um texto para criar determinado efeito de sentido. Acrescentamos ainda outro fato, o de que as escolhas linguísticas verificadas em uma totalidade de textos supõem, segundo Discini, *um enunciatório sancionador, que impõe os limites e determina a unidade a ser recortada*. (DISCINI, 2013, p. 36).

Seguindo esses pontos de vista, pretendemos comparar neste artigo como dois escritores introduzem anáforas encapsuladoras, doravante (AE), em seus textos. Nossa hipótese é a de que cada um deles

2 O *Ethos* para Maingueneau é uma imagem discursiva criada pelo enunciador. O *Ethos* do enunciador, portanto, é um *Ethos* discursivo, que não se confunde com o *Ethos* da retórica clássica.

fará uso diferenciado do fenômeno de acordo com seu *projeto-de-dizer*, o que deixará entrever o estilo linguístico que cada um empreende.

Os exemplos que serão analisados mais adiante pertencem ao gênero carta pessoal. Essas cartas fazem parte de um projeto editorial entre os autores padre Fábio de Melo e Gabriel Chalita com a Ediouro Publicações. O projeto editorial é constituído por 36 cartas pessoais entre os dois autores, e estão divididas em duas obras publicadas: Cartas entre amigos – sobre medos contemporâneos e Cartas entre amigos – sobre ganhar e perder; a primeira publicada em 2009, pela Ediouro, e a segunda em 2010, pela editora Globo. Das 36 cartas, 18 são de autoria de Gabriel Chalita e 18 de autoria de Fábio de Melo. Cabe observar que as cartas que aqui serão analisadas como pessoais fogem um pouco a essa classificação uma vez que cartas pessoais estão restritas à esfera privada; o que não é o caso, pois as correspondências trocadas entre os dois autores citados são de domínio público, porque fazem parte de um projeto editorial. Vejamos no capítulo a seguir a relação gênero versus *estilo*.

2 CARTA: UM GÊNERO DO DISCURSO

A concepção de gêneros em Bakhtin se refere a todo tipo de enunciados tipificados socialmente, os quais apresentam regularidades comuns constituídas historicamente nas atividades humanas. Em situação de interação, relativamente estável, essas regularidades são reconhecidas pelos falantes. É aqui que o *estilo* se apresenta, pois ele é um dos três elementos que caracterizam os gêneros do discurso, juntamente com o tema e a composição. De certo modo, o *estilo*, em Bakhtin, como uso individual da língua, referiu-se, inicialmente, a aspectos linguísticos de textos literários, talvez porque o estilo esteja mais visível nos gêneros dessa esfera. De todo modo, a importância que Bakhtin dá ao estilo reside no fato de que se reconhece a existência de padrões sociais de utilização de recursos linguísticos, que relacionam cada gênero com seu *estilo*.

Conforme os pressupostos teóricos de Bakhtin (2003, p. 268), “onde há gênero há estilo”. Segundo o filósofo russo, a partir do momento em que o falante escolhe uma determinada forma gramatical, essa escolha já representa um ato estilístico. Segundo ele, nem todo gênero seria favorável para evidenciar um *estilo* individual: um documento oficial de ordem militar, por exemplo, de acordo com o autor. Para Bakhtin, os gêneros literários são mais propícios para revelar o estilo de um autor, pois o estilo individual é constitutivo do empreendimento enunciativo, uma vez que é uma das diretrizes da ideia bakhtiniana da relativa estabilidade do enunciado.

O autor reconhece também diferentes tipos de gêneros no que diz respeito à flexibilidade de impressões estilísticas nos enunciados. Por esse viés, um gênero mais rígido, como um ofício ou uma carta comercial, por exemplo, limitaria a possibilidade de um escritor em deixar marcas de sua individualidade no discurso. Seria necessário, nesse caso, reunir uma totalidade de textos que fosse suficiente para se verificar a recorrência de um determinado fato linguístico posto em funcionamento. Confirma-se, de acordo com Bakhtin, que nem todos os gêneros são propícios para refletir a individualidade no enunciado. **O que não significa que um determinado gênero não traga em sua escritura marcas de autoria. Essas afirmações deixam entrever o estilo, a partir de uma perspectiva discursiva, de modo embrionário em Bakhtin.**

Cada esfera de atividade, situada historicamente, formula gêneros de discurso que lhes são próprios, de acordo com a interação verbal. A constituição e o funcionamento dos gêneros só podem ser apreendidos na situação de interação circunscritos a uma determinada área de atividade. Nesse sentido, não são propriamente as características formais que constituem os gêneros. Em síntese, os gêneros estão vinculados a uma situação social, com uma finalidade discursiva e com sua própria concepção de autor e destinatário. É nesse processo complexo e ativo de construção dos gêneros do discurso que o “estilo” linguístico se apresenta como marca de autoria.

3 A HETEROGENEIDADE DO GÊNERO CARTA

De acordo com os aspectos conceituais que apontamos sobre o gênero carta pessoal, destacamos também que a intertextualidade presente nelas representa seu caráter heterogêneo, o que corrobora para a afirmação bakhtiniana da relativa estabilidade do gênero. Os autores das “Cartas entre amigos”, nos dois volumes, fazem uso frequente da intertextualidade ao citar trechos de obras de autores consagrados pela literatura mundial como recurso argumentativo. Fragmentos de outros textos de outros autores são trazidos para dentro das cartas, colocados a serviço dos projetos discursivos desenvolvidos por Chalita e Melo. Ao discorrer sobre a intertextualidade, não podemos deixar de mencionar a concepção dialógica dos gêneros do discurso, segundo o princípio que unifica o pensamento de Bakhtin, a saber:

Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos, e reacentuamos. (BAKHTIN, 2003, p. 294-295).

Ou seja, de acordo com o pensamento do filósofo russo, um enunciado não surge do nada. Mas se configura, e se conforma, necessariamente, como uma resposta a outro enunciado, uma vez que há alternância entre sujeitos falantes. Direta ou indiretamente, então, um texto nasce sempre de outro texto, segundo a lógica do dialogismo. Observamos, portanto, na interlocução entre Gabriel Chalita e Fábio de Melo, exatamente o que considera Bakhtin: fará uso diferenciado do fenômeno de acordo com seu projeto-de-dizer, o que deixará entrever o estilo linguístico que cada um empreende.

O falante não é um Adão, e por isso o próprio objeto do seu discurso se torna inevitavelmente um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos (na conversa ou na discussão sobre algum acontecimento do dia a dia) ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias, etc. (no campo da comunicação cultural). Uma visão de mundo, uma corrente, um ponto de vista, uma opinião sempre tem uma expressão verbalizada. Tudo isso é discurso do outro (em forma pessoal ou impessoal), e este não pode deixar de refletir-se no enunciado. (BAKHTIN, 2003, p. 300).

As cartas pessoais, assim como outros gêneros, são constitutivamente dialógicas, pois, como afirma Fiorin, existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente a palavra do outro (Fiorin, 2008, p. 102). Ainda, segundo Fiorin, o dialogismo mostra-se na bivocalidade, na polifonia, no discurso direto, indireto e indireto livre, para mostrar que as relações dialógicas estão presentes na linguagem. Desse modo, a intertextualidade (mostrada) demarca o caráter dialógico das cartas “entre amigos”, pois traz vozes³ alheias para dentro delas. A intertextualidade opera com negociações, engendramentos interativos que significam à medida que a comunicação se desenrola no arcabouço da interação verbal, sempre respeitando normas que atendem a adequabilidade e consequente aceitabilidade dos gêneros do discurso.

3 O termo “voz” tem aqui o conceito bakhtiniano, a copresença de textos em outros textos de autores particulares.

Deduz-se das bases teóricas aqui apresentadas que qualquer enunciado possui vínculos com outros textos, na cadeia organizada de outros enunciados. Outro aspecto importante que deve ser destacado em relação às correspondências trocadas entre os dois autores (Chalita e Melo), é o fato de que, sob a forma da enunciação escrita de Chalita transmitida a Fábio de Melo e a enunciação escrita de Fábio de Melo a Chalita, estão sujeitas a condicionamentos sociais, especialmente ao campo discursivo religioso e à doutrina católica, que também atuam da mesma forma sobre as apreensões do leitor de suas cartas, a quem a enunciação escrita de cada um também é dirigida. Essas pressões justificam a intertextualidade (marcada) nas cartas com o objetivo de regular o campo de apreensão do leitor. De acordo com a explicação de Maingueneau, a intertextualidade é uma competência discursiva legítima porque:

Todo campo discursivo define certa maneira de citar os discursos anteriores do mesmo campo. A maneira segundo a qual um físico moderno se refere a Galileu ou a Newton não é comparável à maneira pela qual um discurso católico se reporta à produção de São Paulo. Mas, ao lado dessas restrições compartilhadas pelos diversos membros de um campo, há também o passado específico que cada discurso particular constrói para si, atribuindo-se certas filiações e recusando outras. (MAIN-GUENEAU, 2008, p. 78)

Seguindo ainda a concepção de dialogismo em Bakhtin, para quem o discurso não é individual, mas construído por, pelo menos, dois interlocutores sociais, e também por outros discursos sociais, é que analisaremos, nesse âmbito, as correspondências para verificar o *estilo* de cada autor. Para dar visibilidade à concepção de estilo como já mencionamos, é-nos cara aqui a concepção de enunciado como uma unidade de comunicação discursiva, concreta e viva. Incorporamos essa ideia até o fim porque, de acordo com Bakhtin,

(...) o ouvinte, ao compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante. Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subsequente resposta em voz real alta (BAKHTIN, 2003, p. 271).

Então se toda compreensão é prenhe de resposta, e se o enunciador e o enunciatário são parceiros da comunicação, ao ouvir o discurso, aquele a quem o discurso é dirigido já está calculando a produção de um outro discurso responsivo. É nessa dinâmica polifônica, de vozes que se cruzam, que o *estilo* como marca de individualização revela os enunciadores. As marcas linguísticas deixadas no enunciado revelam a sua individualidade, colocando o discurso como um produto sob a apreciação do outro. E isso revela a quem pertence o enunciado. Portanto, aceitamos amplamente o conceito de enunciado de Bakhtin para o propósito deste trabalho.

4 ESTILO E MARCA DE AUTORIA

Como já salientado anteriormente, o *estilo* individual em Bakhtin é associado às características do gênero em si. Segundo Possenti (1988), pode-se afirmar que nos últimos tempos a crítica literária tenha tratado a questão do estilo a partir de três focos de interesse. Primeiro, por uma vertente psicologizante, que veria na obra aspectos da personalidade do escritor. Segundo, por uma vertente sociologizante, que veria na obra os conflitos de uma época. E, terceiro, por uma vertente formalista, preocupada com a materialidade da obra. Nesse último caso, o autor ficaria em segundo plano ou em plano nenhum. Esclarecemos, de acordo com nossa proposta, segundo Possenti, que a concepção de “autor” e de “estilo” está correlacionada àquele que escreve e se utiliza das opções disponíveis na língua para interagir socialmente, e que, portanto, pouco ou nada tem a ver com “autor” no sentido literário, como, via de regra, costuma-se relacionar.

Por outro lado, se a gramática busca o ideal da homogeneidade, o *estilo* seria um desvio desse ideal de língua pura. Têm-se duas visões que se opõem, na medida em que se considera que o *estilo* “contamina” a língua. Caminhando nessa direção, como vimos, os pontos de vista sobre o *estilo* são diversos. Não é o intuito deste trabalho aprofundar diferenças e semelhanças sobre concepções de *estilo*. Apenas queremos deixar claro que concebemos nesta pesquisa o estilo centrado como fato da língua, que tem forma (materialidade) e conteúdo (efeito de sentido). Então,

Aceitemos o fato que qualquer discurso, que consideremos por definição significativo, possa metodologicamente, pelo menos, ser visto de dois pontos de vista: o de sua forma (sua materialidade, seja sonora ou gráfica, no sentido mais trivial de materialidade) e o de conteúdo (seja este entendido como sentido, significação, efeito de sentido, etc.). (POSSENTI, 1988, p. 170).

Percebe-se que tradicionalmente se tenha analisado o *estilo* só pela forma, independente do sentido, como se ele, o sentido, já estivesse definido a *priori* pela forma, o que não é verdade, pelo menos não como será tratado aqui. Enunciador e enunciatário – inscritos em uma determinada cena enunciativa –, criam efeitos de sentido que vão construindo, pouco a pouco, um jogo discursivo que vai revelando um modo de dizer. É preciso entender que de alguma forma o *estilo* (um modo de dizer) é controlado pela enunciação. De qualquer modo, “A existência do estilo em qualquer linguagem decorre do fato trivial de que nenhuma linguagem é o que é por natureza, mas sim como resultado do trabalho de seus construtores/usuários.” (Possenti, 1988, p.167). Então se o *estilo*, do ponto de vista linguístico, é de alguma forma controlado pela enunciação⁴, a opção por elementos do sistema linguístico não é aleatória, mas planejada e organizada a partir da situação comunicativa, com base na atuação responsiva do leitor.

Como vimos, a concepção de *estilo* é problemática, porque fortemente associada principalmente à tradição literária como técnica de expressão, e não como opção por recursos linguísticos disponíveis na língua. O *estilo* linguístico não se relaciona com estudos sobre o perfil psicológico ou social do usuário de uma língua, tampouco aos costumes de uma época. O *estilo* a que nos referimos, e que analisaremos detidamente, é linguístico, porque é escolha – dentre tantas possíveis e realizáveis de acordo com a enunciação –, e que, desse modo, permitirá ao enunciador imprimir ao seu enunciado um modo de dizer.

4 Conforme Benveniste (1989), é na “enunciação” que se define um “eu” que pela língua implanta um “tu”, um “outro” diante do locutor independentemente do grau de presença que lhe seja atribuído. É na “enunciação” que a língua passa a expressar relações com o mundo. Portanto, um “eu” que se dirige a um “tu”, aqui e agora, as funções sintáticas empregadas nas relações discursivas, são relações com o mundo que só podem ser constituídas na e pela “enunciação”.

5 ANÁFORAS ENCAPSULADORAS

Muito embora tenhamos feito referência a autores do campo da filosofia da linguagem e da Análise do Discurso (AD), para explicitar *gênero de discurso e estilo linguístico*, queremos deixar claro que este artigo se inscreve no quadro teórico da linguística textual (LT), e que, portanto, o conceito das anáforas encapsuladoras (AE) ou rótulos, bem como a análise das cartas, fundar-se-á em uma vertente da linguística textual. Posto isso, ao tratar e analisar esse fato linguístico definido no contexto da enunciação escrita das correspondências, atribuiremos os pressupostos teóricos dessa abordagem aos seguintes autores: Apothéloz & Chanet (2003), Cavalcante (2003), Conte (2003), Francis (2003), Koch (2014), Mondada (2005) e Mondada & Dubois (2003).

De acordo com essa abordagem, consideramos a linguagem como o espaço em que a ação comunicativa acontece e se desenrola, em contextos sociais, cerceada pela história. Nesse quadro, em que a interação social é a base da linguística, a linguagem e a cognição mantêm relações estreitas, pois por meio dessa relação mútua e constitutiva é que o indivíduo constrói suas referências de mundo biológico e sociocultural. Nessa concepção, a noção de contexto precisa ser reformulada. Segundo Koch,

Essa concepção demanda uma reinterpretação da noção de contexto: ele é o lugar onde se constroem indefinidamente as significações, o árbitro das tensões entre sistematicidade e indeterminações do dizer e do mostrar, do dito e do implicado. Ele se apresenta por um lado, como estruturado, mas tem, por outro lado, função estruturante, já que cria e dá forma aos processos de significação (KOCH, 2014, p. 31).

Nessa perspectiva, em que se procura refletir sobre a relação sujeito, linguagem e mundo, o texto torna-se, a um só tempo, o lugar e o meio em que a atividade verbal interativa entre sujeitos ativos se constrói dialogicamente, com base, evidentemente, na mobilização de elementos linguísticos postos, organizadamente, na superfície textual⁵. Sendo assim, como este trabalho quer comparar como dois autores, Gabriel Chalita e Pe. Fábio de Melo, utilizam em suas cartas expressões nominais de referência anafórica, mais especificamente anáforas encapsuladoras (AE), torna-se pertinente a abordagem referente à dimensão sociocognitivo-interacionista do texto⁶ e do fenômeno da referência como atividade discursiva.

Lembramos que, ao tratar de expressões nominais de referência anafórica, consideraremos os termos **AE** e **rótulo** como sinônimos, em face da complexidade do fenômeno coesivo escolhido. Desse modo, nas análises apresentadas, flutuaremos de um termo a outro.

De modo a fundamentar o fenômeno da rotulação ou do encapsulamento, tema já estudado pela LT, apresentaremos o posicionamento teórico de algumas autoras, as quais encaminham reflexões sob a perspectiva sociocognitivista-interacionista, que orienta a perspectiva escolhida na análise textual das cartas. Sob essa perspectiva, destacamos o estatuto discursivo do mecanismo coesivo e a sua evidente multifuncionalidade na dinâmica textual.

Segundo Cavalcante (2003), a LT há muito abandonou a visão *stricto sensu* de uma sintagmática imanente do texto em que ficavam de fora o contexto, o cotexto, o conhecimento sociocultural e, princi-

5 Não há dúvidas de que a estrutura coesiva é cara à linguística textual, pois é nela que encontramos todo o lastro teórico da textualidade da forma. A partir daí é que se origina o conceito de texto como unidade em uso, de caráter pragmático e semântico, não medido por sua extensão.

6 Consideramos central na linguística do texto a sequência de seus enunciados e de seus respectivos termos como processos de coesão textual que envolvem uma variedade ampla de estratégias que vai da mais simples retomada total até as mais complexas.

palmente, o partilhamento sociocognitivo dos interlocutores. Conforme a autora, qualquer análise linguística que desconsidere um desses fatores se torna *insuficiente e insatisfatória*. (Cavalcante, 2003, p. 105). É nesse escopo – em que o extralinguístico participa da construção do significado do texto – que analisaremos as AE.

Ao referir-se ao aspecto estrutural da AE, Cavalcante (2003) destaca a intercambiabilidade do determinante definido ou do demonstrativo, por ocuparem o mesmo ambiente sintático. No entanto, não estamos falando da mera substituição ou escolha aleatória. Pelo contrário, há implicações distintas para o processo interacional em curso entre enunciador e enunciatário.

Segundo Francis (2003, p. 214), a *coesão de rótulos é uma função do grupo nominal inteiro*, não apenas do nome nuclear. A questão é um pouco mais delicada em relação à Referenciação. Por isso faz-se necessária uma distinção entre *referência* e *referenciação*, uma vez que este trabalho se filia claramente a esta concepção e não àquela.

A ideia de referência está fortemente ligada à língua como espelhamento do mundo. Há muito tempo, tradicionalmente, essa questão tem sido o escopo dos conceitos que são tratados pela coesão textual quando pressupõe *relação de correspondência entre palavras e coisas* (Mondada & Dubois, 2003, p. 18). Assim como um mapa localiza uma região ou área pontualmente identificável, utilizando cores, imagens ou símbolos, a concepção de *referência* seria a de cartografar um referente do texto seguindo-o, por meio de um caminho sem desvios, até um objeto natural do mundo. Resumindo, o poder referencial da linguagem repousaria sobre a legitimação direta entre palavras e objetos do mundo, como se houvesse um processo de estabilização entre eles. Os estudos da linguística textual nos possibilitam afirmar a inexistência de uma cartografia perfeita entre palavras e coisas como dados *a priori*. Segundo Mondada,

(...), a referência não é mais, de modo geral, considerada um problema estritamente linguístico, mas um fenômeno que concerne simultaneamente à cognição e aos usos da linguagem em contexto e em sociedade, há hoje uma multiplicidade de quadros teóricos diferentes disponíveis para apreendê-la. De uma parte, estão as abordagens cognitivas que remetem a gestão das atividades de referenciação a saberes compartilhados dos quais dependem as escolhas das expressões referenciais adequadas, (...) (MONDADA, 2005, p.12).

Ainda segundo a autora, o quadro da referenciação trabalha com o deslizamento de entidades linguísticas que vão sendo produzidas interativa e discursivamente pelos interlocutores. No interior da enunciação, os participantes da interação verbal elaboram seus objetos-de-discurso⁷, os quais não espelham objetos do mundo ou algum tipo de representação cognitiva. Os objetos-de-discurso são construídos, desenvolvidos e transformados pelas formulações discursivas, nem preexistem nem têm uma estrutura fixa, mas emergem da progressão dinâmica do discurso. A referenciação, portanto, está a serviço do querer-dizer dos interlocutores. É, pois, na atividade discursiva, que o indivíduo opera com o material linguístico que tem a sua disposição. Por essa razão, a referenciação é atividade discursiva, porque é processo complexo de interação conjunta com a linguagem, entre indivíduos, que se realiza não só a partir da base linguística do cotexto mas também da mobilização de outros saberes que estão na base cognitiva do leitor.

Abandonamos também neste artigo a noção estreita de anáfora como âncora direta entre duas unidades inteiramente dependentes. Não há, nesse caso de abordagem tradicional de anáfora, introdução de algo novo, apenas um termo A, na função de antecedente, que evoca e especifica um termo B, encontrável, pontualmente, no cotexto. A anáfora está prioritariamente ligada à coesão textual, pois retoma

7 Do mesmo modo que substituímos o termo referência por referenciação substituímos o termo referente por objeto-de-discurso.

itens previamente textualizados. Nesse caso, a anáfora tende a ser coreferencial, pois remete o leitor ao já mencionado, o que contribui para a tessitura e progressão de todo texto. Encontramos na literatura sobre o fenômeno da anáfora divergência significativa quanto aos seus critérios de classificação.

Na concepção de Conte (2003, p. 178), a AE é um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto. As AE são grupos nominais constituídos por um nome-núcleo, que podem vir introduzidos por determinante definido, indefinido ou demonstrativo, e ainda podem ser acompanhados de modificadores, que podem apresentar-se sob a forma de oração adjetiva. Segundo a autora, a porção de texto condensada pela AE pode ter extensão e complexidade variada, podendo ser um parágrafo inteiro ou uma sentença.

De acordo com Koch (2014), o “encapsulamento” é uma particularidade das nominalizações. “Encapsular” significa sumarizar uma determinada porção de informações contida em segmentos textuais sob a forma de uma expressão nominal, transformando-as em objetos-de-discurso. Daí o fato de essas expressões nominais anafóricas serem importantes para viabilizar o projeto discursivo do escritor. Por meio da seleção lexical – que pode conter conceito avaliativo – imprimem-se ao texto determinados posicionamentos discursivos que poderão direcionar a interpretação. Consideraremos, então, que a AE apresenta basicamente quatro características:

- a. É uma expressão nominal (SN) baseada em um núcleo nominal, que pode ser um nome avaliativo, introduzido por determinante (definido/indefinido ou demonstrativo), e que pode ter modificadores do nome nuclear (adjetivos);
- b. É uma expressão nominal, a qual Funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto (Conte, 2003, p. 178);
- c. É um item lexical novo, que se forma a partir de informações já presentes no texto (Conte, 2003);
- d. É de caráter inespecífico⁸, pois lexicaliza as orações com as quais estabelece relação de substituição.

O quadro abaixo resume as possibilidades de configuração de uma AE:

1	Determinante + nome
2	Determinante + nome + modificador(s) ⁹
3	Determinante + modificador + nome +modificador

Segundo Francis (2003), um rótulo pode ser classificado como retrospectivo ou prospectivo. Retrospectivo quando opera um encapsulamento de uma porção textual precedente. Nesse caso, o discurso não só é apresentado pela primeira vez ao leitor como informação nova, como também indica para ele a sequência textual que deve ser interpretada. Mas não é só isso. De acordo com a autora, o rótulo também fornece o esquema de referência necessário para a interpretação do argumento subsequente. Isso significa

⁸ Inespecífico é tomado por Francis no sentido de que não há uma repetição ou um sinônimo de nenhum elemento precedente, mas apresentado como equivalente à porção textual que ele substitui, mesmo nomeando-a pela primeira vez (Francis, 2003).

⁹ O termo modificador pode ser também uma oração de valor adjetivo. O modificador pode vir anteposto ou posposto ao nome nuclear, de modo a tornar seu papel mais explícito conforme o projeto discursivo do escritor.

que os rótulos prospectivos se caracterizam também por terem função preditiva, pois apresentam para o leitor como deve interpretar as sequências textuais que serão arroladas. Portanto o rótulo ou a AE tem a capacidade de assinalar partes de um texto: o que veio antes e o que será desenvolvido após a ocorrência do rótulo.

Enquanto Francis se refere a “rótulo” e “empacotamento” de uma porção do cotexto anterior, Conte (2003) se refere a *encapsulamento anafórico* e *paráfrase resumidora* para uma porção precedente do cotexto.

Identificadas as características principais para o reconhecimento de uma AE, a qual nos servirá como instrumento de análise, verificaremos como Gabriel Chalita e padre Fábio de Melo tratarão nosso mecanismo coesivo, de acordo com suas estratégias comunicativas.

6 ANÁLISE DAS ANÁFORAS ENCAPSULADORAS NA ESCRITURA DE GABRIEL CHALITA E FÁBIO DE MELO

Como a proposta deste artigo é qualitativa, em termos de análise, selecionamos apenas as ocorrências mais relevantes de uso das anáforas encapsuladoras. Já as expressões nominais que não correspondem ao conceito de AE foram descartadas.

Para fins de localização, pinçamos alguns parágrafos da primeira e segunda cartas e as identificamos da seguinte forma: cada excerto corresponde a um parágrafo. Os parágrafos estão identificados com a letra **P**, seguida do número sequencial que os localiza na carta em questão. Por exemplo, a indicação **1P8** significa que selecionamos o oitavo parágrafo da primeira carta. Ao final de cada excerto ou parágrafo, colocamos entre parênteses o autor da carta, o ano de publicação da obra e a página em que o parágrafo se encontra originalmente.

Já as expressões nominais de referência anafórica, tratadas desde o início deste artigo de **AE**, estão destacadas em negrito e os segmentos textuais por elas encapsulados com itálico. Mesmo que um parágrafo não contemple uma AE, para evidenciarmos a característica organizadora da progressão textual, eventualmente optamos por acrescentar um parágrafo antes e/ou um depois, a título de contextualização. Vejamos a seguir o comportamento das AE nos excertos abaixo.

Primeira carta

1P8

Não entendo a tristeza como ausência de felicidade. Acho que elas coexistem. Somos felizes e tristes. Felizes porque tentamos entender a nossa missão. Tristes por que assim tem de ser. A tristeza nos empresta respeito ao outro e percepção mais aguçada da dor. Talvez tristeza seja ausência de alegria, de riso fácil, não de felicidade. (Chalita, 2009, p. 13)

1P9

Hoje é véspera de um dia qualquer e eu estou triste. *Acordei com saudade do meu pai. Tantas coisas aconteceram em minha vida depois que ele se foi. Meu pai. Quando eu escrevi a sua história como um presente em seu aniversário de 80 anos, não tive dúvidas quanto ao título: memórias de **um homem bom**. Sua simplicidade falava-me de um Deus que mora na ternura e que acolhe. Sua sabedoria falava-me de um Deus que não julga, mas compreende; que não afasta, mas ama. Seu olhar permitia-me viajar por aventuras ora corretas ora necessárias para minha*

curiosidade. Caí algumas vezes. Mas eu sabia que ele estava ali para qualquer arranhão mais doloroso. Ele não está mais aqui comigo. Está em mim, porque trago muito do que ele deixou. Mas não me abraça. Não sorri para mim. Não me diz coisas que cicatrizem as minhas feridas. Tenho saudade do meu pai, padre. Do seu colo, das suas cantigas amadoras, das histórias recontadas de uma vida marcada pela dor. Meu pai sofreu muito. E sem lamúrias. Minha fortaleza partiu para junto de Deus. Eu entendo que estamos aqui de passagem. Tenho fé de que há um outro porvir, um lindo céu, que nos aguarda, mas isso não retira de mim a saudade que dói. (Chalita, 2009, p. 13).

A anáfora encapsuladora **um homem bom** tem papel na organização macroestrutural do texto, pois atua tanto de modo retrospectivo quanto prospectivo, sinalizando para o leitor a passagem de um estágio a outro. Ambos os discursos (o que vem antes e o que vem depois) são sumarizados em uma única nomeação. A AE, antecedida por artigo indefinido “um” e o termo avaliativo “bom”, vale-se do lexema “homem” para subsumir uma sucessão de proposições. Ao encapsular o discurso precedente sobre o fato de ter acordado com saudades do pai e a história que escrevera e a que dera o título “memórias de um homem bom” direciona objetivamente o leitor para as proposições que se seguem até o fim do parágrafo, ao mesmo tempo em que diz como o leitor deve interpretar positivamente o “pai” do autor da carta. Supõe-se que o objetivo do autor com o encapsulamento é transmitir ao leitor a dimensão da bondade do pai, este pai que lhe falava da bondade de Deus. Por fim destaca a coragem com que o pai enfrentou o sofrimento, a dor que lhe causa a saudade do pai e o consolo que lhe vem pela fé de que seu pai está junto de Deus. As porções textuais destacadas com itálico mostram o alcance do encapsulamento de porções textuais mais distantes. Nesse caso, a AE destacada em negrito, por ser *inespecífica*, lexicaliza um conjunto de afirmações difusas precedentes no cotexto que rotulam o pai para o leitor como tendo sido “um homem bom”. Não há, nesse caso, mera repetição ou termo sinônimo mencionado ou a mencionar.

1P11

Cora¹⁰ viveu de felicidade e de tristezas. Teve uma infância que não deixou saudades. Ela escreveu isso muitas vezes. (Chalita, 2009, p. 14).

1P12

*Falava dos apelidos debochados, do sonho frustrado da mãe de ter um filho homem, dos trambolhões da escada, galo na testa, pernas moles. Falava de uma dor doída de uma infância que não viu sorriso. A dor poderia tê-la paralisado. Mas **o cenário dos sentimentos** viu outra apresentação. Cora Coralina rezou a saga da mulher vitoriosa: (...). (CHALITA, 2009, p. 14).*

1P13

Cora Coralina não buscou o lado mais fácil da vida, mas conseguiu compreender que mesmo sem facilidade alguma era possível encontrar a tal poesia no cotidiano da dor. O amor mais amado surge depois de uma dor prolongada. Amor de mãe! (CHALITA, 2009, p. 15).

10 Poetiza Cora Coralina.

Em (1P12), a AE **o cenário dos sentimentos** sumariza segmentos textuais precedentes que começam em (1P11). Por ter sido introduzida no final do parágrafo, a AE remete o leitor a sequências textuais mais distantes, como analisado anteriormente, exigindo dele capacidade maior de inferência, pois a referência é também mais difusa. A metáfora contida no núcleo do SN “cenário”, seguido da expressão especificadora “de sentimentos”, sugere ao leitor que leia a poetiza Cora Coralina como uma pessoa que teve todos os motivos para se deixar abater pelas circunstâncias que a vida lhe impôs. No entanto, ela construiu outra história (cenário de sentimentos). Esse esforço contrário de não aceitação da derrota é reforçado pela conjunção adversativa “mas”, que introduz a AE.

1P25

Lembrei-me de um amigo querido que nos momentos finais da vida terrena, em um quarto de hospital, perguntou-me sobre o fim. Tentei responder como alguns filósofos explicavam a morte, e ele, inquieto, queria saber o que eu pensava do fim. (...). Respondi dizendo que não sabia. Que o mistério da partida não tinha sido revelado a homem nenhum. (...). O que disse naquele janeiro ensolarado em um quarto de hospital foi que eu acreditava em Deus. E ele concordou com a cabeça dizendo que também acreditava. E eu me enchi de coragem e disse-lhe que ficasse tranquilo. Se Deus existia, Ele não nos trataria como um brinquedinho que, quando velho ou estragado, se joga fora e se coloca outro no lugar. Fomo feitos para muito mais do que isso. Ele sorriu. (...) *De fato Deus não nos fez para o nada, mas para a plenitude. E a plenitude é complexa demais para que nossa razão saiba explicar.* (...) (CHALITA, 2009, p. 20).

1P26

Padre Fábio, parece-me que não é possível não ter medo da morte. Por mais intensa e significativa que seja a nossa fé, por maior que seja nossa intimidade com Deus, esse mistério incomoda profundamente. *Por que não nos foi revelado em momento nenhum o que viria depois? Não seria menos doloroso? Não viveríamos com mais serenidade? Por que **essa espera**?* (CHALITA, 2009, p. 20).

A AE **essa espera** remete a cinco sequências textuais precedentes, duas em (1P25), e três em (1P26), destacadas com itálico. A indagação incômoda, que transparece do autor, deve-se à proposição que ele mesmo apresenta ao leitor como a certeza de que Deus criou o ser humano para a plenitude. No entanto, a humanidade sofre “essa espera”. Notamos que o *objeto-de-discurso* alcança segmentos textuais em (1P25). Cognato do verbo “esperar”, o núcleo nominal “espera” representa uma atitude de fé. Essa atitude de fé, que o cristão deve ter, é apresentada ao leitor como incômoda, mas necessária. O núcleo nominal selecionado de um processo verbal codifica a interpretação escolhida por Chalita. Percebe-se a intenção do autor em identificar-se com o leitor que comprou a obra.

Segunda carta

2P3

Há **uma passagem da sagrada escritura** que considero de beleza insondável. *Moisés estava diante de uma sarça que ardia sem se consumir, quando ouviu o imperativo de Deus: “Retira as sandálias dos pés, porque este solo que pisas é santo!”* (Pe. Fábio deMelo, 2009, p. 27).

A AE **uma passagem da sagrada escritura**, que introduz o único período do parágrafo (2P3), reporta a sequência iniciada por “Moisés, destacada com itálico. Nesse caso, a AE “uma passagem” tem função de rótulo prospectivo, pois, de acordo com Francis (2003, p. 192), o rótulo *exige realização lexical, ou lexicalização, em seu cotexto: é um elemento nominal inerentemente não-específico cujo significado específico no discurso necessita ser precisamente decifrado*. A AE permite ao leitor localizar a informação que se seguirá. Nesse caso a AE se refere, segundo a autora, à *estrutura textual formal do discurso*. Não há nenhuma interpretação envolvida. Nota-se a função organizadora desse rótulo que se desdobra para o parágrafo seguinte contido em (2P4), a seguir.

2P4

Confesso que este imperativo musicou meu coração durante a leitura de sua carta. A trilha sonora fez com que suas palavras se misturassem às palavras recordadas. É a partir **desta simbiose** que lhe respondo. (MELO, 2009, p. 27).

Do mesmo modo a AE **desta simbiose**, no final do parágrafo, é um hiperônimo¹¹ introduzido por demonstrativo, pois o autor, com a escolha do núcleo lexical “simbiose”, pretende que o leitor associe o conteúdo atual dos relatos de Chalita aos fatos que são apresentados pela narrativa bíblica a fim de encontrar respostas para os dramas humanos. Vejamos outros exemplos:

2P10

Costumo dizer que a dor é uma quebra da corda, porque nos retira da segurança. Há acontecimentos que nos fazem mergulhar no absurdo da existência. O absurdo é a ausência de sentido. É o momento da vida em que a alma se sente penetrada e transpassada por uma dor lancinante. É no momento do desespero que experimentamos a nossa humanidade em suas dimensões mais venturosas. **Os exemplos** já foram postos por você. *Cora Coralina só foi a mulher que foi porque não fugiu dos absurdos do mundo. Deles fez poesia qualificada. A alma transliterada nos faz mergulhar nos recônditos de uma mulher que não viveu por acaso. A dor transmudada, redimida, purificada nos calvários da escrita que o ofício poético lhe reservou na velhice tem o poder de nos devolver a apetência do sonho*. Cora Coralina nos encoraja a enxergar as belezas que se escondem nas tristezas. (MELO, 2009, p. 28).

A AE **os exemplos**, introduzida no meio do parágrafo (2P10), não só tem função prospectiva, uma vez que os segmentos textuais subsequentes relembram o leitor dos exemplos de superação citados por Chalita, não apenas em relação à Cora Coralina como também evocam uma memória precedente. O núcleo lexical “exemplos”, do SN “os exemplos”, introduzido por determinante definido “os”, é um nome

11 Segundo Antunes (2005), os hiperônimos são palavras gerais, superordenadas, sob as quais se nomeia uma classe de seres ou se abarcam todos os membros de um grupo. A hiperonímia está ligada à relação entre um nome mais específico e um mais geral. No caso, a AE desta simbiose nomeia um enunciado retrospectivo acerca da narrativa bíblica cuja interpretação apresenta certa complexidade. Na concepção de Apothélos e Chanet (2003), é possível que a escolha pelo hiperônimo seja motivada pelo desejo de se evitar uma repetição em função da pressão da norma. Pode-se explicar também pela intenção de globalizar várias proposições coordenadas em um objeto-de-discurso. Nesse sentido, entendemos como hiperônimo um grupo nominal que contenha um núcleo lexical geral que sume um ou mais segmentos textuais justapostos.

geral que rotula o discurso subsequente destacado com itálico. A AE “os exemplos” direciona o leitor aos fatos narrados por Chalita, ao mesmo tempo que redireciona o leitor aos comentários prospectados por Fábio de Melo, que repete o exemplo da metáfora do sobrado demolido de Cora Coralina para reforçar a ideia de que a dor redimida pode ser transformada em fortaleza interior. Em (2P10), o autor não nega o fato de que a dor provoca no ser humano sentimento de desespero, ausência de sentido, medo da morte. Portanto a AE “os exemplos” direciona o leitor, primeiro para uma memória precedente e, segundo, para uma série de sequências textuais imediatas, com mais exemplos, para tentar conduzi-lo a ideia de que há uma resposta para o inevitável. Vejamos.

2P16

Gabriel, tenho contemplado de perto os **calvários da humanidade**. *Mulheres com seus filhos mortos nos braços, gritando pelo sentido, chorando a dor que não tem nome, a inversão brutal das regras da vida, o absurdo de ver partir, antes do tempo, a cria de suas carnes.* Mulheres semelhantes àquela que entrou em sua vida através de uma carta e que reivindica o direito de compreender o mistério da morte de seus inocentes. (MELO, 2009, p. 29).

Neste parágrafo, a AE **os calvários da humanidade**, introduzida no primeiro período do parágrafo, orienta o leitor para novas reflexões. O núcleo lexical “calvários”, do SN “os calvários da humanidade”, introduzido por determinante definido “os”, é modificado pela expressão “da humanidade” e tem sentido metafórico. A expressão “da humanidade” é relevante para o grupo nominal, pois o autor pretende recategorizar, metaforicamente, seu *objeto-de-discurso*, nas sequências textuais subsequentes do mesmo parágrafo. Há, nesse uso, a contraposição entre o “calvário de Cristo” e os “calvários da humanidade”. A intenção do autor é mostrar ao leitor que os dramas humanos, que causam dor e sofrimento nesta vida, encontram resposta no calvário (sofrimento) de Cristo. A AE “os calvários da humanidade” põe, em destaque, a doutrina católica, a de que o cristão deve aceitar o sofrimento e tentar compreendê-lo, pois se assemelha ao sofrimento de Cristo, seu mestre, aqui nesta terra. A AE em questão tem função prospectiva e ativa uma sequência textual claramente delimitada.

7 CONCLUSÃO

O aspecto diferencial da proposta do projeto das cartas de Chalita é que, em geral, a porção textual sumarizada pela AE, no cotexto, não está explícita, e sim, difusa devido à extensão da porção textual encapsulada. Obviamente que há pistas suficientes que possibilitam a construção do referente, mas essa construção (no caso de Chalita) exige do leitor maior capacidade de inferência. Em outros termos, como não há antecedente explícito, as pistas a que nos referimos orientam a construção referencial de modo que a interpretação do alcance lexical da AE seja processada por indução. Isso significa que a proposta de Chalita exigirá de seu leitor um trabalho cognitivo que valorizará informações co(n)textuais, conhecimento de mundo, inferências, além – é claro – do conhecimento da própria língua. Ao sumarizar sequências argumentativas mais distantes, e de modo mais globalizado do que padre Fábio de Melo, a AE empreendida por Chalita faz desencadear, na memória discursiva do leitor, uma rede de relações cognitivo-discursivas na tentativa de interpretar a lexicalização de uma dada porção textual.

Pode-se afirmar, com base nas análises, que a implicitude referencial é uma marca de autoria nas escrituras de Chalita. Não há ativação clara de referentes. Os *objetos-de-discurso* do escritor possuem contornos parciais e incertos. A progressão referencial se desenrola ao longo do cotexto. Utilizando a expressão de Apothéloz & Chanet (2003, p. 176), são recorrentes nas cartas de Chalita o que podemos chamar de

chamar de *uma referência subespecificada de objetos-de-discurso de contornos parcialmente incertos*. A interpretação referencial se dá mediante inferências, pois o objeto é (re)ativado sem que ocorra, a priori, explicitude de suas propriedades no discurso ao qual se insere. Portanto, o leitor terá de inferir um *objeto-de-discurso* que não está explicitamente representado por alguma forma linguística, devendo, então, ativar informações a partir das formas linguísticas que estão presentes no cotexto e também no contexto sócio-histórico.

Já no projeto de texto das cartas do padre Fábio de Melo, verificou-se que as AE introduzidas nos parágrafos possuem papel organizador mais local. As extensões de discursos que foram analisadas são curtas, pois algumas são constituídas apenas por um segmento textual localizável no cotexto.

Com base nessas análises, Padre Fábio de Melo exige menos a operação de inferência do leitor, deixando espaço menor na progressão textual para inferência. O autor remete seu interlocutor a sequências textuais mais imediatas. De acordo com os exemplos apresentados, a maioria das sequências textuais não se estende para além do parágrafo em que AE é utilizada. Nesse caso é possível identificar a extensão textual rotulada. Parece importar para o autor deixar claro a extensão do discurso a ser seccionada pela mente do interlocutor. Nossa hipótese é a de que o fato de as AE terem um papel de organização textual local tem a ver com a intenção do escritor em evitar deixar margem para que outras interpretações ofusquem a doutrina católica, o que supõe um tipo de pathos do leitor menos perspicaz. Vejamos nas palavras de Fiorin:

A eficácia do discurso está diretamente ligada à questão da adesão do enunciatário ao discurso. O enunciatário não adere ao discurso apenas porque é apresentado como um conjunto de ideias que expressa seus possíveis interesses, mas sim, porque se identifica com um dado sujeito da enunciação, com um caráter, com um corpo, com um tom. Assim, o discurso não é apenas um conteúdo, mas também um modo de dizer, que constrói os sujeitos da enunciação. O discurso, ao construir um enunciador, constrói também seu correlato, o enunciatário. (FIORIN, 2008, p. 157).

O processo de referenciação anafórica empreendido por Fábio de Melo imprime ao seu projeto dizer um modo didático, explicativo e um tom pastoral. A justificativa hipotética para o uso dessa estratégia coesiva é conferida pelo fiador do texto. O discurso do padre, materializado pelas relações coesivas descritas e analisadas, mostra que o sujeito, ao falar de fé, não se contenta apenas em explicar a fé, mas, sobretudo, deseja que fique claro ao leitor que é preciso encará-la como um desafio nas circunstâncias do dia a dia. É o enunciador querendo mostrar aos coenunciadores (Chalita e o leitor), como o cristão deve agir. A introdução das AE de modo mais simples denota um tom mais professoral daquele que pretende transmitir a doutrina católica como meio para se encontrar respostas a questões complexas como o porquê dos sofrimentos humanos e a razão da existência, já que a morte nos tira tudo. Portanto, a marca de autoria de Fábio de Melo é utilizar, nos seus parágrafos, um processo de referenciação anafórica, por meio de AE, menos difuso, menos inferencial.

Ao analisar as cartas de Chalita e Melo, comparando os dois autores quanto ao uso de expressões nominais de referenciação anafórica, que rotula ou encapsula e nominaliza uma porção textual no contexto, percebe-se que esse mecanismo coesivo complexo vem sendo concebido como um processo não apenas vinculado estreitamente à interpretação de textos, a ligação entre categorias que vão sendo introduzidas no cotexto, mas, sobretudo, atesta a intenção do produtor, que pode optar por uma referenciação mais difusa ou menos difusa conforme sua intenção comunicativa.

Contra-pondo Chalita e Melo foi possível verificar duas escolhas distintas de um mesmo mecanismo de coesão mesmo os autores estando inscritos na mesma cenografia¹² de aconselhamento. Enquanto Gabriel Chalita introduz em seus parágrafos anáforas encapsuladoras que organizam porções textuais mais distantes, exigindo um grau elevado de inferência, padre Fábio de Melo não exige o mesmo nível de esforço do leitor. Portanto, há diferenças nos objetos examinados, os quais revelaram traços da subjetividade de cada autor. Enquanto este busca aconselhar o leitor com a doutrina católica, aquele objetiva identificar-se com esse mesmo leitor. Mesmo trocando cartas entre si, cada autor toma como base o leitor, e, em função dele, escreve como escreve.

REFERÊNCIAS

APOTHÉLOZ, D.; CHANET, C. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães (Org). Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003, p. 130-172.

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. Marxismo e filosofia da linguagem. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012

CAVALCANTE, M. M. Expressões referenciais, uma proposta classificatória. Cadernos de estudos linguísticos, Campinas, n. 44, p. 105-118, jan./jun. 2003.

CONTE, M.-E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, M. M. (Org). Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003, p. 177-190.

FIORIN, J. L. Em busca do sentido: estudos discursivos. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. V. As tramas do texto. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MAINGUENEAU, D. Cenas da enunciação. Curitiba: Criar, 2006.

_____. Gênese dos discursos; tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MELO, F de. Cartas entre amigos sobre medos contemporâneos. São Paulo: Ediouro, 2009.

_____. Cartas entre amigos sobre ganhar e perder. São Paulo: Globo, 2010.

MONDADA, L. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, I. V.; MORATO, E.;

BENTES, A. C. (Orgs). Referenciação e Discurso. São Paulo: Contexto, 2005, p. 11-26.

ORLANDI, E. P. Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

12 De acordo com Maingueneau (2006), no quadro teórico da AD, a cenografia não é dada a priori, mas se constrói e se desenvolve de acordo com os propósitos comunicativos dos autores. Completa Maingueneau que a cenografia não está presa ao gênero, mas é instituída pela cena da enunciação que a legitima, pois está ligada ao universo de sentido da qual participa.

POSSENTI, S. Discurso, estilo e subjetividade. S. Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. Índícios de autoria. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 105-124, jan./jun. 2002.

SCHMIDT, S. J. Linguística e teoria de texto. São Paulo: Pioneira, 1978.

INFLAÇÃO E DEFLAÇÃO: UM ESTUDO PARA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Com gosto... Como é de são efeito, ajudo com meu querer acreditar. Mas nem sempre posso. O senhor saiba: eu toda a minha vida pensei por mim, forro, sou nascido diferente. Eu sou é eu mesmo. Diverjo de todo o mundo... Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa.
(ROSA, J. G. p. 13. Grande Sertão: Veredas)

SILVEIRA FILHO, J. da.¹

RESUMO - Este artigo trata sobre inflação e deflação. Um é o inverso do outro. Ele procura apresentar os aspectos essenciais do tema. O objetivo é divulgar a ciência econômica principalmente para o público leigo de tal modo que este conhecimento se torne aprazível e atraente, concitando o interesse por seu estudo posterior. A ciência econômica traz muitas vezes uma linguagem hermética e não sensibiliza as pessoas tal como deveria embora a imensa importância de que se revestem os fenômenos econômicos capazes de interferir na existência dos seres humanos ao longo de toda a vida. O tema é exposto principalmente de forma histórica. Busca as origens no passado da humanidade e segue à atualidade. Esclarece as metodologias principais de mensuração, as relações com o salário mínimo e a interligação com o câmbio. Procura oferecer um conteúdo organizado com coerência, clareza e fluidez sem perda de substância. Aos grumetes aponta as primeiras lições ante o oceano por navegar. Aos lobos do mar indica lugares que não deram a devida importância todavia merecessem atenção pelo que parecia ser simples mas não era.

Palavras-chave: Inflação e Deflação. Origens. Mensuração. Salário Mínimo. Câmbio.

Inflation and deflation: un study for scientific dissemination

ABSTRACT - This article is about inflation and deflation. One is the reverse of the other. It seeks to present the essential aspects of the theme. The goal is to spread economic science primarily to the lay public in such a way that this knowledge becomes pleasurable and appealing, attracting interest in its later study. Economic science often carries a hermetic language and does not sensitize people as it should, but the immense importance of economic phenomena that can interfere with the existence of human beings throughout a lifetime. The theme is exposed mainly in a historical way. It looks for the origins in the past of the humanity and follows the actuality. It clarifies the main methodologies of measurement, the relations with the minimum wage and the interconnection with the exchange. It seeks to offer organized content with consistency, clarity and fluidity without loss of substance. He points to the first lessons before the ocean for sailing. To sea wolves indicates places that did not give due importance but deserve attention for what seemed simple but was not.

Key words: Inflation and Deflation. Origins. Measurement. Minimum Wage. Exchange.

¹ Economista. Graduação pela Universidade Federal do Paraná com Especialização e Mestrado pela mesma Instituição. É professor das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba das disciplinas de Contabilidade Social e Economia Brasileira Contemporânea. C-eletrônico: caju1000@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A Economia é uma ciência social. Estuda uma diversidade de fenômenos desse naipe. E são os homens em ação conjunta que os produzem. Dentre esses fenômenos, um dos que se sobressai é a inflação que, ao mesmo tempo, possui sua face contrária, porém menos notória: a deflação. A polêmica é desvendar a primeira, pelos holofotes e publicidade que atraiu para si. Descobrir-lhe como, por que surge e os efeitos que determina a todos os homens. Ao desvendar a inflação, entende-se também o íntimo de sua contrária. A inflação será merecedora de anterior atenção pela visibilidade que alcançou. Suscita uma inquietação na sociedade maior do que a deflação, tendo gerado tragédias por onde se instala. Afeta todas as economias capitalistas. De uma para outra, o que difere é a magnitude e a duração a quanto se estendem. O tema será abordado em linhas gerais com intuito de divulgação científica, num estudo em cinco seções. O primeiro trata a origem. O segundo a metodologia de mensuração. O terceiro as relações com o salário mínimo, enquanto base de sobrevivência do trabalho. O quarto a interligação com o câmbio. O último as conclusões a que apurou.

2 A ORIGEM

O homem para sobreviver precisa produzir. E não o faz sozinho. Precisa de companheiros para juntos colaborarem. Ao princípio de sua caminhada terrena, produzia sua existência pela coleta. Aprendeu a caçar, a pescar. Todavia, desenvolveu uma diferenciação em relação aos outros animais sobre a qual conquistou vantagem suprema. Sua subsistência era obtida cada vez mais pela descoberta de técnicas. De técnicas que se transformavam em ferramentas. E ferramentas que aumentavam seu domínio sobre a natureza. Que criavam outras ferramentas. Que lhe facilitavam o existir. Da pedra bruta que corta, aproveitada de uma lasca, modifica-a em instrumento de pedra. Pôde cortar, bater e esmagar. Surtia um resultado mais eficiente do que com as mãos ao realizar as tarefas. E à medida que produzia sua existência pelo trabalho em conjunto, percebia que as ferramentas que produzia também podiam ser aperfeiçoadas e combinadas umas com as outras. À pedra bruta, amarra um cabo. Aprimora a manuseabilidade. Vira machado, martelo ou serve até de alavanca. E assim o homem nunca mais parou (DUCASSÊ, p. 1-3).

Essas técnicas e descobertas surgiam de todas as sortes. Ao notar que de grânulos enterrados brotavam plantas e que algumas destas podiam servir de comida mais farta, surge a agricultura. Animais puderam ser domesticados. Surgiu a criação de animais. E esse conjunto de técnicas permitia viver melhor. O sacrifício diminuía. Chegou determinada altura que todas essas descobertas e partilhar de experiências produziram um resultado novo. O homem largou de produzir somente o que precisava de mais imediato para sobreviver. Passou a produzir acima do que consumia. E numa escala ascendente. Estava produzindo riquezas sociais. O homem abandona o nomadismo. Sedentariza-se e ergue magníficas civilizações nas geografias propícias ao existir (AQUINO *et al.*, 1980, p. 67-68).

Enquanto o homem produzia para si e as necessidades imediatas de sua comunidade, satisfazia sem muitos transtornos as urgências que o acuavam. Se não tivesse algo, trocava por outro ao encontrar quem o produzisse. Mas, era permuta local e simples de resolver. Nem era complexo avaliar a justeza da troca. Os trabalhos eram conhecidos em sua particularidade e esforço. A comunidade era pequena e se auto abastecia. Contudo, quando a técnica permitiu produzir acima do que necessitava a comunidade, formando-se perceptível abundância, apontou o problema de conseguir avaliar a justeza das trocas e o esforço que exigiam os produtos do trabalho. **A produção rumava no sentido do excedente econômico. E aí despontou o obstáculo de estimar aquele trabalho que ia se tornando cada vez mais social, elaborado por mais e mais indivíduos, com maior diversidade e quantidade de coisas à disposição. Trocando em miúdos, estava alvorecendo a mercadoria.** Algo que era resultado de uma produção não mais feita para si, mas para os outros homens seus semelhantes. Os indivíduos se especializavam nalguma função, dividiam o trabalho em tarefas, dominavam renovadas técnicas, produzindo quantidade superior às necessidades que os cercavam. Alguns percalços começaram a aparecer (SMITH, 1983, p. 53-56).

Como estimar o valor das coisas? Dentro da sociedade também foram emergindo objetos que serviam para avaliar por comparação o valor dos trabalhos. Estava nascendo gradativamente o dinheiro. O homem não inventa o dinheiro, como o mágico que saca o coelho da cartola para assombro da plateia. Ele descobre o dinheiro. Primeiro este esteve na forma das próprias mercadorias trocadas, com destaque para a mais importante numa comunidade. A mercadoria principal atuava como referência: o trigo, as peles, o sal. Quando esta mercadoria de troca vai exigindo um formato mais aprimorado, manipulável, transportável com facilidade, em razão de trocas mais numerosas, chega-se pelo uso e a experiência crítica ao depurar dos anos à forma arredondada, de caráter metálico, de moeda propriamente dita com é até hoje reconhecida. O homem estava aprendendo cada vez mais a vender. Produzir coisas que seriam vendidas, com utilidade para os outros e não mais para si mesmo. Os produtos do trabalho se tornaram vendáveis pela abundância em que se geravam. Feitos cada vez mais para vender com utilidade alheia, para os outros, e não mais para si em auto consumo. Surgia aos poucos o mercado enquanto localidade para se comprar e vender os excedentes produtivos. Sumiam as aldeias e as tribos. Organizavam-se cidades. E nelas atuavam os comerciantes, uma nova figura social, em classe diferenciada, não mais dedicada à produção, porém ao comprar e ao vender (MARX, 1983, p. 79-85).

Enquanto as sociedades permaneceram na economia de auto subsistência, não careciam de moeda. Produziam para si. Isso lhes bastava. Permutavam apenas as necessidades em falta aos seus membros. Em contrapartida, as sociedades mais complexas e diversificadas que abandonaram a economia de subsistência e partiram para ingressar em amplo comércio, requestaram a presença obrigatória de um instrumento cômodo, manuseável, fracionável, enfim a moeda, para refletir a avaliação do valor do trabalho dos objetos produzidos, transmutados em mercadorias. Esse valor seria simbolicamente fixado pelas moedas metálicas. E estas facilitariam sobremaneira os atos de vender e comprar. Como estes dois atos seriam intermediados por um mercado, além do valor trabalho contido nas mercadorias que deveria ser estimado, apareceria um preço quando vendedores e compradores se defrontassem. As mercadorias estavam prontas e em si portadoras simultâneas de valor de uso e valor de troca. Tinham utilidade e valor o qual estava expresso como um símbolo. **Emergirá a circulação de mercadorias com um dado preço, mediadas pela moeda como instrumento de passagem para sair da mão de Paulo e cair na mão de Pedro. Agora estavam amadurecidas as condições sociais, a saber de: produção, comércio e moeda, para frutificar tanto a inflação quanto a deflação.**

Quando na circulação de mercadorias o preço destas por certo oculto motivo aumentasse, o valor nominal inscrito na moeda, não mais seria suficiente para comprá-las. Faltariam moedas para levar para casa a mesma quantidade de mercadorias que antigamente. Estava caracterizada a inflação como seria percebida ao folhear dos tempos: alta generalizada de preços. No cálculo do comprador, a moeda não guardava mais o mesmo valor de compra. Valia menos. Levava para casa menos produtos que antes. A pobreza se imiscuía. Ao contrário, quando os preços das mercadorias diminuíssem, probabilidade também presumível, sobriariam moedas para carregar para casa. Ou, levava-se um pouco mais de mercadorias que de praxe para os lares. Estava caracterizada a deflação como seria reconhecida tempos afora: declínio generalizado de preços. Os cálculos do comprador ficaram mais auspiciosos. A moeda angariara poder de compra. Valia mais. Levava mais produtos que outrora. A riqueza se mostrava.

Porém, a inflação acentuada se tornou fenômeno mais perceptível e nefasto, traços que a deflação nem sempre exhibe quando meramente ocasional. A inflação atemoriza a todos. Aparece mais com seus estragos a olho nu. Desde épocas mais antigas, como de Roma em seu declínio, ela se avista, apavora, arrepiam os viventes e faz declinar o poder de compra da moeda. Numa dessas ocasiões, de milênios atrás, digna de ilustrativo histórico, Diocleciano (285-305 d.C.) era imperador de Roma. Enfrentou o fenômeno de contumaz inflação e para tentar subjugar-la recorreu ao congelamento de preços. Fixou um preço máximo em edital de tabela para várias mercadorias, inclusive as humanas, que não poderiam sofrer aumento na moeda de então, o denarius², aonde quer que se estendesse o domínio romano. Foi em vão. Não deteve os aumentos (FLORENZANO, 2012, p. 302-305).

2 A moeda romana Denarius passou a ser traduzida como dinheiro na língua portuguesa.

EDITAL DE CONGELAMENTO DE PREÇOS DE DIOCLECIANO

	Mercadoria	Quantidade	Daenárius
1	Vinho Piceno	1 sestário itálico	30
2	Vinho Tributino	1 sestário itálico	30
3	Vinho Falemo	1 sestário itálico	30
4	Vinho Comum	1 sestário itálico	8
5	Cerveja de Trigo ou Cevada	1 sestário itálico	4
6	Cerveja de cevada egípcia	1 sestário itálico	2
7	Vinho de “absenta”	1 sestário itálico	20
8	Vinho rosado	1 sestário itálico	20
9	Azeite de primeira prensado	1 sestário itálico	40
10	Azeite de segunda prensado	1 sestário itálico	24
11	Azeite comestível comum	1 sestário itálico	24
12	Vinagre	1 sestário itálico	6
13	Molho de peixe de 1ª qualidade	1 sestário itálico	16
14	Molho de peixe de 2ª qualidade	1 sestário itálico	12
15	Sal	1 sestário itálico	8
16	Mel de ótima qualidade	1 módio militar	40
17	Mel de tâmara	1 sestário itálico	8
18	Carne de porco	1 sestário itálico	12
19	Carne de boi	1 libra itálica	8
20	Carne de cabra ou de castrado	1 libra itálica	8
21	Presunto ótimo da perna ou “messapico” ou “carretano”	1 libra itálica	20
22	Cavalo de tiro	1 libra itálica	100000
23	Cavalo de 1ª qualidade para soldado	Unidade	36000
24	Mula de 1ª qualidade	Unidade	36000
25	Camelo de 1ª qualidade de Bactriana	Unidade	25000
26	Dromedário de 1ª qualidade	Unidade	20000
27	Bois de 1ª qualidade	Unidade	10000
28	Touros de reprodução de 1ª qualidade	0 par	5000
29	Ovelha de 1ª qualidade	Unidade	400
30	Cabra de 1ª qualidade	Unidade	400
31	Escravo varão de 16 à 40 anos	Unidade	30000
32	Escrava entre 16 e 40 anos	Unidade	25000
33	Varão de mais de 60 anos e menos de 8	Unidade	15000
34	Mulher de mais de 60 anos e menos de 8	Unidade	1000

FONTE: O Declínio do Império Romano, Coleção Folio, p. 34.

Até o momento, foi dito o que é inflação, como é conhecida desde eras antigas. Na aparência, sua descritiva se conservou semelhante. Foi apontada de onde e como surge, aliás da circulação de mercadorias. Porém, lidou-se somente com sua manifestação superficial, enquanto efeito de algum misterioso

sucedido a desvendar. As mercadorias (M) entram em circulação intermediadas pela moeda que hoje se diz dinheiro (D). Transitam da mão do vendedor para a do comprador em inúmeros atos repetidos ininterruptamente no cotidiano. Uma famosa grafia de Marx, assim coloca esse movimento infundável: M – D – M – D – M... Simboliza a travessia da mercadoria do vendedor (M-D) ao comprador (D-M). E pela sua venda e compra a sociedade sobrevive por essa prosaica operação entre dois atos. Disso parte o fluxo econômico de sustentação do organismo social em qualquer lugar planetário de maior desenvolvimento.

A sociedade de hoje não é mais a romana cuja economia dependia do trabalho escravo para acionar o fluxo econômico. Tornou-se vezes e vezes mais complexa. Multiplicou extraordinariamente sua capacidade de produção. Produz inúmeros tipos de mercadoria, seja para a imaginação, a subsistência imediata ou a produção em fábricas. Em comum e análogo aos distantes idos de Diocleciano, nossa sociedade guarda apenas o envoltório da circulação de mercadorias permeada pela necessidade do dinheiro como instrumento operacionalizador de trocas. E mesmo esse dinheiro mudou apenas de traje. É na atualidade papel moeda, cartão de débito ou crédito. Cumpre o mesmo papel que em épocas só de aparência longínquas, o de fazer as mercadorias e serviços circularem com facilidade e rapidez. Mesmo assim, a inflação e a deflação ainda vão se revelar tal como na antiguidade com seu efeito declarado na moeda. No que esta consegue comprar a mais ou a menos ao pôr em cima da mesa. Na contemporaneidade do século XXI, inflação e deflação quanto à sua razão de ser, terão por referência uma economia capitalista ultra desenvolvida mas que divisou na Revolução Industrial sua autêntica forma de identificação: a grande escala de produção (ASHTON, 1977, p. 114-118).

No ato da venda (M-D) está a produção. No ato da compra (D-M) a demanda. Os dois entram em contato pela intervenção do dinheiro, apenas um símbolo ideado de conta numérica na avaliação dos valores. Ele presta para expressar a quantidade e complexidade de trabalho social existente em tudo o que o homem produz. Também se diz na terminologia bancária que dinheiro é numerário. Portanto, na atualidade, essa inflação ou deflação poderá ter como causa duas proveniências: da produção (M-D) ou da demanda (D-M). No primeiro caso, por motivo de custo de produção na quantidade a ser oferecida. No segundo, por motivo monetário, de moeda em mãos, na quantidade a ser procurada. E um também pode interagir com o outro. Essa aceção básica da inflação/deflação é o que vários autores clássicos e livros texto da ciência econômica celebram como a interpretação tradicional a correr mundo afora, sendo usualmente aceita como causa do fenômeno.

Como se mencionou a causa, cabe breve explicação da inflação havida com Diocleciano para não pairar uma citação de enfeite.

Esse período corresponde à decadência do Império Romano. Foi quando os povos bárbaros ameaçavam sua integridade. Era preciso combatê-los constantemente em diversas regiões. Como se não bastasse, houve uma peste bubônica que dizimou a força de trabalho ocupada na agricultura. E o Estado Romano nesse mesmo íterim teve de arcar com pesados gastos militares por longo tempo. Havia premência de provisionar as legiões romanas aonde precisassem se deslocar. Pestes e guerras constituem funestos arranjos de escassez. A produção agrícola encareceu pela ausência de mão de obra além de não ser mais suficiente para abastecer em simultâneo cidades, campos e tropas em deslocamento. Os gêneros agrícolas vão ser dirigidos em grande porção às campanhas militares. Faltou mercadoria no Império. Os preços entraram em marcha de alta. A moeda romana teve de ser desvalorizada por diversas vezes, diminuindo o conteúdo de bom metal (prata, cobre) nelas contido, para que pudesse ser emitida em maior quantidade no propósito de atender às crescentes despesas. A emissão monetária pode ter sido inaugurada pelo declínio romano. A moeda se adaptava à alta de preços em virtude da escassez de mercadorias ante circunstâncias inescapáveis. Como se depreende, condições como essas reinariam nos mais diferentes lugares e tempos vindouros aos da Roma Antiga. Sublinharam as primeiras manifestações inflacionárias de vulto em denotação histórica, incidentes a partir dos gêneros agrícolas já sob a forma de mercadoria ao pressionar seus custos de produção (FOLIO, 2007, p. 34).

3 A MENSURAÇÃO

A inflação é um processo de elevação generalizada dos preços. Espalha-se por todas as mercadorias e serviços. Nada escapa. É assim seu desenho. Assim macula a consciência coletiva dos cidadãos. A deflação é justamente o oposto. Ambas as definições podem ser encontradas parecidíssimas em manuais de Economia. São consensuais. Economistas consagrados como John Maynard Keynes (1983, p. 301) endossam a mesma constatação. Se a evolução inflacionária é duradoura e enérgica, tanto pior. Torna-se fácil de ser identificada pelo dano que acarreta à sociedade. Por sua vez, a contínua deflação resulta de tenaz desemprego. Agora é oportuno intercalar alguns números para se ponderar sobre seus efeitos, num exemplo hipotético, mas plausível de simulação. É aconselhável um naco de paciência para deglutir a aridez dos números. Compensa o esforço de acompanhamento.

QUADRO 1 - INFLAÇÃO E SALÁRIO

1	2	3	4	5	6	7	8
Período	Sal Nom \$	Preço \$	Inflação %	Qtd (u)	Sal Real \$	Perda Real %	\$100,00
0	1.000,00	12,00	0,00	83.333,33	1.000,00	0,00	100,00
1	1.000,00	15,00	25,00	66,6667	800,00	-20,00	80,00
2	1.000,00	21,00	40,00	47,6190	571,43	-42,86	57,14
3	1.000,00	31,50	50,00	31,7460	380,95	-61,90	38,10
4	1.000,00	63,00	100,00	15,8730	190,48	-80,95	19,05
5	1.000,00	126,00	100,00	7,9365	95,24	-90,48	9,52
6	1.000,00	1.000,00	693,65	1,0000	12,00	-98,80	1,20
7	83.333,33	1.000,00	8233,33	83,3333	1.000,00	0,00	100,00

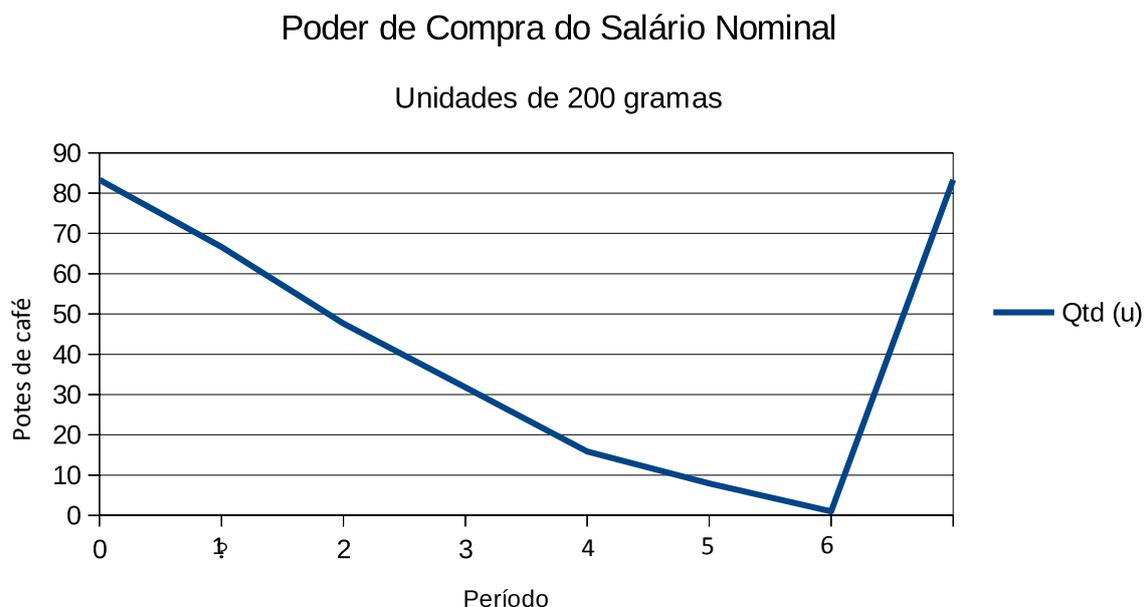
Elaboração do Autor

No quadro acima, disposto em 8 colunas, faz-se uma simulação em 7 períodos do que sucede com o salário real (6) quando os preços aumentam sem trégua (3) num processo prosecutivo e intenso como, de triste memória, já acometeu a economia brasileira entre 1974 e 1994. Torna-se necessário esclarecer que há duas acepções de salário. A primeira (2) é o salário nominal, aquele que o trabalhador recebe pelo mês, escrito no contracheque. O segundo é o salário real que ele sente diminuir, pois é o quanto efetivamente leva de mercadorias para casa. Aqui nesse quadro se pratica um exercício de ficção em que o salário nominal se converte em potes de café solúvel (3). Divide-se o salário nominal pelo preço de um pote de 200 gramas de café solúvel. O objetivo é verificar quantos potes (5) o salário é capaz de comprar à medida que o tempo evolui (1).

Observe-se que o preço cresce (3) e a quantidade comprada decresce (5). No começo, compravam-se 83,33 potes de café solúvel com o salário nominal de \$1.000,00. Transcorridos 6 anos de inflação vigorosa, adquiria-se ao final somente 1 pote de café. O salário verdadeiro em termos de poder de compra perdeu 98,80% de seu poder de compra. Iniciou valendo em termos reais \$1.000,00 e terminou valendo \$12,00 ou seja comprando apenas um único pote. Uma nota de \$100 passou a valer \$1,20, comprando apenas 20 gramas. No sétimo período, o salário nominal foi reajustado pela inflação acumulada de 8.233,33%. Note-se que esse processo é matematicamente infinito. Mesmo que o preço suba indefinidamente e o salário nominal permaneça inalterado, a quantidade comprada diminui nem que alcance quantidades ínfimas que se aproximam do zero em limite que nunca o atinge. Se matematicamente é concebível, na realidade, todos os trabalhadores muito antes estariam mortos de inanição. Por conseguinte, no sétimo período é forçoso haver uma recomposição do salário nominal para no mínimo o salário reaver o mesmo poder de compra que detinha no ano zero. É o que se denomina correção ou atualização

monetária. E só. O fluxo econômico é apenas recomposto para evitar sua total degeneração. O gráfico abaixo é a ilustração do que aconteceu.

GRÁFICO 1 – PODER DE COMPRA DO SALÁRIO NOMINAL



Elaboração do autor

Mas, aí procede uma pergunta, como se mede a inflação? Primeiro é mister um método. Definir um caminho de formas de agir com o entendimento a fim de medir o fenômeno. Existem várias maneiras, todas similares. Portanto, são verossímeis vários métodos. Nenhum deles afigura mais certo do que o outro. Traduzem formas de enxergar a realidade segundo pontos de vista que não se negam, apenas se complementam. E cada modo de ver, constrói um indicador próprio. O certo seria afirmar que a realidade pode ser enxergada com todos esses indicadores simultaneamente. A verdade não é composta de uma faceta exclusiva de observação, porém várias ao mesmo tempo. Cada indicador pode complementar o que o outro não foi capaz de revelar.

De início, vamos descrever brevemente a metodologia do índice oficial de preços, o IPCA³, estimado pelo IBGE, órgão oficial do governo. As demais metodologias de outros órgãos são similares. Enfocam aspectos que o IBGE não observa, porém importantes.

Para construir um índice inflacionário, primeiro é necessário pesquisar o que a população rural e urbana consome de acordo com seu orçamento. Faz-se esse levantamento em períodos determinados. Algumas mercadorias podem sumir da listagem por não serem mais compradas e outras podem entrar. Antigamente, não existia gasto das famílias com aquisição de pacote de TV por assinatura. Hoje existe. Antigamente, comprava-se cera para assoalho. A maioria das casas era de piso em madeira. Hoje os assoalhos são cerâmicos. Em futuro próximo, o gasto com uber pode também ingressar. Este levantamento é conduzido pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) que é de fato um relatório de costumes populares, elaborado para orientar a investigação dos preços. Estabelecida a POF, o IPCA consegue ser pesquisado

3 IPCA – Índice de preços ao consumidor amplo.

todos os dias por ter um farol a lhe guiar o trajeto. Compõe-se de 400 itens entre mercadorias e serviços. Todos os dias saem paciosos pesquisadores a campo e sempre coletando os preços nos mesmos estabelecimentos. Define-se também a faixa salarial das famílias que consomem os 400 itens. Situa-se na faixa entre 1 e 40 salários mínimos, portanto, um amplo espectro, sem se incomodar com qual fonte de rendimentos se garante o chefe de família. Pode ser ou não de salário.

Junto com o IPCA, pelo mesmo IBGE, calcula-se também o INPC⁴. A diferença deste está na faixa de população a quem se destina. Abrange as famílias entre 1 e 5 salários mínimos, o que perfaz 80% das famílias brasileiras. Trata-se portanto de uma medição mais voltada aos trabalhadores, de igual modo sem a consideração sobre qual a fonte de rendimento do chefe de família. Envolve um leque de 350 itens pesquisados diariamente.

O IPCA é um índice ampliado. Com um ponto de visão mais distanciado de seu objeto de pesquisa para avistar o conjunto, abranger todas as classes e segmentos sociais. O INPC foca mais as famílias dos trabalhadores mais pobres, maioria da população, aproximando-se delas por intermédio de seus critérios específicos de mensuração. Ambos os indicadores são de varejo. Quem quiser uma visão panorâmica, recorre ao IPCA. Quem quiser mais contígua dos trabalhadores pobres, reporta ao INPC. Um índice completa o outro.

Quem busca um índice geral, porém mais espelho dos preços no atacado, usa o IGP da FGV. Quem precisar de um indicador exclusivo de preços no atacado, vai ao IPP, também da FGV. Quem requisitar um indicador elaborado exclusivamente para os trabalhadores, reflexo do custo de vida que os abala, utiliza o ICV do DIEESE. Enfim, aí estão os principais medidores, em resumida seleção ao juízo deste autor. Essa diversidade existe porque reflete as múltiplas facetas de que é composta a realidade. Proporciona detalhe e riqueza de investigação com ângulos de visão diferenciados ao observador.

Em seguida, deve-se mostrar que tanto o IPCA quanto o INPC reúnem categorias diferenciadas de aferição de preços. Nelas se compartimentam por prioridades as necessidades de gastos das famílias, como se pudessem ser depositadas em gavetas de relevância. São nove, a saber: alimentação e bebidas; transportes; habitação; saúde e cuidados pessoais; despesas pessoais; vestuário; comunicação; artigos de residência; educação. Como o IPCA é mais panorâmico e o INPC mais específico, a inflação os afeta distintamente. Por isso, cada uma dessas categorias requisita um peso diferenciado de avaliação dado a relevância que assumem no orçamento familiar. Por exemplo, para os trabalhadores, no caso do INPC, a alimentação detém uma significação expressiva em seus gastos mensais. Terá o peso maior de todos. E daí tais pesos vão sendo elencados em ordem decrescente de importância no orçamento familiar. O quadro abaixo exhibe esta ordenação aos dois indicadores oficiais.

QUADRO 2 – PESOS POR CATEGORIA

	Categorias	Peso % IPCA	Peso % INPC
1	Alimentação e Bebidas	23,12	28,27
2	Transportes	20,54	17,30
3	Habitação	14,62	16,87
4	Saúde e cuidados pessoais	11,09	9,67
5	Despesas pessoais	9,94	6,90
6	Vestuário	6,67	8,15
7	Comunicação	4,96	2,78
8	Artigos e residência	4,69	5,64
9	Educação	4,37	4,42

FONTE: Portal Brasil

4 INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor. IGP: Índice Geral de Preços. FGV: Fundação Getúlio Vargas. IPP: Índice de Preços ao Produtor.

Munido da POF, dos pesos respectivos e do levantamento dos preços, efetua-se o cálculo inflacionário. Usa-se uma média ponderada. Cada categoria é multiplicada por seu peso. Resulta um produto. Somam-se os respectivos produtos de todas as categorias, divididos pela somatória dos pesos. Está estimada a inflação de acordo com o indicador desejado. O trabalho final é observar o comportamento da inflação ao longo de certo período escolhido. Por exemplo, em 2017, a inflação estimada pelo IBGE foi de -0,23% no mês de junho, aliás, deflação. Isso é demonstrado no quadro 3.

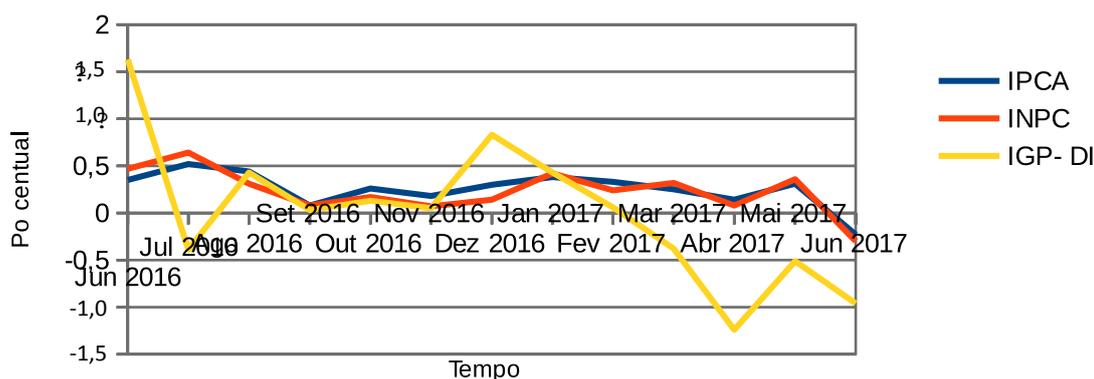
QUADRO 2 – PESOS POR CATEGORIA

	Categorias	Peso % IPCA(A)	Var/jun/2017 (B)	(A)x(B)
1	Alimentação e Bebidas	0,2312	28,27	-0,1156
2	Transportes	0,2054	17,30	-0,1068
3	Habitação	0,1462	16,87	-0,1126
4	Saúde e cuidados pessoais	0,1109	9,67	-0,0510
5	Despesas pessoais	0,0994	6,90	-0,0328
6	Vestuário	0,0667	8,15	-0,0140
7	Comunicação	0,0496	2,78	-0,0045
8	Artigos e residência	0,0469	5,64	-0,0033
9	Educação	0,0437	4,42	-0,0035
	Somatório	1.00		-0,2325

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO: jun 2016-jun 2017

Comportamento Inflacionário

IPCA x INPC x IGP



FONTE: www.portalbrasil.net/indices.htm

Os três indicadores anunciam queda. No duodécimo mês, o IPCA acusou -0,23%, o INPC -0,30% e o IGP -0,96%. Isto configura deflação como epílogo de um processo em marcha. Observa-se uma tendência evidente de declínio de preços. Seja a retalho (IPCA e INPC) ou no atacado (IGP), a trajetória é de queda. Por sinal, os preços a grosso foram mais afligidos. E a melhor explicação para essa hecatombe

reside no descomunal desemprego involuntário a vergar os preços para baixo. A demanda foi deprimida drasticamente. A economia brasileira experimentou uma assombrosa retração do PIB⁵ que nem sequer a crise de 29⁶ em seu ápice impingiu à produção nacional, não obstante ter sido a mais avassaladora crise que atravessou o capitalismo em sua evolução.

4 A RELAÇÃO COM O SALÁRIO MÍNIMO

A inflação afeta generalizadamente a economia. Alveja o capital e o trabalho. Ao primeiro, torna nebuloso o processo de cálculo de quanto será o lucro no longo prazo. Obscurece a projeção do prazo de retorno de um investimento. Torna dúbia qualquer projeção efetiva de vendas. Ao segundo, distorce o salário, lançando dúvidas sobre o quanto este poderá comprar no futuro e em que medida a sobrevivência das famílias será comprometida. **Ademais, o salário resume especial importância. Mede o quanto vale a capacidade da força de trabalho ao produzir mercadorias e serviços. Isso equivale ao preço da mão de obra, por quanto será transacionada. É o componente mais significante do custo de produção. Define também o quanto os trabalhadores poderão comprar das próprias empresas para constituir um fluxo econômico.** O fluxo principal é dado pelas aquisições das famílias em produtos de consumo de subsistência, seja de mercadorias perecíveis quanto duráveis. O fluxo secundário é das empresas de bens para trabalhadores ao compra maquinário das empresas de bens de capital. Quanto maior a magnitude de salários no primeiro fluxo, maior a quantidade vendida e a possibilidade de realização de lucros às empresas. Por conseguinte, maior o estímulo ao segundo fluxo em que há ampliação da capacidade produtiva (MONTORO FILHO, 2004, p. 35-45).

A compra das famílias constitui a venda das empresas produtoras de mercadorias salário. E é justamente esta variação na quantidade adquirida, mantida para mais ou para menos que pode desatar um processo ora de expansão ora de retração cada um com sua duração. Desprendem-se os ciclos econômicos que o cidadão comum nota como anos de vacas magras e anos de vacas gordas como ilustra a narrativa do Gênesis. A inflação também se relaciona com o ciclo econômico. Interfere na capacidade aquisitiva do salário, no volume do comércio e, por isso, na realização do lucro e ao final nas encomendas do investimento das empresas de bens de capital.

Todavia, houve época na economia brasileira que sequer se pagava salário mínimo. O trabalho assalariado de toda a força de trabalho já permeava a produção agrícola e fabril. Ocorreu após a Abolição em 1888. O assalariamento pleno se impunha nas grandes fazendas, espraiadas pelo país, voltadas à exportação de gêneros alimentícios e matérias-primas industriais as quais dominavam o ambiente produtivo. As fábricas em proliferação, com predomínio dos pequenos estabelecimentos, estavam concentradas nos grandes centros urbanos com destaque para o eixo Rio-São Paulo. Esse período foi palco de tremendas lutas operárias nas grandes capitais por garantias humanas de respeito ao viver. Correspondeu à Primeira República ou República Velha. Durou de 1889 até 1930. Foi nessa etapa que nem havia definição de um salário mínimo, as empresas pagavam conforme o objetivo de maximização de lucro, sem estabelecimento de comum duração de jornada de trabalho em que se laborava até domingo ao meio dia. E os trabalhadores deviam a isso se contentar como favor. Acatar com as mãos em prece. O Brasil havia a recém largado a escravidão, porém a mentalidade escravocrata não havia abandonado o pensar dos homens. Os trabalhadores eram vistos com os olhos da dócil servilidade, da obediência sem reclame. Mesmo não existindo mais a escravidão no papel, o espírito de comandar uma senzala como trato do ser humano não havia se dissipado. Fazia parte do modo de entender dessa época. Em especial, a maior indústria de todas, a tecelagem, tivera bem antes origem nas grandes fazendas com a presença de trabalho escravo. A indústria têxtil emerge como desdobrar das premências das fazendas na alternativa de aplicar o lucro. Ao longo dos decênios, prospera, cresce, avulta, emprega, mas com a repressão ao estalo de dedos,

5 Em dois anos consecutivos, 2015 e 2016, o PIB real retraiu -7,53%.

6 Nos dois piores anos da crise de 29, 1930 e 1931, o PIB real retraiu -5,46%.

fosse pelos gerentes fabris ou pelo Estado, ambos em nome da manutenção da ordem de enriquecimento, comandada pelos industriais (MUNHOZ, 1980, vol 3, p. 71-120).

Somente em 1938, no Governo Vargas, foi estabelecido um salário mínimo e ainda por cima regulamentado via decreto lei no 399, para fixar sem distinção de sexo, a remuneração de um trabalhador em idade adulta no intuito de lhe satisfazer as necessidades de alimentação, transporte, vestuário, higiene e habitação. Em verdade, o salário mínimo estipulava um padrão mínimo de consumo para a economia de tal forma que essa pudesse se expandir até com maior segurança. A definição de um salário piso, abaixo do qual, pelo menos no texto da lei, não se podia pagar, assegurava um paradigma de civilização ao capitalismo brasileiro. Por isso, o salário mínimo é tão relevante. Dizer que há um patamar de exploração limite a partir do qual as condições de vida são consideradas desumanas. Desta feita, mesmo o cristianismo defende uma melhor distribuição dos frutos do trabalho, uma pregação simples de entender, de dizer, difícil de colocar na prática dos homens que não se veem como iguais.

Por intermédio de estudo por recenseamento e de informações de salários, as Comissões do Salário Mínimo, instituídas antes do decreto 399, organizaram também uma lista de 13 gêneros alimentícios com suas atinentes quantidades a fim de compor uma cesta básica de alimentos nacional e por região. Deveria ser suficiente para o sustento e bem esta de um trabalhador adulto, com as calorias, minerais e proteínas de que carecia no mês. Assim era a cesta básica nacional: Carne (6kg); Leite (15l); Feijão (4,5kg); Arroz (3,0); Farinha (1,5); Batata (6,0kg); Legumes (Tomate) (9,0kg); Pão francês (6,0kg); Café em pó (600gr); Frutas (Banana) (90 unidades); Açúcar (3,0 kg); Banha/Óleo (1,5kg); Manteiga (900gr). Alerta-se de bom conselho que nada disso existia antes como regra de lei a cumprir. O trabalhador comprava o que conseguia e ganhava o que os patrões lhe consideravam de utilidade. Consistiu um período palco de grandes lutas e greves dos operários fabris urbanos por melhores condições de vida. Em 1917, a legislação permitiu 15 dias de férias aos trabalhadores. Os patrões nunca a respeitaram. As demissões era sumárias, sem direito a nada (MEIRELES, 1995, p. 74-75). Na República Nova, a partir de Vargas, foi necessário um decreto, portanto com força coercitiva para os trabalhadores terem acesso pelo menos ao primeiro degrau de um padrão básico de alimentação, de garantia de vida. E daqueles idos até hoje, esse mesmo elenco de produtos essenciais permanece intacto sem ter sido modificado em sua natureza.

Apresentados nossos protagonistas, a inflação e o salário mínimo, e escolhido para esse cômputo o método de números índices na intenção de compará-los entre si, agora podem ser mensurados os ganhos e as perdas do salário mínimo nacional frente a frente um apropriado indicador de preços, no caso o IPCA. Escolheu-se período bem recente, entre 1994 e 2010, e qualquer outro poderia ter sido, em que são examinados os governos: FHC e Lula. Com os dois indicadores, em apoio de alguns outros, consegue-se extrair consistentes hipóteses e inclusive conclusões sobre a eficiência das políticas econômicas dessas gestões.

QUADRO 4 – GOVERNO FHC

	NI IPCA	NI Sal Min	Ganho %
1994	100,00	100,00	0,00
1995	122,41	142,86	16,70
1996	134,11	160,00	19,30
1997	141,11	171,43	21,48
1998	143,46	185,71	29,46
1999	156,28	194,29	24,32
2000	165,61	215,71	30,25
2001	178,31	257,14	44,21
2002	200,66	285,71	42,39

Elaboração do Autor

QUADRO 5 – GOVERNO LULA

	NI IPCA	NI Sal Min	Ganho %
2002	100,00	100,00	0,00
2003	109,30	120,00	9,79
2004	117,61	130,00	10,54
2005	124,30	150,00	20,68
2006	128,20	175,00	36,50
2007	133,91	190,00	41,89
2008	141,81	207,50	46,33
2009	147,92	232,50	57,18
2010	156,65	255,00	62,79

Elaboração do Autor

Como se pode perceber, há uma recuperação do salário mínimo em relação à inflação nos dois governos. Começa com FHC e prossegue com Lula. No primeiro, o ganho acumulado atinge 42,39%. No segundo, alcança 62,79%. Os dois estão proporcionando elevação do consumo nas camadas mais pobres dos trabalhadores e isto constitui condição de estímulo ao crescimento econômico, de ciclo expansivo, haja vista que o consumo das famílias é o grande propulsor da economia. Observa-se uma inflação maior em FHC e menor em Lula o que pode ajudar a compreender o consumo menor no primeiro e maior no segundo.

QUADRO 6 – PIB REAL: FHC x LULA

PIB REAL %		PIB REAL %	
1995	4,22	2003	1,10
1996	2,66	2004	5,70
1997	3,27	2005	3,20
1998	0,13	2006	4,00
1999	0,79	2007	6,10
2000	4,36	2008	5,20
2001	1,42	2009	-0,30
2002	1,52	2010	7,50
Acumulado	19,82	Acumulado	37,21

FONTE: Conjuntura Econômica, FGV, dez 2003 e dez 2011.

Nessa analogia, o crescimento econômico foi quase o dobro no Governo Lula. É o fato constatado. Mas, requer explicação não apenas superficial. Deve-se ao simultâneo declínio da inflação e à elevação do consumo como fácil se deduz. O que não se indica aqui é o que levou à queda na inflação nem à substancial elevação do consumo. Se os dois estão intimamente correlacionados em incentivo mútuo ou se há outros explicativos que aparecem para se somar. Quer dizer, estudos adicionais podem ser empreendidos. O que não se nega é a subjugação inflacionária como ponto de inflexão ao crescimento. A relevância do paralelo entre inflação e Salário Mínimo é terem servido como semente de todo um estudo que pode ser deslindado em outra oportunidade. Este aqui já se presta a parâmetro iniciante para avaliar o sucesso de políticas econômicas e seus respectivos governos, longe da paixão das opiniões e rente ao exame dos fatos econômicos.

5 A RELAÇÃO COM O CÂMBIO

O homem é um ser produtor de técnicas. Ele desvenda pela observação, pelo uso, pela experiência compartilhada com seus iguais renovadas formas de efetivar as tarefas que requer para sobreviver. Formas essas que devem assumir uma substância material. A técnica é viabilizada pela ferramenta. Esta é o instrumento material, que se manuseia para executar um trabalho. A primeira ferramenta foram as mãos. Bem depois dominou o fogo. Aprendeu a aproveitar a pedra em lasca. À pedra lascada acrescentou um cabo. Tornou-se machado ou martelo. Cortou melhor, esmagou melhor, bateu melhor. Substituiu a pedra pelo osso, pela madeira, depois pelo metal. Descobriu a siderurgia e a metalurgia com materiais mais aprimorados, com durabilidade e resistência superiores. Facilitou o viver. Diminuiu o tempo de trabalho para produzir o que requisitava. Ganhou eficiência. Aumentou o rendimento do que fazia. O trabalho foi se mostrando menos sacrificante, mais produtivo. Aprendeu intuitivamente o que é produtividade ao obter quantidade maior e qualidade melhor no mesmo tempo de trabalho. Descobriu as máquinas simples que auxiliam a movimentar os objetos e usufruir a energia da natureza. As máquinas simples são sete: a alavanca, a polia, a roldana fixa, a roldana móvel, o plano inclinado, a cunha e o parafuso. E mediante

combinação desses sete elementos básicos, o engenhoso bicho homem montou todos os tipos de maquinários que se conhecem. O moinho movido a força hidráulica e eólica já acoplava na Idade Média esses 7 elementos (GIMPEL, 1977, p. 11-19). Outros princípios físicos foram descobertos e reações químicas, resultantes em motores autônomos: a vapor, a combustão, a eletricidade, eletrônicos, digitais, nucleares. Nunca mais isso terá fim em sucessivas revoluções industriais e também agrícolas.

A produção foi incrementada. Na Idade Média, de início, limitada por técnicas simples porém que já admitiam plena mecanização e, quando da Revolução Industrial e Agrícola em diante, promoveram-se prodigiosos saltos tecnológicos e científicos. Inclusive na antiguidade, a produção de subsistência já havia sido superada pela produção excedente. Formaram-se as cidades. Surgiu o comércio. O comércio requisitou, desenvolveu, aprimorou, exigiu melhores maneiras de avaliar o valor de trabalho contido na produção. Nasceu o dinheiro mercadoria, depois veio o dinheiro moeda, depois o dinheiro papel e agora o dinheiro cartão de plástico. Tudo para fazer circular com rapidez as inúmeras mercadorias. A riqueza aumentou para proliferar igualmente técnicas e tecnologias. Foi despontando o bem estar social às populações. E ao se somarem todos esses valores, em especial os valores das mercadorias finais, quer dizer, as mercadorias que vão se consumir na utilização última pelas famílias, todo esse somatório, que precisou ser estimativo, de tão imenso que ficou, derivou, lá na metade do século XX, após laboriosa concepção, no conceito contábil de produto interno bruto, o PIB.

Aqui habita o ponto crucial. A moeda não é mero reflexo simbólico do valor em trabalho das mercadorias e serviços as quais se dirigem ao mercado para formar um preço e ao final, após somatório estatístico, termina no PIB. A moeda também vai espelhar em sua respectiva capacidade de compra a produtividade atingida pela economia. Mesmo que isso não pareça claro às pessoas. Mesmo que essa produtividade esteja oculta por trás do símbolo monetário que carregam em mãos. Dada certa técnica, tecnologia e ciência, vigentes em dado espaço geográfico, havido por Nação, a moeda daquela localidade vai repercutir as forças produtivas que ali se desenvolveram, o patamar a que chegaram. O quanto a capacidade de trabalho dos homens é capaz de comprar mediante seu esforço. Quanto mais avançada estão técnica, tecnologia e ciência - as forças produtivas - menor é o tempo de trabalho exigido pelos trabalhadores para produzir. O preço cai e, portanto, maior a quantidade possível de adquirir em produtos que os povos necessitam à sobrevivência. Produtividade é o nome que isso leva. Tudo isso quer dizer que o câmbio não reverbera somente o quanto uma moeda de uma nação pode ser trocada por outra moeda de outra nação numa determinada taxa de conversão estipulada em mercado. A taxa de câmbio também porta dentro de si que estão sendo trocadas também produtividades diferentes de trabalho, produtividades maiores e menores. No caso brasileiro, da moeda Real, o câmbio também revela o quanto esse Real consegue comprar de trabalho de outra moeda por exemplo, o dólar. Reflete antes de mais nada um aspecto básico da moeda. Isso é para conferir ao câmbio de moeda uma substância, uma materialidade, para não ser unicamente reduzido a um jogo aleatório de apostas de quanto vendedores e compradores supõem que vale a conversão de uma moeda em outra, convencionada por uma taxa. Esse jogo de apostas também está presente, é o que se vê. Mas, por trás dele, há a produtividade do trabalho que é o que não se vê.

Como não existem economias nacionais auto suficientes, e todas são umas dependentes das outras, pratica-se o comércio internacional. E autores clássicos da ciência econômica se debruçaram sobre o tema do comércio. Adam Smith identificou a teoria do comércio motivado por vantagens absolutas. Mais adiante, David Ricardo captou o comércio causado por vantagens comparativas. Mas, numa coisa, há unanimidade. O comércio internacional permite a um país adquirir o que não produz ou não produz o bastante.

Aqui está o segundo ponto do raciocínio. Ao vender no exterior, a operação ocorre em moeda estrangeira aceita internacionalmente, firmada por uma taxa cambial contratada. A empresa vendedora vai receber na moeda nacional, pois é com esta que deve lidar no país onde reside. Se a moeda nacional estiver estável, com um processo inflacionário irrisório, sempre receberá o mesmo valor monetário. **O problema é se houver um processo inflacionário interno intenso. A empresa ficará com um valor monetário desvalorizado de suas vendas. Então o câmbio precisa ser desvalorizado na mesma medida da inflação de tal forma que o exportador mantenha o poder de compra da moeda com a qual lida nacionalmente.**

Enfim, a taxa cambial obedece em seu movimento básico à evolução inflacionária interna. A empresa opera nacionalmente comprando de fornecedores e contratando mão de obra, mas pode vender lá fora sua produção em parte ou no todo.

Com as vendas externas, o país vendedor reúne moeda estrangeira de aceite internacional com a qual pode adquirir via importação as mercadorias que não possui em suas fronteiras. O país que não desenvolve comércio internacional está isolado da civilização. Terá de ser auto suficiente. Regredir ao estágio da economia indígena de subsistência que retirava da natureza tudo o que precisava e esporadicamente trocava por escambo com outra tribo algum produto que não produzisse.

O quadro abaixo vai apenas demonstrar em simulação o processo de desvalorização monetária originado pela inflação que deve se transmitir regularmente à taxa cambial a fim de corrigir os ganhos em moeda nacional da exportação e, por conseguinte, em âmbito macro, a nação reter moeda estrangeira sob a forma contábil final de Reservas Cambiais para conseguir adquirir o que não tem. Essas Reservas ficam sob posse do Banco Central. Perceba-se que toda essa lógica, trata de um fluxo de entrada e saída ininterruptas de recursos vitais à economia. É um comportamento universal. Cada Nação com sua moeda, cada moeda com sua produtividade, cada produtividade a servir de substância para sua taxa cambial e, por fim, sobre a taxa cambial daí sim pode incidir um jogo de apostas a quanto será negociada a maior ou a menor pelo mercado.

QUADRO 7.1 – INFLAÇÃO E TAXA CAMBIAL

	(1)	(2)	(3)	(4)
	US\$	R\$/US\$	Valor nominal	Inflação %
1994	544.899.739,45	0,1976	500.000.000,00	0,00
1995	544.899.739,45	0,1976	500.000.000,00	22,41
1996	544.899.739,45	0,1976	500.000.000,00	9,56
1997	544.899.739,45	0,1976	500.000.000,00	5,22
1998	544.899.739,45	0,1976	500.000.000,00	1,66
1999	544.899.739,45	0,1976	500.000.000,00	8,94
2000	544.899.739,45	0,1976	500.000.000,00	5,97
2001	544.899.739,45	0,1976	500.000.000,00	7,67
2002	544.899.739,45	0,1976	500.000.000,00	12,53

Elaboração do Autor

QUADRO 7.2 – INFLAÇÃO E TAXA CAMBIAL (continuação...)

	(6)	(7)	(8)	(9)
	Valor Real R\$	Valor corrigido R\$	R\$/US\$	Prova Real %
1994	500.000.001	500.000.001	0,9176	0,00
1995	408.463.363	612.050.001	1,1232	22,41
1996	372.821.615	670.561.981	1,2306	9,56
1997	354.325.808	705.565.317	1,2949	5,22
1998	348.540.043	717.277.701	1,3163	1,66
1999	319.937.620	781.402.327	1,4340	8,94
2000	301.913.391	828.052.046	1,5196	5,97
2001	280.406.233	891.563.638	1,6362	7,67
2002	249.183.536	1.003.276.562	1,8412	12,53

Elaboração do Autor

No quadro 1 constam as exportações, realizadas sempre a uma taxa de câmbio fixa(2) durante 9 anos. As vendas são realizadas em dólar (1) e convertidas em reais (3). Os dólares ficam com o Banco Central. Os reais com o exportador. Tudo estaria em equilíbrio duradouro se não houvesse a famigerada inflação (4). Seria o mundo ideal que todos almejam. Todavia, a inflação existe e inferniza dentro do país exportador. O valor real das exportações em moeda nacional vai caindo (6) à medida que a inflação se eleva. Então é necessário corrigir nominalmente (7) essa perda de poder aquisitivo em moeda nacional. A inflação é o padrão de correção da taxa cambial (8) na qual se negocia o Real pelo Dólar. A última coluna é a prova real da coluna (8). Esse é o movimento base do câmbio. E esse quadro fez uma simulação no período 1994-2002 do que aconteceu com o câmbio.

Com um pouco mais de paciência e vale o penar, pode-se examinar o quadro 2. A primeira coluna é uma estimativa (E) do câmbio a partir da inflação. A segunda coluna é o câmbio efetivamente negociado (N). Foi um período em que a taxa cambial brasileira foi mantida quase fixa sem a interferência da inflação. Porém, não foi possível mantê-la intocável como se pretendia. Em 1998, precisou ocorrer uma correção cambial para devolver à exportação seu poder de compra interno. É incorporada a inflação, como base do movimento cambial, sobre o qual há um adicional especulativo, de quanto os mega compradores e vendedores de dólar, a seus juízos, consideram que ele vale.

QUADRO 8 – CÂMBIO ESTIMADO E NEGOCIADO

	R\$/US\$(E)	R\$/US\$(N)
1994	0,1976	0,1976
1995	1,1232	1,0051
1996	1,2306	1,0780
1997	1,2949	1,1605
1998	1,3163	1,8147
1999	14340	1,8302
2000	1,5196	2,3504
2001	1,6362	2,9212
2002	1,8412	3,0783

(E)Elaboração do Autor

(N) Conjuntura Econômica

6 CONCLUSÃO

A inflação e a sua contrária, a deflação, são em verdade moedas das riquezas produzidas pela humanidade. Essas já se deparam em tal quantidade que assumem a forma de mercadorias por se destinarem à venda e não mais ao autoconsumo. Para operacionalizar sua circulação, após longa evolução, a moeda metálica se tornou o instrumento simbólico ideal de intercurso das mercadorias. Para saírem das mãos do vendedor e caírem nas mãos do comprador. Sem esse instrumento de avaliação não pode se alojar nem a inflação, nem a deflação. Não há como ressoar as mudanças de preço para maior ou para menor, atribuídas pelo confronto entre vendedores e compradores, sem aquelas figuras arredondadas como reflexo do valor. Quando faltam moedas para levar a mesma quantidade de mercadorias para casa, trata-se de inflação. Quando elas sobram ou levam-se mais mercadorias para casa, lida-se com a deflação. E como causa inflacionária ou deflacionária, são possíveis duas explicações: da produção, em razão do custo, ou da demanda, em virtude da quantidade de moeda. De uma maneira sumária e simplificada, assim se interpreta o antitético fenômeno inflação/deflação.

A mensuração da inflação ocorre por metodologias. Nenhuma é melhor que a outra. Expressam ângulos de visão segundo critérios pré estabelecidos os quais desembocam em diferenciados indicadores de preço. Estes se complementam. O que um não desvenda, o outro revela. Por exemplo, o observador que quiser um indicador panorâmico de inflação, escolhe o IPCA. Aquele que pretende investigar a inflação que atinge mais a classe trabalhadora, utiliza o INPC. E quem estiver mais preocupado com os preços de atacado que intimidam mais as empresas, recorre ao IGP. Em realidade, há uma riqueza de visão a partir de diversos indicadores que ao serem reunidos em comparativos permitem uma maior acuidade de exame. O mundo real é multifacetado e as diferentes metodologias contemplam sua captura pelo entendimento do homem.

A inflação e a deflação se relacionam intimamente com o salário mínimo. O consumo dos trabalhadores é atingido pela variação de valor da mercadoria que se reflete no valor nominal monetário percebido em termos de salário. O salário falta no mês. Há um confronto entre trabalho e capital que se intromete causando um conflito distributivo de renda de um para o outro. Ciclos econômicos de prosperidade ou pobreza podem ser disparados a partir da oscilação do padrão monetário seja por problemas de produção ou de demanda. Se o trabalho perde poder de compra por causa da inflação e essa perda implica em ganho do capital, chega um dado momento em que o salário deve ser no mínimo repostado para que o fluxo econômico se restaure e o próprio capital não se autodestrua pelo movimento inflacionário. É a ocasião do reajuste salarial, de recuperação do poder de compra perdido instante em que o trabalho permite a solvência do próprio capital em seu movimento incessante. Do contrário seria o colapso do fluxo econômico e do próprio capital.

A inflação também interage com o movimento cambial. O câmbio regula o nível de preços externos que migram de fora para dentro via mercadorias importadas, incorporadas ao mercado interno. Ocorre ao se pagar uma taxa de conversão. A taxa cambial não é apenas uma razão de troca monetária entre duas moedas em operação de compra e venda. Ela espelha o nível de produtividade a que duas economias nacionais alcançaram e que se relacionam mediante comércio. Esse é o aspecto básico da relação mercantil entre países. Mas, sobre isso, existe uma inflação interna, aderente à taxa cambial. O valor das exportações são convertidos em moeda nacional. Essa soma permite realizar os pagamentos internos de fornecedores, depreciação e força de trabalho. Tais despesas podem atravessar um processo inflacionário e caso a taxa cambial permanecer inalterada, as exportações serão sempre remuneradas pelo mesmo valor nominal que se deteriora cada vez mais pela inflação. Então, a taxa cambial necessita ser desvalorizada para manter o poder aquisitivo das exportações internamente quando realiza aquisições dentro do país a fim de conseguir efetivar a produção. Sem as exportações, a economia não se relaciona com o exterior. Fica a margem dos progressos da civilização e sem poder comprar os produtos que não produz ou seriam produzidos a custo extremamente elevado, experimentando graves privações. Portanto, o câmbio em sua taxa de conversão embrulha três componentes intrínsecos: a produtividade, a inflação interna e a especulação. Esta última gerencia o preço de determinada cotação ao juízo estimativo dos grandes compradores e vendedores de moeda estrangeira de aceitação no comércio internacional. A desvalorização cambial por causa da inflação faz com que esta se transmita ao câmbio encarecendo os preços das importações que assaltam para dentro. Remunera o exportador ao preservar sua produção interna em cadeia de pagamentos e faz com que se sustente o equilíbrio entre preços internos e preços externos, aliás, a produtividade de um país frente ao outro.

Nestas alturas findou o propósito desta narrativa no sentido de oferecer um estudo de divulgação científica ao público interessado no fenômeno econômico da inflação e deflação. Durante toda uma existência, as pessoas são cercadas por essas duas silenciosas companhias de tormentos e alívios. A esse estudo para complementar a finalidade para o qual foi elaborado, faltou responder ainda uma intrigante pergunta: qual o nível ideal da inflação, o ponto para além do qual ela se torna nociva e para quem do qual ela se torna benigna? Essa resposta exigirá outro capítulo haja vista o presente arrazoado ter por aqui demais se alongado pelos detalhes que merecia. Quanto à Economia, ela precisa ser melhor compreendida por sua influência sobre todos os viventes, pois não se trata de um mero jogo de vontade política ou de caprichos de opinião sem o devido rigor de análise.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, R. S. L. de. et al. História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- ASHTON, T. S. A revolução industrial: 1760-1830. 4. ed. Coleção Saber, Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.
- CONJUNTURA ECONÔMICA, dez 2003, p. XIX; dez 2011, p. XIX; nov 2013, p. XV.
- CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: 03/08/2017.
- DIEESE. Metodologia da Cesta Básica de Alimentos. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>>. Acesso em: 11/07/2017.
- DUCASSÈ, P. História de las técnicas. Coleção Saber, Lisboa: Publicações Europa-América, 1977. Disponível em: <<http://www.librosmaravillosos.com/historiadelastecnicas/pdf/Historia%20de%20las%20tecnicas%20-Pierre%20Ducasse.pdf>>. Acesso em: 14/07/2017.
- FLORENZANO, Z. História. Curitiba: Edição do autor, 2012.
- GIMPEL, J. A revolução industrial na Idade Média. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- GRANDE HISTÓRIA UNIVERSAL - O declínio do Império romano. Folio, 2007, p. 34.
- IMIGRANTES. MUNHOZ, F. In: Nosso Século, vol 3, São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 71-120.
- IPCA – PORTAL BRASIL. Disponível em: <<https://www.portalbrasil.net/ipca.htm>>. Acesso em: 08/07/2017.
- KEYNES, J. M. Inflação e deflação. (Os Economistas) São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro 1. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MEIRELLES, D. As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes. Rio de Janeiro: Record, 1995, p. 74-75.
- MONTORO FILHO, A. F. Contabilidade social: uma introdução à macroeconomia. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 35-45.
- SMITH, A. A riqueza das nações. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

A PSICOLOGIA EDUCACIONAL ROGERIANA NO ENSINO DAS CIÊNCIAS HUMANAS

BUENO, I. S¹

RESUMO - O presente artigo tem como objetivo abordar, de maneira breve e simplificada, os principais conceitos da psicologia educacional de Carl Rogers, como o de aprendizagem significativa, empatia, educação centrada no aluno e facilitação. Tal abordagem é feita visando o contexto do ensino das disciplinas da área de Ciências Humanas, principalmente da disciplina de Filosofia, com um viés que engloba majoritariamente turmas de Ensino Médio no Brasil. Isso porque a aplicação de conceitos da psicologia rogeriana no ensino é capaz de contribuir de forma positiva tanto ao aluno quanto ao professor, e também à relação entre ambas as partes. Há também, neste escrito, a sugestão de uma abordagem interdisciplinar que pode ser colocada em prática em classe, com o intuito diminuir ou até mesmo suprimir as barreiras existentes entre as disciplinas escolares atualmente, proporcionando uma aprendizagem concreta e significativa conforme almejado por Rogers.

Palavras-chave: Ciências Humanas. Ensino Médio. Psicologia Educacional. Carl Rogers.

Rogerian educational psychology in teaching human sciences

ABSTRACT - The following article aims to discuss, briefly and in a simplified way, the main concepts of Carl Roger's educational psychology, such as significant learning, empathy, student centered education and facilitation. This approach was made addressing the context of the Human Sciences area teaching, mainly concerning the discipline of Philosophy, with a bias towards, mostly, High School classes in Brazil. That is because the application of concepts of the Rogerian psychology in teaching is able to contribute in a positive way not only for the student but also for the professor or teacher, and to the relationship between both parts as well. There is also, in this writing, the suggestion of an interdisciplinary approach that may be put into action inside the classroom, in order to diminish or even suppress the boundaries that exist between the scholar disciplines nowadays, promoting a concrete and significant learning process, such as the one intended by Rogers.

Key words: Human Sciences. High School. Educational Psychology. Carl Rogers.

1 Graduanda em Filosofia – Universidade Federal do Paraná (UFPR). C-eletrônico: isabelasimoesbueno@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Carl Rogers (1902-1987) foi um dos principais representantes da psicologia humanista, corrente de pensamentos e práticas de psicoterapia que recebeu este nome por ter como foco o cliente, ou seja, o indivíduo interlocutor do terapeuta. Isso pode ser aplicado não somente no ambiente clínico, mas também no contexto educacional, na relação do professor com o aluno e também na maneira como os conteúdos são ministrados.

Os princípios propostos por Rogers para a educação são frutos da teoria que desenvolveu no ambiente da clínica, em sua atuação como psicólogo. Em ambos os campos, seus ideais foram considerados como revolucionários e originais, pois opunham-se às práticas dominantes em vigor tanto nas escolas como nos consultórios. Seu trabalho na área clínica iniciou-se com crianças, com as quais procurou teorizar a respeito da formação da personalidade e da conduta partindo sempre da perspectiva da própria pessoa.

A terapia centrada no cliente pode ser definida como não-diretiva, pois nela o terapeuta seria apenas um facilitador do processo. A própria escolha do termo “cliente”, ao invés de “paciente”, não é arbitrária: ao atribuir esta nomenclatura, ressalta-se a responsabilidade da própria pessoa na condução de seu tratamento.

Na evolução de sua teoria e de seus conceitos, Rogers passa então a atuar não somente no campo da psicologia, mas também em organizações, grupos e na própria educação, adequando suas conclusões clínicas para cada um desses ambientes distintos. No caso específico do ensino, o papel do professor assemelha-se ao do terapeuta, enquanto que o aluno assume o lugar do cliente.

Dessa forma, o educador atua como facilitador, e o educando, como condutor do processo de aprendizado. A teoria humanista propõe, portanto, uma reflexão sobre o modelo de educação tradicional. É comum que as escolas baseiem seu ensino majoritariamente na matriz curricular apenas, sem levar em conta o receptor desse conteúdo: o aluno. Mais do que o grupo de alunos, o aluno também como indivíduo, que possui sentimentos e opiniões próprias.

Buscou-se, nesse artigo, tratar dos principais conceitos da teoria humanista de forma breve, a fim de proporcionar uma base para pensar a aplicação de tal no ensino das Ciências Humanas, com principal enfoque na disciplina de Filosofia, em turmas do Ensino Médio brasileiro.

Esse breve artigo será elaborado em duas seções, a saber: a primeira, tratando dos conceitos básicos da psicologia de Carl Rogers, adaptados e utilizados no meio educacional e, a segunda, abordando a aplicação prática desses conceitos e da psicologia rogeriana em sala de aula, enfatizando as disciplinas de Ciências Humanas. Buscou-se, no decorrer desse percurso, tratar dos principais conceitos da teoria humanista de forma breve, a fim de proporcionar uma base para pensar a aplicação de tal no ensino das Ciências Humanas, com principal enfoque na disciplina de Filosofia, em turmas do Ensino Médio brasileiro.

2 CONCEITOS BÁSICOS INSERIDOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Uma das críticas mais corriqueiras ouvidas a respeito do sistema rogeriano de aprendizado centrado no aluno diz respeito à dificuldade que os alunos têm de absorver o conteúdo e retê-lo. Isso porque o conteúdo é passado pelo professor de forma individualista e não empática, ou seja, sem considerar as peculiaridades do aluno como indivíduo. Dentro desse panorama, como seria possível garantir uma maior eficácia no processo de ensino?

Como resposta a esse problema, Rogers (2009) apresenta o que é por ele chamado de aprendizagem significativa. A aprendizagem significativa não é simplesmente a acumulação de conteúdos, é a que provoca uma modificação no indivíduo. É a condução de um processo que não diminui a importância do conteúdo, mas sim, tira a centralidade dele e não deixa que ele dite as normas. Ao contrário: a centralidade está no aluno e na maneira como ele aprende e absorve os conteúdos ministrados pelo professor

facilitador. A respeito dessa abordagem do aprendizado de maneira efetiva, Rogers (2009) discorre em seu livro “Tornar-se Pessoa” (p. 38):

“Nenhuma abordagem que se baseie no conhecimento, no treinamento, na aceitação de algo que é ensinado, se mostra útil. Estas abordagens parecem tão tentadoras e diretas que, no passado, fiz uso de muitas delas. É possível explicar uma pessoa a si mesma, prescrever passos que devem conduzi-la para frente, treiná-la em conhecimentos sobre um modo de vida mais satisfatório. Porém tais métodos se mostram, em minha experiência, fúteis e inconsequentes. O máximo que podem alcançar é alguma mudança temporária, que logo desaparece, deixando o indivíduo mais do que nunca convencido de sua inadequação.”

A aprendizagem significativa, por conseguinte, apenas ocorre quando o conteúdo transmitido é percebido como importante e relevante para o aluno, a partir dos objetivos que ele mesmo estabelece para sua auto realização, ou seja, para o desenvolvimento de sua pessoa. Para Rogers (2009), o indivíduo é inacabado, o que implica que ele está em constante desenvolvimento e transformação. É objetivo do ensino na escola fazer com que o aluno se desenvolva.

No caso das Ciências Humanas, esse conceito é especialmente aplicável pois os conteúdos ministrados pelas disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia, muitas vezes, são considerados abstratos e de difícil entendimento ou relação com a vida do aluno.

Na disciplina de Filosofia, por exemplo, temas tratados em áreas como a epistemologia ou a lógica, por exemplo, podem ser vistos como distantes da realidade de estudantes do Ensino Médio que estão começando a entrar em contato com a Filosofia. Quando falamos sobre a disciplina de História, uma situação muito semelhante também ocorre. Ao tratar de épocas distintas da que vivemos ou temáticas específicas do estudo da História, tais como a historiografia, os estudantes veem-se igualmente desmotivados e distanciados do conteúdo e, conseqüentemente, do professor.

O professor deve levar em conta que cada aluno traz consigo um contexto diferente e aprende de maneira diferente, e então atuar de forma a tentar abranger cada uma dessas individualidades distintas dentro da sala de aula. É necessário que o professor aja como um professor facilitador. Isso implica na execução do processo de facilitação, que, para Rogers (2009), pode ser entendido como uma situação em que o educador conduz o processo de aprendizagem de maneira consciente, a aceitar diferenças e peculiaridades de cada aluno, através da escuta sensível àquilo que o educando traz. A escuta sensível é uma característica essencial do professor facilitador, pois propicia o aprendizado através de uma relação mais próxima e verdadeira entre ele e o aluno.

Rogers ressalta essa necessidade de uma relação mútua e autêntica entre o educador e o educando em “*Tornar-se Pessoa*”. Segundo ele, essa relação passa por dois pontos essenciais para que possa beneficiar as partes. O primeiro foca em nós mesmos: devemos demonstrar nossos sentimentos de forma transparente. Assim, ao invés de apresentar a fachada externa de um comportamento, sendo que em um nível mais profundo ou no inconsciente esse comportamento é outro, assumimos consciência de nossos próprios sentimentos. Isso possibilita uma relação mais autêntica não somente a nível educacional, mas também para todas as demais relações interpessoais que o indivíduo venha a estabelecer. O segundo aspecto debruça-se sobre o interlocutor; no caso, o aluno. Diz Rogers (2009, p. 40) a respeito disso:

“Como uma segunda condição, acho que quanto mais aceitação e apreço sinto com relação a esse indivíduo, mais estarei criando uma relação que ele poderá utilizar. Por aceitação, quero dizer uma consideração afetuosa por ele enquanto uma pessoa de auto-valor incondicional — de valor, independentemente de sua condição, de seu comportamento ou de seus sentimentos.”

Especialmente interessante para o contexto educacional, o segundo aspecto para a constituição de uma relação autêntica e produtiva implica que o professor facilitador tenha uma verdadeira empatia em relação ao aluno, e não somente um contato superficial. Essa empatia implica que o educador fique atento aos sentimentos e significados pessoais que o aluno traz para dentro da sala de aula, e compreenda-os.

Ele deve ter um respeito e apreço pelo aluno como uma pessoa separada, que possui sentimentos e opiniões diferentes das suas próprias. Com esse entendimento, é possível evitar conflitos no ambiente escolar, pois o professor passa a não levar as críticas feitas pelos alunos como se fossem críticas direcionadas à sua própria pessoa, mas de maneira contrária: ele entende as objeções feitas como expressões dos sentimentos dos alunos, que não são iguais aos seus próprios.

3 APLICAÇÃO PRÁTICA DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL DE CARL ROGERS NA SALA DE AULA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Levando em consideração os pontos teóricos abordados anteriormente, somos direcionados a pensar em como aplicá-los de maneira efetiva dentro da sala de aula no Ensino Médio. Como proposta prática direcionada para o ensino abrangendo o pensamento humanista de Carl Rogers, e respaldada no livro *“Psicologia da Educação”*, de Anita E. Woolfolk (2000), sugere-se um projeto interdisciplinar a abranger as disciplinas das áreas de Ciências Humanas e de Linguagens. O principal foco da atividade recai sobre a Literatura e a Filosofia. Contudo, pode ser redesenhada de maneira a abranger outras disciplinas, ou pensar temáticas distintas.

A proposta reside na criação e construção de uma biblioteca compartilhada entre os educandos, incentivada pelo educador facilitador. Nela, cada aluno deve sentir-se à vontade para compartilhar algumas de suas obras literárias favoritas, possibilitando a troca de livros entre os alunos (WOOLFOLK, 2000, p. 434). Aqui, recomenda-se que o educador responsável pela disciplina de Literatura acompanhe a atividade, porém sem cercear a liberdade e a própria iniciativa dos educandos.

É possível direcionar essa prática geral proposta por Woolfolk (2000) especificamente para o ensino da disciplina de Filosofia. Para isso, o professor dessas disciplinas deve tomar conhecimento dos títulos propostos pelos alunos na biblioteca e escolher alguns deles para que seja feita uma relação entre a literatura e a Filosofia, ou a literatura e a História.

Como por exemplo, pode-se utilizar a obra *“Frankenstein”*, de Mary Shelley, para auxiliar o ensino da filosofia da ciência, à medida em que o livro trata de assuntos relacionados com a ciência de maneira a chamar a atenção de muitos alunos. Da mesma maneira, o livro *“O Retrato de Dorian Grey”*, de Oscar Wilde, destaca alguns conceitos básicos da Estética filosófica, que podem ser abordados por meio da leitura desse.

Tal direcionamento e tal relação entre Filosofia e literatura também foram explicitadas por Plínio Junqueira Smith, em seu texto *“Teoria do conhecimento e filosofia da ciência: conhecimento como crença verdadeira justificada”* (2010), parte integrante do material *“Explorando o Ensino”* divulgado pelo MEC a respeito do ensino de Filosofia. Diz ele:

“Pode-se propor um trabalho interdisciplinar com a literatura, tratando de gêneros literários. Nesse sentido, vale a pena mostrar ao aluno que os filósofos escolhem diferentes gêneros literários para expor e defender suas ideias, como a forma do diálogo, o tratado, ensaios, autobiografias, aforismos e, mesmo, a poesia e a literatura.” (SMITH, 2010, p. 154-155)

No trecho acima, Smith ressalta a possibilidade de integrar o trabalho da disciplina de Filosofia com a literatura. Seja na abordagem de gêneros literários ou na utilização da própria temática trazida pelo livro conforme exemplificado anteriormente, a relação da literatura e da Filosofia pode proporcionar um aprendizado facilitado ao aluno, ao invés de voltar-se apenas ao conteúdo em si e não levar em conta o indivíduo educando que está em processo de formação de sua pessoa.

Além disso, o trabalho interdisciplinar propõe a troca de conhecimentos com o professor de outra disciplina, de modo a não centrar a abordagem única e exclusivamente no conteúdo do saber filosófico. É possível, nessa prática, também envolver aspectos próprios da literatura, como aqueles supracitados por Smith, e convidar o professor da disciplina para ministrar aulas com mais propriedade sobre tal assunto.

4 CONCLUSÃO

Em suma, a prática explicitada no decorrer deste trabalho relaciona-se com a psicologia rogeriana à medida que contribui para a auto-realização do indivíduo durante o processo de aprendizagem, uma vez que leva em conta o contexto em que o aluno está inserido, suas peculiaridades, suas dificuldades e formas de aprendizado.

A Filosofia deixa de ser algo abstrato e muitas vezes inacessível ao educandos para se tornar uma disciplina de aceitação, convivência e aprendizado. Disso decorre que o processo de aprendizagem seja significativo e centrado no aluno.

REFERÊNCIAS

ROGERS, C. Tornar-se pessoa. Tradução de: Manuel José do Carmo Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SMITH, P. J. “Teoria do conhecimento e filosofia da ciência: conhecimento como crença verdadeira justificada”. In: CARVALHO, Marcelo [et al] (org). Coleção Explorando o Ensino: Filosofia. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7837-2011-filosofia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192>.

WOOLFOLK, A. E. Psicologia da educação. Tradução de: Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artmed, 2000.

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA EMPATIA DO PROFISSIONAL PARA O FORTALECIMENTO E ATENDIMENTO HUMANIZADO NA REDE DE PROTEÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

FERREIRA DE MELO, M¹ e Orientadora: PATELLA, M. B.²

RESUMO - A Lei Maria da Penha adentrou no ordenamento jurídico brasileiro, com o caráter de prevenir, coibir, punir e erradicar toda e qualquer violência em virtude de gênero. Desta maneira, a Rede de Proteção tem papel essencial nas diretrizes dadas pela Lei, para que o atendimento oferecido à mulher vítima de violência seja humanizado, contando com profissionais qualificados e sensíveis as multiplicidades de situações que lhes forem apresentadas e, assim, não impossibilitando ou desmotivando o acesso aos serviços oferecidos pela Rede de Proteção. Deste modo, este trabalho pretende fazer um levantamento bibliográfico sobre a temática, apresentando a Rede de Proteção, seus órgãos e agentes, bem como os papéis desempenhados, a fim de verificar se a Empatia faz-se importante na relação entre assistidos/usuários e agentes da Rede no atendimento humanizado à mulher vítima de violência, bem como na efetividade e integralidade do atendimento.

Palavras-chave: Empatia. Atendimento Humanizado. Políticas Públicas. Lei Maria da Penha. Violência Doméstica. Gênero. Rede de Proteção à Mulher.

The importance of public policies and the empathy of the professionals for the strengthening and humanized care in the protection network for women victims of violence

ABSTRACT - Maria da Penha's law entered into the Brazilian legal system with the characteristic of preventing, curbing, punishing and eradicating any kind of violence by gender. In this way, the protection network plays an essential role in the guidelines provided by the Law, therefore, the care offered to women victims of violence is humanized, with qualified and sensitive professionals, the multiplicities of situations presented to them and, therefore, not hindering or discouraging access to the services offered by the protection network. Thus, this work intends to make a bibliographic research on the subject, presenting the protection network, its organs and agents, as well as the roles played, in order to verify if the empathy is important in the relation between users of the service and the agents of the Network in the humanized care for women victims of violence, as well as in the effectiveness and integrality of the service.

Keywords: Empathy. Humanized Care. Public Policies. Maria da Penha's Law. Domestic Violence. Gender. Protective Network of Women.

1 Funcionária pública. Educadora social no CREAS de Fazenda Rio Grande. Bacharel em Direito pela Santa Cruz, 2011. Especialista em Gestão de Projetos Sociais 2017 e Especialista em Gestão Estratégica e Integrada de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social 2017. C-eletrônico: martyane@hotmail.com.

2 Historiadora. Mestre em Psicologia Social Comunitária pela Universidade Tuiuti. Leciona a disciplina de Metodologia de Pesquisa nas Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. C-eletrônico: marciapatella@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral verificar se a empatia do profissional atuante na Rede de Proteção à Mulher faz-se importante ou se configura apenas como apenas mais um dos requisitos para que o agente ofereça um atendimento humanizado, que não desmotive o assistido/usuário dos serviços; assim como explore o conceito de rede de proteção inter-relacionando com o disposto pela Lei Maria da Penha; contextualize a violência doméstica e de gênero nos âmbitos das relações sociais existentes e os seus reflexos, nesse caso com relação à formação do agente atuante da rede de proteção, bem como se é observado o exigido por lei, os protocolos de atendimento, sua efetividade e integralidade nos serviços oferecidos à mulher vítima de violência.

A temática apresentada possui relevância diante da observância dos números de casos de violência doméstica no Brasil, que segundo Balanço 2015 do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher (SPM, 2016) registrou um aumento nos atendimentos de 54,40%, sendo em 2014 o número de 485.015 e em 2015 registrado o número de 749.024, que em 2015 do total de atendimentos, 41,09% (prestação de informações), 9,56% (encaminhamentos aos serviços de atendimento); 38,54% (encaminhamentos para demais serviços de tele atendimento como: 190/Polícia Militar, 197/Polícia Civil, Disque 100/SDH), e em comparação ao ano de 2014 houve um aumento de 44,74% dos números de relatos de violência (325% de cárcere privado, média de 11,8 dia, 129% de violência sexual, média de 9,53/ dia e 151% de tráfico de pessoas, média de 29/mês).

E também do crescente descaso do serviço público no atendimento à mulher vítima de violência, ocorridos em maioria nas delegacias de polícia, somado a insensibilidade dos juízes no atendimento à mulher vítima de violência, a ineficiência do profissional da saúde, a inexistência em algumas cidades do país de delegacias, juizados e órgãos especializados no atendimento à mulher, tendo em vista que “o número de varas e juizados especializados em violência doméstica e familiar contra mulheres precisa crescer 82% no Brasil”, segundo dados do relatório sobre a Atuação do Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha (DPJ/CNJ, 2013).

A Lei Maria da Penha foi inovação na legislação brasileira para a prevenção de crimes contra a mulher, quanto à punição de seus agressores, e sobre os protocolos que devem ser adotados pelos Estados e cidades para o bem atendimento da mulher vítima de violência. Ressalta-se que tal inovação ainda não supre toda a demanda, pois os números de violência continuam aumentando, e o descaso no atendimento público ainda se manifesta como herança de uma sociedade patriarcal e machista, assim, faz-se importante analisar como o agente público atua diante de tal situação e como ele pode contribuir para o melhor atendimento e fortalecimento da rede de proteção.

A metodologia adotada será a bibliográfica, utilizando-se de artigos científicos, pesquisa documental, dentre outros dados estatísticos, para a análise será utilizado o método dedutivo, partindo de teorias, conceitos e leis gerais.

O presente artigo está dividido em 4 capítulos. O primeiro e segundo capítulo trata de uma contextualização da violência doméstica e de gênero no Brasil e os reflexos na sociedade, até o advento da Lei Maria da Penha e seus impactos no combate a violência contra a mulher. O terceiro capítulo apresenta a conceituação de Rede de proteção, bem como sua ação e efetividade no trabalho de proteção à mulher, e o quarto e último capítulo apresenta o conceito de empatia, e sua importância para o atendimento humanizado à mulher vítima de violência doméstica e de gênero.

2 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE

A história está marcada pela naturalização da violência doméstica, a desigualdade entre homens e mulheres é cultural, fundamentando então a relação de submissão entre ambos (DIAS, 2012, p. 18). A força de trabalho, os recursos financeiros, as decisões políticas, a violência masculina e o controle da sexualidade se constituem meios de controle social da mulher pelo homem, sendo perpetuados através do

tempo, fazendo com que a mulher viva numa condição de subalternidade em relação ao homem, sendo então reservado à mulher o espaço privado, o meio doméstico e os cuidados dos filhos, em contrapartida dos homens que ocupavam os espaços públicos (CARVALHO, 2011).

Com a ascensão de grupos sociais feministas, a mulher passou a ter nova percepção de seu contexto, ocupando os mais variados espaços, lutando por cidadania e abrindo o debate para a sociedade referente à questão da mulher também ser sujeito de direitos (CARVALHO, 2011). A mulher então passou também a ocupar o espaço público, rompendo o velho modelo familiar, ela foi para o mercado de trabalho, não coube mais somente a ela o cuidado dispensado aos filhos e a casa, mas em contrapartida, abriu espaço para novos e acirrados conflitos, justificando então o surgimento da violência doméstica, uma vez que a mulher não satisfaz mais o seu papel ideal de gênero, a violência passa então a ter razão de ser, pela compensação da falha da mulher, “quando um não satisfeito com a atuação do outro, surge a guerra dos sexos” (DIAS, 2012, p. 20).

A relação de subalternidade da mulher pelo homem está cristalizada na mentalidade da sociedade, sendo senso comum que a mulher não deva ocupar novos espaços, ou que estes não estejam reservados a ela, tal pensamento está enraizado numa cultura que reserva à mulher o ambiente tão somente privado e negando a ela os direitos inerentes à cidadania, fazendo com ela seja em maioria sujeito passivo na relação de dominação:

Acostumada a realizar-se exclusivamente com o sucesso do par e o desenvolvimento dos filhos, a mulher não consegue encontrar, em si, o centro de gratificação própria. O medo, a dependência da ausência de espaços de realização pessoal, impuseram-lhe a lei do silêncio. Nem sempre é por necessidade de sustento ou por não ter condições de prover sozinha a própria subsistência que ela se submete e não noticia as agressões de que é vítima. Em seu íntimo, se acha merecedora da punição por ter deixado de cumprir as tarefas que acredita serem de sua exclusiva responsabilidade. Um profundo sentimento de culpa a impede de usar a queixa como forma de fazer cessar a agressão. Por isso, ainda é pequeno o número de mulheres que se encorajam a denunciar a violência ocorrida dentro do lar. (DIAS, 2012, p.20)

Com o desenvolvimento da sociedade a mulher foi ocupando os mais variados espaços, passou a ser também sujeito de direitos, tendo isto constituído como direito fundamental e constitucional, passou a ter o “poder de tomar decisões, ter emprego e permanecer no mesmo, poder sustentar-se, ter moradia, saúde, lazer e educação”, tendo o direito de ser livre, o poder de escolha e de ter diante dela disponíveis todos os serviços que a resguardem como ser humano, mas mesmo com todos esses avanços, observa-se que a mulher ainda não possui todos esses direitos contemplados ou em sua totalidade e que, apesar de garantias previstas em lei, que ela ainda é sujeitada à violência doméstica (SILVA, 2015).

Compreende-se por violência doméstica todo o ato relacionado à questão de gênero que independe de orientação sexual, sendo considerada uma forma de violação dos direitos humanos, podendo ser física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, sendo estas praticadas dentro da “unidade doméstica” (DIAS, 2012, p. 46). A violência como forma de violação dos direitos humanos é aquela que afronta o direito à igualdade (DIAS, 2012, p. 38-39).

Deste modo a violência está relacionada ao abuso do poder físico, psicológico e intelectual, subjugando o outro aos seus mandos e desmandos independente da vontade do submetido, sendo a relação homem e mulher milenarmente marcada por essa situação de submissão, de restrição dos direitos de liberdade, que correspondem a primeira geração de direitos humanos (DIAS, 2012, p. 39). Percebe-se então, que a problemática em relação a violência doméstica, está enraizada culturalmente, e que surte reflexos até hoje na sociedade, e como veremos nos próximos capítulos, como tais conservas influenciam na forma de atendimento da mulher vítima de violência que chega até os serviços da rede de proteção.

3 O SURGIMENTO DA LEI MARIA DA PENHA E SEUS REFLEXOS NO ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

A Lei Maria da Penha foi resultado da morosidade da justiça em relação ao caso de Maria da Penha, mulher vítima de violência por parte de seu companheiro, ela amargou anos esperando justiça, vivendo momentos de culpabilização e vergonha, mas graças a grupos feministas ela persistiu, levando o Brasil a corte internacional em busca de justiça em relação ao seu caso (DIAS, 2012, p. 15). O caso de Maria da Penha teve grande repercussão internacional, indo para o Centro pela Justiça e o Direito Internacional- CEJIL e ao Comitê Latino- Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher- CLADEM, estes que propuseram denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos- OEA, tendo sua comissão pedido esclarecimentos por quatro vezes ao governo brasileiro e por quatro vezes ficaram sem respostas, sendo então o Brasil condenado ao pagamento de uma indenização de 20 mil dólares a Maria da Penha e recomendado à adoção de uma série de medidas, como simplificar os procedimentos judiciais, assim sendo em 2008, Maria da Penha foi indenizada pelo governo do Estado do Ceará, em solenidade pública e com pedido de desculpas (DIAS, 2012, p. 16).

Até o surgimento da Lei Maria da Penha, a violência doméstica não era considerada crime, tendo visibilidade somente a lesão corporal que sofria algum tipo de apenamento quando oriunda de relação no meio doméstico, “as demais formas de violência perpetradas nas relações familiares gerava, no máximo, aumento de pena” (DIAS, 2012, p. 45). Importante compreender que a violência doméstica não correspondia aos delitos previstos no Código Penal.

Desta maneira a Lei Maria da Penha identifica as ações consideradas como violência doméstica, cometidas na unidade familiar ou afetiva, sendo todas aquelas dispostas no art. 7º da Lei Maria da Penha: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral, sendo que nem todas se enquadram como tipo penal, no entanto, toda a mulher vítima de violência possui o direito de comparecer a uma Delegacia e denunciar qualquer situação, mesmo que a violência não seja considerada crime, pois cabe a toda autoridade policial:

Garantir proteção à vítima, encaminhá-la a atendimento médico, conduzi-la a local seguro ou acompanhá-la para retirar seus pertences. Todas estas providências devem ser tomadas diante da denúncia da prática de violência doméstica, ainda que- cabe repetir-o agir do agressor não constitua infração penal que justifique a instauração do inquérito policial. Dita circunstância, no entanto, não afasta o dever da polícia de tomar as providências determinadas na Lei. Isso porque, é a violência doméstica que autoriza a adoção de medidas protetivas, e não exclusivamente o cometimento de algum delito contra a vítima. Este é o verdadeiro alcance da Lei Maria da Penha. Conceitua a violência doméstica divorciada da prática delitiva e não inibe a proteção da vítima e nem impede a atuação da autoridade policial e nem a concessão das medidas protetivas pelo juiz. (DIAS, 2012, p. 45 -46).

A Lei Maria da Penha tornou a violência doméstica visível para a sociedade, além de ter instrumentalizado a mulher, assegurando-lhe a garantia de atendimento e criação de protocolos, observa-se ainda a importância do Estado em implementar as medidas necessárias para a aplicação da lei em sua integralidade, pois apesar da existência da lei é necessário um trabalho de conscientização da sociedade, através de Políticas Públicas, e faz-se importante que o Poder Judiciário que é aquele responsável pela eficácia da lei, para que ela “atenda a sua finalidade precípua: se não eliminar ao menos reduzir, em muito, os números da violência doméstica” (DIAS, 2012, p. 17).

No entanto, observa-se ainda grande relutância do Poder Judiciário e do Poder Executivo na aplicação da Lei Maria da Penha, um é inoperante na criação de Juizados de violência doméstica, outro peca

na criação de Políticas Públicas, limitando seus orçamentos, assim também colocando a “mulher na exclusão social, política, econômica e jurídica” (SILVA, 2015).

4 A REDE DE PROTEÇÃO: CONCEITO, IMPLEMENTAÇÃO E EFETIVIDADE

O entrelaçamento de diversos tipos de fios que acabam por formar uma malha ou tecido nos dá o entendimento do conceito de rede, assim, neste sentido, “os fios e as malhas dão a forma básica da rede e que os fios podem corresponder às linhas ou às relações entre atores e organizações, os quais representariam as malhas ou “nós” (KRIEGER GROSSI; ANDRÉ TAVARES; BARROS DE OLIVEIRA, 2008, p. 270, grifo do autor). Em Faleiros (2001), apresentam-se as redes primárias e secundárias que podem ser articuladas; Deslandes (2002) conceitua as redes sociais intermediárias (KRIEGERGROSSI; ANDRÉ TAVARES; BARROS DE OLIVEIRA, 2008, p. 270-272); Solier (2007) conceitua a organização da rede, tendo como princípio fundamental a “coresponsabilidade; liberdade; respeito mútuo; democracia; e transparência” (KRIEGER GROSSI; ANDRÉ TAVARES; BARROS DE OLIVEIRA, 2008, p. 273).

Partindo desses conceitos básicos de rede, pode-se pensar na construção e fortalecimento da rede de proteção a mulher vítima de violência, pois a violência doméstica e de gênero é vista de forma desafiadora, pois seu objeto é complexo, em se tratando de um tipo de violência que está enraizado na sociedade, desta forma, constituir uma rede de enfrentamento nesse sentido, acaba também sendo complexo, e demanda articulação de diversos agentes, pois normalmente as pessoas constituem redes para se apoiar e/ou trocar experiências, desenvolver projetos e ações conjuntas e articuladas, com objetivos políticos ou não, neste sentido o foco específico é a complexidade da violência doméstica e de gênero (CARREIRA; PANDJIARJIAN, 2003, p. 10- 23). O conceito de rede é bem atual, e trabalhar em rede se apresenta como algo inovador diante da sociedade que apresenta demandas complexas, a rede desta forma é uma representação das mais variadas relações existentes na sociedade que atuam de forma conjunta, ou não, deste modo atuar em rede é retomar a unidade de uma sociedade complexa e fragmentada e “impõe uma perspectiva que integre, organize e totalize” (GUARÁ, 2010, p. 8).

Segundo a cartilha da União Brasileira de Mulheres (UBM), o conceito de rede de enfrentamento a violência doméstica e de gênero está relacionado às ações articuladas entre os diversos serviços existentes que promovem planos de prevenção, políticas públicas para o empoderamento da mulher e a garantia de seus direitos, bem como a responsabilização de seu agressor e atendimento humanizado e qualificado à mulher, se diferenciando do conceito de rede de atendimento, que é a que faz a relação do conjunto de serviços oferecidos de forma intersetorial, como os serviços de assistência social, justiça, segurança pública e saúde, que tem por objetivo a qualidade do atendimento, para que seja humanizado e de forma integral (GUARÁ, p. 18). Portanto a Rede enfrentamento é aquela que objetiva os quatro eixos da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres que são: combate, prevenção, assistência e garantia de direitos, assim, compreende-se que a rede de atendimento é parte da rede de enfrentamento, no que tange a assistência.

As situações de desigualdades demandam estratégias dos mais variados setores a fim de minimizá-las, sendo articuladas pelo Estado em conjunto com a sociedade civil por meio de políticas públicas específicas e efetivas. O Estado democrático de direito passa a ser um “agente regulador e promotor da cidadania, com capacidade de enfrentamento dos problemas”, desta maneira, o trabalho em rede veio para romper com a fragmentação entre os diversos níveis do governo (Municipal, Estadual e União), realizando então ações conjuntas e com o apoio da sociedade civil, possibilitando uma abordagem integral e mais efetiva. (CARREIRA; PANDJIARJIAN, 2003, p. 27- 28).

Portanto, as redes setoriais públicas acabam por serem aquelas que oferecem serviços especializados através dos equipamentos governamentais, serviços estes oferecidos de forma permanente e previstos pelas políticas públicas existentes. A rede então é um sistema “hierárquico, verticalizado”, podendo então nesse molde estar sujeito a padronização e enrijecimento, resultando em “baixa eficiência” no atendimen-

to dos usuários. Desta forma quando a setorial pública é limitada e não oferece tudo o que o usuário necessita, apresentam-se as redes sócio comunitárias ou movimentalistas, que se articulam com as demais redes existentes, numa forma de complementar o atendimento, sendo esta uma nova forma de se articular em rede “trama”(GUARÁ, 2010, p. 26-28).

A integralidade no atendimento a mulher vítima de violência está prevista na Lei Maria da Penha, na qual as ações dos órgãos públicos e privados devem ser articuladas com a finalidade de “prevenção, assistência e atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar”. A prevenção deve ser executada pelo Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e demais instituições governamentais ou não de forma conjunta, promovendo campanhas sobre a questão de violência doméstica e de gênero para a sociedade, além de formações permanentes para os agentes atuantes na rede de proteção e incentivo de criação ou fortalecimento da rede atenção e de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher (COUTINHO, 2011, p. 37).

A rede de enfrentamento deve ser composta pela Polícia Militar, Delegacias de Polícia (especializada ou não); Instituto Médico Legal; Ministério Público; Defensoria Pública; Poder Judiciário; Casa Abrigo; Centro de Referência; Serviços de Saúde e Conselhos Tutelares. (CARREIRA; PANDJIARJIAN, 2003, p.31-37) E mais: por agentes governamentais ou não, formuladores, fiscalizadores e executores de políticas públicas às mulheres, sendo estes ONGs feministas, movimentos de mulheres, conselhos dos direitos das mulheres, demais conselhos de controle social, núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres e etc; demais serviços e programas voltados a responsabilização dos agressores; universidades; órgãos federais, estaduais e municipais, sendo estes: habitação, educação, trabalho, seguridade social e cultura e serviços de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e de gênero (UBM, p. 18).

5 EMPATIA E ATENDIMENTO HUMANIZADO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

Como já abordado nos capítulos anteriores, observa-se a violência doméstica como um problema social, que está cristalizado na sociedade, e que caminhos para sua redução perpassam por várias áreas do conhecimento, através do trabalho articulado da rede de enfrentamento. Desta maneira, a Lei Maria da Penha quando do seu desenvolvimento foi explícita ao ressaltar o trabalho multidisciplinar que deve haver para o enfrentamento da violência doméstica e de gênero.

No ponto de vista jurídico percebe-se que o profissional atuante na rede necessita reconhecer suas limitações e compreender que a problemática em relação a violência doméstica é muito mais abrangente e complexa, desta forma, quando o legislador ressaltou a importância da equipe multidisciplinar, a fez na consciência de que só o âmbito jurídico não era o suficiente para resolver a demanda da mulher vítima de violência, sendo tal trabalho feito de maneira multidisciplinar, em parceria com os profissionais da psicologia e do serviço social, pois só o Direito não dá conta de suprir tal demanda (CARVALHO, 2015).

Assim sendo, além das ferramentas técnicas operacionais, a mulher vítima de violência, necessita de atendimento que vise também seu bem-estar psíquico, desta maneira o atendimento a mulher deve ser adequado e humanizado, não a constrangendo, não a colocando em dúvida e não a revitimizandando (OLIVEIRA; VENTURA, 2013). Por isso verifica-se a importância do exercício da empatia do agente atuante na rede de proteção para o melhor atendimento da mulher vítima de violência, assim: “Empatia, do grego *emphatéia* significa entrar no sentimento”, “capacidade de perceber a experiência subjetiva do outro” (CARRARO; RADUNZ, 1996, p. 51).

Segundo Fish&Shelly (1986, p. 110) “empatia é a capacidade de entender aquilo que uma pessoa está sentindo e transmitir-lhe compreensão, mantendo ao mesmo tempo certa objetividade para poder prestar a ajuda necessária.” Ainda segundo essas autoras, dois outros elementos podem evidenciar-se numa relação interpessoal. Um deles, a simpatia, aquele primeiro contato, primeiro olhar, primeiro sorriso... O outro, a intelectua-

lização, onde se observam e se coletam dados objetivamente, sem se envolver. Elas afirmam que somente quando sentimentos e fatos são colocados lado a lado e objetivamente analisados se chegará a descobrir a (as) causa (as) de o cliente se sentir como se sente; podemos então, prestar a ajuda necessária, ou seja, agir com empatia (CARRARO, RADUNZ, 1996, p. 51)

Filosoficamente, a empatia é considerada como união ou fusão com outros seres ou objetos (Abbagnano, 1998; 333); psicologicamente, pode ser considerada como uma experiência indireta de uma emoção próxima à emoção vivida por outra pessoa (Eisenberg & Miller, 1987). Psíquica ou socialmente, essas concepções apontam em direção de uma condição estruturante no ser humano: a potencialidade de pensar e elaborar um apoio, social ou afetivo, a outro, de ser, estar e ter uma cumplicidade com a situação do outro (FORMIGA, 2012, p. 2).

Goleman afirma que, para entender o sentimento do outro, faz-se necessário que conheçamos as nossas próprias emoções e também limitações, para assim melhor atender, sendo a falta ou a incapacidade de sensibilizar-se com o sentimento do outro, um “déficit de inteligência emocional”. Sintonizar-se emocionalmente com o outro, ser empático, auxilia nas mais diversas práticas da vida: comerciais, de administração, de relacionamentos amorosos, no exercício de piedade de na vida política, sendo a falta de empatia, ou seja, a antipatia, característica daqueles que não conseguem sintonizar-se com o outro, e ser sensível ao que ele sente, sendo característica de “criminosos, psicopatas, estupradores e molestadores de crianças” (GOLEMAN, 2011, p. 133).

A empatia se desenvolve desde a infância, ela se caracteriza pelo envolvimento com o outro, sendo a atitude empática aquela que se empenha de forma contínua e interminável na construção dos “julgamentos morais” que envolvem “vítimas potenciais”, sendo tal questão estudada por Hoffman, que apresenta a empatia como raiz da ética, pois “partilhar da sua aflição que leva as pessoas a agirem para ajudá-las”, tal ligação entre empatia e altruísmo nas relações pessoais, e a capacidade de afeto empático, induzem as pessoas a ter e seguir princípios morais.

A empatia pode ser vista como uma das faces dos julgamentos e das ações morais, em que Hoffman cita Stuart Mill que descreveu como “guardião da justiça”, sendo quanto maior a empatia sentida pelo outro, mais seus julgamentos morais serão afetados, quanto mais empáticos, mais se fortalecem “o princípio moral segundo qual a riqueza deva ser distribuída conforme a necessidade de cada um” (HOFMAN 1984 apud GOLEMAN, 2011, p. 143).

Eva Botten (1991, p. 155) conceitua empatia como sendo “a habilidade para entender o que a outra pessoa experiencia e por que ela reage de uma maneira peculiar. É a habilidade para estar próximo a outra pessoa; estar presente e ser capaz de compartilhar os sentimentos da outra pessoa. Para a autora a empatia não é vista apenas como base para o relacionamento terapêutico, mas também como estratégia para evitar o “burnout”, ou seja o desgaste físico e emocional, associado ao trabalho profissional (CARRARO; RADUNZ, 1996, p. 51).

A empatia pode decorrer de uma excitação emocional, podendo ser esta negativa ou positiva, onde o outro poderá auxiliar outra pessoa, sem esperar uma recompensa, contrariando então a “teoria do reforço”, pois a empatia seria desta maneira um “fator de interação social”, que o habilita a atuar dentro de uma “dinâmica social”, com a percepção do sentimento e do valor do outro, de forma diversa a relação dos construtos “empatia-altruísmo”. Pois a empatia se desenvolve em direção oposta à sociedade capitalista e

individualista, que prega o bem-estar de si próprio, desconsiderando o bem comum, e por muitas vezes utilizando-se da camuflagem de grupos e organizações que se dizem preocupadas com o social e empáticas, mas que no fundo querem apenas satisfazer suas necessidades próprias, em “busca de uma etiqueta, reconhecida para os outros, de que se é uma pessoa sensível e que se pode “contar com ela a qualquer hora” para resolver os problemas, mas, apenas, seus problemas pessoais” (FORMIGA, 2012, p. 2)

Goleman (1995) ao pesquisar a inteligência emocional, aponta o controle das emoções como meio importante para o desenvolvimento do ser humano, e apresenta a empatia como “raiz do envolvimento”, tendo em vista as diversas abordagens feitas em relação ao estudo da empatia e de seu exercício no sentido terapêutico e de cuidado e na unanimidade dos pesquisadores sobre o assunto, nota-se ainda a falta de aprofundamento sobre o tema, assim como, seu estudo combinado com o exercício da simpatia, comiseiração e compaixão (CARRARO; RADUNZ, 1996).

Assim, tendo em vista a conceituação de empatia, a forma como seu construto foi se desenvolvendo, e visto que a violência doméstica está naturalizada na sociedade, percebe-se a complexidade no atendimento da mulher vítima de violência, sendo tal questão considerada de saúde pública como aponta Safioti (1997), para os aspectos numéricos que repercutem na sanidade mental e física, estes sendo os econômicos, trabalhistas e de seguridade social, também já observado nos capítulos anteriores na questão do processo histórico, a independência da mulher, suas novas atribuições que refletem nas suas relações e também no desenvolvimento social e econômico da sociedade, e em contrapartida disso, a violência passa a ter uma razão de ser, sendo que a mulher não cumpre mais o papel para qual socialmente foi moldada (KRIEGER; GROSSI; ANDRÉ TAVARES; BARROS DE OLIVEIRA, 2008).

Com todo o desenvolvimento econômico e social, a violência passou a ser crescente em todos os âmbitos, desta forma a Assembleia Geral das Nações Unidas em resolução 40/34, de 29 de novembro de 1985, adotou a Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder, na qual elenca quem é o sujeito vítima da criminalidade e determina a maneira em como as vítimas devem ser atendidas, sendo com “compaixão, respeito e dignidade”. Partindo desse pressuposto, as vítimas de violência doméstica e de gênero encontram-se num ambiente mais complexo ou peculiar, pois com a violência sofrida pela mulher, vem também em maioria o início dos problemas que tangem a área da saúde mental (OLIVEIRA; VENTURA, 2013).

Pensando na lógica da rede ou no trabalho em rede, percebem-se como fundamental para a mulher as relações que ela mantém com a rede primária, essas compostas por familiares e amigos, os quais constituem os primeiros vínculos afetivos, que em maioria são a primeira via de escape da mulher para falar sobre a violência, quando esta rede é existente e ainda não foi tolhida pelo agressor, através do processo de isolamento social da mulher. **Pois é na rede primária que por vezes é caminho para que ela chegue à rede secundária em busca dos serviços especializados, no qual encontra, na figura do Assistente Social, Psicólogo, Educadores Sociais e demais profissionais, um novo elo de confiança, para que junto com tais profissionais possam construir um caminho de fortalecimento ao longo do tempo para o seu empoderamento enquanto sujeito de direitos.**

Nesse sentido o profissional da Rede deve estar apto e empático na percepção de que em maioria as histórias vividas por todas essas mulheres possuem características muito semelhantes, advindo de um contexto social complexo, e que quando as redes primárias dessa mulher são inexistentes ou fragilizadas, a rede secundária vai ser aquela que em muitas vezes trará a única solução, e o caminho que ela percorreu até chegar há rede especializada não foi fácil, pois ela estava anteriormente “enrolada no relacionamento, enredada nos preconceitos culturais religiosos e em si mesma”, desta maneira o profissional, deve estar apto a fazer toda essa leitura, sem juízo de valor (KRIEGER GROSSI; ANDRÉ TAVARES; BARROS DE OLIVEIRA, 2008, p. 271- 273).

A violência contra a mulher é naturalizada na sociedade, sendo desta maneira necessária a ampliação da rede de atendimento e a capacitação dos seus agentes, que além de capacitados, necessitam serem empáticos com a demanda que atendem A rede de proteção é de fundamental importância para a mulher vítima de violência doméstica e de gênero, desta maneira tal serviço necessita ser amplo e divul-

gado, se faz necessário campanhas através dos mais variados meios de comunicação, para que os serviços especializados da rede sejam conhecidos e de acesso a população, pois é através da rede que se identifica tais mulheres. (GROSSI, 2014).

Segundo pesquisas o primeiro acesso delas a rede geralmente se dá nas UPAS, ambulatórios e hospitais públicos, em segundo nas delegacias e em terceiro nos CRAS, porém, nota-se que os agentes de saúde não identificam a violência doméstica, por vezes fazendo encaminhamentos errados ou não fazendo, desta forma, além de ampla divulgação a população, faz-se necessário o fortalecimento da rede por meio de formações, capacitações e afins, com intuito de aguçar a percepção do profissional da rede, pois os profissionais da rede são aqueles que em tese trabalham com o fortalecimento e empoderamento das vítimas e na articulação das redes sociais da usuária, competindo ao agente ser o mediador da usuária e das demais redes (KEM, 2001, p. 118 apud KRIEGER GROSSI; ANDRÉ TAVARES; BARROS DE OLIVEIRA, 2008, p. 274- 275).

Os profissionais da rede apontam como fundamental a “articulação” no trabalho oferecido à mulher vítima de violência, pois através da rede articulada, encontram-se diversas possibilidades para o fortalecimento e empoderamento da mulher, a articulação traz resultados positivos quando a rede é fortalecida e bem estruturada, evitando a fragilização dos processos.

A presença dos profissionais da Política de Assistência Social fortalece e propicia a possibilidade de empoderamento e corte do ciclo de violência vivido pela mulher, pois estes profissionais por muitas vezes em articulação com a rede, ultrapassarão as barreiras criadas pela velha estrutura hierarquizada e burocrática dos serviços públicos que impedem muitas vezes a rede de atuar (KRIEGER GROSSI; ANDRÉ TAVARES; BARROS DE OLIVEIRA, 2008, p. 275-277).

Com as novas configurações de redes e as demandas cada vez mais complexas, faz-se necessário que os profissionais que compõem a rede possuam habilidades e competências como: desenvoltura na comunicação e no relacionamento interpessoal e poder de articulação, com uma visão multidimensional e transdisciplinar (GUARÁ, 2010).

Dentro deste sistema integrado cabe aos órgãos algumas ações a serem seguidas, como a atuação conjunta dos integrantes do sistema de justiça que devem institucionalizar uma equipe com multiprofissionais para atuar na rede; A capacitação dos profissionais pautada pelos princípios da equidade de gênero, raça e etnia e realização e promoção de grupo de estudos, pesquisas, levantamento de índices sobre a temática, bem como demais medidas de prevenção e educação oferecidas à comunidade, sendo estas: centro de atendimento integral a mulher; Casa abrigo; Delegacias, Defensoria Pública; Serviços de Saúde; Centros de Perícias (IML) especializados; Programas e campanhas sobre a temática violência de gênero e doméstica e Centros de educação e reabilitação para agressores (COUTINHO, 2011).

O fortalecimento da rede não depende somente da disposição de todos os serviços especializados, mas também necessita da formação continuada dos seus agentes, a fim de proporcionar o atendimento humanizado e evitar que a mulher seja revitimizada, sendo a capacitação uma das principais ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SPM-PR, 2011).

A formação permanente da rede tem como objetivo dar visibilidade ao tema, o tornando cada vez mais discutido e popularizado, para que se chegue às mulheres que o necessitam, sendo então uma das principais ações da garantia da “capilaridade” do atendimento, ser a formação dos profissionais da Assistência Social, em específico os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros Especializados de Assistência Social (CREAS). O CRAS como a primeira via de acesso às mulheres vítimas de violência, e logo após encaminhada ao CREAS, que consiste num espaço onde os serviços especializados devam ser oferecidos, ressalta-se que a capacitação não se faz necessária somente para os profissionais da assistência, ela se estende aos juizes, promotores, profissionais da saúde, Delegacias e demais:

Além da capacitação dos/das profissionais da assistência social, cabe citar as ações de formação dos (as) juizes(as) (Jornadas da Lei Maria da Penha), dos(as) promotores(as) de justiça, dos(as)

profissionais de saúde (para a constituição da rede de atenção às mulheres em situação de violência), dos(as) policiais civis (por meio do curso de especialização da RENAESP; assim como os convênios firmados com Estados e Municípios no âmbito do Pacto Nacional (SPM-PR, 2001, p. 36).

Todas as iniciativas de formação continuada aos profissionais da rede são realizadas em cumprimento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento a Violência contra as mulheres, em conjunto com os órgãos do Governo Federal, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça. Em 2007 a Secretaria de Políticas para as mulheres (SPM) após o lançamento do Pacto Nacional, elaborou uma matriz com os conteúdos básicos para a formação dos agentes atuantes da rede, esses conteúdos são divulgados através de editais e termos de referência para implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em todo o território nacional, tal matriz consiste em sete módulos:

Conceito de gênero, conceito de violência contra as mulheres e tipologias, rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, apoio psicossocial às mulheres em situação de violência, Lei Maria da Penha, direitos sexuais, direitos reprodutivos e violência contra as mulheres, tráfico de mulheres (SPM-PR, 2011, p. 36-37).

Por fim, observa-se que existe uma legislação que prevê a formação do profissional atuante da rede de proteção à mulher, existem parâmetros nacionais a serem adotados por todos os órgãos e equipamentos pertencentes à rede de proteção. A formação contínua é de extrema importância, no entanto, além de formação o profissional precisa estar sensível a rede, ser empático, pois de nada adianta todo o aparato, se o seu atendimento não for prestado de maneira empática, pois muitas vezes o usuário necessita sentir que “estamos com ele, junto dele”, ele precisa ser ouvido, além do falar é “preciso ouvir e demonstra: estou aqui!” (CARRARO; RADZUN, 1996, p. 51).

Pois, ao estarmos em contato com o outro, nossos sinais afetam aquele que está em nossa presença, e as pessoas que são capazes de socorrer as demais num estado de angústia, sofrimento ou violência, são as que possuem “um produto social especialmente valorizado”, estas com habilidades de “análise social”, que possuem o poder de perceber o sentimento do outro, assim o possibilitando na sua ajuda (GOLEMAN, 2011, p. 154).

6 CONCLUSÃO

A Lei Maria da Penha em seus 10 anos de vigência, trouxe grandes inovações para a legislação brasileira, sobretudo no que se refere à rede de proteção a mulher vítima de violência doméstica e de gênero, pois é o principal instrumento de proteção à mulher.

Com o surgimento da Lei, a situação sobre a violência doméstica e de gênero passou a ter mais visibilidade, a mulher além de contar com grupos e movimentos femininos, também passou a contar com o aparato da rede pública, que com a Lei Maria da Penha, teve que se adequar para poder atender as demandas femininas. No entanto, observa-se que a mulher ainda enfrenta estigmas por ser tão somente mulher no seio de uma sociedade patriarcal e machista, que muitas vezes é violentada e negligenciada pelo homem, pela sociedade e também pelos equipamentos públicos, que negam prestar os serviços de maneira adequada, humanizada, caracterizando a falta de formação, de entendimento do contexto social e histórico da mulher e pela falta de empatia com o público atendido. Tal questão se evidencia na resistên-

cia dos registros dos boletins de ocorrências nas delegacias, na falta de delegacias especializadas, juizados especiais e varas em todo o Brasil, na insensibilidade do juízo quando do abrandamento do apenamento do agressor, na falta de interesse do gestor público de aperfeiçoar e de criar serviços que possam trabalhar com a prevenção, coibição, punição da violência, bem como de grupos para agressores, com a finalidade educação social no sentido de desconstrução do machismo enraizado.

Assim sendo, percebe-se que a legislação, documentos, protocolos, linhas de cuidados e estudos existentes, ressaltam a importância do trabalho em rede, da articulação entre os profissionais atuantes, a capilaridade entre os órgãos e equipamentos, a formação contínua e o exercício da empatia, são fundamentais para que a rede de proteção aconteça se fortaleça e seja realmente um meio efetivo da mulher vítima de violência quebrar o ciclo em que vive, assim se empoderando e passando a ser a protagonista de sua própria vida.

Portanto, verifica-se que os aparelhos públicos precisam além de se adequar ao que exige a legislação, além de oferecerem todos os serviços necessários à rede de proteção, que precisam fazer um melhor perfilamento dos profissionais atuantes, que além de especializados para o atendimento de tal público, necessitam serem empáticos, sensíveis às situações que lhes são apresentadas, também serem propositivos, não impositivos e muito menos julgadores ou juízes, fazendo o atendimento livre de senso comum e juízo de valor, com o poder de se colocar no lugar do outro, de saber ouvir e também falar quando necessário, de forma a propiciar o empoderamento da mulher, sendo um grande mediador e articulador da rede de proteção à mulher vítima de violência, com a finalidade de efetivação e fortalecimento da mesma.

REFERÊNCIAS

Balanço 2015 do Ligue 180. Central de Atendimento à Mulher (SPM, 2016). Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco180-2015.pdf>>. Acesso em: 30/11/2016.

CARVALHO, D. J. A conquista da cidadania feminina. Revista Multidisciplinar da UNIESP- Saber Acadêmico n. 11, 143-153, 2011.

CARRARO, E. T; RADUNZ, V. A. empatia no relacionamento terapêutico: Um instrumento de cuidado. Cogitare Enferm. v. 1, n. 2, p. 50-52, Curitiba, jul./dez.1996.

COUTINHO, R. C. O enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher: uma construção coletiva- Contribuições dos Ministérios Públicos Estaduais e da União para o entendimento da Lei no 11.340/2006- Maria da Penha. CNPG, 2011.

CARVALHO, D. P. de. Lei Maria da Penha: enfrentamento multidisciplinar dos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3252, 27 maio 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/21877>>. Acesso em: 29/11/2016.

CARREIRA, D; PANDJIARJIAN, V. Vem pra roda! Vem pra rede: Guia de apoio à construção de redes de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher. 2. ed. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2003.

DIAS, M. B. A lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

Entrevista Instituto Humanitas Unisinos. Violência Contra a Mulher: tratam-se os sintomas, não as causas. Entrevista Especial com Patrícia Grossi-2014. Disponível em < <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/537943-vioencia-contr-a-mulher-tratam-os-sintomas-nao-as-causas-entrevista-especial-com-patricia-grossi>>. Acesso em: 18/06/2015.

FORMIGA, N. S. Os estudos sobre empatia: Reflexões sobre um construto psicológico em diversas áreas científicas. O portal dos psicólogos, 2012. Disponível em <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0639.pdf>> Acesso em: 30/11/2016.

GUARÁ, I. M. F. R. (Coord.) Rede de proteção social. Associação fazendo história: NECA- Associação dos Pesquisadores de Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a criança e o adolescente, 1. ed. São Paulo, 2010.

GOLEMAN, D. Inteligência emocional. Tradução: Marcos Santarrita. Recurso Digital. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KRIEGER, P. G.; TAVARES, T. A; BARROS, S de O. A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. Athenea Digital n. 14, p. 267-280, 2008.

OLIVEIRA, R. G. V de; VENTURA, C. A. A. Redução da sobrevivência nos crimes de agressão sexual e violência doméstica por meio de um atendimento humanizado, intersectorial e multiprofissional: Panorama da Legislação Federal. Revista Paradigma, Ribeirão Preto- SP, a. XVIII. n. 22, p. 163-178, JAN./DEZ. 2013.

Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres). Disponível em < <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>>. Acesso em: 30/11/2016.

Rede de Enfrentamento: à violência contra as mulheres- (SPM-PR) 201. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento.pdf>>. Acesso em: 03/11/2016.

Relatório sobre a Atuação do Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha. (DPJ/CNJ, 2013) Disponível em:< http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/04/CNJ_pesquisa_atuacaoPJnaaplicacaoLMP2013.pdf>. Acesso em: 30/11/2016.

SILVA, J. L. R. da. “A Lei Maria da Penha e os direitos humanos da mulher no contexto internacional” Jus Navegandi. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/35516/a-lei-maria-da-penha-e-os-direitos-humanos-da-mulher-no-contexto-internacional->>. Acesso em: 18/05/2015.

UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES (UBM). Cartilha mulher protagonistas da sua própria história.

EMPRESAS RECUPERADAS POR TRABALHADORES: ABORDAGEM A PARTIR DO PRINCÍPIO DA CAUSAÇÃO CIRCULAR CUMULATIVA

MEDEIROS, J. V. F. G. de.¹; BODANEZE, G.²; OLIVEIRA, G. B.³

RESUMO - O objetivo central do artigo é explicar as implicações das Empresas Recuperadas por Trabalhadores (ERT) no desenvolvimento regional, tomando como marco teórico a causação circular cumulativa de Gunnar Myrdal. Em um primeiro momento é feito um breve recorrido sobre a teoria neoclássica do desenvolvimento regional e a crítica dessa teoria formulada por Myrdal, denominada Princípio da Causação Circular Cumulativa. Posteriormente explica-se o surgimento das ERTs no contexto da crise argentina de 2001-2002 e sua importância atual nesse país, além de apontar breves considerações acerca do Brasil. Por fim, analisa-se o caso da Makerli Calçados, uma das maiores empresas brasileiras do ramo, que foi recuperada pelos trabalhadores em 1991. Chega-se a conclusão de que tal arranjo pode impedir o início de um processo cumulativo negativo em um recorte geográfico limitado.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Empresas Recuperadas por Trabalhadores. Economia Solidária.

Worker-recovered companies: an approach from the principle of cumulative circular causation

ABSTRACT: The main objective of this paper is to explain the implications of the Worker-Recovered Companies (WRC) in regional development, taking as a theoretical framework Myrdal's cumulative circular causation. At first an introduction is made on the neoclassical theory of regional development and the criticism of this theory made by Gunnar Myrdal, called the Principle of Cumulative Circular Causation. The emergence of WRCs is explained below in the context of the Argentine crisis of 2001-2002 and its current importance, with in addition to brief comments on Brazil. Finally, we analyze the case of Makerli Calçados, one of the largest Brazilian companies in the sector, which was recovered by the workers in 1991. The conclusion is that this design may prevent the beginning of a cumulative process in a limited geographic cut.

Keywords: Regional Development. Worker-Recovered Companies. Solidary Economy.

1 Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana e servidor do Instituto Federal do Paraná (IFPR) em afastamento integral remunerado como incentivo à qualificação. C-eletrônico: jose.medeiros@aluno.unila.edu.br.

2 Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. C-eletrônico: gustavo.bodaneze@aluno.unila.edu.br.

3 Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. C-eletrônico: gilson.oliveiral@unila.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Em meio a forte crise dos anos 2001 na Argentina, sem precedência naquele país, ganha maior visibilidade o fenômeno da recuperação, pelos próprios trabalhadores, das empresas e fábricas falidas, geralmente como forma de cooperativas autogestionárias, que tornaram-se conhecidas por Empresas Recuperadas por Trabalhadores (ERTs).

Quanto ao cooperativismo, espécie legal societária em que a maioria das ERTs se enquadram, sua relevância fica evidenciada quando a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano de 2012 como sendo o ano internacional das cooperativas, destacando a importância destas sociedades de pessoas para a geração de empregos, redução da pobreza e integração social, incentivando os indivíduos, comunidades e governos a promover a formação e crescimento das cooperativas.

A primeira parte deste artigo faz uma revisão teórica sobre o desenvolvimento regional, com foco na teoria da causação circular cumulativa de Gunnar Myrdal. Para entendê-la, é necessário compreender a teoria neoclássica do desenvolvimento regional, focada na difusão natural do processo de desenvolvimento entre as regiões. A teoria de Myrdal, que se contrapõe à teoria anterior afirmando que o desenvolvimento tende a se concentrar espacialmente, é apresentada na sequência.

A segunda parte apresenta um breve contexto histórico do surgimento das Empresas Recuperadas por Trabalhadores (ERT) na Argentina, indissociável da profunda crise econômica pela qual passou o país no início do Século XXI. Posteriormente analisa-se o atual estado desse arranjo de gestão no Brasil. Por fim, estuda-se o caso da Makerli Calçados, que foi adquirida por seus trabalhadores em 1991 após falir, analisando-a de acordo com a teoria de Myrdal e o exemplo, dado pelo autor, da fábrica que se incendiou e não é reconstruída.

2 O PRINCÍPIO DA CAUSAÇÃO CIRCULAR CUMULATIVA

Gunnar Myrdal propõe em seu livro “Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas” o princípio da Causação Circular Acumulativa como ferramenta não apenas para explicar o atraso econômico de certas regiões em relação a outras, mas sim como uma teoria útil para todo o conjunto das ciências sociais. Myrdal opõe sua teoria ante a teoria econômica tradicional, rejeitando dois de seus pressupostos básicos: o princípio do equilíbrio estável e a separação entre fatores econômicos e não econômicos.

A “teoria econômica tradicional” citada por Myrdal é a teoria neoclássica, paradigma atualmente dominante nas ciências econômicas. Esta teoria baseia sua explicação da desigualdade regional na diferença da distribuição dos fatores de produção capital e trabalho. Pode-se traçar a origem dessa visão até a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo (1985), que afirma que o comércio internacional deve ser livre e que os países devem se especializar naquilo que sabem fazer de melhor. Isso conduz a um aprofundamento da divisão internacional do trabalho, aumentando a eficiência com que os recursos são alocados, elevando a produção e a renda dos países envolvidos nas trocas.

Posteriormente, Ely Heckscher e Bertin Ohlin refinaram o argumento ricardiano, de modo a explicar as diferenças nas vantagens comparativas entre as regiões do mundo. Essa diferença se dá na dotação relativa dos fatores de produção capital e trabalho. Países com maior disponibilidade de capital se especializam em atividades que demandam mais capital e menos trabalho, na medida em que o fator de produção capital é mais barato. O mesmo raciocínio é válido para os países com mão-de-obra abundante, que se especializam em atividades intensivas neste fator (KINDLEBERGER, 1974, p. 38).

As diferentes dotações de fatores de produção também explicariam as diferenças no crescimento econômico. O crescimento econômico, segundo a teoria neoclássica, pode ser medido de três formas: a) crescimento absoluto do produto, relacionado com aumentos nas quantidades empregadas de capital e trabalho; b) crescimento da produtividade ou da razão capital/trabalho, que mede a competitividade e c) o crescimento do produto per capita, utilizado como uma medida de bem-estar social (ARMSTRONG; TAYLOR, 2000, p. 66).

Um dos pilares da teoria neoclássica, o modelo de Solow, assim como seus desenvolvimentos posteriores, afirma que só há aumento do bem-estar da sociedade (ou aumento do produto per capita) se houver um aumento da razão capital/trabalho (ou aumento da produtividade). No entanto, esse aumento da razão capital/trabalho possui rendimentos decrescentes, chegando eventualmente a um ponto de equilíbrio. No longo prazo, o crescimento econômico depende do progresso tecnológico (JONES; VOLLAR-TH, 2015).

Dessa forma, as diferenças econômicas regionais são explicadas tanto por diferentes taxas de progresso tecnológico como por diferentes razões capital/trabalho. Se não houver liberdade para o movimento dos fatores de produção, tal esquema perpetuaria as diferenças entre as regiões. No entanto, supondo que os agentes possuam conhecimento perfeito dos preços dos fatores em cada região, que a migração desses fatores seja livre e que não existam impeditivos para a difusão de tecnologia, há uma tendência à equalização dos preços dos fatores, ou seja, a uma paulatina convergência nos níveis de desenvolvimento regional. Segundo Armstrong e Taylor:

Which regions are likely to grow the fastest, assuming that capital and labour are perfectly mobile? According to the neoclassical model, regions with a high capital/labour ratio will have high wages and low yield on investment. This leads us to predict that capital and labor will move in opposite directions (ARMSTRONG; TAYLOR, 2000, p. 73).

Assim, regiões com mais capital e menos trabalho terão salários maiores e lucros menores. Regiões com mais trabalho e menos capital terão salários menores e lucros maiores. Se livres, os fatores de produção se movimentarão em busca de maiores remunerações. Dessa forma, trabalhadores das regiões com menores salários irão para as regiões com maiores salários, e o capital das regiões mais desenvolvidas irá para as regiões onde este fator de produção é mais escasso.

Para a teoria neoclássica, portanto, as diferenças nos níveis de desenvolvimento regionais são meramente transitórias, causadas por imperfeições no mercado (como barreiras ao fluxo dos fatores de produção, por exemplo). No longo prazo, o sistema tende ao equilíbrio. A causa das desigualdades é, portanto, explicada por fatores puramente econômicos (diferenças nas dotações de capital e trabalho).

Olhando para a realidade de seu tempo, Gunnar Myrdal não vê tal convergência ocorrendo. Muito pelo contrário. As diferenças entre países ricos e pobres se acentuavam cada vez mais. Para explicar essa realidade, Myrdal dá valor ao conceito de “causação circular acumulativa”, segundo a qual uma mudança primária rompe a situação pré-existente e causa uma série de outras mudanças, que tendem a se retroalimentar. Nas palavras de Myrdal (1960):

O sistema não se move, espontaneamente, entre forças, na direção de um estado de equilíbrio, mas, constantemente, se afasta dessa posição. Em geral, uma transformação não provoca mudanças compensatórias, mas, antes, as que sustentam e conduzem o sistema, com mais intensidade, na mesma direção da mudança original. Em virtude dessa causação circular, o processo social tende a tornar-se acumulativo e, muitas vezes, a aumentar, acelerando sua velocidade (MYRDAL, 1960, p. 28).

Para exemplificar sua teoria, o autor supõe uma situação onde uma fábrica se incendia e não é reconstruída. Segundo a teoria neoclássica essa mudança primária seria dissipada pelas forças de mercado, pois haveria uma abundância relativa de trabalhadores e uma escassez de capital. Dessa forma, capital de outras regiões emigraria para a região afetada para aproveitar-se dos salários mais baixos, enquanto os trabalhadores emigrariam para regiões com salários mais altos. No longo prazo o equilíbrio anterior tenderia a reestabelecer-se.

Myrdal constrói o processo cumulativo em questão da seguinte maneira: o fechamento da fábrica causa desemprego, diminuindo a renda da comunidade e a demanda, outros setores sentem o impacto da

diminuição da renda e também demitem seus trabalhadores, capital e trabalho saem da localidade em busca de melhores oportunidades. A queda na renda e a emigração diminuem as receitas fiscais, deixando ao governo local duas alternativas: aumentar os impostos ou diminuir as despesas com serviços públicos. Ambas as opções deterioram a capacidade futura de a localidade atrair investimentos externos. E assim o ciclo se retroalimenta (MYRDAL, 1960, p. 39-41).

O processo inverso também ocorre. **A instalação de uma fábrica em uma localidade aumenta a renda e a demanda, atraindo trabalhadores de outras regiões. Os negócios locais prosperam e novos capitais emigram para aproveitar as oportunidades da prosperidade. Com o aumento da renda, o governo local pode fornecer melhores serviços públicos e diminuir a tributação, atraindo capital externo.**

No âmbito econômico, o processo acumulativo pode ser iniciado por variações nos termos de troca, demanda agregada, poder aquisitivo, rendas dos fatores, investimentos e produção. Se deixados ao fluxo das forças de mercado, há uma tendência para a concentração espacial das atividades com remunerações maiores, operando no sentido da desigualdade.

Myrdal identifica dois efeitos que a expansão em uma localidade possui sobre as outras. “Efeitos regressivos” incluem a migração de trabalhadores e de capital e o comércio, na medida em que os produtos feitos na localidade em expansão são mais competitivos que os das outras localidades. **“Efeitos propulsores”, no entanto, operam na direção oposta. O aumento da demanda no centro em expansão cria um estímulo para o estabelecimento de atividades em outras regiões.**

O desenvolvimento ou subdesenvolvimento de uma região depende, em grande medida, da disputa entre estas duas forças antagônicas. Regiões desenvolvidas são aquelas que conseguem maximizar os efeitos propulsores, por meio de melhores serviços públicos, infraestruturas e políticas compensatórias. Nas regiões subdesenvolvidas os efeitos propulsores são fracos e os efeitos regressivos são fortes, inibindo a criação de condições para o desenvolvimento.

Os países desenvolvidos, ao decorrer de sua história, desenvolveram arranjos institucionais que potencializam os efeitos propulsores e minimizam os regressivos. Para Myrdal:

O progresso econômico fortaleceu os ‘efeitos propulsores’, diminuiu as desigualdades e, assim, solidificou a base para a democracia, criando, simultaneamente, condições mais propícias à generosidade mútua, que tornou ainda mais exequíveis as políticas estatais de igualização. Por seu turno, a maior igualdade de circunstâncias tem mantido, nesses países, o progresso econômico. (MYRDAL, 1960, p. 66).

Percebe-se a menção a fatores não diretamente ligados com a economia, como sistema político, instituições e cultura. Dessa forma, a teoria de Myrdal oferece um quadro mais completo e baseado em premissas mais realistas para compreender as desigualdades entre regiões e entre países. Assim, as ideias de Myrdal até aparecem, implicitamente, nos desenvolvimentos mais atuais da teoria neoclássica do crescimento, que incorpora o desenvolvimento tecnológico endógeno no modelo. Segundo Armstrong e Taylor (2000):

This modern variation of the neoclassical model therefore explains why regional disparities in economic development persist even in the long run. The primary reason for the long-term persistence is that some regions are more able to generate their own technical change. Knowledge-rich regions with an institutional environment conducive to the creation and transmission of new ideas will have a continuing advantage over less well-endowed regions which depend far more on acquiring technical change through purchasing capital equipment from other regions. Less well-endowed regions have no alternative but to rely on exogenously embodied technology since they are not capable of producing their own (ARMSTRONG; TAYLOR, 2000, p. 87).

Ou seja, regiões que contam com maior estoque de capital humano, instituições sólidas e um ambiente propício para a inovação tendem a perpetuar sua situação. Pensando nos termos da causação circular acumulativa, tais regiões possuem maior produtividade e pagam melhores salários, atraindo os trabalhadores mais qualificados de outras regiões, que por sua vez proporcionam maior inovação e aumento de produtividade.

Em resumo, o impacto das mudanças primárias, em vez de ser corrigido pelas forças de mercado, tende a acentuar-se na medida em que ocorre uma reação em cadeia na mesma direção da mudança original. **Myrdal defende um papel ativo do Estado na neutralização de mudanças primárias negativas, bem como na potencialização dos efeitos propulsores decorrentes de uma mudança primária positiva. Só assim poderia haver convergência entre as regiões desenvolvidas e as subdesenvolvidas.**

Voltando ao exemplo da fábrica que encerra suas atividades, **a recuperação da mesma por seus trabalhadores é uma possível solução para impedir que um processo cumulativo negativo seja iniciado.** A partir dessa ideia, apresentam-se na próxima seção a definição e história das empresas recuperadas por trabalhadores.

3 EMPRESAS RECUPERADAS POR TRABALHADORES E O CONTEXTO ARGENTINO

O objetivo desta seção é definir o conceito de Empresas Recuperadas por Trabalhadores. Sendo elas surgidas na Argentina, faz-se uma breve recapitulação da economia argentina partir da década de 80, culminando com a crise de 2001-2002. Essa crise será o estopim para a proliferação das Empresas Recuperadas por Trabalhadores.

O panorama argentino, antes o mais homogêneo da América Latina, sofreu fortes alterações na década de 1980, no contexto de queda da ditadura militar, passando por problemas de inflação. Para enfrentar esse período, o então presidente argentino Raúl Alfonsín lançou em 1985 o Plano Austral, que possuía como principais objetivos o congelamento de preços, salários, câmbio e tarifas públicas, o ajuste das contas fiscais, renegociação dos compromissos da dívida externa e a reforma monetária. O plano, todavia, resultou numa hiperinflação no ano de 1989 (RICOMINE et al, 2014, p. 144).

Para compreender as medidas implantadas, é importante destacar o contexto vivido nos anos 80, que ficou conhecida como a “década perdida” para o desenvolvimento da América Latina, caracterizada por uma grande dívida externa, estagnação econômica e inflação fora de controle. Porém, quando os países latino-americanos passaram a reduzir a capacidade de importar aliada aos serviços da dívida externa, a crise começou a interferir nos interesses norte-americanos.

Como resposta a crise, setores acadêmicos e economistas ligados aos credores formularam um decálogo de princípios recomendados para os países latino-americanos em matéria de política econômica. John Williamson resumiu esse conjunto de medidas, denominado “Consenso de Washington”, da seguinte forma:

1 – disciplina fiscal; 2 – mudanças das prioridades no gasto público; 3 – reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5 – taxas de câmbio de acordo com as leis do mercado; 6 – liberalização do comércio; 7 – fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 – privatização das empresas estatais; 9 – desregulamentação das atividades econômicas; 10 – garantia dos direitos de propriedade (BANDEIRA, 2002, p. 135).

Apesar da América do Sul se encontrar em um panorama ainda mais delicado após a implantação de tais propostas, a Argentina, em um primeiro momento, obteve até certo crescimento econômico e eficácia contra a inflação como resultados da entrada de recursos externos oriundos da manutenção do câmbio atrelado ao dólar (currency board), bem como da privatização de empresas estatais e da desnacionalização da economia (BANDEIRA, 2002).

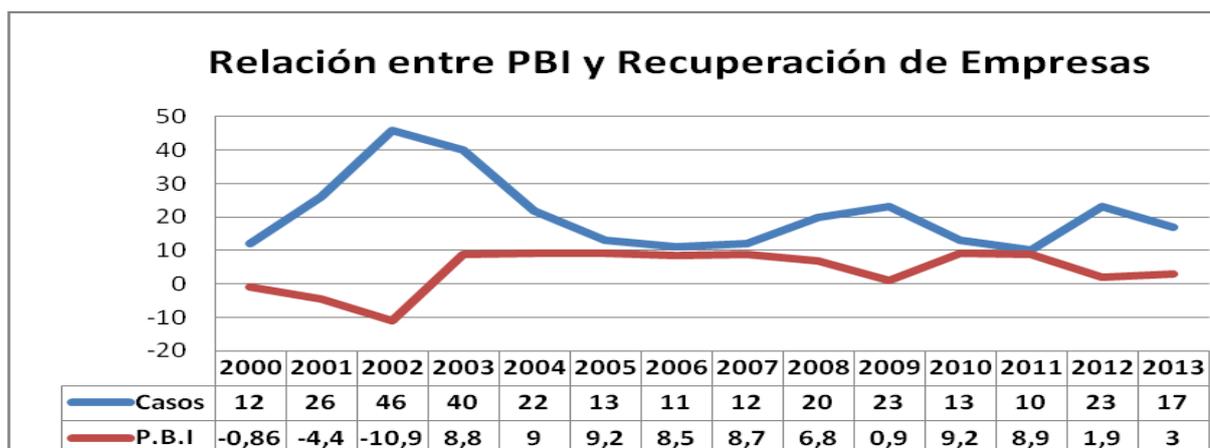
Entretanto, esse período não durou muito, e já no fim do governo de Carlos Menem, que foi até o ano de 1999, a situação econômica era extremamente delicada. A dívida externa, por exemplo, alcançou o valor de US\$ 144,6 bilhões, que representava cerca de 50% do PIB argentino estimado no ano de 1998. A especulação internacional, as exportações argentinas a um valor muito elevado, em razão da sobrevalorização do peso inflexivelmente vinculado ao dólar pela Lei da Conversibilidade, e ainda a crise internacional que se dava na Ásia, Rússia e chegando ao Brasil, levaram o presidente Fernando de la Rúa a aumentar os impostos e impor cortes orçamentários, o que expôs os problemas estruturais do país, resultando em lutas sociais e na queda do mencionado governante ao fim do ano de 2002 (BANDEIRA, 2002):

No período de 2001/2002, a Argentina sofreu uma crise de âmbito social, econômica (fiscal, financeira e corporativa), política e institucional (Suprema Corte), que foi sem precedentes em sua história devido ao seu escopo e sua magnitude. Em 1999 iniciou-se um declínio econômico devido à associação de vários fatores: a) internos, com um elevado desemprego e desequilíbrio fiscal; b) choques externos, como a crise da Rússia em 1998, o impacto da desvalorização da moeda do Brasil em 1999 e uma enorme aversão ao risco dos mercados financeiros internacionais. Em 2001, o governo Argentino resolveu por fim à paridade do peso ao dólar norte-americano, instituindo ainda um sistema de câmbio duplo e emitindo quase moedas como meio de troca suplementar (FERNANDES, 2003, p. 1).

Assim, a crise argentina decorreu de medidas tomadas na década de 1990, como a paridade do peso ao dólar e o estabelecimento de um sistema de câmbio duplo, com seu pior momento entre os anos 2001 e 2002, quando o Produto Interno Bruto (PIB) caiu em -10,9% (CRESCIMIENTO..., 2015), resultando na quebra de diversas grandes empresas.

Nesse cenário, ganha maior visibilidade o fenômeno de recuperação, pelos próprios trabalhadores, das empresas e fábricas falidas, geralmente como forma de cooperativas autogestionárias, que tornaram-se conhecidas por Empresas Recuperadas por Trabalhados (ERTs). Tal fato pode ser constatado por meio do gráfico abaixo, que demonstra o aumento de ERTs como resultado da crise no crescimento econômico argentino:

GRÁFICO 1: RELAÇÃO ENTRE EVOLUÇÃO DO PIB ARGENTINO E AS ERTS POR ANO.



Fonte: RUGGERI, 2014.

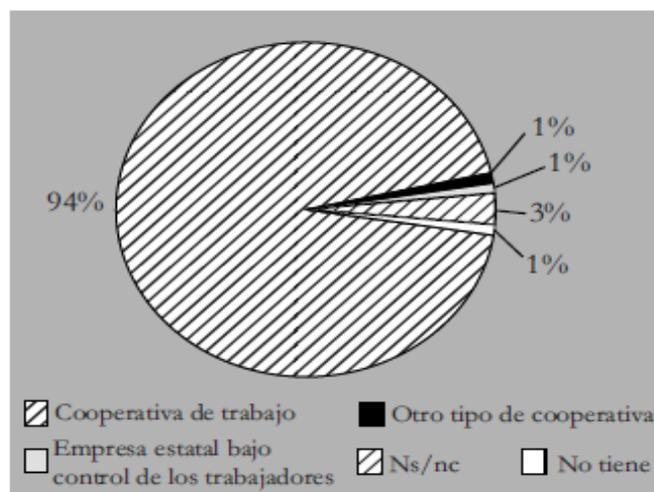
Essa ocupação, por se dar de maneira não prevista no ordenamento jurídico, era considerada ilegal, por confrontar o direito à propriedade privada, consagrado no art. 17 da Declaração Universal de Direitos Humanos, da qual ninguém seria arbitrariamente privado (DECLARAÇÃO..., 1948), também

também previsto no artigo 17 da Constituição Nacional Argentina, passando a ser reconhecido por meio de um processo de regulamentação no território argentino com as alterações na Ley de Quiebras, como será explanado no tópico seguinte.

As Empresas Recuperadas por Trabalhadores (ERTs), como ficaram conhecidas, constituem-se, em sua quase totalidade, na forma de cooperativas, em decorrência de ser, dentre as possíveis espécies de sociedades, a que melhor se adapta às características autogestionárias das ERTs. A cooperativa é uma sociedade de pessoas, além de possuir vantagens, como menor carga tributária, auxiliando no processo de reinserção da empresa falida. Observe-se abaixo gráfico apresentado no Informe del Segundo Relevamiento del Programa Facultad Abierta, a predominância da adoção da figura jurídica de cooperativa nas ERTs na Argentina (94% dos casos):

GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL SEGUNDA FIGURA JURÍDICA DAS ERTS

Distribución porcentual según figura jurídica de las ERT



Fonte: RUGGERI, 2005.

Apesar da estreita relação existente, não significa, entretanto, que as Empresas Recuperadas por Trabalhadores e Cooperativas sejam sinônimos. Primeiramente, trazemos a definição de Empresas recuperadas, enfatizando que trata-se de um processo, não apenas de um acontecimento imediato, não restringindo o fenômeno àquelas que estão produzindo, desconsiderando todo o percurso necessário para se alcançar a gestão coletiva dos trabalhadores. Outro fator que caracteriza a ERT é a existência prévia de uma empresa em que seu processo de falência levou à sua recuperação por seus próprios trabalhadores, adaptando-a ao modelo autogestionário.

Tratando de avanzar en la definición, podemos considerar a las empresas recuperadas como un proceso social y económico que presupone la existencia de una empresa anterior, que funcionaba bajo el molde de una empresa capitalista tradicional (inclusive, en algunos casos, bajo formas legales cooperativas) y cuyo proceso de quiebra, vaciamiento o inviabilidad llevó a sus trabajadores a una lucha por su puesta en marcha bajo formas autogestionarias. Elegimos la palabra recuperadas (aun cuando autogestionadas o recuperadas bajo autogestión, podría aparecer como más correcto), porque es el concepto que utilizan los mismos trabajadores, los protagonistas del proceso y, porque, como señalamos recién, implica la noción de ocupación de una empresa preexistente. (RUGGERI, 2009, p. 19)

Quanto à espécie legal societária em que a maioria das ERTs se enquadram, as cooperativas, independentemente se empresariais ou de economia solidária, são consideradas sociedade de pessoas, desti-

nadas a atividades econômicas, existindo propriedade conjunta e gestão democrática. Sintetizando suas características, é por intermédio da noção de cooperativa consagrada pela Aliança Cooperativa Internacional e trazida pelo autor Rui Namorado em sua obra que verifica-se o verdadeiro objetivo da cooperativa:

Uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para prosseguirem as suas necessidades e aspirações comuns, quer econômicas, quer culturais, através de uma empresa comum democraticamente controlada (NAMORADO, 2009, p. 96).

Há, portanto, uma linha extremamente tênue que diferencia os conceitos aqui trabalhados. Pode-se afirmar que as ERTs, via de regra, são instituídas legalmente como cooperativas, todavia o que as difere está no processo de abertura ou criação e, conseqüentemente, na origem da propriedade, de modo que as cooperativas que não são ERTs passam pela abertura de uma sociedade, com nova aquisição de direitos, o que não ocorre com as ERTs, que para entrarem em funcionamento, atravessam um processo sucessório em uma empresa falida.

3.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO BRASIL

Assim como na Argentina, a experiência floresceu no Brasil frente à crise decorrente de medidas neoliberais tomadas entre os anos 1980 e 1990, como a abertura comercial abrupta, junto da política de sobrevalorização do real, o que provocou um processo de nas palavras de Bertucci, (2010, p. 51) “falência de empresas em diversos setores produtivos, haja vista que muitas delas não estavam preparadas para o enfrentamento da concorrência internacional, que se manifestou de forma rápida e intensa”, expandindo-se, o movimento, no início dos anos 2000:

Mas foi a partir da década de 1990, com o apoio da Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), que aconteceu o crescimento e a consolidação dessas experiências no país. A partir de 1999, a Central Única de Trabalhadores (CUT) passou a apoiar a recuperação de fábricas por meio da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL), transformando a recuperação numa das possibilidades da luta sindical. Em 2002, surgiu o Movimento de Fábricas Ocupadas diante da falência das empresas do grupo CIPLA de Joinville. (HENRIQUES; THIOLENT, 2013, p. 89 –90)

Sabe-se que o Brasil enfrenta, nos dias atuais, forte crise econômica que tem levado muitas empresas à falência. Enquanto no decorrer de todo o ano de 2014 foram fechadas no Brasil 120.716 micro e pequenas empresas, esse número já passou dos 400.000 no ano de 2015 (EMPRESÔMETRO..., 2015).

Atualmente, o Sistema de Informações em Economia Solidária aponta a existência de 70 empreendimentos identificados como empresas recuperadas, que contam com aproximadamente 10 mil trabalhadores/as (MACDOLNALD; DE FARIA, 2012, p. 54). Todavia, já se percebe que houve certa estagnação do movimento no Brasil, enquanto que na Argentina o movimento continua se expandindo.

O caso argentino tem se revelado com maior fôlego do que o brasileiro. Se por aqui parece que atingimos certa estabilidade na quantidade de fábricas recuperadas, na Argentina tudo indica que o momento continua em plena expansão. Dados recentes do governo argentino apontam para a existência de cerca

de 340 empresas recuperadas, 169 só na grande Buenos Aires. Além de encontrarem uma legislação mais favorável à recuperação das empresas falidas pelos trabalhadores, especialmente a partir da Lei de Quebras modificada em 2002 (MACDOLNALD; DE FARIA, 2012, p. 58).

3. 2 O CASO DA MAKERLI CALÇADOS

A análise a ser feita neste tópico toma por base os dados levantados na dissertação intitulada de “...SE A COISA É POR AÍ, QUE AUTOGESTÃO É ESSA?”: Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerli Calçados, apresentada por Maurício Sardá de Faria (1997) à Universidade Federal de Santa Catarina, pelo curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração.

A empresa Makerli iniciou sua produção no ramo de calçados na década de 1940, passando a integrar o Grupo Sândalo em 1981, e após 10 anos de atuação encontrava-se na 8ª posição em volume de exportação de Franca, Estado de São Paulo, estando entre as 12 maiores empresas deste município. Ainda que não possamos considerá-la fundamental para a economia da cidade, é certo que, empregando 482 funcionários em 1991, o fechamento da empresa causaria os efeitos da causação circular acumulativa descritos por Myrdal (1960) quando feita a análise sob um recorte geográfico reduzido, tal como o bairro onde se encontra a fábrica.

Assim como no exemplo da fábrica que se incendia e não é reconstruída, oferecido por Myrdal, a Indústria de Calçados Makerli decide pelo fechamento da empresa, entregando a todos os seus funcionários avisos-prévios no dia 2 de dezembro de 1991 e anunciando o encerramento de suas atividades para o fim deste ano. Segundo relatos de Faria (1997), em entrevistas com os diretores da empresa, o motivo para a tomada da decisão pelo fechamento da Makerli foi a crise pela qual passava o setor de calçados, que seria o responsável por levar a empresa a uma dívida de cerca de CR\$ 1,9 bilhão (um bilhão e novecentos milhões de cruzeiros) neste mesmo ano de 1991.

A diferença entre o exemplo de Myrdal (1960), onde a fábrica não é reconstruída, e o caso da indústria aqui trabalhada, é que surge como alternativa ao encerramento de suas atividades e ao consequente desemprego que atingira não apenas os trabalhadores mas também os funcionários administrativos, a aquisição dos maquinários fabris da Makerli pelos seus próprios empregados mediante uma proposta de manutenção das atividades de produção de calçados de modo autogestionário, sem a existência dos até então proprietários da fábrica.

Ao se observar o relato histórico descrito por Faria (1997) na obra analisada, nota-se que não houve uma aceitação fácil e imediata por parte dos trabalhadores quanto à proposta de parte destes pela aquisição da fábrica. Este grupo de gestores já havia negociado com os antigos proprietários e entrado em acordo quanto a compra e utilização dos débitos trabalhistas decorrentes das demissões como uma parcela do pagamento, o que não foi suficiente para evitar num primeiro momento a desaprovação geral, além da vaia do coletivo de empregados aos proponentes, quando da apresentação da proposta.

Nessa primeira reunião, no interior da fábrica, quando os representantes dos gestores expõem o projeto de compra da empresa aos trabalhadores, estes expressam sua surpresa com a proposta através de uma vaia, desconfiados de que o grupo segue as orientações do antigo proprietário, no sentido de “ganhar tempo” para a regularização dos débitos trabalhistas. [...] Entendemos que, além da desconfiança, a vaia dos trabalhadores demonstra ao mesmo tempo a surpresa diante da atitude dos gerentes, até recentemente “aliados naturais” do patrão. (FARIA, 1997, p. 12)

Após certa resistência inicial à ideia, realizou-se auditoria a pedido do sindicato da categoria, para se ter real conhecimento da situação econômico-financeira da Makerli e sua posição no mercado calçadista, constatando-se no resultado entregue neste documento que a empresa possuía mão de obra qualificada para atender os padrões até mesmo do mercado externo, que a tecnologia empregada apresentava vantagens e o processo produtivo permitia que houvesse uniformidade no que tange à qualidade, e principalmente a respeito do mercado, existia uma carteira de pedidos que preenchia o primeiro quadrimestre do ano seguinte (1992) por completo.

Essas são provas de que havia viabilidade da indústria Makerli manter-se em funcionamento, entretanto, acerca da análise econômico-financeira, encontrou-se dívida atrasada de CR\$ 449,4 milhões (quatrocentos e quarenta e nove milhões e quatro mil cruzeiros), e uma dívida a vencer em curto e médio prazo que alcançava os valores de CR\$ 1,4 bilhão (um bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros). Apesar da somatória desses valores resultarem em um quantitativo expressivo, a auditoria demonstrou que não seria impeditivo à compra da indústria Makerli, necessitando de um empréstimo para garantir seu funcionamento no primeiro ano:

No entanto, ressalva-se que “o total da dívida de CR\$ 1,9 bilhão não é assustador, pois o crédito global da Makerli equivale a CR\$ 1,137 bilhão”, e se conclui que “o déficit global da Makerli é de CR\$ 777,3 milhões para um imobilizado de CR\$ 1,194 bilhão”. Levando-se em consideração os estoques da empresa (CR\$ 586,5 milhões) e a existência de uma carteira de pedidos suficiente para quatro meses de produção, Aparecido de Farias estima que “para operar sem sobressaltos nos próximos 12 meses seria necessário um aporte de capital equivalente a CR\$ 1,3 bilhão (desconsiderando-se os créditos atrasados ou a receber). (FARIA, 1997, p. 19)

Cientes da necessidade deste aporte de capital, solicitou-se empréstimo de US\$ 1,3 milhão ao BANESPA, e antes mesmo de obterem a resposta quanto à liberação do recurso, em razão do encerramento das atividades por parte da empresa, os trabalhadores definem em 23 de dezembro de 1991 a forma jurídica adotada a partir da aquisição da indústria e a denominam de Associação dos Funcionários da Makerli, passando todos a ser igualmente sócios.

Ocorre que o BANESPA, a dois dias do fim do ano de 1991, divulga aos trabalhadores seu parecer desfavorável à liberação do empréstimo, justificando que o fator impeditivo, conforme (Faria, 1997, p. 26), seria “o montante de dívidas que, se assumidas pelos trabalhadores, absorveriam grande parte dos recursos solicitados” não se dispondo a instituição bancária a cobrir valores que seriam utilizados para o pagamento a outros bancos de empréstimos realizados pela empresa no passado, obrigando os trabalhadores a renegociar com os antigos proprietários, que assumem o passivo da Indústria de Calçados Makerli, a reformular a proposta e encaminhá-la ao BANESPA.

Após os ajustes, o aporte de capital é aprovado com cortes significativos em termos práticos, impossibilitando que, agora, Associação Makerli mantenha o volume de produção e número de trabalhadores existente quando do encerramento da fábrica, restando a adequação ao nível de capital de giro então disponível para sua reabertura.

O “ponto ótimo” é aquele que confere o maior volume de produção relativamente ao montante de recursos dispendido. Foi através desse raciocínio, ou algo análogo, que são redefinidos os planos para a reabertura da empresa, iniciando com apenas 150 trabalhadores para uma produção estimada em 700 pares/dia. Aceitando-se tal lógica como única, inevitável até, resta a definição dos trabalhadores que devem iniciar a produção, dentre os 400 que acompanham as discussões para a reabertura da empresa (FARIA, 1997, p. 38).

A Associação dos Funcionários da Makerli cria a empresa Makerli Calçados Ltda, onde a associação detém o controle societário, isto é, a propriedade da fábrica e dos meios de produção, iniciando as atividades em março de 1992 com 150 trabalhadores e, em apenas um mês em atividade, em decorrência do acréscimo na produção, o número de trabalhadores dobra.

Em um ano de associação, a produção chega aos 1700 pares por dia, alcançando 370 trabalhadores e, após o segundo ano em funcionamento, atinge o número de 2.000 pares produzidos ao dia, com isso absorvendo 440 trabalhadores dentre os 482 antes funcionários da Indústria de Calçados Makerli, dados estes que são também confirmados por matéria no jornal Folha de São Paulo (FOLHA... 1994), que aponta para o valor de faturamento mensal US\$ 1 mi (um milhão de dólares) em abril de 1994, tendo como outro dado de destaque o pagamento do financiamento junto aos antigos proprietários da fábrica.

4 CONCLUSÃO

Primeiramente, o estabelecimento de Empresas Recuperadas por Trabalhadores possui efeitos positivos que vão além dos próprios trabalhadores envolvidos. Por um lado, esse arranjo pode ser uma ferramenta eficaz para interromper os efeitos circulares e acumulativos de uma mudança primária negativa. Dessa forma, evita-se a espiral negativa causada pelo desemprego, diminuição da renda, diminuição da receita fiscal e emigração.

Por outro lado, a instituição de uma ERT é uma decisão eminentemente local. São os próprios trabalhadores, conhecedores de sua própria realidade, que decidem a melhor maneira de continuar com as atividades da empresa. Essa solução pode minimizar os erros causados pelo planejamento “de cima para baixo”, feito pelo Estado e por atores alheios à sociedade em questão.

Isso está longe de significar que o Estado deve abandonar seu papel ativo na economia, de modo a sanar eventuais desequilíbrios, falhas de mercado e desigualdades regionais. No entanto, os planejadores do Estado devem sempre levar em consideração a opinião dos afetados diretamente pelo problema em questão, de modo a melhor desenhar uma política pública.

Apesar de não ser aplicável a todos os casos de empresas que vão à falência, o arranjo de Empresas Recuperadas por Trabalhadores pode ser, portanto, uma maneira de envolver a sociedade local na tomada de decisões e de estancar um processo acumulativo negativo. O Estado deve promover tais arranjos, pois, ainda que uma empresa recuperada não possua influência suficiente para influenciar o desenvolvimento de um país inteiro, em um recorte geográfico reduzido ela possui tal potencial.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, H; TAYLOR, J. *Regional Economics & Policy*. London: Harvester Wheatsheaf, 2000.

BANDEIRA, L. A. M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 45, n. 2, p. 135-146, Dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07/08/2016.

BERTUCCI, J. de O. Empreendimentos Autogestionários Provenientes de Massas Falidas - Uma Resenha. *Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ministério do Trabalho e Emprego*, p. 51 - 53, no 45, 2010.

CRESCIMIENTO del PIB (% anual) – El Banco Mundial, 2015. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?page=2>>. Acesso em: 04/07/2016.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Universidade de São Paulo – USP: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declaracao%20-%20Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 25/10/2015.

EMPRESÔMETRO MPE - Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo, 2015. Disponível em: <<http://empresometro.cnc.org.br/Estatisticas>>. Acesso em: 25/10/2015.

FARIA, M. S. “... Se a coisa é por aí, que autogestão é essa?”: Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerli Calçados. 1997. 233 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

FERNANDES, V. B. A. Argentina: Crise e Recuperação. Cenários PUC Minas - Conjuntura Internacional: Análise Desenvolvimento/Economia e Comércio. 2003. Disponível em: <www.pucminas.br/imagens/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060516174_512.pdf>. Acesso em: 04/07/2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. Faturamento mensal da Makerli é de US\$ 1 mi. Folha de São Paulo. São Paulo, p. 1-2. 02 abr. 1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/02/dinheiro/16.html>>. Acesso em: 07/08/2016.

HENRIQUES, F. C.; THIOLENT, M. J.-M. Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil e na Argentina. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 15, p. 89-105, 2013.

JONES, C. I.; VOLLARTH, D. Introdução à teoria do crescimento econômico. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2015.

KINDLEBERGER, C. Economia internacional. 3. ed. Mestre Jou, São Paulo, 1974.

MACDONALD, J. B.; DE FARIA, M. S. Fábricas Recuperadas Na América Latina e Além: uma questão para hoje e amanhã? Revista do Mestrado Profissional Gestão em Organizações Aprendentes (UFPB), v.1, n.1, p. 48-68, 2012.

MYRDAL, G. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

NAMORADO, R. Cooperativismo. In: CATTANI, A. D; LAVILLE, J-L; GAIGER, L. I.;

HESPANHA, P. (Orgs.). Dicionário Internacional da Outra Economia. Almedina: Coimbra, 2009.

RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. Abril S.A., São Paulo, 1985.

RICOMINE, N. de C.; et al. El Ministerio de Economía Argentina en la crisis de 2001. In:

RINALDI, P. N.; MACHADO, R. S. (Orgs.) Globalização e regionalismo: guia de estudos Facamp Model United Nations 2014. Campinas: Facamp Editora, 2014. p. 137 – 160.

RUGGERI, A.; et al. Las empresas recuperadas en Argentina: informe del segundo relevamiento del Programa Facultad Abierta. Buenos Aires: Ediciones de la Cooperativa Chilavert, 2005.

RUGGERI, A. (Org.). Las empresas recuperadas: autogestión obrera em Argentina y América Latina. Buenos Aires: Editorial de La Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2009.

RUGGERI, A. Informe del IV relevamiento de Empresas Recuperadas en la Argentina. 2014: las empresas recuperadas en el período 2010-2013 . 1 ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cooperativa Chilavert Artes Gráficas, 2014. Disponible em: <http://www.recuperadasdoc.com.ar/Informe_IV_relevamiento_2014.pdf>. Acceso em: 04/07/2016.

A RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS EM CRIMES AMBIENTAIS E A MACROLÓGICA DO DIREITO ECONÔMICO

PENTEADO, C. W.¹

RESUMO - O Direito Penal Ambiental hodiernamente é reconhecido como legítimo e necessário para tutelar as ações contra o meio ambiente e os bens de natureza coletiva. O meio ambiente há muito é reconhecido como um bem de extrema relevância para a sociedade e para as futuras gerações, ou seja, é reconhecido como um bem jurídico penal, consoante a função *ultima ratio* desse ramo do Direito. A responsabilidade penal das pessoas jurídicas nos crimes ambientais tem sido admitida pelos Tribunais e por parte da doutrina. Sabe-se que os mais graves atentados ao meio ambiente são causados pelas empresas e indústrias. Essa nova concepção da dogmática penal é vista por alguns como aberração e por outros apenas como “realismo”. A dificuldade em compreender a temática reside na “macrológica” – própria do Direito Econômico – empregada. A referida lógica não visa fazer justiça entre dois indivíduos ou mais; visa fazer justiça num universo de relações agregadamente considerado e abstraindo das relações individualmente consideradas. Acredita-se ser possível a responsabilização penal das pessoas jurídicas e a condenação destas em matéria ambiental como uma evolução da dogmática jurídico penal, até mesmo como uma forma de controle do curso do processo e às sanções aplicadas.

Palavras-chave: Direito Penal Ambiental. Responsabilidade Penal. Evolução da Dogmática Penal.

The criminal liability of legal persons in environmental crimes and the “macrológica” of the Economic Law

ABSTRACT - The Environmental Criminal Law is nowadays recognized as legitimate and necessary to protect actions against the environment and assets of a collective nature. The environment has long been recognized as a very important asset for society and for future generations, it is recognized as a criminal legal value, consonant with the *ultima ratio* function of this subject of Law. The criminal liability of legal persons in environmental crimes has been admitted by the courts and by part of the doctrine. It is known that the most serious attacks on the environment are caused by companies and industries. This new conception of criminal dogmatism is seen by some as an aberration and by others only as “realism.” The difficulty in understanding the subject lies in the “macrológica” - proper of the Economic Law - employed. The said logic does not aim to do justice between two individuals or more; aims to do justice in a universe of relationships that is considered and abstracted from the relationships individually considered. It is believed that it is possible to criminalize legal persons and condemn them in environmental matters as an evolution of criminal legal dogmatics, even as a form of control of the course of the process and the sanctions applied.

Keywords: Environmental Criminal Law. Criminal Liability. Evolution of Criminal Legal Dogmatics.

¹ Professora de Direito Penal nas Faculdades Integradas Santa Cruz, advogada criminalista, mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. C-eletrônico: camilapenteadow@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O Direito Penal Clássico tende a resistir à quebra de seus postulados, apresentando e dando sustentáculo a um arsenal punitivo incompatível com a tutela de bens coletivos, especialmente à tutela do meio ambiente, à responsabilização dos entes empresariais e à tutela de bens de natureza econômica.

Esta “estranheza” que causa a propensão de rechaçar a tutela penal do meio ambiente e a responsabilização penal das pessoas jurídicas, certamente encontra raiz nas regras e na “macrológica” que segue o Direito Econômico. O Direito Econômico não possui o formato dos ramos tradicionais do Direito, pois não se caracteriza pela matéria que trata, mas pelo tipo de lógica que dita as normas que se costuma identificar como sendo integrantes deste ramo. Suas normas estão estabelecidas na legislação das mais diversas áreas, forçando os profissionais identificá-las e procurar novos parâmetros de interpretação, adequando ao modo de que foram concebidas.²

É de se ressaltar que vivemos em uma época marcada por acelerado incremento tecnológico e evoluída organização sistemática, sendo constatado com perplexidade o rápido surgimento de alguns fenômenos decorrentes de tais mudanças, dentre eles novas formas de delinquência. Por outro lado, as ciências tradicionais nem sempre contam com um aparato analítico e **dogmático** que ofereça uma resposta condizente com os problemas decorrentes destes novos fatores³.

Portanto, é oportunamente colocada a necessidade de se revisar os conceitos teóricos tornando o Direito Penal mais realista e factível, intimamente relacionado às modernas demandas sociais, sem ignorar os serenos preceitos da dogmática tradicional, que obteve conquistas valiosas e sólidas de caráter atemporal.⁴

É exatamente esta coerência, de se adequar a realidade social e considerar um universo agregado de fatores, que segue a “macrológica” do Direito Econômico, que causa estranheza ao Direito Penal clássico como em qualquer outro ramo do Direito. Porém, com a aludida “macrológica” não se pretende extirpar os conceitos tradicionais das disciplinas clássicas, sendo perfeitamente possível conceber uma parte do Direito que cuide especialmente da relação do Direito Penal com o Direito Econômico e Ambiental, com precisão e segurança, sem contribuir para a indesejada flexibilização de garantias criminais, apenas oferecendo uma resposta adequada ao dinamismo da sociedade atual.

Não obstante haja controvérsias na doutrina penal quanto à intervenção do Direito Penal na tutela da atividade econômica do Estado e também na proteção do meio ambiente⁵, o Direito Penal Ambiental hodiernamente é reconhecido como uma área co-existente com o Direito Penal clássico, legítimo e necessário para tutelar as ações contra o meio ambiente e os bens de natureza coletiva.

Quanto à responsabilidade penal das pessoas jurídicas nos crimes ambientais, embora ainda se tenha calorosas discussões, esta tem sido admitida – com enfoque macrológico, ou seja, elaticendo os ditames da dogmática penal clássica – justamente para despojar uma crescente modalidade criminosa, que utiliza a empresa como escudo para que não se possa atingir os verdadeiros responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente.

O presente trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema – tão debatido na doutrina nacional – nem mesmo acalorar o debate de prós e contras e de (im)possibilidades da responsabilidade penal

2 FERRAZ, Roberto. A Macrológica do Direito Econômico. p. 80-81.

3 OLIVEIRA, William Terra de. Algumas Questões em Torno do Novo Direito Penal Econômico. Revista Brasileira de Ciências Criminais. Ano 3, n. 11 – julho – setembro – 1995. p. 231.

4 OLIVEIRA, William Terra de. Algumas Questões em Torno do Novo Direito Penal Econômico. Revista Brasileira de Ciências Criminais. Ano 3, n. 11 – julho – setembro – 1995. p. 232.

5 Alguns autores (principalmente os da “Escola de Frankfurt” HASSEMER, HERZOG, NAUCKE, ALBRECHT) criticam severamente a atuação do Direito Penal nestes novos setores, pois assim poderia se originar o sacrifício de garantias essenciais do Direito Penal clássico e até mesmo a sua condição de ultima ratio, porém parte da doutrina alemã se posiciona de forma contrária, ou seja favorável a extensão do Direito Penal, no sentido de que abarque não só comportamentos que afetam a economia. Em: RIOS, Rodrigo Sánchez, Reflexões Sobre o Delito Econômico e a sua Delimitação. Revista dos Tribunais. Ano 89 – Maio de 200. Vol 775.p. 434 – 437.

dos entes coletivos. O escopo deste artigo é trazer um enfoque diferenciado na interpretação de grandes questões do Direito Penal Econômico e Ambiental, especificamente quanto à responsabilidade penal das pessoas jurídicas nos delitos ambientais.

O presente trabalho é dividido em duas seções principais. A primeira explica o Meio Ambiente como um valor de grande relevância, essencial para a sociedade, o que justifica entrar na categoria de bem jurídico penal, em consonância com a função criminal de último remédio do poder punitivo estatal. A segunda parte versa sobre a responsabilidade penal das pessoas jurídicas em crimes ambientais versus os conceitos da dogmática penal tradicional e o princípio da responsabilidade individual. Aborda-se, também na segunda seção, a espécie de lógica empregada para dirimir tais questões.

2 RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA EM CRIMES AMBIENTAIS

2.1 O MEIO AMBIENTE COMO OBJETO DE TUTELA PENAL.

O criminoso ambiental – como acentuam Vladimir Passos de FREITAS e Gilberto Passos de FREITAS – é de certa forma bem aceito pela sociedade por não oferecer qualquer perigo aparente. Quem causa danos ao meio ambiente é visto como um delinquente a quem a aplicação de sanção penal surpreende, já que o crime ambiental nem sempre é tão chocante quanto outros tipos penais, tais como homicídio, estupro e roubo que causam maior comoção na sociedade⁶.

Não obstante, é quase ausente na doutrina a discussão do meio ambiente como objeto de tutela penal. Hodiernamente o meio ambiente é reconhecido – até pelos adeptos da doutrina clássica – como um bem jurídico penal, em virtude de sua relevância, ‘escassez’ e também porque as outras disciplinas do Direito não apresentavam mecanismos suficientes para protegê-lo.

Cumprе salientar que o Direito Penal possui função ultima ratio. Assim, a tão citada relevância na tutela dos bens jurídicos, significa que, caso por intermédio de outras fontes como o Direito Civil ou Administrativo a proteção do bem jurídico possa ser efetivada, não se justifica a intervenção do Direito Penal. Isto porque “o valor social do bem merecedor de garantia penal deve estar em consonância com a gravidade das consequências próprias do Direito Penal.”⁷

Essa característica de último remédio do poder punitivo Estatal se evidencia no Princípio da Intervenção Mínima, estabelecendo que esta parte do Direito só deve intervir quando for absolutamente necessário para a comunhão social, por isso se fala do caráter subsidiário do Direito Penal. O princípio da intervenção mínima é uma orientação político criminal restritiva do Poder Punitivo Estatal derivada da própria concepção do estado Democrático de Direito. Este princípio impõe, ainda, que o Direito Penal deve atuar na medida em que puder ter eficácia.

Dentro deste contexto, o meio ambiente foi elevado a bem jurídico penal, pois a maior parte do autores defende o meio ambiente como um bem jurídico específico.

Em termos gerais, partindo de uma visão antropocêntrica, a tutela do meio penal ambiente justifica-se por ser imprescindível para o desenvolvimento e a existência do homem, confundindo-se com a ideia de qualidade de vida para este. Por outro lado, por uma perspectiva ecocêntrica, entende-se que o meio ambiente deve ser protegido por si próprio, ultrapassando os limites da ótica individual dos bens que são envolvidos e cujo valor independe da exposição a perigo deles.⁸

6 FREITAS, Vladimir Passos de; FREITAS, Gilberto Passos de. Crimes contra a natureza. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. P. 67.

7 PRADO. Luiz.Regis. Bem jurídico-penal. Editora Revista dos Tribunais 1996. p. 105.

8 PRADO. Alessandra Rapassi Mascarenhas. Proteção Penal do meio ambiente. São Paulo. Editora Atlas S. A. – 2000. p 82/83.

Hodiernamente é muito defendido o pensamento de Fritjof CAPRA, explica o referido autor que atualmente estamos vivendo uma mudança de paradigmas – que está ocorrendo não apenas no âmbito da ciência mas também na arena social – e essas mudanças podem ser traduzidas em uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. Essa teoria basicamente sustenta que todos nós seres vivos formamos uma teia e que todas as espécies são indispensáveis para esta formação. As relações humanas são trazidas apenas como um fio particular dessa teia e nada mais.⁹

Independentemente da teoria que se adote, evidencia-se que a questão ambiental é de suma importância. Assim, a proteção penal do meio ambiente não é apenas uma instrumentalização política do Direito Penal e sim realidade objetiva do ser.

Sendo assim, pode-se afirmar que o meio ambiente é merecedor de tutela penal, já que se trata de um bem jurídico de especial transcendência cuja proteção resulta essencial para a própria existência da humanidade e da vida em geral. Tal bem se encontra seriamente ameaçado e sua conservação e manutenção justificam as mais contundentes medidas de proteção que pode proporcionar o ordenamento jurídico.

Luiz Regis PRADO aduz:

“o ambiente, como bem jurídico de natureza transindividual difusa, - digno, capacitado e merecedor de tutela penal -, adequado ao livre desenvolvimento da pessoa humana, com vistas à proteção e melhora de sua qualidade de vida (exercício, gozo de todas as suas potencialidades), de conformidade com a diretriz (formal e material) perfilhada no texto maior. É de se reter ainda, que no Estado democrático e social de Direito, a lei penal não deve se contentar em punir as agressões ao meio ambiente, mas também alcançar os comportamentos que dificultem ou impeçam o seu desfrute de forma livre e solidária.”¹⁰

O Direito Penal tem se prestado com eficácia no papel de proteção e prevenção ao meio ambiente, tendo em vista que hodiernamente, mesmo em se tratando da criminalidade clássica, as finalidades por ele perseguidas voltam-se muito mais a uma prevenção da realização de condutas atentatórias aos bens jurídicos protegidos do que a uma retribuição do mal praticado pelo infrator. Assim, os efeitos da condenação por crime ambiental tem um caráter não só retributivo mas também de prevenção geral e especial.

Neste contexto, pode-se afirmar que a ação do homem é um risco iminente para o meio ambiente, seja de forma individualizada ou coletiva implicando nos mais variados resultados prejudiciais para a sociedade e a vida humana. Os inúmeros casos de ataques ao meio ambiente somados aos fracassos do ordenamento jurídico para protegê-lo adequadamente, revela a luta contra esta realidade, na qual todos os instrumentos jurídicos que a sociedade dispõe devem ser utilizados, inclusive o Direito Penal, que deve buscar responsabilização por meio de uma política criminal que reconheça os valores vitais na ordem de salvaguardar a qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

A tutela do meio ambiente e a questão ambiental como um todo, também podem ser encarados como questões econômicas, muitas vezes a escolha entre danificar, poluir ou agredir o meio ambiente reflete uma escolha entre o que será o mais vantajoso economicamente para a empresa ou até mesmo para a pessoa física. Ainda, ressalta-se que os danos ao meio ambiente, atingem, indiretamente, a ordem econômica. Pois é de conhecimento comum que atualmente a preservação ambiental é uma preocupação mundial, inclusive requisito para alguns investidores externos se instalarem no país, que o Governo tem gastos imensos com preservação do meio ambiente e, principalmente que grandes danos ambientais geram, inclusive, problemas de ordem pública.

9 CAPRA, Fritjof. A teia da vida. São Paulo. Cultrix, 2004.

10 PRADO. Luiz Regis. Problemas Fundamentais do Direito Penal do Ambiente. Editora Revista dos Tribunais. 2005. p 133.

Rodrigo Sánchez RIOS acentua, com base nas reflexões de Klaus TIEDMANN, que não é nada simples delimitar as condutas que devem fazer parte do chamado Direito Penal Econômico. Explica que, partindo do critério do bem jurídico, será possível estabelecer se a conduta afeta diretamente um bem jurídico coletivo ou individual de conteúdo econômico, conferindo ao tipo penal a qualidade de delito econômico.

O aludido autor faz a distinção entre um bem imediato (aquele que é diretamente lesionado) e bem mediato e explica que na análise do tipo penal econômico específico “o que resultará num primeiro momento, diretamente lesionado por parte da ação do sujeito ativo, será sempre o bem jurídico imediato”¹¹. Assim, a ordem econômica não aparecerá como bem jurídico diretamente protegido em todas as figuras delitivas ditas de Direito Penal Econômico, mas sim como bem mediato que em última análise será afetado. Não obstante, não se pode afirmar com certeza quais são seus principais contornos e traços demarcatórios.

Sendo assim, porque os delitos ambientais afetam indiretamente a ordem econômica, se acredita que eles podem ser caracterizados também como objeto do Direito Penal Econômico.

2.2 A DOGMÁTICA PENAL CONTEMPORÂNEA E A RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA EM CRIMES AMBIENTAIS.

Durante a Idade Média surgiu a possibilidade de responsabilizar penalmente as corporações (pessoas jurídicas) como uma necessidade exclusivamente prática da vida estatal e eclesiástica. Tal orientação perdurou até os fins do século XVIII, pois com os ideais iluministas e do direito natural, a responsabilidade coletiva tornou-se incompatível com a nova realidade de autodeterminação do indivíduo que representaram as conquistas democráticas da Revolução Francesa¹².

No entanto, na segunda metade do século XIX, por intermédio de Otto GIERK com a “Teoria da Realidade”, surgiu a possibilidade de responsabilizar criminalmente a pessoa jurídica. Para os defensores desta teoria, as pessoas jurídicas são entes reais, têm poder de deliberação e vontade distinta de seus membros, podendo, portanto, dirigir estas atividades para a prática de ações delituosas. Sendo o sujeito do delito, devem responder penalmente pelos seus atos. Porém, esta teoria não se fixou, sendo majoritariamente aceita a denominada “Teoria da Ficção” – que teve origem no Direito Romano e foi efetivamente criada no final do século XVIII por Feuerbach e Savigny – firmada no princípio *societas delinquere non potest*^{13 14}.

A tendência de responsabilização penal das empresas se fortaleceu após a primeira Grande Guerra, pois o Estado passou a ser mais intervencionista, regulando a produção e distribuição de produtos prevendo punições mais graves para as violações normativas. E, ainda, pelo fato de as empresas passarem a ser as principais descumpridoras das determinações estatais¹⁵.

Em grande parte do mundo a responsabilidade penal das empresas é bem aceita. Em Portugal, a responsabilidade penal é atrelada à exigência de haver uma conexão entre o comportamento do agente e o ente coletivo. Na Grã-Bretanha, há a possibilidade de responsabilização da pessoa jurídica por uma criação jurisprudencial do início do século XIX, o que mais tarde por uma intervenção legislativa foi re-

11 RIOS. Rodrigo Sánchez. Reflexões Sobre o Delito Econômico e a sua Delimitação. Revista dos Tribunais. Ano 89 – Maio de 200. Vol 775. p. 441.

12 BITENCOURT, Cezar Roberto. Reflexões sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica. Revista da Ajuris. Ano XXVI, n. 80. Dezembro de 2000. P. 67.

13 Expressão latina que significa: A sociedade não pode delinquir.

14 CASCAES, Pedro. FREITAS, Carolina. SILVA, Milena. UMANN, Patrícia. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica. Rev. Faculdade de Direito da FMP. N1. 2007. P. 196/197.

15 SCHECAIRA. Sérgio Salomão. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica por Dano Ambiental. Parecer. Revista de Estudos Criminais Ano2 – 2003. N 08. p 151

conhecido. No Canadá, a responsabilidade penal das pessoas jurídicas figura como regra geral. Na Holanda, em 1976 houve alteração do artigo 51 de seu Código Penal para que se admitisse tal responsabilização¹⁶.

A França, reformou seu código em 1994, inserindo a responsabilização do ente jurídico. Na Alemanha, assim como na Espanha, a punição feita às empresas é apenas por via de multas administrativas, pois vigora o princípio “societas delinquere non potest”.¹⁷ Da mesma forma ocorre na Itália, país no qual vigora o princípio da responsabilidade pessoal, admitindo-se apenas na esfera civil a responsabilização das empresas¹⁸.

No Brasil a responsabilidade penal da pessoa jurídica foi introduzida pela Constituição da República de 1988, em seu artigo 225, parágrafo 3o, que determina que as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão aos infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas. O texto constitucional, desta forma, afirmou a responsabilidade penal da pessoa jurídica quanto aos crimes ambientais.

Quase um decênio após a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi editada a Lei nº 9.605/98, a qual passou a regular as sanções penais e administrativas aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, dispondo, inclusive, sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica em delitos dessa espécie, assim prescrevendo em seu art. 3º e parágrafo único:

“Art. 3.o As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade. Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.”

É de conhecimento de todos que os mais graves atentados ao meio ambiente são causados pelas empresas e indústrias, ou seja, pelas pessoas jurídicas. Assim, houve a necessidade de se atribuir responsabilidade penal a estes entes, pois um direito penal exclusivamente individualista não poderia atingir as sociedades e foi por intervenção delas que criminosos passaram a agir com o objetivo de auferir lucro e vantagens.

Porém, como já mencionado, o Direito Penal tradicional traz conceitos dogmáticos incompatíveis com a responsabilização penal das empresas. As noções de conduta e de culpabilidade são formuladas de acordo com a pessoa humana, sendo impróprias para tais entidades¹⁹.

Para os estudiosos adeptos da doutrina tradicional, a responsabilidade penal só pode ser pessoal, reportando-se ao já citado princípio *delinquere non potest*. A referida teoria da Ficção, aperfeiçoou a tese de irresponsabilidade penal das pessoas jurídicas, por estas se tratarem de entes fictícios, sem existência real, e portanto sem consciência e sem vontade, impossibilitadas de praticar crimes, por não possuírem a capacidade de conduta²⁰.

Assim, a crítica contundente feita à possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica reside na falta de ação, imputabilidade, consciência e vontade. Pois o sujeito ativo sempre foi quem pratica a figura típica descrita na lei. Portanto, na concepção clássica, só o homem poderia ser agente ou autor de um crime.

Para esta parte da doutrina, quando uma empresa pratica um delito, quem será punido e responsabilizado serão os diretores, administradores ou gestores, mas nunca a própria empresa. Luis Gracia MARTÍN afirma que toda a teoria de responsabilização penal da pessoa jurídica não é defensável em

19 SMANIO, Gianpaola Poggio. A responsabilidade penal da pessoa jurídica. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5713>.

20 CASCAES, Pedro. FREITAS, Carolina. SILVA, Milena. UMANN, Patrícia. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica. Rev. Faculdade de Direito da FMP. N1. 2007.

Direito Penal porque todos os argumentos favoráveis a este tipo de imputação remetem constantemente as pessoas físicas e não há nenhuma razão que justifique ou legitime a imposição de uma pena a tais entes.²¹

Juarez Cirino dos SANTOS aduz que o conceito de crime, representado pelas categorias de tipo de injusto e de culpabilidade, não pode ser “reconstruído” com base na indefinível vontade coletiva ou pragmática produtora da ação institucional da pessoa jurídica. E, ainda, que o conceito de pena, representado pelos princípios de retribuição da culpabilidade e de prevenção da criminalidade, não pode incidir sobre a psique impessoal e incorpórea da pessoa jurídica, insuscetível de produzir qualquer atitude.²²

Todavia, argumenta Muñoz CONDE:

“O princípio *societas delinquere non potest* só tem razão de ser em uma sociedade na qual realmente as pessoas jurídicas não tinham a importância que têm hoje em dia. Que uma pessoa jurídica, sobretudo na forma de sociedade anônima, com um capital social e uma atividade econômica de bilhões de reais ou de dólares, possa ficar isenta de pena, é algo que hoje em dia, produziria hilaridade, ou melhor, a irritação de qualquer cidadão comum.”²³

Outra objeção feita pelos adeptos à dogmática tradicional é que o artigo 225 parágrafo 3o, se contrapõe ao art. 5o XLV, que dispõe: “*nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido*”.

Contudo, rebatem os defensores do tema, os princípios constitucionais têm o mesmo status, o que significa que um não pode afastar a aplicabilidade do outro, pelo contrário, eles devem coexistir. Assim, a pena poderá ter reflexos além do indivíduo, pois não se exige que o condenado esteja exclusivamente só quando da prática do crime.

Fábio Bittencourt da ROSA explica que não há lógica na atribuição de responsabilidade criminal a quem não pensa. Porém, também não há lógica em responsabilizar civilmente quem não decide. Como o pragmatismo impôs o reconhecimento da personalidade jurídica às sociedades, é ele novamente que há de imperar para atribuir responsabilidade penal à pessoa jurídica. Explica ainda, o referido autor, que a pessoa jurídica não passa de um mero patrimônio que somente recebeu significado porque a norma lhe emprestou este significado e não é por outro motivo que a empresa pode contratar.²⁴

João Marcelo de ARAUJO JUNIOR afirma que a questão mais difícil de ser enfrentada se refere ao fundamento moral dessa reprovabilidade. Afirma-se que a pessoa jurídica possui responsabilidade moral e, portanto, o juízo de reprovação sobre suas ações caracterizaria uma responsabilidade social, algo que o Direito Penal Clássico desconhece.²⁵

Segundo Rodrigo Sánchez RIOS a irresponsabilidade da pessoa jurídica é evidente, e a suposta criminalização desta, constituiria um retrocesso no que concerne aos conceitos próprios da responsabilidade penal individual. O referido autor indaga até que ponto há a necessidade de sanções penais específicas contra as

21 La Cuestion de La Responsabilidad Penal de Las Propias Personas Jurídicas. Em: Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica. Coordenação Luiz Régis Prado. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo 2001. p. 66/75.

22 SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito Penal Parte Geral. 3. Edição. Lumen Juris. Curitiba. ICPC. 2008. P. 455 – 456.

23 A delinqüência econômica e o provérbio *societas delinquere non potest*”, Caderno Direito e Justiça – Jornal Estado do Paraná, 18.04.1993, p. 26. Apud RIOS. Sanchez. Indagações sobre a possibilidade da imputação à pessoa jurídica no âmbito dos delitos econômicos. In: Luiz Régis Prado. (Org.). Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica: em defesa do princípio da imputação penal subjetiva. 01 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, v. 01

24 ROSA, Fábio Bittencourt da. Direito Penal Parte Geral. Editora Impetus. Rio de Janeiro 2003. P. 75 – 80. 25 ARAUJO JUNIOR, João Marcello de. *Societas Delinquere Poteste – Revisão da Legislação Comparada e Estado Atual da Doutrina*. P. 93. In: Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica e Medidas Provisórias e Direito Penal. Coord. Luiz Flávio Gomes. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 1999.

peças jurídicas e sugere medidas de ordem administrativa próprias de sistema normativo que visa obter uma resposta sancionatória à pessoa jurídica.²⁶

É de se concordar que a responsabilidade penal das pessoas jurídicas não pode ser definida a partir dos conceitos tradicionais de tipicidade, ilicitude e culpabilidade, que se referem à conduta individual. E que há a necessidade de uma reformulação da teoria do Direito Penal e dos Códigos Penal e Processual Penal brasileiros para adaptarem-se à nova realidade. Vladimir Passos de FREITAS e Gilberto Passos de FREITAS afirmam que a culpabilidade da pessoa jurídica não se define a partir do Direito Penal tradicional, mas através da reprovabilidade da conduta praticada contra o meio ambiente.²⁷

É certo que os parâmetros da dogmática clássica – a qual sustentava que apenas o homem poderia delinquir – não são aplicáveis para a responsabilidade penal das empresas, porém é necessário verificar que há cada vez mais crimes praticados por empresas especialmente contra o meio ambiente que não podem ficar impunes. Como dispõe Fernando Cesar BOLQUE:

“Se não houvesse a responsabilidade penal da pessoa jurídica, a questão seria resolvida no arquivamento do inquérito policial, posto que os funcionários que ali estariam praticando em tese o crime, assim agiriam por determinação superior, em nítido caso de obediência à ordem hierárquica superior. Como poderiam negar a realização da ‘tarefa’ de ‘limpeza da área’ para o plantio da cana? Se assim o fizessem, a resposta seria demissão.”²⁸

Há a necessidade de reformulação e adaptação dos conceitos tradicionais para que se ajustem à realidade. De acordo com Eladio LECEY “distinto deve ser o conceito de culpabilidade com relação à pessoa física e à jurídica, não tendo como elemento, com relação à última, a potencial consciência da ilicitude, exigível no tocante ‘a pessoa natural.’”²⁹ Este distinto conceito de culpabilidade para a pessoa jurídica, significa que, para que se caracterize o crime e conseqüentemente se possa responder criminalmente, é necessário que este seja praticado por deliberação dos sócios e que seja em benefício da entidade.

Como já explicitado, essa nova concepção da dogmática penal contemporânea é vista por alguns como aberração e por outros apenas como “realismo”. A dificuldade em compreender esta temática reside na “macrológica” – própria do Direito Econômico – empregada. Esta lógica não visa fazer justiça entre dois indivíduos ou mais; visa fazer justiça num universo de relações agregadamente considerado e abstraído das relações individualmente consideradas. As regras que a seguem pretendem promover certas tendências ou dar resposta a tais tendências. E essa diferente maneira de conceber as normas jurídicas tem especial importância ao tratar-se da defesa do meio ambiente.³⁰

Não há dúvidas de que tal problema é uma questão econômica, alguns dirigentes decidem utilizar suas empresas degradando o meio ambiente para auferir mais lucros ou muitas vezes não querem utilizar métodos mais seguros para não diminuírem seus ganhos. Por este motivo gera tanta polêmica e disparidade com a dogmática penal, que não é, usualmente, utilizada para resolver questões desta ordem.

O Direito Econômico tem suas normas estabelecidas na legislação das mais diversas áreas, forçando os profissionais identificá-las e procurar novos parâmetros de interpretação, adequando ao modo de que foram concebidas. Explica Roberto FERRAZ que o enfoque macrológico do direito econômico visa

26 RIOS, Sanchez. Indagações sobre a possibilidade da imputação à pessoa jurídica no âmbito dos delitos econômicos. In: Luiz Régis Prado. (Org.). Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica: em defesa do princípio da imputação penal subjetiva. 01 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, v. 01

27 FREITAS, Vladimir Passos de; FREITAS, Gilberto Passos de. Crimes contra a natureza. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p. 67.

28 BOLQUE Fernando Cesar. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v. 5, n. 18, p. 233.

29 LECEY, Eládio. Proteção do Meio Ambiente e a Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica. Revista AJURIS Especial. São Paulo p. 179. julho de 1999.

30 FERRAZ, Roberto. Instrumentos Econômicos de Proteção ao Meio Ambiente. O artigo 36 da Lei 9.998/80.

fazer justiça em um universo de relações agregadamente considerado, opondo-se ao interesse individual tradicionalmente concebido e por isso causa grande estranheza quando confrontado com os ditames tradicionais concebidos na dogmática clássica.³¹

A teoria tradicional tende a rechaçar a responsabilização penal das empresas, porém atualmente os mais graves atentados ao meio ambiente são praticados por elas. A “macrológica” visa adequar esta realidade com a teoria clássica, elasticando os ditames tradicionais para que as normas não fiquem em defasagem com o dinamismo da sociedade e as novas formas de criminalidade.

Esta lógica diferenciada é que caracteriza a responsabilização criminal das empresas como uma norma de Direito Econômico no âmbito do Direito Penal. Com a aludida “macrológica” não se pretende extirpar os conceitos tradicionais das disciplinas clássicas, apenas resolver e criar normas que, anteriormente, se verificadas pelos ditames clássicos, não seriam eficazes na prática.

Atualmente se verifica que a proteção ao meio ambiente precisa ser vista como algo muito maior que a simples adoção de fronteiras entre lícitos e ilícito ou a lógica formal de imputação, caso ficasse reduzida aos ditames tradicionais não chegaria a ser minimamente efetiva.

Assim, embora renomados autores defendam que não se pode responsabilizar penalmente a pessoa jurídica, em contrapartida, há crimes que são praticados quase exclusivamente pelas pessoas jurídicas e no exclusivo interesse delas. Não há como admitir que não fossem responsabilizadas.

Fernando Cesar BOLQUE afirma: “Pessoalmente entendo que se trata de um avanço, posto que muitas vezes crimes ambientais que são atribuídos a pessoas físicas, não passam de um disfarce de seus verdadeiros autores – a pessoa jurídica.”³²

Segundo Fábio Bittencourt da ROSA:

“Quando o colegiado que dirige a pessoa jurídica decide poluir um rio, despejando os dejetos, porque dispendioso seria agir de outro modo; ou, por outro lado, opta por uma solução de previsível insuficiência para evitar o dano ocasionando-o, evidentemente não está ante uma ação individual, mas na presença de uma atividade da própria sociedade, do empreendimento, e, logo, este há de responder pelo crime tipificado. A autoria da pessoa jurídica deriva da capacidade jurídica de ter causado um resultado voluntariamente e com desacato ao papel social imposto pelo sistema normativo vigente.”³³

A imputabilidade de certa conduta da pessoa jurídica como relevante para o direito penal, deve ser analisada sob a ótica da responsabilidade e função social da empresa. Segundo Edward Ferreira Filho, “deve ser verificada a questão da capacidade de atribuição a fim de possibilitar a separação da conduta pessoal daquela realizada para a consecução dos fins do ente coletivo, que somente a este deve ser atribuída, salvo em casos de co-autoria com o representante legal.”³⁴

Esta nova modalidade de responsabilização afasta o conceito de responsabilidade objetiva ou subjetiva e traz uma nova esfera, que é a responsabilidade social - penal da empresa. Assim, esta é a conduta penalmente relevante, representando a responsabilidade social penal e também a individual penal, colocando como réus o sócio e a pessoa jurídica na ação penal.

31 FERRAZ, Roberto. A Macrológica do Direito Econômico. p. 80 -84.

32 BOLQUE Fernando Cesar . A responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica. Revista de Direito Ambiental. n. 18 p. 233

33 ROSA Fábio Bittencourt da. Direito Penal: Parte Geral – Rio de Janeiro. Editora Impetus 2003. Pág 85.

34 FERREIRA FILHO, Edward. As pessoas jurídicas como sujeito ativo de crime na Lei 9.05/98. Revista de Direito ambiental, São Paulo, v. 3 n. 10, p. 23. 1998.

Diante de todo o exposto, me valho da conclusão de Eladio LECEY:

“Possível, assim, a criminalização da pessoa jurídica, compatível com um direito penal consentâneo com seu tempo de reclamo à punição da criminalidade contra interesses coletivos e difusos, com as infrações contra o meio ambiente, o que hoje, entre nós, é já uma realidade através da Lei dos Crimes Contra o Meio Ambiente, cujas normas devem tornar-se efetivas a uma indispensável proteção do ambiente”³⁵.

Por fim, quanto às penas aplicáveis às empresas, podem haver isolada, cumulativa ou alternativamente a multa, a pena restritiva de direitos e a prestação de serviços à comunidade. A multa, conforme preceitua o artigo 18 da Lei 9605/98 será calculada segundo os critérios do Código Penal, podendo ser aumentada em até três vezes se o valor se revelar ineficaz, tendo em vista a vantagem econômica auferida.

As penas restritivas de direito podem ser suspensão total ou parcial de suas atividades, interdição temporária de estabelecimento obra ou atividade, proibição de contratar com o poder público, bem como dele obter subsídios, de acordo com o artigo 22 da lei 9605/98. As prestações de serviços à comunidade podem se dar de diversas formas, como cursos de educação ambiental. Porém, é necessário observar que sempre deve haver proporcionalidade entre o crime cometido, as vantagens auferidas e o quantum a ser despendido na prestação dos serviços.

Importa ressaltar que a responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais vem sendo admitida desde que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que atua em seu nome ou em seu benefício.

3 CONCLUSÃO

Diante do breve exposto, conclui-se que o meio ambiente é um bem jurídico, definido a partir da Constituição da República, que merece tutela penal face sua relevância e também em virtude da ineficácia dos outros ramos do Direito na efetividade de sua proteção. Assim, a proteção deste bem está em consonância com as bases fundamentais do Direito Penal, inclusive sua função *ultima ratio*.

Neste contexto, é de conhecimento comum que os mais graves danos causados ao meio ambiente são realizados no âmbito das empresas e durante muito tempo estas eram utilizadas como uma barreira para que os verdadeiros responsáveis pelos crimes ambientais não fossem responsabilizados. Não obstante ser considerada pragmática e artificial, privilegiadora do fim em detrimento do meio – o que seria inconcebível em matéria penal – houve a necessidade de se atribuir responsabilidade penal aos entes coletivos. Isto porque os outros ramos do direito não foram suficientes na proteção dos danos ambientais, sendo absolutamente necessária a intervenção penal para conter tais condutas.

A responsabilidade penal da pessoa jurídica causa estranheza à dogmática clássica pois não é definida a partir dos conceitos tradicionais do Direito Penal, que foi construído em função exclusiva da pessoa física.

Saliente-se que o alto índice de criminalidade ambiental no âmago das empresas é uma questão econômica – pois todas as decisões de uma forma geral dentro de uma empresa giram em torno de obtenção de lucros e expansão de suas atividades – e a responsabilização penal destas, é, portanto, uma norma de Direito Econômico.

Sendo uma norma de Direito Econômico no âmbito do Direito Penal, a polêmica que causa reside na “macrológica” empregada. A “macrológica” utilizada nas regras de Direito Econômico visa fazer justiça

35 Ob. Cit.

em um universo agregado de fatores e não apenas utilizar os parâmetros clássicos do ramo do Direito em que esta se empregado a norma. A “macrológica” de tais embates não procura apenas adequar a questão aos ditames tradicionais resolvendo o caso isoladamente, mas sim resolver a questão analisando outros fatores de grande importância que, analisados pela lógica tradicional da disciplina clássica, não seriam levados em consideração.

Assim, por este motivo é distinto o conceito de culpabilidade empregado na responsabilização penal das empresas, o que significa que, para que se possa responsabilizá-las penalmente, é necessário que o dano ambiental tenha sido causado em benefício da sociedade e por deliberação dos sócios.

Desta forma, acredita-se ser possível a responsabilização penal das pessoas jurídicas e a condenação destas em matéria ambiental como uma evolução da dogmática jurídico penal, até mesmo como uma forma de controle do curso do processo e às sanções aplicadas, que muitas vezes tinham caráter criminal, mascaradas de sanções civis e administrativas.

REFERÊNCIAS

BOLQUE, F. C. A responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica. Revista de Direito Ambiental. n. 18.

CASCAES, P.; FREITAS, C.; SILVA, M.; UMANN, P. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica. Rev. Faculdade de Direito da FMP. N1. 2007.

BITENCOURT, C. R. Reflexões sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica. Revista da Ajuris. Ano XXVI, n. 80. Dezembro de 2000.

FARIA, L. R. de. Direito Penal e a Proteção ao Meio Ambiente. Disponível em: < <http://www.advogado.adv.br/artigos/2004/leonardorochadefaria/dirpenameioambiente.htm>>. Acesso em: 28/05/2009.

FERRAZ, R. A Macrológica do Direito Econômico. Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, v. 142, 2007.

FERRAZ, R. Instrumentos Econômicos de Proteção ao Meio Ambiente. In: Antonio Hermann Benjamin; Eladio Lecey; Sílvia Capelli. (Org.). Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Uso Sustentável de Energia. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2008, v. 1.

FERREIRA FILHO, E. As pessoas jurídicas como sujeito ativo de crime na Lei 9.05/98. Revista de Direito ambiental, São Paulo, v. 3 n. 10. 1998.

FONSECA, L. V. da. Ainda Sobre a Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica nos Crimes Ambientais. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 90, n. 784, p. 497-505, fev. 2001.

FREITAS, V. P. de; FREITAS, G. P. de. Crimes contra a natureza. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

LECEY, E. Proteção do Meio Ambiente e a Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica. Revista AJURIS Especial. São Paulo. julho de 1999.

MARTÍN, L. G. La Cuestion de La Responsabilidad Penal de Las Propias Personas Jurídicas. Em: Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica. Coordenação Luiz Regis Prado. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo 2001.

PRADO, L. R. Bem Jurídico-Penal e Constituição. Editora Revista dos Tribunais. 1996.

PRADO, L. R. Problemas Fundamentais do Direito Penal do Ambiente. Editora Revista dos Tribunais. 2005.

RIOS, R. S. Indagações sobre a possibilidade da imputação à pessoa jurídica no âmbito dos delitos econômicos. In: Luiz Régis Prado. (Org.). Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica: em defesa do princípio da imputação penal subjetiva. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, v. 01.

RIOS, R. S. Reflexões Sobre o Delito Econômico e a sua Delimitação. Revista dos Tribunais. Ano 89 – Maio de 200. Vol 775.

ROSA, F. B. da. Direito Penal: Parte Geral – Rio de Janeiro. Editora Impetus 2003.

ROTHENBURG, W. C. A Pessoa Jurídica Criminosa. Juruá Editora. Curitiba. 1997.

SANTOS, J. C. dos. Direito Penal Parte Geral. 3. ed. Lumen Juris. Curitiba. ICPC. 2008.

SMANIO, G. P. A responsabilidade penal da pessoa jurídica. <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5713>>. Acesso em: 15/06/2009.

SOUZA NETO, C. A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica no âmbito do Direito Penal Ambiental Brasileiro. Dissertação de Mestrado apresentada em 2006 na PUC/PR.

PRESERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ARQUITETURA ANTIGA: UMA BREVE ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL

ZANETTI, E. R.¹; ALVES, J. A. B.²

RESUMO - Este artigo teve como objetivo principal pesquisar o patrimônio arquitetônico histórico de Campina Grande do Sul/PR mediante pesquisa exploratória e bibliográfica e também a realização de entrevista com os proprietários no sentido de se averiguar a percepção e a importância da preservação das construções antigas do município. Pretende-se que esse estudo possa servir como subsídio para a criação de uma lei que venha legalizar a preservação e manutenção do patrimônio ainda existente fomentando o turismo cultural no município, visto que partes significativas das construções de interesse cultural já não existem mais no município. A história do município com base material é importante para a cultura local e se faz necessária vontade política e iniciativa por parte dos administradores, para que o futuro tenha sua base construída num passado material preservado, e esse é o grande desafio cultural para a administração pública.

Palavras-chave: Patrimônio Arquitetônico. Preservação Histórica. Turismo Cultural. Campina Grande do Sul/PR.

Preservation and maintenance of antique architecture: a brief analysis of municipality of Campina Grande do Sul

ABSTRACT - This article had as main objective to investigate the historical architectural patrimony of Campina Grande do Sul/PR through exploratory and bibliographical research and also the interview with the owners in order to ascertain the perception and importance of the preservation of the old constructions of the municipality. It is intended that this study may serve as a subsidy for the creation of a law that will legalize the preservation and maintenance of the still existing heritage, promoting cultural tourism in the municipality, since significant parts of the constructions of cultural interest no longer exist in the municipality. The history of the municipality based on material is important for the local culture and political will and initiative are necessary on the part of the administrators, so that the future has its base built on a preserved material past, and this is the great cultural challenge for the public administration.

Keywords: Architectural Heritage. Historical Preservation. Cultural Tourism. Campina Grande do Sul/PR.

1 Graduada em Letras pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) e funcionária da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul/PR. C-eletrônico: eanzanetti@hotmail.com.

2 Economista (UFSC), Doutorando em Ciência e Tecnologia Ambiental (UNIVALI), Mestre em Desenvolvimento Regional (UnC) e Especialista em Planejamento e Gestão do Turismo (UFPR). Professor da Faculdade de Campina Grande do Sul (FACSUL). C-eletrônico: jamaro91@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo versa sobre o turismo cultural partindo se do pressuposto que essa atividade é uma das maiores ferramentas para a revitalização e uso sustentável do patrimônio com iniciativas e empreendimentos seja por intermédios de investimentos públicos e/ou não governamentais na criação, por exemplo, de museus e centros históricos recuperados para uso social.

Diante desse contexto surgiu o problema de pesquisa expresso na forma qual a importância de se preservar o patrimônio arquitetônico histórico-cultural do município de Campina Grande do Sul/PR.

Esse artigo tem por cenário o município de Campina Grande do Sul localizado ao leste da região metropolitana de Curitiba (RMC), no que se refere ao patrimônio arquitetônico e cultural, por acreditar na importância de ações que visem desencadear a valorização e a contemplação desse patrimônio presente no município. Esse tema se mostra relevante, uma vez que alguns prédios já foram reformados e perderam parte ou o que é pior, toda a sua arquitetura histórica, frente ao processo de desenvolvimento do município.

Assim, percebe-se que a comunidade do município não assimila a importância da ambiência diversa entre o contemporâneo e o antigo nas cidades, uma vez que as edificações retratam os períodos, costumes e tradições dos povos.

Havendo uma valorização, pode-se introduzir a educação patrimonial que, por conseguinte, encaminhará o indivíduo à leitura e a apreciação do mundo que o rodeia, fortalecendo suas raízes e incentivando-o, e dessa forma suscitando o empenho da própria comunidade no processo de restauração e conservação desse patrimônio cultural.

O objetivo geral desse estudo foi o de conhecer o patrimônio arquitetônico antigo de Campina Grande do Sul, no sentido de posteriormente encaminhar e quiçá, ser transformado em um projeto de lei que venha amparar legalmente todas as ações voltadas à preservação e manutenção da arquitetura antiga seja, particular ou pública.

A metodologia utilizada para a composição do trabalho, além da pesquisa bibliográfica foi uma pesquisa documental junto a documentos contidos no acervo da prefeitura do município a respeito dos prédios históricos. Há que se ressaltar, contudo, que não foi encontrado nenhum registro documentado sobre as edificações antigas do município. Em função disso, optou-se por realizar visitas em imóveis considerados visualmente como antigos para realizar uma entrevista com os proprietários no sentido de se averiguar a percepção e a importância da preservação das construções antigas do município para manter viva a memória cultural do povo.

Estruturou-se o presente artigo em quatro seções além desta introdução, das considerações finais e das referências. Inicialmente apresentam-se os critérios iniciais para a preservação do patrimônio arquitetônico de uma cidade. Em seguida explanou-se acerca da gestão do patrimônio cultural e na seção seguinte abordou-se os valores e o sentido da preservação de um patrimônio. Por fim, analisou-se a existência de edificações antigas ainda existentes no município dos entes coletivos.

2 CRITÉRIOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE UMA CIDADE

Diante da mentalidade de que modernismo denota desenvolvimento, o município de Campina Grande do Sul, está perdendo seu patrimônio arquitetônico antigo, dando espaço a edificações modernas e sem história. No que se refere ao patrimônio histórico municipal, poderia ainda ter construções do século XVII, porém na atualidade há um reduzido número de edificações construídas nas décadas de 1920 a 1950.

Alguns desses monumentos vêm resistindo às pressões das reformas e dos novos empreendimentos imobiliários, mas muitas construções estão sendo destruídas sem preocupação por parte de seus proprietários, das autoridades políticas e até mesmo da população.

A preservação do conteúdo arquitetônico antigo de uma cidade é um importante marco referencial cultural para a população conhecer e estudar a composição dos estilos arquitetônicos numa determinada época, bem como suas influências étnicas sobre as edificações, padrões sociais, costumes e tradições do povo. Para Machado (2003), o legado cultural deixado ao paranaense pela presença do imigrante europeu pode facilmente ser notado por todos os espaços percorridos nas terras do Estado do Paraná. Além de transformar a face visível da paisagem, com suas colônias que se tornaram cidades, sua arquitetura peculiar, com casas de telhados altos, igrejas com estilo gótico, seus costumes foram incorporados ao *modus vivendi* de todas as pessoas.

Há que sublinhar, que a preservação do patrimônio antigo de uma cidade é um leque de oportunidades turísticas e de estudos sociológicos para o presente e futuro, que se objetiva na construção de uma mentalidade do quanto é importante o ato de preservação. O passado e o presente dão subsídios históricos para a composição do futuro, que atribuirá mais equilíbrio social; para isso se concretizar é necessária a valorização e preservação cultural do município.

Nesse sentido, Cruz (1993, p. 42), diz que “cada comunidade, na sua vivência comum, apresenta um complexo cultural, conseqüentemente um universo de necessidades, que envolve tempo e espaço que devem ser preservados”. Acordante isso se crê que a preservação do patrimônio arquitetônico do município com a participação da comunidade terá grande influência na construção de massa crítica para a sustentação e efetivação do presente artigo num futuro projeto de lei municipal.

No que tange a preservação do patrimônio, Oliveira (2007 p. 22), diz que “a população precisa e deve ser integrada nas discussões e ações de preservação, para que a mesma construa uma identidade com o patrimônio cultural e conseqüentemente, torne-se aliada dos gestores na proteção e na vigia dos bens, que terão relevância cultural para seu povo”.

Para Navolar, (2001) não existe unanimidade quando se envolve conservação, preservação e restauro, haja vista que essas compõem uma temática polêmica, que envolve as memórias, as reminiscências, os mementos³. O restauro, segundo o artigo 9º da Carta de Veneza de 1964 é uma operação que deve ter um caráter excepcional e destina-se a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e arquiteturas, porém uma pessoa pode considerar determinada situação excepcional enquanto outra julga-a corriqueira.

Nesse contexto, Santos (2001, p. 52) afirma que:

[...] de maneira crítica e isenta de perigos da autocomiseração, os méritos, as dificuldades e as contradições envolvidas nas políticas públicas relacionadas ao patrimônio construído no Paraná demonstra a consciência de que os monumentos históricos e a arquitetura atual mantêm uma continuidade e esse mérito permite reunir os dados da conexão entre modernidade e tradição que tanto dignificou a arquitetura brasileira.

No que se refere a atuação nesse tema por parte do poder público em âmbito nacional, o primeiro órgão criado para o trato da preservação no Brasil foi a Inspeção do Patrimônio, em 1934, que permaneceu ativa até 1937. No Paraná, a partir de 1935, passou a vigorar a Lei Estadual n 38/1935, criou o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná como órgão consultivo do governo, destinado a colaborar nas questões de defesa do patrimônio cultural do Estado.

3 Livro de lembranças, agenda onde se anota o que se quer recordar.

3 GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Importante conceituar patrimônio cultural para poder saber como gestioná-lo. Para Kersten (2000, p. 37):

O patrimônio cultural pode ser conceituado como o conjunto de bens culturais produzidos pela humanidade e que esse patrimônio não se refere apenas a imóveis oficiais, igrejas, prédios, palácios, engloba também imóveis particulares, trechos urbanos, ambientes naturais de importância paisagística, imagens, utensílios e outros bens móveis. São também considerados os aspectos culturais intangíveis presentes em uma sociedade, como danças; rituais, entre outros. Desse modo, o patrimônio cultural pode ser dividido em duas dimensões: patrimônio material e imaterial, que são, necessariamente, interligados e articulados.

Oliveira Júnior (2015, p. 18), no artigo 216 da Constituição Federal do Brasil de 1988, o patrimônio cultural brasileiro consiste dos

[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O patrimônio pode ser dividido em material, que de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é composto por vários bens, como arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas e imaterial compreende além dos artefatos fisicamente percebidos, a memória de um povo pode ser lembrada e transmitida por meio de costumes, ritos e mitos que estão presentes no dia a dia de uma comunidade e que são transmitidas de modo informal de pai para filho.

Nota-se que a CF ampliou o conceito de patrimônio ao incluir o valor histórico e cultural, e reconhecendo a existência de patrimônios de natureza material e imaterial. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, patrimônio cultural imaterial é definido como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (KERSTEN, 2000, p. 43).

Observa-se uma mudança na gestão patrimonial das cidades, antes atrelada ao físico e ao material, para a consideração dos aspectos imateriais, isto é, expressões culturais intangíveis. Para Santos (2001, p. 43), isso significa [...] valorizar não somente os vestígios de um passado distante, mas também a contemporaneidade, os processos, a produção.”

Para Navolar (2011, p. 36), é importante que existam “as iniciativas para a incorporação do patrimônio à vida da cidade no plano urbanístico, como a criação de novas funções para certos espaços ou a retomada de suas atividades. Com base nesse novo conceito, a gestão do patrimônio deve ser relacionada

à vivência cultural (material e imaterial) de cada região, não podendo ser generalizada, já que cada município possui o seu contexto. Esse processo aconteceu, na década de 1970, e posteriormente, passou a acompanhar o processo de descentralização de atividades da Constituição de 1988”.

Santos (2001, p. 58) corrobora isso, ao afirmar que “no nível municipal, percebe-se a tendência em ações que envolvam os cidadãos na identificação, na valorização e na potencialização do patrimônio cultural, material ou imaterial.”

Esse direcionamento foi dado já no Artigo 216 da Constituição Federal: “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação. Desde a Constituição Federal de 1934, é do poder público a obrigação de proteger os bens culturais.

O poder de tombá-los está nas mãos das administrações federal, estadual ou municipal, dependendo da localidade em que o bem se encontra e do interesse que o bem a ser tombado gera. O tombamento é um ato do Estado, ou seja, atendidos os requisitos necessários, o órgão público simplesmente executa a ação. Assim, o Estado não pede autorização para tomar uma residência, caso entenda necessário, simplesmente o faz”.

Se o bem integrante do patrimônio cultural, assim definido pela norma constitucional, está em perigo, com risco de destruição, é dever do poder público interferir para protegê-lo, por outro lado, se não há risco atual que ameace o bem, o poder público pode escolher o momento de tomar, utilizando-se assim de sua discricionariedade quanto à oportunidade da prática do ato, não quanto ao seu exercício (NAVOLAR, 2011 apud SOUZA FILHO, 1996, p. 86).

Se existe risco, a obrigação do tombamento é certa; se não há risco, continua a obrigatoriedade do tombamento, sendo facultativo apenas o momento apropriado para tal ato, que fica a critério da administração responsável. O problema, então, está no tipo de avaliação de risco que é realizada no bem cultural. Algumas avaliações são tão óbvias que motivam o poder público a interferir no caso com rapidez, mas, por outro lado, existem situações em que o risco não se apresenta de forma evidente e, em tais momentos, pode pairar dúvida quanto à sua real necessidade.

Há, em tais situações, a possibilidade de se recorrer ao poder judiciário para que o bem seja protegido. A preservação em nível regional implica em se pensar numa noção mais ampliada do patrimônio edificado, a qual deve permitir, explicar e preservar as relações diretamente associadas com seu meio cultural e histórico, bem como com seu entorno natural (DANTAS, 2011, p. 147).

Dentro dessa ampliação de enfoque, os roteiros culturais têm um caráter que agrega valor qualitativo à preservação do patrimônio, “já que representam processos interativos, dinâmicos e evolutivos das relações humanas interculturais que refletem a rica diversidade dos mais distintos povos” (ICOMOS, 2007, p. 4).

4 OS VALORES E O SENTIDO DA PRESERVAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO

A ideia de valor histórico encontra-se impregnada das noções de desenvolvimento e progresso e de tudo o que um dia foi e não pode mais reproduzir-se, como um elo insubstituível e indemolível de uma corrente de desenvolvimento (RIEGEL, 1989, p. 36).

Está implícita nesta concepção a ideia dominante de história do final do século XIX, entendida como uma cadeia de fatos e acontecimentos articulados que levariam, numa escala linear, a um objetivo previamente determinado, no qual cada acontecimento seria único e insubstituível.

Assim o valor histórico consideraria a situação do momento no tempo, dado que seus produtores procuraram satisfazer suas necessidades práticas ou a de seus contemporâneos, ou suas exigências de ideal. Em síntese, o valor histórico de um bem se caracteriza no fato de ele representar um estado particular, único, do domínio da criação humana, evocado pelo seu estado original ainda que alterado pelo tempo. A partir da definição deste valor, o estado original do bem é considerado intocável, ele é na verdade a sua

própria essência. Não interessam as marcas do tempo nele figuradas, mas sim o propósito de seu surgimento, valendo conservá-lo o mais autenticamente possível para futuras pesquisas. A intervenção humana sobre ele deve frear o progresso normal ocasionado pela decomposição dos agentes naturais.

Dentre os testemunhos do passado, eleitos como representativos, Riegel diz que tanto podem ser um bem escrito quanto um monumento de arte. Entretanto o século XX trouxe novas questões.

O valor histórico indissociavelmente ligado ao fato individual devia transformar-se, progressivamente, em um valor de desenvolvimento para o qual o indivíduo torna-se indiferente. Este valor de desenvolvimento é precisamente o valor de antiguidade tal como foi apresentado acima. É, portanto, o produto lógico do valor histórico, que precedeu em quatro séculos. Sem o precedente do valor histórico, o valor de antiguidade não teria podido surgir. Se o século XIX foi o século do valor histórico, o século XX parece dever ser o do valor de antiguidade (RIEGEL, 1989, p. 21).

O valor de rememoração intencional tenderia a isolar um momento do processo histórico e apresentar uma face precisa que se refere ao presente. Sua função liga-se a um momento passado, apontando onde, quando e com que intenção foi construído ou elaborado.

Segundo Riegel (1989, p. 22), o valor de rememoração intencional reivindicaria para o patrimônio a sua manutenção como no momento de sua criação e não a restauração. O valor de rememoração intencional antagoniza-se como o valor de antiguidade, que propõe a manutenção das marcas deixadas pelo tempo.

Diferentemente do valor histórico, o valor de antiguidade estaria ligado à passagem do tempo, que marca a obra arquitetônica, sendo este o motivo de sua importância. Essa ideia implica o valor de rememoração, quando o monumento se torna interessante por se apresentar em sua forma original, marcado pela passagem dos anos.

Este valor de época incorporaria um efeito emocional que não dependeria de conhecimento acadêmico ou educação histórica para a satisfação; seria evocado pela percepção sensorial. O valor de época remete a um tempo pretérito e pode ser mais bem entendido quando se percebe o interesse suscitado por determinadas ruínas sobre as quais não se tem nenhuma informação plausível, mas espelham o passar do tempo cronológico. Seriam classificados como antigo todo o patrimônio que, independentemente de suas significações originais, testemunhassem agressões do tempo.

Velhas construções remetem a humanidade ao processo temporal, lembrando-lhe sua precibilidade, apontando para outros homens e sociedades responsáveis pela construção destes patrimônios antigos que clamam serem ouvidos e lidos como testemunhos de um tempo que passou. O tempo cultural não é cronológico, elementos do passado podem tornar-se altamente significativos para o presente e estimulante para o futuro.

5 ANÁLISE DE RESULTADOS

Para Mori (2006, p. 109), quando há correspondência entre o objeto material e seu significado que é a mensagem cultural que esse bem expressa, a conservação não se restringe apenas ao suporte tangível do bem cultural, mas também numa massa crítica, ou seja, uma consciência da importância da preservação de um bem cultural seja ele arquitetônico, documental ou objetos de arte.

Conforme visitas realizadas em locais onde ainda há elementos culturais arquitetônicos de interesse cultural, percebeu-se que existe por parte dos proprietários, o desejo em manter o imóvel preservado, mas ao mesmo tempo não demonstraram interesse em investir na preservação das edificações. Na visão desses proprietários, que apresentaram um déficit cultural em relação à importância em manter a história do município com referenciais materiais culturais preservados, seria uma atitude inútil a preservação e manutenção das edificações. Mas, em contrapartida com o desinteresse apresentado, relataram que se houvesse um incentivo do poder público para manter esses imóveis antigos preservados traria mais interesse e incentivo para a ação de preservar.

No município de Campina Grande do Sul, embora haja a lei no 49/2004 que esboça alguns tópicos que buscam proteger o patrimônio histórico, encontra-se tombado um único patrimônio arquitetônico antigo⁴. Em todas as edificações particulares visitadas notou-se influências da cultura italiana, com necessidades imediatas de reparos para que não fiquem mais comprometidas e acabem se transformando em ruínas. Os imóveis visitados são descritos a seguir:

- a) Igreja da Mandaçaia – construída na primeira metade do século XX;
- b) Cemitério São João Batista, a parte antiga do cemitério data da segunda metade do século XIX e teve o seu início de forma clandestina; como não havia um local específico na época, para sepultamento, esse terreno foi usado de forma invasiva;
- c) Casa com sótão da família Coradin, no bairro Timbu, construída pelo senhor Dulcideo Gabriel Coradin, no ano de 1955;
- d) Casa com sótão da família Speranceta no bairro Araçatuba – década de 1950;
- e) Casarão da família Ferreira no bairro Imbuial, construída no início do século XX;
- f) Casa da família Maschio no bairro Mandaçaia – construída na segunda metade do século XX;
- g) Casa da família Repinoski (figura 1) no bairro Araçatuba, construída na década de 1920;



Figura 1: Casa da família Repinoski

Fonte: Os autores (2015)

- h) Casarão do século XIX, onde estava instalado o Fórum de Campina Grande do Sul, hoje sua fachada encontra-se tombada. Na década de 1980, foi sede da Casa da Cultura;
- i) Engenho de erva mate da família Trevisan, de propriedade atual de Domingos Trevisan, em atividade desde a década de 1940. Apresenta-se conservado, mas como é tradicional no município, merece o título de bem tombado;
- j) Engenho Velho - construído em 1938 pelo senhor Pedro Dalprá Filho, foi a primeira madeireira do município, ainda em funcionamento.

⁴ Lei municipal 283/2013. Tombamento da fachada do imóvel localizado na Avenida São João, 681 onde residia o Sr. Alfredo Varela e posteriormente a desapropriação sediou a Casa da Cultura na década de 1980.

Já os patrimônios culturais que tinham representação histórica são:

- a) Antiga Igreja São João Batista na sede, construída pelo português José Antônio de Souza no início do século XX– Nessa igreja havia mobiliário confeccionado em pinho de Riga vindo de Portugal, lustres ingleses e vitrais. Foi demolida na década de 1990;
- b) Cadeia Pública de Campina Grande do Sul;
- c) Casarão da família Guariza no bairro Mandaçaia;
- d) Casarão da família Belo na sede e que recentemente foi demolido. Foi construído na década de 1920 e sediou um Armazém de Secos e Molhados por vários anos até o final da década de 1970.

6 CONCLUSÃO

O propósito deste artigo não foi uma mera busca de efeito retórico para as reflexões sobre a importância da preservação do patrimônio arquitetônico antigo de Campina Grande do Sul, mas que seja um referencial que assegure o rumo eficaz nas ações governamentais junto às políticas públicas no campo da preservação do patrimônio da cidade, que se encontra em vias de extinção.

A falta de uma política pública que venha amparar os munícipes de forma efetiva, a incentivar a preservação do pouco que resta de patrimônio arquitetônico antigo do município, é preocupante. Imagina-se que só será possível ações de caráter preservacionista, a partir de um amparo legal, caso contrário não se terá o referencial material do passado para o futuro, o que certamente deixará mais pobre culturalmente a população da cidade.

A conciliação da preservação dos valores culturais e do desenvolvimento urbano não é utopia; é possível, necessária e urgente, mas só com a criação de uma lei específica. Não há nenhum impedimento legal ou constitucional, falta apenas vontade política e coragem (MORI, 2006, p. 69).

Para Kersten (2000, p. 57) “a materialidade do bem constitui-se em suporte do patrimônio, que expressa algo mais além dele: alguma coisa, um fato, um ser, um acontecimento e, mais que isso, uma ligação herdada de um tempo pretérito que apontam para os elementos que transcendem a diversidade do cotidiano das pessoas, transformando a sociedade, que terá nos valores culturais criados num passado longínquo seu equilíbrio psicossocial, atribuindo dessa forma mais qualidade de vida e o fortalecimento da cultura para os habitantes da cidade”.

REFERÊNCIAS

CRUZ, M. R. Museu e reflexões. Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura, 1983.

DANTAS, N. J. A arquitetura resultante da preservação do patrimônio edificado em Curitiba. Curitiba: Factum, 2011.

ICOMOS. Carta de Itinerários Culturais – proposta de versão definitiva – 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 25/03/2015.

KERSTEN, M. S. A. Os rituais de tombamento e a escrita da história. Curitiba: editora da UFPR, 2000. LEI MUNICIPAL no 49/2004. Disponível em: <www.leismunicipais.com.br/planodiretorcampina.grandedosul-pr>. Acesso em: 15/05/2015.

LEI MUNICIPAL no 49/2004. Disponível em: <www.leismunicipais.com.br/plano_diretorcampina.grandedosul-pr>. Acesso em: 15/05/2015.

LEI MUNICIPAL no 283/2013. Disponível em: <www.leismunicipais.com.br/planodiretorcampina.grandedosul-pr>. Acesso em: 15/05/2015.

MACHADO, W. Paraná, espaço e memória. Diversos olhares histórico geográficos. Curitiba, 2003, p. 180.

MORI, V. H. Patrimônio: atualizando o debate. Iphan, Ministério da Cultura, 2006.

NAVOLAR, J. D. A arquitetura resultante da preservação do patrimônio. Curitiba 2011, p. 10, 11.

OLIVEIRA, T. S. Gestão do meio urbano. Curitiba, Ibpx, 2007, p. 18, 19, 21.

OLIVEIRA JUNIOR, F. C. A Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército Brasileiro. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2015.

RIEGEL, A. Monumentos: valores atribuídos e sua evolução histórica. Revista de Museologia. São Paulo: Fesp, 1989.

SANTOS, C. R. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 2001, n. 2 v. 15, p. 43.

SCHMIDT, M. A. Recriando histórias de Campina Grande do Sul. 1. ed. Curitiba: UFPR/Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, 2002.

ORIENTAÇÕES AOS COLABORADORES

1. A Revista das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba - INOVE publica e divulga, como foco precípua de suas atenções, artigos científicos e acadêmicos de seu corpo docente e discente e comunidade, convidada a participar ou reconhecida por seu mérito de saber.
2. As áreas de abrangência correspondem aos campos da Administração, Economia, Ciências Contábeis, Sistema de Informação, Letras, Turismo, Direito, Enfermagem, Tecnologia em Sistemas para Internet, Tecnologia em Redes de Computadores, Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação e Tecnologia em Marketing.
3. Em caráter de apoio, aceitam-se estudos empíricos e de disciplinas afins aos cursos da instituição, bem como de caráter cultural geral.
4. O objetivo é estimular a pesquisa da graduação, extensão e pós-graduação bem como expandir a formação cultural capaz de aprimorar o ser humano em sua multiplicidade de facetas e possibilidades de entendimento.
5. Outras instituições e organizações podem contribuir com trabalhos desde que comuniquem dos mesmos princípios de universalidade da pessoa humana.
6. A finalidade é ampliar o conhecimento da realidade, incorporando a formação para o mercado no qual se inserem as pessoas, todavia superando este horizonte. Entende-se que o homem extravasa tais limites pois o trato com a realidade e a sua transformação exige conhecimento da diversidade, da totalidade e intercomunicação dos saberes.
7. Não se pagam direitos autorais, os quais se transferem automática e espontaneamente à Revista como critério de aceitação.
8. Os artigos devem ser inéditos e a publicação será mérito exclusivo de aprovação pelo Conselho Editorial, que poderá encaminhar sugestões e críticas.
9. Os textos deverão conter no máximo 30 laudas, em espaço 1,5, compostos no processador de texto WORD e planilha Excel, em letra times new roman, tamanho 13, ou arial, tamanho 12. Deverão apresentar título, resumo (250 palavras no máximo; 150 no mínimo) e palavras-chave (número máximo de sete) em português e inglês ou espanhol, introdução, conclusão e referências. Na folha de rosto de cada artigo, no alto da página, deverá aparecer o título e o nome do autor. No pé da página, instituição de graduação, titulação, disciplina lecionada, instituição na qual trabalha e correio eletrônico pessoal.
10. As normas a serem seguidas correspondem ao padrão da Universidade Federal do Paraná que serve como conjunto majoritário de referências.
11. Os artigos deverão ser remetidos ao Conselho Editorial para a devida apreciação.

Revista das Faculdades Santa Cruz

Núcleo de Iniciação Científica - NIC/Santa Cruz

Editor Chefe - Prof. Mestre José da Silveira Filho

C-eletrônico: revistacientifica@santacruz.br

